

Urbanismo no Amapá

JOSÉ ALBERTO TOSTES (Org.)



Uniedusul

JOSÉ ALBERTO TOSTES

URBANISMO NO AMAPÁ



Uniedusul

2023

2023 Uniedusul Editora

Copyright da Uniedusul Editora

Editor-Chefe: Profº Me. Welington Junior Jorge

Diagramação e Edição de Arte: José Alberto Tostes

Capa: Mário Luiz Barata Júnior

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

U72 Urbanismo no Amapá [livro eletrônico] / Organizador José Alberto Tostes. – Maringá, PR: Uniedusul, 2023.
222 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-041-2

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Planejamento urbano – Amapá.
I. Tostes, José Alberto.

CDD 711.4098116

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Arquitetura. 3. Urbanismo.

I. José Alberto Tostes. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III.

Urbanismo no Amapá.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.uniedusul.com.br

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>José Alberto Tostes</i>	
A trajetória de construção e conclusão do DINTER UFRJ-UNIFAP 10	8
<i>José Alberto Tostes</i>	
A Imagem e o Papel da Mulher no Território: Representações fotográficas da urbanização de Macapá (1944-1956)	34
<i>Luciana Macedo</i>	
Relações entre a malha urbana e o substrato natural no contexto amazônico: Setores analíticos para a fragmentação e explosão da malha	61
<i>Patrícia Helena Turola Takamatsu</i> <i>Fabiano Luís Belém</i>	
Reflexões sobre o desenho da paisagem em contexto amazônico: de um garimpo às avessas a um desenho engajado?	87
<i>Louise Barbalho Pontes</i> <i>Lucia Maria Sá Antunes Costa</i>	
Urbanização e cidades de fronteira	112
<i>Fátima Maria Andrade Pelaes</i> <i>Margareth da Silva Pereira</i>	
A Bubônica – A cidade de Belém-PA sob a pena do texto naturalista: historiografia urbana e literatura na virada do século (1888-1920)	143
<i>André de Barros Coelho</i>	
Arquitetura ao vento: O legado Oswaldo Bratke no Amapá	182
<i>Mario Luiz Barata Junior</i>	

APRESENTAÇÃO

O e-book sobre o Urbanismo no estado do Amapá reúne o conjunto dos trabalhos produzidos no Doutorado em Urbanismo resultado da parceria entre a UNIFAP e a UFRJ através do Programa Dinter institucional. O objetivo principal foi formar novos doutores pesquisadores para atuarem no Curso de Arquitetura e Urbanismo e também constituir posteriormente um programa de pós-graduação na área de Arquitetura e Urbanismo.

O DINTER UFRJ/UNIFAP foi concluído atendendo aos requisitos da Capes, cumprindo com a formação de novos pesquisadores. O período de realização ocorreu de março de 2016 a fevereiro de 2021 quando foram realizadas as últimas defesas. Vale salientar que na fase final de conclusão do doutorado ocorreu a pandemia do Covid-19, situação que contribuiu para que diversos problemas ocorressem como as defesas presenciais, todas foram realizadas por rede remota.

O resultado parcial das teses produzidas agora estão reunidas nessa obra e dão conta de um amplo repertório de temas: o primeiro artigo trata exatamente da trajetória do Dinter, abordagem realizada pelo o Coordenador Operacional do Dinter no período, o professor José Alberto Tostes, entre os principais destaques do artigo estão itens sobre como se originou a proposta do Dinter, o processo histórico de formação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, as demandas para formar novos pesquisadores, o histórico de formação da Universidade Federal do Rio de Janeiro através do programa de pós-graduação em Urbanismo e a concepção sobre a pós-graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil mostrando as implicações regionais.

O segundo artigo aborda a imagem e o papel da mulher no Território Federal do Amapá: Representações fotográficas da urbanização de Macapá (1944-1956) da autora, Luciana Macedo. O artigo trata da análise iconológica da história da cidade de Macapá, das fotografias da cidade durante o período do governo de Janary Gentil Nunes (1944-1956). O texto destaca a compreensão do lugar da mulher no processo de urbanização de Macapá, operado no governo de Janary Nunes durante a construção da capital e como todo esse processo influenciou a educação da mulher na realidade local e temporal, no mercado de trabalho, e nas relações matrimoniais que divergiam no *status quo*, além desses aspectos, o artigo evidencia como a mulher teve o seu espaço nessa sociedade bastante limitado, pois a educação era diferenciada da dos meninos. A descoberta das imagens contidas no trabalho demonstra como o papel da mulher ocorria dentro de um sistema restrito, principalmente quando o objetivo era a atuação profissional, pois a ênfase dessa formação era preparar as mulheres para serem esposas e mães.

As relações entre a malha urbana e o substrato natural no contexto amazônico: setores analíticos para a fragmentação e explosão da malha. Patrícia é o tema do artigo dos autores, Helena Turola Takamatsu e Fabiano Luís Belém. A questão central avalia a relação entre a ocupação urbana, realizada através da sua malha, e o substrato natural no contexto amazônico. Apresenta a cidade de Macapá como um caso representativo do processo de urbanização comum a muitas cidades. O texto traz o argumento de que a urbanização na Amazônia está diretamente associada a uma estratégia de índole colonial que consiste na negação desse substrato. O artigo apresenta a delimitação conceitual de confirmar que a formação de tecidos urbanos abertos produz formas que são essencialmente fechadas e exclusivas, e o substrato natural permanece descolado do processo de urbanização.

No artigo de Louise Barbalho Pontes e Lucia Maria Sá Antunes Costa, a paisagem urbana amazônica se materializa através do encontro de diferentes modos de viver e de conviver com a singularidade de seus biomas e ecossistemas. São os processos de urbanização ao longo da história têm se pautado na negação da alteridade e na incapacidade de lidar com a pluralidade desta paisagem. Apesar da constante supressão da heterogeneidade das condições biofísicas e das possibilidades de convergência entre estas e a sociabilidade urbana, residem ainda nesta paisagem as memórias, vestígios e potencialidades para traçar outras trajetórias. O texto traz uma reflexão e um panorama geral de aproximação na escala da região que revela não apenas a lacuna de conhecimento sobre o desenho da paisagem em contexto amazônico, como também define a importância de se repensar modelos e estereótipos, da importância de reconhecer esse território e de pensar quais seriam os valores endógenos que poderiam balizar a busca da qualidade da paisagem urbana para garantir sua pluralidade e idiossincrasia.

Fátima Maria Andrade Pelaez (UNIFAP) e Margareth da Silva Pereira (UFRJ) discutem através do tema: Urbanização e cidades de fronteira, as implicações sobre a extensa área de fronteira, onde a maior parte compõe a Amazônia, onde se localizam cidades com especificidades diferenciadas e distantes entre si. Entre elas estão as denominadas cidades-gêmeas, pertencentes a países diferentes, mas que apresentam grande interação mútua, visto que estão próximas uma da outra. O texto contextualiza a histórica relação de urbanização entre as duas dessas cidades, Oiapoque e Saint-Georges, quais os impactos decorrentes de procedimentos voltados para os acordos internacionais, direcionados à política externa, mas que, todavia, interferem fortemente nas dinâmicas locais, regionais e, em suma, no processo de urbanização das cidades.

No trabalho de André Coelho, A Bubônica – A cidade de Belém-PA sob a pena do texto naturalista: historiografia urbana e literatura na virada do século (1888-1920) aborda a

discussão da cidade e da cultura urbana através das diversas formas de expressão das artes e das linguagens, que encontram no cenário urbano o terreno propício para se desenvolverem. Como num processo de retroalimentação, essas mesmas formas de expressão ajudam a dar forma às teorias e à história que se constroem sobre a própria cidade. O que o Urbanismo pode aprender com a Literatura? Essa pergunta tem tomado nosso pensamento nos últimos tempos, abrindo caminho a outras novas questões de qual a relação possível entre a Literatura e a história da Cidade? Ou que novas sensibilidades o texto literário pode trazer à historiografia urbana?

Na discussão do tema *Arquitetura ao vento: O legado Oswaldo Bratke no Amapá*, Mario Luiz Barata Junior se propõe a mostrar o processo de reverberação de alguns elementos arquitetônicos incorporados por construtores leigos e carpinteiros locais utilizados pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke em sua peculiar arquitetura da alteridade na elaboração do projeto da Vila Amazonas e da Vila Serra do Navio, realizados em 1955, localizadas a 20 km e 200 km, respectivamente, da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. As duas Vilas foram criadas para dar apoio ao primeiro projeto de extração de minério em escala industrial na Amazônia brasileira, realizado a pedido da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI). Também faz parte do objeto desse encontro, a investigação sobre essa disseminação arquitetônica espontânea em algumas construções residenciais e institucionais das cidades de Macapá, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e outras localidades próximas ao projeto de Serra do Navio, especialmente as janelas com venezianas móveis característica marcante e presente em quase todas as edificações das duas Vilas projetadas por Oswaldo Bratke.

A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO E CONCLUSÃO DO DINTER UFRJ-UNIFAP

José Alberto Tostes

Resumo

O Dinter UFRJ-UNIFAP cumpriu uma etapa importante na formação de novos doutores em Urbanismo. O objetivo do artigo é demonstrar como foi o processo de construção e conclusão de todo esse processo. A metodologia está baseada em documentos oficiais, registros, publicações, artigos e teses que foram produzidas com para a trajetória e a conclusão do curso. A discussão teórica está definida na importância sobre o ensino qualificado de arquitetura e urbanismo e a relevância está na demonstração sobre como é fundamental a real possibilidade de construir novos programas de pós-graduação.

Palavras-chave: UNIFAP, UFRJ, DINTER.

Introdução

A formação de pesquisadores na Universidade Federal do Amapá começou de forma tardia, pois a pós-graduação teve dois mestrados interinstitucionais com a UNB e UNICAMP entre os anos de 1997 a 1999. E no ano de 2005, o doutorado interinstitucional com a Universidade Federal do Pará-NAEA. Os primeiros programas de mestrado e doutorado da UNIFAP foram o Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2006 e Biodiversidade em 2006. Posteriormente vieram os demais programas vigentes até os dias atuais.

O curso de Arquitetura e Urbanismo, foi criado em 2004, efetivado em 2005, formou mais de 12 turmas até no ano de 2021. O universo docente no Curso de Arquitetura e Urbanismo foi constituído basicamente por professores (as) com mestrado e com isso aumentando a demanda para qualificar os profissionais com nível de doutorado. As experiências anteriores foram de demandas individualizadas, nesse sentido cinco docentes concluíram o curso de doutorado em diferentes instituições até o ano de 2015.

A demanda para um curso de doutorado na área de Arquitetura e Urbanismo, surgiu a partir do ano de 2013 com as novas demandas da Capes pela indução de cursos de mestrado e doutorado interinstitucional. No ano de 2014, já com contatos prévios com a UFRJ por conta do intercâmbio que vinha sendo realizado. Uma equipe do programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ veio a Macapá em abril de 2015. Todos os ajustes foram realizados e o projeto foi concebido, sendo aprovado em setembro de 2015. Todo o processo de seleção foi realizado em janeiro de 2016 e o curso começou em junho do mesmo ano.

A trajetória do curso foi marcada por sucessivos episódios que demandaram inúmeros esforços institucionais da UFRJ e da UNIFAP. Mesmo diante de um cenário adverso todos os doutorandos previamente selecionados no programa defenderam suas teses até fevereiro de 2021, fato que concretizou os objetivos previstos do programa em formar novos pesquisadores na área de Arquitetura e Urbanismo.

A metodologia está baseada em todos os documentos institucionais que foram construídos para avançar o curso de doutorado em Urbanismo na parceria UFRJ-UNIFAP. E o artigo se divide em quatro seções; a primeira, é uma abordagem sobre a formação de pesquisadores na UNIFAP em um período de vinte anos; a segunda; uma contextualização sobre a formação de pesquisadores na área de arquitetura e urbanismo; a terceira, o contexto do DINTER UFRJ-UNIFAP; e a quarta a perspectiva futura para composição de novos projetos, incluindo um curso de pós-graduação. A relevância do artigo está em demonstrar como foi constituído todo o processo e trajetória de construção do DINTER UFRJ-UNIFAP entre os anos de 2013 a 2021.

O Contexto do Curso de Arquitetura e Urbanismo na UNIFAP

No ano de 1997 ocorreu uma reunião do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Amapá para tratar do tema da criação de um curso de arquitetura no Amapá. O IAB no Amapá havia sido criado, no ano de 1990. O ato de criação ocorreu em outubro de 1990 (Ata IAB Amapá, 1997) (Figura 1).

O IAB Amapá durante a década de 1990, teve atuação marcante para envolver os profissionais na discussão dos temas do Amapá, da Amazônia e do Brasil. No ano de 1996, foi realizado o I Seminário de Arquitetura nos Trópicos (1996) com a participação de grandes personagens da região, de Belém vieram o arquiteto Milton Monte e o médico Camilo Viana, conhecido pelo amplo envolvimento nas causas ligadas a ecologia, e de Manaus, o colega Roger Ibrahim, especializado na área de Conforto Ambiental.

O evento foi a grande inspiração para que no ano seguinte começasse um processo de discussão sobre a possível criação de um curso de arquitetura e urbanismo no estado do Amapá. O IAB Amapá, defendia que havia a necessidade de investir na formação dos docentes que já estavam na UNIFAP. No período, a universidade contava com quatro arquitetos e urbanistas no quadro de professores efetivos em diferentes cursos.

Uma das primeiras ações acordadas para o período, foi o envio de uma carta de exposição de motivos para o Reitor da Universidade Federal do Amapá no ano de 1997 sobre

a possibilidade de incluir o curso de arquitetura e urbanismo na lista de cursos a serem criados pela instituição. No ano de 1999, a UNIFAP criou uma comissão designada pelo Conselho Universitário Superior. A referida comissão elegeu com base em estudos técnicos aproximadamente dez cursos, entre eles, estavam incluídos o curso de arquitetura e urbanismo. A lista oficial foi aprovada pelo Conselho Superior no primeiro semestre do ano de 2000. Em dezembro de 2003 foi retomado o trabalho, em setembro de 2004, o curso foi oficialmente criado.

Figura 1. Reunião do Instituto de Arquitetos – Departamento do Amapá



Fonte: Acervo do IAB, 1997.

Durante o processo de trabalho da comissão encarregada de elaborar o projeto e criar o curso de arquitetura e urbanismo foram adotados os procedimentos necessários baseados nos aspectos legais e institucionais. Nesse trajeto foram realizadas nas dependências da Universidade Federal do Amapá, duas audiências públicas de consulta prévia.

O objetivo era ouvir os segmentos públicos e privados sobre a importância da criação desse novo curso. Muitos se manifestaram a favor e outros contra tudo democraticamente, prevaleceu a opinião da maioria destacando que seria de grande valor para o futuro a contribuição do curso para o desenvolvimento da arquitetura e das cidades no estado do Amapá (Figura 2).

Um dos itens importantes da criação era a insuficiência de vagas no ensino superior, em relação à demanda, um problema delicado frente à grande expansão do ensino médio. A

preocupação com a multiplicação da oferta de vagas superiores estava sempre presente nas discussões sobre a educação brasileira, inclusive tendo sido sugerido através do Plano Nacional de Graduação, aprovado no XII Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras em 1999, o estabelecimento de 30% como o percentual da população de 18 a 24 anos a ser matriculado em algum curso superior, até o ano de 2010.

Figura 2. Audiência de consulta realizada na Universidade Federal do Amapá para a criação do curso de arquitetura e urbanismo em outubro de 2004



Fonte: Tostes, 2004.

Nesse sentido, as IES públicas deveriam assumir o compromisso de possibilitar essa política de expansão de vagas, zelando sempre pela qualidade dos cursos, baseando-se em projetos pedagógicos consistentes e infraestrutura adequada.

No estado do Amapá, e em especial na Fundação Universidade Federal do Amapá a inexistência de um curso na área tecnológica ocasionava uma grande perda de investimentos em face de grande demanda para o setor no país. Se por um lado era anseio da universidade a implantação de novos cursos, por outro, existia uma necessidade e um grande desejo da comunidade de ter um curso de arquitetura e urbanismo.

A criação do curso de arquitetura e urbanismo ocorre em um momento histórico impar para a Universidade Federal do Amapá. Vários foram os fatores que proporcionaram esse fato, das quais destacamos: a predisposição para os investimentos necessários junto ao Governo do

estado e a União para aquisição de equipamentos e materiais (será o primeiro curso da área de tecnologia), os programas de financiamento para área tecnológica; a existência de um grupo de pesquisa já existente denominado Urbanismo na Amazônia; a abertura para o debate público sobre o desenvolvimento regional do estado do Amapá.

A visão multidisciplinar para formar um arquiteto e urbanista voltado para as questões ambientais e urbanas, a imensa expectativa da sociedade amapaense; o projeto de cooperação binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa; as perspectivas de desenvolvimento e crescimento do CREA- AP; a existência de Entidades de Classe representativas dos profissionais em Arquitetura e Urbanismo (IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Amapá, Clube de Engenharia e Arquitetura do Amapá e Sindicato de Engenheiros e Arquitetos do Amapá).

O trabalho extensionista através dos projetos de pesquisa; a imensa carência existente em todos os municípios do estado do Amapá na área de planejamento regional e urbano e a oportunidade de contribuir com município de Santana com a ocupação do Campus Universitário que oferece uma infraestrutura para atender o projeto pedagógico do curso sem improvisações e arranjos.

O local de funcionamento do Curso de arquitetura e urbanismo foi no Campus de Santana, a 24 km de Macapá. O projeto de Santana era algo importante e combinava com a perspectiva de desenvolvimento das universidades brasileiras em seu processo de descentralização. Em um período de dez anos a partir da criação e implantação do curso de arquitetura e urbanismo seria implantado em Santana, o centro de desenvolvimento tecnológico.

Em conjunto com arquitetura e urbanismo seriam criados os cursos de Engenharia, iriam somar para formar em Santana um polo tecnológico. O primeiro curso de Engenharia criado foi curso de Engenharia Elétrica, porém, sem ter o colegiado constituído, o curso de Matemática que formava a base inicial desse curso, os docentes optaram em permanecer no Campus Marco Zero Macapá (Figura 3).

A criação do curso de arquitetura e urbanismo em Santana estimulou entre os anos de 2005 e 2006 ações concretas por parte da Prefeitura Municipal de Santana. É fato que a integração com a cidade de Santana sempre representou grandes dificuldades. O curso se localizava em uma rodovia e não no interior da cidade.

Gradualmente o Campus de Santana foi sendo ajustado para atender as necessidades do curso de arquitetura e urbanismo, graças a um processo de cooperação com várias instituições

e a formação de parcerias foi possível em um período de um ano, equipar todo o setor administrativo, parte técnica e a formação de uma sala de computadores.

Figura 3 – Reunião do Colegiado do Curso de Arquitetura e Urbanismo em abril de 2005



Fonte: Tostes, 2005.

A chegada em Santana também criou uma nova situação para UNIFAP, era o primeiro Campus mais próximo com cerca de 24 quilômetros de distância. Esse ponto, talvez tenha criado diversas distorções sobre a questão institucional do Campus de Santana perante ao MEC e a própria UNIFAP. As questões mais conflituosas estavam relacionadas a departamentalização do curso de arquitetura e urbanismo como uma extensão do Campus Marco Zero.

Com o apoio das instituições foi possível delinear em Santana condições de infraestrutura acessíveis. Um ponto importante a favor do curso de arquitetura e urbanismo, antes de sua criação já existiam dois grupos de pesquisas constituídos: Percepções do Amapá e Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Ambos os grupos já desenvolviam parcerias institucionais que foram levadas para Santana. A formação de convênios com as prefeituras do estado do Amapá e várias outras instituições auxiliaram a equipar o Campus.

O curso de arquitetura e urbanismo foi criado com o suporte da pesquisa e da extensão, fato esse que auxiliou no êxito dos primeiros anos. Um dos entraves em Santana foram a constituição dos laboratórios para atender as exigências curriculares. Para atenuar tais dificuldades durante três anos seguidos, de 2005 a 2008, foram elaborados projetos junto aos Editais da FINEP. Os esforços concentrados para fazer de Santana nos primeiros anos um

ambiente produtivo foram inúmeros. A experiência da UNIFAP se restringia aos cursos fora de sede em alguns municípios durante o período de férias. O curso de arquitetura e urbanismo foi a primeira experiência de um curso fora da sede regular.

O trabalho extensionista através dos projetos de pesquisa; a imensa carência existente em todos os municípios do Estado do Amapá na área de planejamento regional e urbano e a oportunidade de contribuir com município de Santana com a ocupação do Campus Universitário que oferecia uma infraestrutura para atender o projeto pedagógico do curso sem improvisações e arranjos.

Com o ingresso de novos docentes até o ano de 2015, o planejamento para qualificação de docentes era uma meta prioritária para administração da UNIFAP que já tinha sido materializado quatro cursos de doutorado em parceria com outras universidades. Os primeiros contatos com a UFRJ se deram através de docentes do curso que iniciaram suas atividades como doutorandos no processo seletivo anual da instituição. No ano de 2014 foi oficializado uma carta convite a UFRJ pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação para que em abril de 2015 ocorresse na UNIFAP um evento de cooperação acadêmica e científica. Em setembro de 2015, a Capes aprova o doutorado interinstitucional entre a UFRJ e a UNIFAP, dez docentes foram selecionados para realizar o curso de doutorado.

No primeiro trimestre de 2017, o curso de arquitetura e urbanismo é transferido oficialmente para o Campus Marco Zero, condição que possibilitou ampliar aos diversos intercâmbios acadêmicos e científico com outros cursos de graduação, bem como agilizar o andamento da parceria com a UFRJ. O curso desde a criação formou doze turmas de graduação, contribuindo assim com a formação de mais de 600 arquitetos e arquitetas para o estado do Amapá. Em 2022 com a formação dos novos doutores foi constituída oficialmente uma Comissão de trabalho que vem estudando a composição e elaboração do projeto de mestrado visando atender os primeiros argumentos que foram colocados para a UFRJ na carta convite oficial do ano de 2014, pois o curso de arquitetura e urbanismo conta hoje com 14 doutores, sendo que oito foram formados na parceria UFRJ-UNIFAP no Dinter em Urbanismo.

Apresentação do Programa de doutorado - PROURB na UFRJ

De acordo com a divulgação da UFRJ e do Programa PROURB (www.ufrj.prourb.br) está assim discriminado: “O Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ) foi criado em 1993 e oferece regularmente os cursos de Mestrado Acadêmico e

Doutorado em Urbanismo e o curso de Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística. O Programa integra o Sistema Nacional de Pós-graduação, sendo credenciado pela CAPES/MEC. É um programa de excelência e de referência na área, reconhecimento atestado nas avaliações da CAPES (2004-2006), (2007-2009) e (2010-2012) quando obteve consecutivamente a nota 6.

O PROURB destaca-se por sua inserção internacional, pela qualidade de sua produção científica docente e discente, pela qualidade da formação de doutores e mestres expressa em premiações, em publicações qualificadas e na nucleação de seus egressos.

As turmas especiais de Doutorado Interinstitucional atestam o compromisso do Programa com a solidariedade, levando formação qualificada para diversas regiões do país. O Programa concluiu três turmas especiais de Doutorado Interinstitucional: com a Universidade Estadual do Maranhão (DINTER-UEMA), iniciada em 2006; com a Universidade Federal de Mato Grosso (DINTER-UFMT-UNEMAT), iniciada em 2011; e com a Universidade Federal do Amapá (DINTER-UNIFAP), em 2014.

O programa tem atraído a atenção de alunos estrangeiros provenientes da América Latina, África e Europa, e recentemente também da América do Norte, para os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, e também para o Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística, além de receber crescentemente alunos para estágios sanduíches de mestrado e doutorado. Possui expressiva representatividade docente em vários níveis de atuação e seu corpo docente contribui com sua expertise técnico-científica prestando assistência técnica ou consultorias especializadas a órgãos da administração pública, organizações não-governamentais ou entidades da sociedade civil.

O PROURB – Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ é um PPG de excelência, consolidado e de referência na área, destacando-se na formação acadêmica, na produção do conhecimento, na inserção social e nucleação, e na internacionalização. O Programa oferece regularmente os cursos de mestrado (desde 1994) e doutorado (desde 2001) em Urbanismo.

O Programa atende à demanda crescente nas últimas décadas de formação e capacitação de docentes e profissionais habilitados a atuar com responsabilidade e ética nos processos de crítica, concepção e ação em relação às cidades e ao espaço urbano. Destaca-se por sua inserção internacional, pela qualidade de sua produção científica docente e discente, pela qualidade da formação de doutores e mestres expressa em premiações, em publicações qualificadas e na nucleação de seus egressos.

O PROURB tem por objetivo a formação de docentes, pesquisadores e profissionais altamente qualificados e o desenvolvimento da pesquisa científica no campo do urbanismo, contribuindo para a qualidade e a atualidade da reflexão e da crítica produzida nas universidades brasileiras. Visa promover o debate teórico e metodológico sobre este campo disciplinar, fomentar a produção científica e a sua divulgação, promover a cooperação e o intercâmbio acadêmico nacional e internacional, no ensino, na pesquisa e na extensão e participar, nas competências do seu corpo docente, nos fóruns governamentais e da sociedade civil.

Em sua missão de formação e de produção acadêmica em alto nível, desde sua criação o PROURB articula o ensino, a pesquisa, a extensão e o intercâmbio com outras instituições universitárias e da sociedade civil, nacionais e estrangeiras, entendendo o diálogo entre saberes urbanos, teóricos e práticos, como indissociáveis para o incremento do conhecimento científico no campo do urbanismo.

O Doutorado pressupõe a maturidade intelectual do pesquisador, que deve ser capaz de formular autonomamente temas e problemas de pesquisa. Os temas são tratados em complexidade e profundidade, produzindo contribuição original que resulte no avanço do conhecimento científico na área de Arquitetura e Urbanismo.

Ao longo da sua trajetória, o PROURB tem-se mostrado um Programa dinâmico, buscando identificar demandas sociais e acadêmicas, fatores de inovação e contribuindo com propostas e reflexões frente à diversidade de situações culturais regionais e a universalização de direitos. O contexto global e nacional acentuou a importância da arquitetura e do urbanismo e de seu papel social, e a pandemia do Covid-19 aponta novos contornos e desafios da pesquisa e formação na área.

O ensino e a pesquisa no PROURB têm como pressuposto a contínua reflexão e construção de um saber plural e interdisciplinar consoante com as necessidades de agir na sociedade contemporânea com responsabilidade social e ambiental. São desejáveis e necessárias no seu campo do conhecimento a contínua adequação do seu projeto didático-pedagógico às múltiplas e diferenciadas situações e demandas sociais das cidades e regiões urbanizadas, às situações estratégicas e de novas fronteiras de desenvolvimento para o país, e diferentes formas de inovação e temporalidades que permeiam o projeto urbano. O objeto de estudo do programa é a cidade nas suas múltiplas dimensões, com foco nos processos de produção social e cultural de seu espaço físico e de sua organização espacial, e nas práticas de concepção e intervenção no espaço urbano. Privilegia a dimensão físico-territorial, buscando investigar o processo histórico de formação das aglomerações

urbanas, as teorias e representações da cidade, os modelos de intervenção sobre o ambiente construído e as práticas de projeto urbano e de gestão da cidade, em abordagem multiescalar e interdisciplinar.

Concebido como um Programa de Pós-graduação pleno, isto é, articulando ensino, pesquisa e intercâmbio, e visando a formação de alto nível e a produção do conhecimento e a inovação, o PROURB representou a introdução de um novo patamar de pós-graduação na FAU/UFRJ. A criação do PROURB contribuiu para modificar a cultura de pós-graduação até então vigente na escola, enriquecendo o universo da pesquisa e da formação pós-graduada. Sua proposta acadêmica veio responder de forma inovadora às questões teóricas e metodológicas relativas ao projeto, tanto urbano como arquitetônico, lacunas então existentes nos ambientes de reflexão sobre a cidade e o urbano.

Neste período, o estudo da cidade a partir do projeto urbano significava um tema inovador, especialmente por tratar da cidade e do projeto explorando e compreendendo a autonomia disciplinar, mesmo reconhecendo a abordagem interdisciplinar própria ao campo do urbanismo. Isso veio ao encontro das tendências internacionais na área, quando surgiam novos centros de formação doutoral e de pesquisa sobre o projeto. Esta sinergia propiciou, desde o início, trocas acadêmicas e intelectuais com arquitetos professores de renome internacional que atuavam em centros de excelência, como o DEA *Projet architectural et Urbain* (ENSA-Beleville); Escola de Arquitectura do Porto; AA Architectural Association School, TU Berlin e Facultad de Arquitectura da UBA.

Em suas primeiras turmas, o PROURB recebeu como alunos professores e profissionais experientes, atendendo uma demanda reprimida e específica da área. Desde então, o PROURB se firmou como formação de excelência atraindo alunos do Rio de Janeiro, de outros estados do país e do exterior. Marcou ainda este início do Programa a integração da academia com os órgãos de gestão da cidade, sobretudo na reflexão metodológica e da prática de projetos urbanos.

Como um programa de pós-graduação pleno, se destacou desde sua criação pela inserção social e internacionalização. No primeiro decênio do Programa destacam-se os convênios de cooperação internacional institucionalizados como PROBRAL/DAAD, Projetos ALFA da União Europeia, e CAPES/COFECUB, que formaram as bases de uma internacionalização sólida com países da América Latina e Europa. Desde então, multiplicaram-se as parcerias e a implementação de ações de pesquisa e ensino conjuntas, incluindo workshops, seminários, mobilidade discente e docente e publicações.

Paralelamente, se intensificava a rede de cooperação com parceiros no país, seja através de convênios de cooperação com centros nacionais como Programas PQI (com a UFES), PRONEX (com UFF e PUC-Rio), e PROCAD (com UFRGS e USP-São Carlos), incluindo a realização de 3 turmas de Doutorado Interinstitucional (DINTER) – com a UEMA (em 2006, o primeiro na área), UFMT-UNEMAT (2011) e UNIFAP (2014) –, além de parcerias e redes de pesquisa com vários centros de pesquisa no estado do Rio de Janeiro e no país.

O PROURB foi também pioneiro na formulação em 2008 do primeiro projeto de Mestrado Profissional da área, em Arquitetura Paisagística, que entrou em funcionamento em 2010. Nos anos 1990, o PROURB se filiou à ANPUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, reforçando as possibilidades do trabalho em rede e interdisciplinar no contexto acadêmico nacional. Filiou-se à ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo em 2007, sediando o primeiro Encontro Nacional da Associação em 2010, no Rio de Janeiro.

Desde o início, O PROURB promoveu ações, iniciativas e realizou Seminários importantes para a área de Arquitetura e Urbanismo, demonstrando articulação e liderança nacional. Já em 1994, por ocasião do início do PROURB, foi realizado o Seminário Internacional Cidade e Imaginação, que reuniu professores e arquitetos tanto do país como do exterior, muitos deles vindo ao Brasil pela primeira vez para uma discussão pioneira sobre o tema do projeto urbano. O Programa teve papel relevante na organização de eventos científicos que hoje figuram dentre os mais importantes na área de Arquitetura e Urbanismo.

Na área de Paisagismo, organizou o primeiro ENEPEA em 1994; em 1997, sediou e organizou o IV SHCU – IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo; no campo da Gráfica Digital trouxe para o Brasil o 4º SIGRADI, em 2000; em parceria com a ABAP, organizou, em 2009, o 46 IFLA World Congress; neste mesmo ano, organizou o 8º Seminário Docomomo Nacional, que comemorou os 50 anos do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte. Além disso, em 2007, liderou a Escola de Altos Estudos que reuniu os PPGs da área num curso internacional, evento até então inédito no país.

A contribuição do corpo docente do PROURB para políticas acadêmicas e de pesquisa na área é relevante e continuada desde 1997. Destacamos a Representação de Área AUD e no CTC da CAPES por duas gestões, Coordenação de Área na FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro por cinco gestões, Comitê de

Assessoramento do CNPq por uma gestão, além da participação constante nas diretorias de associações científicas como ANPUR, ANPARQ e Docomomo. Destaques recentes de grande importância são a Presidência e o Comitê Científico do Congresso da União Internacional de Arquitetos, UIA 2020 no Rio de Janeiro, com membros docentes do Programa. Os cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado em Urbanismo possuem duas áreas de concentração: *História e Teoria do Urbanismo e Projeto Urbano*. A pesquisa no programa se organiza a partir de cinco linhas de pesquisa: *Morfologia, Estruturação e Projeto do Espaço Urbano; História da Cidade e do Urbanismo; Assentamentos Populares e Habitação; Ambiente Urbano e Paisagismo e Gráfica Digital e Representação em Urbanismo*.

Da proposta a conclusão do Dinter em Urbanismo

A turma especial de doutorado interinstitucional - DINTER teve como objetivo capacitar docentes por meio da formação de doutores da Universidade Federal do Amapá na área de Arquitetura e Urbanismo. A região norte carecia e carece de programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, e a formação qualificada através do DINTER iria contribuir para formulação de eixos e grupos de pesquisa propiciando a criação de cursos de pós-graduação na área. A UNIFAP desde a sua criação teve como política central e prioritária a qualificação docente em nível de doutorado, como forma de propiciar a criação de Núcleos de Pesquisa e Programas de Pós-graduação na Universidade, bem como promover programas de formação e melhoria da qualidade de ensino nos cursos de graduação, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (PDI). A universidade priorizou a oferta de bolsas de iniciação Científica para atender aos alunos de DINTER, como já foi feito em outros DINTERs que a UNIFAP manteve.

Os esforços da UNIFAP para ampliar a qualificação acadêmica foram também evidenciados nas diversas iniciativas de implementação de turmas especiais DINTER, além desta na área de Arquitetura e Urbanismo. Foram finalizados os projetos DINTER em Educação com a Universidade Federal de Uberlândia; em Sociologia com a Universidade Federal do Ceará; em Ciências da Saúde com a Escola de Enfermagem da USP e em Direito com a Universidade Federal de Minas Gerais.

O curso de Arquitetura e Urbanismo contava com 18 docentes efetivos, dos quais 4 possuíam título de doutor e 5 encontram-se em doutoramento. Os demais docentes possuíam o título de mestre, A demanda de formação qualificada no curso era expressiva e a existência de

apenas um curso de doutorado na região na área específica dificultava a qualificação docente em médio prazo, foram selecionados nove docentes (Figura 4).

Figura 4. Docentes selecionados no processo UFRJ/UNIFAP para o DINTER



Fonte: Tostes, 2016.

A procura do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) deveu-se a critérios de qualidade acadêmica comprovada deste programa de Pós-Graduação, aliados à adequação dos temas de pesquisa trabalhados pelo corpo docente do Programa, que atendem aos interesses temáticos dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. O Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro possui nível de excelência acadêmica, tendo obtido o conceito 6 (seis) nas três últimas avaliações trienais dos programas de pós-graduação da CAPES.

O doutoramento de parte expressiva do corpo docente deste curso tinha como principal finalidade a criação de núcleos avançados de pesquisa que, por sua vez, ensejarão futuro Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na região.

A própria região demandava a formação e qualificação docente com vistas a atender ao crescente número de alunos. Haverá, sem dúvida, desdobramentos positivos no nível da graduação, com a melhoria do ensino, a possibilidade de os alunos estarem inseridos nos grupos de pesquisa emergentes através do programa de bolsas de Iniciação Científica, e ainda a ampliação e qualificação dos acervos das bibliotecas das escolas envolvidas.

A proposta de turma especial DINTER tinha como objetivo promover a formação doutoral de uma turma de docentes da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP com vistas a dar subsídios para a constituição de massa crítica de pesquisadores de alto nível capazes de formular em médio prazo Programa de Pós-graduação competente na área, bem como promover a melhoria do ensino e pesquisa em nível de graduação através da qualificação dos docentes do curso.

A meta maior, com este projeto DINTER visava contribuir para a formação de condições acadêmicas compatíveis com a implementação de cursos de pós-graduação na região norte, qualificando docentes e melhorando também o ensino de graduação. Especial atenção é dada na proposta é à manutenção dos mesmos níveis de qualidade oferecidos no curso regular de doutorado do PROURB, tomando-se cuidados especiais para minimizar os efeitos de endogenia da formação “em bloco” que o projeto DINTER propõe.

Neste sentido, medidas como a estrutura do curso proposta envolvendo 11 docentes orientadores de doutorado e três linhas de pesquisa do Programa, e o envolvimento dos alunos da turma especial em doutorados sanduíches em instituições no país e no exterior com as quais o PROURB mantém intercâmbios acadêmicos, propiciarão, sem dúvida, a oxigenação necessária neste tipo de formação doutoral.

A proposta considerava como pontos de base os seguintes aspectos: 1) a formação doutoral deve ser calcada na pesquisa acadêmica e na produção do conhecimento; 2) a pesquisa acadêmica requer um treinamento específico, incluindo participação em grupos de pesquisa consolidados, permanente diálogo com pesquisadores doutores, bibliotecas e bibliografia atualizada; 3) as teses produzidas devem ser originais e apresentar estruturação e conteúdo teórico metodológico compatível com o rigor científico; 4) a qualidade do curso oferecido à Turma Especial DINTER deverá ser a mesma oferecida aos alunos regulares do Programa; 5) a disponibilização de recursos bibliográficos, acessos a bibliotecas especializadas, portais eletrônicos e fontes de conhecimento e informação tornaram-se acessíveis com a vulgarização da internet, viabilizando o acesso à informação atualizada sobre a produção científica e acadêmica da área; 6) os contatos interpessoais através de e-mails e da internet se tornam facilitados e instantâneos, assim como a utilização de vídeo conferência, facilitam as trocas à distância; 7) ações visando minimizar os efeitos de endogenia serão previstas.

Em consequência, e em conformidade com o Edital CAPES/2014 – Ação Novas Fronteiras, tinha como proposta: 1) estrutura curricular, exigências de ingresso e curriculares iguais às do curso regular de doutorado na sede; 2) uma previsão mínima de permanência dos alunos da turma especial DINTER no PROURB de 12 meses, não necessariamente

concentrados num mesmo período, visando o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa de tese junto aos grupos de pesquisa do PROURB.

Os alunos tiveram a oportunidade de ter contato com os grupos de pesquisa e com os alunos regulares do Programa; 3) durante a estadia dos alunos da Turma Especial DINTER na Instituição Promotora, os mesmos serão incentivados a participar de atividades acadêmicas extracurriculares, bem como participarão das reuniões de trabalho dos grupos de pesquisa dos respectivos orientadores; 4) os Exames de Qualificação e as Defesas de Tese serão realizados na Instituição Promotora; 5) previsão de inclusão dos doutorandos da turma especial no programa de doutorados sanduíches no âmbito dos convênios interinstitucionais em curso no PROURB; 6) projetos de tese desenvolvidos no âmbito de três linhas de pesquisa do Programa; 7) envolvimento de grande parte dos docentes orientadores de doutorado nas orientações de tese da turma especial DINTER, propiciando a diversidade necessária de temas de tese, visando ampliar as competências do grupo a ser formado; 8) previsão inicial era de 13 vagas, todavia somente dez foram preenchidas para a Turma Especial DINTER, em função da capacidade de orientação do corpo docente do PROURB e da qualidade dos projetos de tese apresentados; 9) previsão de 48 meses para a conclusão do curso (créditos, elaboração e defesa da Tese).

Planejamento do estágio obrigatório dos alunos junto ao Programa Promotor

Figura 5. Expedição UNIFAP/UFRJ para Oiapoque no Amapá



Fonte: Tostes, 2018.

Os alunos da turma especial DINTER/UNIFAP cumpriram estágio na Instituição Promotora (PROURB/UFRJ) por doze meses. Os períodos de permanência dos alunos contemplaram as exigências acadêmicas do curso de doutorado, sem prejuízo das obrigações acadêmicas dos discentes em suas instituições de origem, bem como também foram realizadas missões de pesquisadores da UFRJ na Unifap (Figura 5 e 6).

Figura 6. Colóquio do Meio do Mundo realizado na UNIFAP



Fonte: Tostes, 2018.

Os estágios na instituição promotora foram realizados após a realização dos créditos, ou seja, a partir do quarto semestre de curso. Estão previstas permanências na instituição promotora de dois meses nos 4º, 5º, 6º e 8º semestres, e de quatro meses ininterruptos no 7º semestre. Os alunos estarão em contato com as equipes e laboratórios de pesquisa do PROURB, participarão de atividades acadêmicas no PROURB e em outros Programas da UFRJ.

Além disto, os alunos desenvolveram trabalhos de pesquisas documental em bibliotecas e arquivos da cidade do Rio de Janeiro. Durante a permanência de 4 meses os alunos estarão finalizando a elaboração das teses e preparando as respectivas defesas. Nos períodos onde os alunos estejam nas instituições de origem, deverão acompanhar as atividades acadêmicas em curso na instituição Promotora através de videoconferência e acesso por internet das palestras, seminários e reuniões dos grupos de pesquisa.

Durante as permanências no PROURB os alunos foram chamados a realizar os estágios de docência na FAU/UFRJ. Os alunos em cujos planos de pesquisa tiveram a oportunidade de realizar estágio sanduíche em outras instituições, fato que devido a pandemia não foi possível. Na Instituição Promotora, os grupos de pesquisa envolvidos no projeto DINTER contaram com equipes de docentes, mestrandos, doutorandos e alunos de Iniciação Científica que se beneficiam de bolsas CNPq, PIBIC/UFRJ e FAPERJ. Os alunos da turma especial DINTER participaram destes grupos de pesquisa e seus temas de tese foram incorporados nas questões trabalhadas nas respectivas equipes, fazendo com que os bolsistas de Iniciação Científica do PROURB estivessem também em contato com as pesquisas de tese de doutorado da turma especial e das missões de campo (Figura 7).

As ações realizadas visaram minimizar os riscos de endogenia na formação doutoral da turma DINTER contemplaram basicamente três aspectos: a) os temas de tese a serem desenvolvidos foram distribuídos em três das cinco linhas de pesquisa do Programa. Isto faz com que os docentes formados na turma especial DINTER pudessem ter o envolvimento com vários grupos de pesquisa da Instituição Promotora, viabilizando a formação diversificada dos docentes no que se refere a referenciais teóricos e metodológicos, dentro do campo do urbanismo; b) da mesma forma, as orientações foram realizadas pelo conjunto dos docentes orientadores de doutorado da Instituição Promotora, propiciando, de fato, o envolvimento institucional dos docentes das duas instituições; c) envolvimento dos alunos da turma especial.

Figura 7. Visita técnica a cidade de Saint George na Guiana Francesa



Fonte: Tostes, 2018.

DINTER em doutorados sanduíches em instituições no país com as quais o PROURB mantém intercâmbios acadêmicos, a ação que ficou comprometida por conta da pandemia. Esta medida era considerada importante para a oxigenação da formação, pois permitia aos alunos docentes que realizarem os estágios sanduíche estabelecer contatos e ampliar as possibilidades de intercâmbio com outras instituições; d) participação dos alunos nas equipes de pesquisa da Instituição Promotora, propiciando parcerias institucionais com Programas nacionais e estrangeiros com os quais os grupos de pesquisa mantêm intercâmbio; e) a formação diversificada em nível de mestrado dos candidatos à turma especial.

DINTER resultou no contato com várias instituições no país, fazendo com que a turma a ser selecionada tivesse uma boa base de oxigenação acadêmica. O planejamento seguiu a rota de acordo com que havia sido concebido.

A orientação dos alunos da turma especial DINTER foi assumida pelos docentes habilitados a orientar doutorado do PROURB (Instituição Promotora). Os temas de tese da turma especial foram adequados a três das cinco linhas de pesquisa do PROURB, a saber: Morfologia, Estruturação e Projeto do Espaço Urbano que trata da dimensão físico-territorial da problemática urbana, especialmente questões relativas à estruturação e morfologia do espaço urbano e temas ligados ao projeto urbano; Ambiente Urbano que investiga a qualidade do ambiente urbano, especialmente as questões relativas ao paisagismo, às áreas verdes públicas, à sustentabilidade ambiental, ao conforto ambiental, ao saneamento ambiental e à degradação ambiental urbana e Paisagismo e História da Cidade e do Urbanismo que trata de questões relativas à formação e ao desenvolvimento das cidades, bem como a evolução do pensamento urbanístico ao longo da história.

Vislumbrou-se uma adequação dos temas de tese propostos às linhas de pesquisa. Os docentes orientadores estiveram envolvidos equitativamente nestas 3 linhas de pesquisa, garantindo um equilíbrio de orientação da turma especial DINTER. Conforme o regimento do PROURB, o ingresso do aluno de doutorado está condicionado ao compromisso de um docente do Programa orientar a tese de doutorado proposta.

Assim sendo, as atividades de orientação começaram no início do curso. As orientações de tese tiveram duas dinâmicas paralelas e complementares. Durante os períodos de permanência dos alunos da turma especial DINTER na Instituição Promotora (previsão de 12 (doze) meses) os alunos participarão das discussões dos grupos de pesquisa com os respectivos orientadores. Paralelamente, a orientação foi dada continuidade no seu ritmo através da comunicação via internet, sincronicamente (texto, voz e videoconferência) e diacronicamente (e-mail, textos escritos). Cabe salientar que os Seminários de Pesquisa para Doutorado I e II

foram realizados na Instituição Receptora constituiu momentos importantes do processo de orientação, uma vez que as pesquisas de tese dos alunos foram apresentadas e comentadas pelo conjunto dos docentes orientadores. Além disto, os docentes doutores da Instituição Receptora deram o suporte local às orientações de tese.

O processo de qualificação ocorreu a partir de dezembro de 2018 e foi concluído em fevereiro de 2019. Na oportunidade todos os docentes concluíram essa etapa na sede na UFRJ. Com a conclusão do Dinter foram produzidas as teses apresentadas no Quadro 1, as quais foram defendidas a partir de março de 2020 e concluídas em fevereiro de 2021 (Figura 8). No projeto original foram selecionados 9 docentes e 1 técnico administrativo, uma docente do curso foi incluída, pois havia sido aprovada no processo seletivo normal da UFRJ. Somente 1 docente foi excluído do processo, logo no segundo ano do transcorrer do curso por motivos de saúde. Portanto, o objetivo delineado no projeto submetido à Capes foi concluído com êxito, embora durante o período de cinco anos diversos entraves institucionais tivessem ocorrido entre a UFRJ e a UNIFAP (Quadro 1).

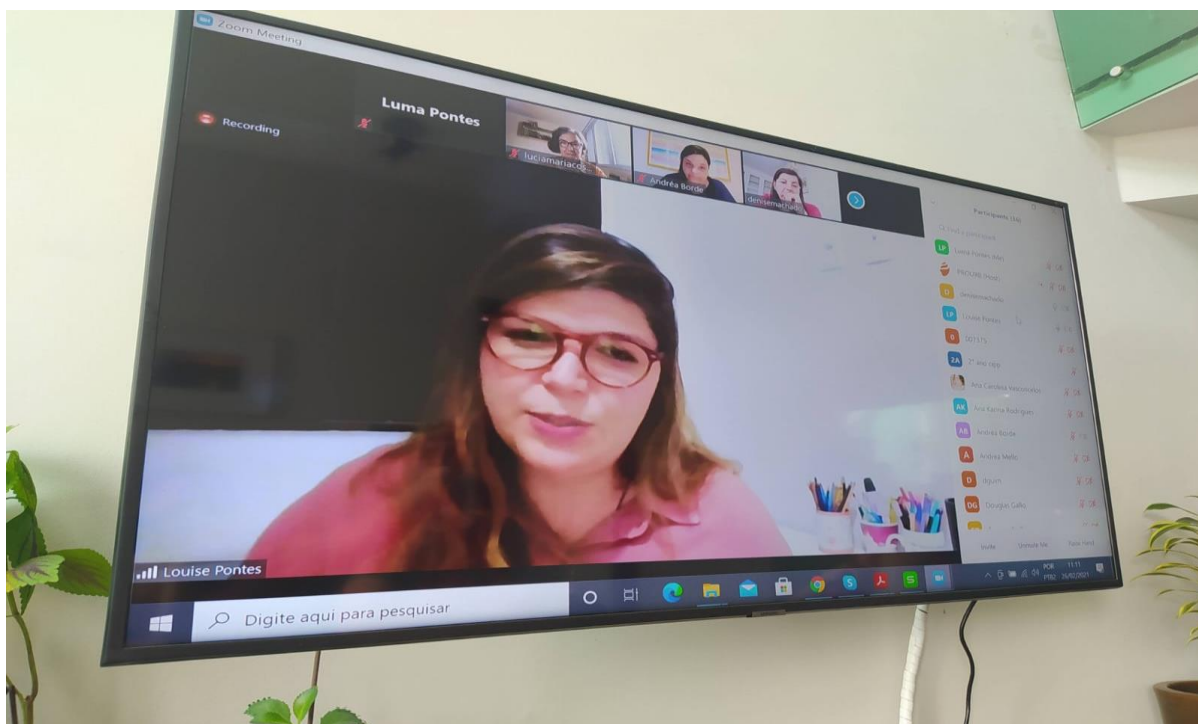
O Produto alcançado é um material de grande relevância sobre os estudos urbanos no estado do Amapá, pois permite conhecer distintas realidades na escala intraurbana, bem como no alcance territorial na fronteira com a Guiana Francesa. O material científico foi resultado de toda a preparação que ocorreu na sede na UNIFAP e nos dois períodos de estágio na UFRJ.

Quadro 1. Títulos das teses de doutorados Dinter em Urbanismo

DOCENTE	TÍTULO
André de Barros Coelho	A cidade escrita na Amazônia: Belém-PA, urbanismo e literatura na virada do século (1880-1920)
Eloane de Jesus R. Cantuária	Macapá: Capital de um Território Inventado: Relações entre Cidade, Memória e Patrimônio
Fátima Maria Andrade Pelaes	Sobre fronteiras e cidades-gêmeas na Amazônia: reconfigurações de Oiapoque e Saint-Georges de L'Oyapock
Felipe Monteiro	Análise da temperatura intraurbana: simulações computacionais para melhorias no meio urbano de Macapá - Amapá, região equatorial do Brasil
Louise Barbalho Pontes	Brechas à reinvenção do projeto (e) da paisagem Um estudo sobre a cidade de Macapá
Luciana Macedo	Janarismo em foco: Representações fotográficas da urbanização de Macapá (1944-1956)
Mário Luiz Barata Júnior	O legado de Oswaldo Bratke no Amapá
Melissa Kikumi Matsunaga	Quando a água vira cidade: urbanização e moradia em Macapá, AP
Raimundo Gomes Barbosa	O direito à cidade: terra firme e áreas de ressacas, o caso referência do bairro Congós, em Macapá (AP) (1980-2010)

Fonte: UFRJ/PROURB, 2022. Adaptação: Tostes, 2022.

Figura 8. Defesa de doutorado da professora Louise Barbalho Pontes



Fonte: Pontes, 2021.

A realização do Dinter proporcionou vários ganhos adicionais para a Universidade Federal do Amapá podemos citar: a realização do Colóquio no meio do mundo que foi efetivado durante a realização dos trabalhos de pesquisa de tese e trabalho de campo em Macapá em agosto de 2018; a participação dos doutorandos em eventos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação-ANPUR em Planejamento Urbano Regional, no ano de 2019; a produção das primeiras teses de doutorado com temas inéditos sobre a realidade das cidades do Amapá.

O acervo que será de grande importância para o desenvolvimento da pós-graduação na Universidade Federal do Amapá; pois já foi criado o Observatório de Políticas Públicas da Amazônia para área de Planejamento urbano; a criação de Rede Amazônia de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo tem alcance em toda a região amazônica; permite a publicação de artigos sobre a realidade as cidades do estado do Amapá e como resultado do produto de 10 teses de doutorado sobre a realidade amapaense.

A pós-graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil

Se considerarmos a média dos programas de pós-graduação no Brasil, a área de arquitetura e urbanismo tem reduzidos programas, a maior parte se concentra nas regiões sul e sudeste, no caso da região norte do Brasil possui um único programa de mestrado e doutorado

na Universidade Federal do Pará. Chama atenção o fato que tal condição se estende a toda Amazônia Legal.

Embora, a formação de novos pesquisadores tenha aumentado nas duas últimas décadas na área de arquitetura e urbanismo, esse fato não tem contribuído por exemplo, para formar novos cursos de mestrado. Os dados obtidos pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil através do Censo realizado em 2012, a Pesquisa Data Folha sobre o perfil do arquiteto brasileiro evidencia que ainda há uma participação abaixo de 10% na atividade de ensino, quando o tema é a produção de pesquisa esse universo reduz ainda mais para menos de 3% do total de todas as atividades exercidas por arquitetos e urbanistas (CAU, 2012).

É evidente que a formação de novos doutores em arquitetura e urbanismo no Brasil passa essencialmente por uma inversão de valores que foi instalada a partir dos primeiros cursos no país, sendo uma área eminentemente técnica, a tradição de pesquisa é algo recente no Brasil, pode-se dizer que os principais programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo tem menos de 20 anos e não são muitos.

Atualmente de acordo com o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo cerca de 7,33% dos arquitetos urbanistas também possuem como profissão o ensino em Universidades públicas/particulares e faculdades. Para atuarem nesse mercado em ascensão de acordo com a atual legislação educacional, a Lei Federal número 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, diz que o profissional docente atuante no ensino superior deverá ser formado pelos cursos de mestrado e Doutorado. Art. 66 – A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, principalmente em programas de mestrado e doutorado. (Lei Federal número 9394, 1996).

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, percebe-se que a maior parte dos profissionais atuantes nessa área possui somente o curso de graduação, o que os qualifica para o mercado de trabalho, e apenas cerca de 6% possuem o curso de mestrado e menos de 1% tem o título de doutorado (Capes, 2021).

Para Almeida (2001) um ensino de arquitetura com pretensão disciplinar é um ensino pragmático. Preocupa-se essencialmente com a transmissão de informações, regras de composição do projeto, relativas às suas tipologias específicas e às matérias de apoio técnico. A orientação principal dessa visão de ensino é o exercício profissional. Sua fonte de inspiração são os modelos organizacionais, ou os padrões de projeto, provenientes da prática profissional da arquitetura. Tudo indica que as disciplinas universitárias afins da arquitetura, como Artes ou as Ciências Sociais, desempenham um papel secundário nesse tipo de ensino. Elas são

consideradas, respectivamente, meio de treinamento da capacidade de desenho e fonte de informação para a elaboração de programas.

Vitruvius (1960) é, talvez, o primeiro a enfatizar esse ponto de vista. Ele assinala que "o arquiteto deveria ser instrumentado, ciente dos conhecimentos primários de projeto. Isso pode ser traduzido como informações para o projeto (programa de necessidades) e regras específicas (procedimentos normativos) para a elaboração do mesmo. A Música constitui a fonte inspiradora do sistema de proporcionalidade geométrica, sendo a arquitetura clássica grega o seu modelo real. Lara; Loureiro; Marques (2005, p1):

“O sistema de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (SPAU), iniciado em 1980, é relativamente recente, no interior do sistema de PPG no Brasil. Ele resulta de um esforço de uma primeira geração de pesquisadores, arquitetos que, em sua maioria, obtiveram doutorado em áreas afins, principalmente naquelas de estudos urbanos. Esta geração continua ativa e ocupando muitas vezes postos de liderança nos diversos programas que atualmente integram o SPAU e nas instituições que os alojam. O esforço pioneiro viu seus frutos multiplicados: ao longo das duas últimas décadas, aumentaram os programas de pós-graduação, o número das publicações em arquitetura – em sua maioria monografias e de pesquisa acadêmica – além dos eventos da área. A vitalidade da área deveria repercutir no seu reconhecimento no plano institucional. Mas, não somente isto não tem acontecido, como a própria comunidade acadêmica envolvida com a pós-graduação em AU parece insatisfeita com o desempenho da área e duvidosa da sua consolidação. Por motivos diversos, sente-se um descontentamento geral e, sobretudo, um alheamento à riqueza de um momento em que, no plano internacional, multiplicam-se as iniciativas que discutem tanto a graduação quanto a pós-graduação e a pesquisa em arquitetura.”

Para os autores, é evidente se comparar o histórico da pós-graduação em arquitetura e urbanismo com cursos tradicionais como: Direito, Medicina e as demais áreas das ciências naturais, há uma diferença de pelo menos quatro décadas, esse fato está diretamente relacionado ao propósito do que representava a formação do arquiteto, ou seja, de ser preparado para o mercado de trabalho. A opção pela pesquisa começa a partir de outra abordagem que é a internacionalização do ensino de arquitetura.

O atual panorama internacional é instigante, a começar pelo recente aceno de fechamento do curso de arquitetura de Cambridge (11), quando a questão da obsolescência ou serventia deste curso foi levantada. Paralelamente, seja nos Estados Unidos, com o impressionante encontro de Princeton, na primavera de 2004, sob o tema *'Building the architecture: a short history of the PHD in architecture'* ou, de maneira praticamente simultânea, na Europa, com o colóquio EURAU 2004, que reuniu professores pesquisadores de 25 países europeus na Escola de Arquitetura de Marselha, em maio 2004, sob o título *'Considering the implementation of doctorat studies in architecture'*, ou ainda com a discussão sobre pesquisa no encontro de Dublin, em junho e mais o megaevento sobre ensino em novembro, em Cuba, não é exagerado considerar o ano 2004 como um marco na pesquisa em arquitetura. Os desdobramentos já se fazem sentir 2005 adentro com o encontro *'The unthinkable doctorate'*, em Bruxelas. Como salienta Chupin (12), o colóquio europeu de Marselha se inscreve nas reflexões correntes que visam harmonizar os programas das escolas de arquitetura e a introduzir o L. M. D. (Licenciatura, Mestrado e Doutorado) na continuidade dos trabalhos da Sorbonne e do que doravante convencionou-se chamar dos acordos de Bolonha (2000). Para os europeus, e mais particularmente para os franceses (13), a urgência em implantar sólidos

programas de terceiro ciclo específicos à pesquisa arquitetural explica-se pelo relativo isolamento das escolas de arquitetura em relação às universidades. Já o colóquio americano se inscreve em uma perspectiva diferente, uma vez que os doutorados americanos existem concretamente desde o final dos anos 1960. Neste caso, tratou-se de fazer o balanço de 30 anos de pesquisas doutorais e a revisão de orientações tanto epistemológicas quanto metodológicas.

(Lara; Marques, 2005, p. 3 e 4)

São diversos fatores que devem ser considerados para que a análise sobre a pós-graduação no Brasil em arquitetura e urbanismo possa ser entendida: 1) a posição da área no interior do sistema de PPG nacional; 2) o seu potencial numa rede de pesquisa internacional. Num sentido amplo, a origem da pós-graduação em arquitetura poderia remontar aos tempos da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, onde se organizaram cursos de especialização em urbanismo (1). A especialização nesta área pressupunha que as questões urbanas fossem mais complexas que as de arquitetura e, seguindo este raciocínio, durante muito tempo, se pensou que para a atuação no urbano, o arquiteto precisava de algo mais que o curso de arquitetura. A atuação do SERFHAU, instituição criada em 1964, foi na direção de apoiar iniciativas desta ordem. A orientação era, então, de cursos de ordem prática, para formar técnicos em planejamento, como foram os famosos cursos do CEMUAN, responsáveis por uma geração de planejadores. Até o ano de 2005, 14 programas eram reconhecidos pela CAPES, sendo sete doutorados – é algo de data relativamente recente. Considerando o seu ritmo de crescimento, ou seja, que, em geral, os programas começaram com especializações e que o primeiro doutorado (USP) teve início em 1980 e permaneceu único até 1998, podemos concluir, que, na verdade, a pós-graduação em arquitetura como sistema é um fenômeno de sete anos, apenas.

De acordo com os autores, esse ritmo de crescimento poderia ser explicado de uma maneira sintética e, aparentemente, óbvia: não havia pós-graduação em AU porque não havia demanda. A demanda, de fato, só vai surgir na virada dos anos setenta para os anos oitenta, como resultado de vários fenômenos entrelaçados: a expansão do número de diplomados em arquitetura, devido à expansão de vagas nas escolas existentes (em sua maioria públicas, nesta época) e sobretudo, poucos anos depois, graças à expansão de escolas particulares; a modificação dos perfis de ocupação profissional, uma vez que o mercado de trabalho tradicional do arquiteto não se expandiu na mesma proporção dos diplomas (2); a criação da carreira docente nos moldes do tripé ensino, pesquisa e extensão, sobretudo nas grandes universidades; as progressivas exigências legais de titulação do quadro docente no ensino superior privado responsável pela maior parte dos cursos de graduação de arquitetura (Lara; Marques, 2005).

Em arquitetura, como nos demais cursos superiores, os anos setenta foram anos de expansão de vagas, em resposta às reivindicações estudantis dos anos anteriores e como consequência da reforma universitária implantada. Esta reforma instituiu o sistema departamental e, ao mesmo tempo, reformulou a carreira docente, extinguindo a cátedra e implantando o sistema do docente pesquisador. Desde então, as primeiras exigências de titulação para o exercício docente se colocaram, mesmo para os docentes de cursos de formação

de profissionais ditos liberais, como direito, medicina e arquitetura. Neste momento, os cursos de arquitetura ainda estavam, em sua maioria, em universidades públicas ou confessionais. Os professores de maior prestígio eram, então, os que ensinavam projeto e trabalhavam em tempo parcial, dividindo o magistério com o escritório (Lara: Marques, 2005).

Os dados sobre o ensino de arquitetura e da pós-graduação em arquitetura e urbanismo

Quadro 2. Cursos de mestrado e doutorado em arquitetura e urbanismo

CURSOS	AVALIAÇÃO	TOTAL	ME	DO	MP	DP	ME/DO	TOTAL
Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura, Urbanismo e Design	41	12	0	8	0	21	62
Desenho Industrial	Arquitetura, Urbanismo e Design	24	4	0	8	0	12	36
TOTAIS		65	16	0	16	0	33	98

Fonte: Capes, 2021.

NOTAS: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

Conforme a Plataforma Sucupira, 2022 o Brasil tem hoje 62 programas de mestrado e doutorado, sendo 33 cursos de mestrado e 21 de doutorado e 8 cursos mestrado e doutorado. Porém quando se verifica que a concentração dos cursos, 80% está concentrado nas regiões Sul e Sudeste.

De acordo com a Capes (2021) no contexto atual são 69 programas entre os cursos de mestrado e doutorado na área de arquitetura e Urbanismo agregando a área de Design, fato, chama atenção está na concentração nas regiões sul e sudeste em seguida a região nordeste e centro-oeste, o norte praticamente se resume a somente um programa. Muito embora tenha ocorrido a realização de vários projetos interinstitucionais para formar novos doutores, o fato que essa ação ainda não desencadeou na criação e aprovação de novos cursos de mestrado na região norte, esse fato, demonstra certa dissonância entre a necessidade de capacitação e a aplicabilidade de fazer crescer a pós-graduação na área de arquitetura e urbanismo (Quadro 2).

Considerações finais

O Dinter atendeu a uma demanda inicial para formação de novos doutores, a UNIFAP investiu até o ano de 2022 em sete doutorados interinstitucionais. O Curso de Arquitetura e Urbanismo possui hoje no seu quadro docente, 14 doutores, dentre eles, nove são oriundos do DINTER UFRJ/UNIFAP. As demandas atuais colocam em evidencia o projeto futuro de um

curso de mestrado atendendo assim, um dos primeiros objetivos concebidos no projeto com a UFRJ de ter um curso de mestrado em arquitetura e urbanismo no Amapá.

O produto das teses defendidas como resultado final do DINTER apresenta uma ampla diversidade de temas, mas principalmente a concentração em questões sobre o estado do Amapá, em especial as cidades amapaenses. A maior ênfase de abordagem está na capital Macapá. São teses que contribuem para ampliar os estudos sobre o Amapá em diversas áreas.

Atualmente está sendo produzido um e-book intitulado: Urbanismo no Amapá que conta com a participação dos recém doutores, entre os anos 2016 e 2020 foram inúmeros os obstáculos que foram enfrentados, todavia todos foram superados para atender as exigências do programa e da CAPES.

São enormes os desafios futuros a serem superados para atender as exigências de aprovação de um programa de pós-graduação na área de arquitetura e urbanismo, o que coloca os doutores do curso de arquitetura e urbanismo a missão de iniciar uma jornada de publicações científicas como resultado de projetos de extensão e de pesquisa, assim como proveniente da orientação da iniciação científica e de trabalhos de conclusão de curso.

Referências

Ata de reunião da reunião do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Amapá. Macapá, 1997.

Projeto de criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2004.

Projeto do Curso Interinstitucional de Doutorado em Urbanismo entre a UFRJ/UNIFAP. Macapá, 2015.

COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2004.

CENSO DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO. Brasília, 2012.

CAPES. PLATAFORMA SUCUPIRA. Brasília, 2021.

ALMEIDA, P. R. Sobre o ensino do projeto. (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, 234f.

LARA, F; MARQUES, S. Pensando a pós-graduação em arquitetura e urbanismo: Revista Brasil, 2018.

A IMAGEM E O PAPEL DA MULHER NO TERRITÓRIO: REPRESENTAÇÕES FOTOGRÁFICAS DA URBANIZAÇÃO DE MACAPÁ (1944-1956)

Luciana Macedo

Resumo

Este trabalho pretende ser uma análise iconológica da história da cidade de Macapá, das fotografias da cidade durante o período do governo de Janary Gentil Nunes (1944-1956). O objetivo geral da tese é compreender o lugar da mulher no processo de urbanização de Macapá, operado no governo de Janary Nunes durante a construção da capital, a partir da análise iconológica das imagens fotográficas encontradas do período. Como objetivos específicos analisaremos a educação da mulher na realidade local e temporal, a mulher no mercado de trabalho, a mulher e o matrimônio e as que divergiam no *status quo*. Ratifica-se a afirmativa oficial que o governo de Janary Nunes trouxe grande progresso para a região, antes esquecida pelo governo paraense e brasileiro. Porém, observamos que a mulher teve o seu espaço nessa sociedade bastante limitado, principalmente ao papel de esposa e mãe. A educação também era diferenciada da dos meninos, com ensino básico das disciplinas, focando majoritariamente na criação de boas donas de casa. As que se aventuravam a ter uma vida profissional, geralmente a encontravam na área de cuidados, como a docência e a enfermagem. Porém existiam aquelas que ousavam, que agia diferente e conseguiam se inserir em áreas em que não era comum encontrar mulheres. A descoberta dessas imagens foi de grande surpresa e alegria, e as compartilhamos com vocês.

Palavras-chave: Fotografia; História; Amapá; Urbanismo; Território; Mulher.

Introdução

Neste artigo refletiremos sobre o lugar de um grupo de pessoas excluídas na nova Macapá, capital do Território do Amapá. Folheando o Jornal Amapá percebemos o papel restrito exercido pelas mulheres na construção da capital. Com a intenção de melhor entender este papel, começaremos discutindo sobre a educação na construção do ser feminino na sociedade, com o auxílio de escritores que trabalharam sobre o tema, como Simone de Beauvoir, Alves e Pitanguy, Maria Lucia Rocha-Moutinho, Georgenor de Sousa Franco Filho, Ana Regina Gomes dos Reis e o trabalho do Coletivo *Boston Women's Health Book*. Logo após analisaremos a imagem e o papel da mulher em governos totalitários e finalizaremos falando sobre algumas mulheres e/ou grupos que conseguiram divergir na ordem pré-estabelecida.

Como o ser humano do sexo feminino se torna mulher

Conforme Lewis Mumford (1998), os agrupamentos humanos começaram no período paleolítico, como caçadores-coletores, utilizando utensílios entendidos como essencialmente masculinos (lanças, flechas, facas e bodurnas). O período posterior, o Neolítico, quando os humanos deixaram de ser nômades, permaneceu sob o domínio da mulher, pois não mais prevalecia a força física. As primeiras cidades foram construídas em uma época matriarcal, onde a colaboração, a cooperação e o coletivismo prevaleciam em relação à competição. Houve o desenvolvimento da agricultura e da linguagem falada. Nessa época, não se compreendia o papel do homem na gestação e em muitos povos acreditava-se na independência da mulher para gerar a vida. Algumas tribos de índios australianos e polinésios ainda possuem essa crença.

Essa situação foi suplantada quando houve o excedente da produção e ele precisava ser defendido: as habilidades do caçador foram necessárias nos exércitos. A sociedade patriarcal surge, portanto, com o surgimento da propriedade privada. Porém, a época em que vivemos é a da informação: ela anula a diferença muscular que existe entre os dois sexos.

Esta breve introdução leva-nos à reflexão sobre os papéis da mulher e do homem na sociedade. Esse papel é cultural e transforma-se no tempo e no espaço. Há sociedades (geograficamente falando) patriarcais e matriarcais e dentro destas os papéis de cada gênero também se alteram no decorrer do tempo. Através dessa constatação, podemos indagar as premissas da origem e do significado destes papéis.

Alves e Pitanguy (1982) afirmam que o sexo é político, pois contém relações de poder. As relações sociais são formadas por forças de poder e hierarquia. O feminismo aponta o caráter subjetivo da opressão.

Para Simone de Beauvoir, a opressão se expressa nos elogios às virtudes da mulher *realmente mulher*, isto é, frívola, pueril, irresponsável, submetida ao homem (BEAUVOIR, 1970 [1949]). A autora introduz seu livro *O Segundo Sexo*, em 1949, afirmando que o tema não é novo. No entanto, considera à época que a querela estava mais ou menos encerrada. No entanto, ela se enganou, fato confirmado pelas questões discutidas e embates não resolvidos. Ainda hoje, no século XXI. No primeiro capítulo da referida obra, Beauvoir trata da definição da mulher. Um ponto importante para questionamento aparece: “*Tota mulier in utero: é uma matriz*”. Ser mulher restringe-se ao fato de ser procriadora? Apesar de décadas de movimentos feministas, a sociedade brasileira ainda cobra a procriação da mulher. O senso comum brasileiro ainda acredita que uma mulher que não procriou é uma mulher incompleta. No entanto, se o papel da mulher não se resume à procriação, a questão é qual a definição *do ser mulher*.

Conforme trecho extraído de *O Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir (1970, p. 10), seguem algumas definições:

“A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades”, diz Aristóteles. ‘Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural’. E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser ‘ocasional’. É o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um ‘osso supranumerário’ de Adão. A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. ‘A mulher, o ser relativo...’, diz Michelet.

Portanto, vários pensadores, durante centenas de anos, trataram a mulher como um “apêndice” masculino, um ser inexistente sem a sua presença. Será isso verdade? Se for, a recíproca não é verdadeira?

Mesmo em países em que a lei lhes garante direitos, estes somente são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que se encontrem nos costumes sua expressão concreta: a menina já cresce em um mundo onde percebe o papel de mulher como submissa e sendo educada nessa sociedade, tanto pelo exemplo da mãe, do pai e dos outros adultos – no seu dia a dia assume seu devido papel nesse espaço onde vive. Tornando-se mãe repassa essa mesma educação a seus filhos, criando meninos e meninas machistas e perpetuando o ciclo. Desde a primeira infância, toda a educação entre meninos e meninas é diferente: as roupas, os brinquedos, as brincadeiras, as leituras, a formação profissional.

Obriga-se uma mulher a ter filhos, a partir de uma situação social em que a comunidade exige dela o casamento, proíbe métodos anticoncepcionais (como a Igreja Católica) e o aborto (que é proibido no Brasil), e também o divórcio (que foi instituído oficialmente no país somente em 1977). A sociedade, por meio da educação, da família, das revistas femininas, orientava as mulheres a cuidarem de sua aparência, serem simpáticas, boas donas de casa, estarem bonitas esperando seus maridos voltarem do trabalho e dispostas sexualmente, como forma de garantir a fidelidade do marido e sua célula familiar.

Nas décadas de 1940 a 1960, as revistas femininas (*Jornal das Moças*, *Revista Claudia* e *Revista Querida*) eram formas de entretenimento e de educação para as mulheres de classe média. Elas cobriam o que era considerado adequado para mulheres, como culinária, moda e costura, cuidados com a casa, móveis e decoração. No entanto, elas eram escritas por homens, passando a forma como estes gostariam que as mulheres se comportassem. Afirmavam que uma casa desarrumada levaria o marido a ter vontade de não permanecer em casa. Orientavam as mulheres a não aborrecerem o marido com ciúmes e que no caso de desconfiarem da sua fidelidade, agirem de forma mais afetuosa, de modo a conquistá-lo.

Segundo Simone de Beauvoir (1970), as mulheres conhecem a carga que constitui a função geradora: desde o puerpério suas vidas são modificadas, sofrem com alterações hormonais mensais, que alteram a saúde e o estado emocional. A gravidez, o parto, a amamentação e o cuidado com os filhos ocupam grande parte do tempo feminino. A mulher que deseja seguir uma carreira profissional acaba tendo que se esforçar muito mais que o homem para estar em pé de igualdade de competição.

Mas a questão da maternidade depende muito da quantidade de filhos e do auxílio do marido ou de familiares e profissionais para os cuidados com as crianças ou não. Com auxílio, a maternidade não impede a mulher de ter uma vida profissional realizadora. Beauvoir, em entrevista à televisão francesa em 1975, diz ser essencial que toda mulher trabalhe fora, que tenha independência financeira, pois só assim terá condições de igualdade moral dentro de casa. Essa condição também dá à mulher a alternativa de um divórcio: no caso de sua vida matrimonial não estar satisfatória, ela não é obrigada a permanecer casada, simplesmente por não ter condições de se sustentar. Ela coloca como primeira urgência na luta das mulheres a reação contra a escravidão doméstica, onde a mulher tem que cuidar sozinha dos serviços domésticos e da educação dos filhos.

A primeira conclusão de Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, após um extenso relato da convivência entre homem e mulher desde os tempos da Grécia Antiga, é que toda a história das mulheres foi feita pelos homens. Estes sempre se preocuparam com o bem-estar deles próprios, usando da vida destas de modo mais propício a eles. Outra conclusão da autora é que no decorrer da história a mulher casada tem seu lugar na sociedade, mas sem gozar de nenhum direito; enquanto a solteira, honesta ou prostituta, tem todas as capacidades do homem. A análise da condição feminina nos anos 40 e mesmo posteriormente, por Simone de Beauvoir, embasa e referenda as categorias do papel feminino identificadas nas fotografias amapaenses. Embora distantes em contextos geográficos-históricos, sob muitos aspectos identifica-se um mesmo contexto cultural do papel feminino.

As fotografias analisadas foram obtidas através de arquivos de particulares, cedidas por famílias tradicionais do Estado, ciosas e orgulhosas de seus membros. Na ausência de arquivos públicos, foram pesquisados os arquivos de personalidades ilustres da sociedade, como o

professor João Lázaro,¹ Alcilene² e Alcinéa Cavalcante,³ Edgar Rodrigues,⁴ Diniz Botelho Filho⁵ e Nilson Montoril.⁶

Após a observação do conjunto de imagens, verifica-se padrões de repetição da figura feminina. Os padrões foram identificados como três papéis exercidos pelas mulheres fotografadas: a mulher submissa, a mulher objeto do pecado e a mulher contestadora. A submissa e a pecadora são produzidas pela vontade e imaginário masculino, trata-se de produtos da mesma concepção, de fundo religioso e mítico. A mulher contestadora nasce da reinvenção do seu papel na sociedade, da não aceitação dos papéis impostos pelo homem e pela sociedade.

Conforme comentado na introdução, as habitantes que formaram a classe média e alta da mais nova capital vieram essencialmente acompanhando seus maridos e se dedicavam exclusivamente à família, ao cuidado com a casa, ao marido e aos filhos, ou trabalhavam em cargos assistencialistas. As mulheres mais humildes vieram do Nordeste, ou migraram de pequenas cidades e povoados para Macapá, onde trabalhavam como lavradoras e extrativistas, a fim de se empregarem como domésticas e poderem ajudar as suas famílias. Outras trabalhavam como lavadeiras ou costureiras.

Podemos notar na figura 1 mulheres lavadeiras, humildes, cercadas de seus filhos. Como não tinham com quem deixá-los, eles as acompanhavam em seu trabalho diário. Além disso, as meninas começavam a ajudar as mães desde muito novas.

De acordo com Lobato (2015, p.08):

O crescimento de funcionários públicos solteiros e funcionárias públicas (enfermeira, professoras e outras) que passavam boa parte do dia no trabalho externo ao lar criou uma grande demanda de empregadas domésticas em Macapá, nos anos aqui estudados. Em geral, elas tinham de 15 e 18 anos e moravam com seus patrões.

¹ João Lázaro da Conceição e Silva (1948-) é paraense, chegou em Macapá com dois anos de idade, foi apresentador da Rádio Difusora, na Emissora São José e comandou o Departamento de Comunicação da Prefeitura de Macapá. Atualmente reside com a sua família em São José dos Campos-SP, de onde publica seus blogs: Fina Sintonia e Porta Retrato – Macapá/Amapá de outrora.

² Alcinéa Cavalcante: administradora, jornalista e pós-graduada em estratégia, é editora do blog Repiquete no Meio do Mundo, criado em 2005, que conta com a participação de vários colaboradores, e trata sobre política, cultura, gente, fotos e memória local.

³ Alcinéa Cavalcante (Macapá, 1956) é jornalista, escritora, poeta e escritora, mantém o site www.alcinea.com, onde divulga notícias e cultura sobre o Estado do Amapá.

⁴ Edgar Rodrigues, nascido em Calçoene-AP, em 1955, é jornalista, e toda a sua vida profissional é pautada de notícias, reportagens e pesquisas históricas; já trabalhou em diversos jornais de sua cidade natal, entre eles o Jornal do Dia; dedica sua vida na coleta e desenvolvimento incansáveis de assuntos relacionados à História da Amazônia.

⁵ Diniz Botelho Filho é macapaense e administra o blog dinizbotelho.blogspot.com, que publica imagens e histórias sobre Macapá antiga.

⁶ Nilson Montoril: historiador, professor e radialista, e blogueiro, é articulista do Jornal Diário do Amapá.

Na década de 1940, o Estado Novo agiu com o intuito de promover a efetivação de um padrão familiar tido como ideal. Foi criado o primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, gerenciado pelo Departamento Nacional da Criança, órgão do Ministério da Educação e da Saúde. Em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Por meio dessas instituições, o governo federal defendia a ideia que a mãe que trabalhava fora deixava o seu lar instável e seus filhos vulneráveis. A campanha teve o apoio da Igreja Católica, que também defendia que o lugar da mulher honrada era no lar, tomando conta da sua casa, do seu marido e seus filhos. Porém, essa realidade estava muito distante das possibilidades da maioria das mulheres da cidade. Estudos sobre relações de gênero na Amazônia demonstram que a classe média e a classe alta eram muito mais permeáveis a essas subordinações do que as classes trabalhadoras. Poucos casais das classes trabalhadoras se casavam no civil. Não raramente essas mulheres tinham que assumir sozinhas o sustento de seus filhos, após serem abandonadas ou abandonarem os seus companheiros devido ao alcoolismo ou a maus-tratos.

Figura 1. Igarapé das mulheres



Fonte: Relatório de Augusto Montenegro (1908)⁷.

A figura da mulher esposa e procriadora está entre as mais comuns nas imagens analisadas. A imagem mais encontrada foi da mulher no espaço doméstico, ao lado do marido e rodeada pelos filhos, autenticando o seu espaço na sociedade da época. Até mesmo as fotos

⁷ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

da mulher no espaço público, em ambiente de trabalho, são em sua maioria ligadas à procriação (no papel de parteiras), saúde (no papel de enfermeiras) e educação (no papel de professoras).

Vale lembrar que foi somente a partir de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, que a mulher passou a ter o direito de trabalhar livremente, sem a autorização do esposo, “mas podendo o marido impedi-la de continuar no emprego, caso julgasse suscetível de prejudicar os vínculos da família ou se constituir em perigo manifesto às condições peculiares da mulher” (MORAES FILHO, 1976).

Figura 2. Janary Gentil Nunes, Iracema de Carvão Nunes e família (1945)



Fonte: Blog Diniz Botelho Filho⁸.

Iracema de Carvão Nunes foi primeira-dama do Estado. Exercia a assistência social, fazendo doação de alimentação, vestuário e remédios. Teve dois filhos e faleceu jovem com problemas cardíacos. É uma das únicas mulheres a dar nome a uma avenida na capital. Na Figura 2 posa na típica foto de família da época, acompanhada do marido e dos filhos, mostrando-se realizada no papel de esposa e mãe.

Alice Dea foi a segunda esposa de Janary Nunes. Ela é irmã de Iracema Carvão Nunes, sua primeira esposa, que faleceu e foi enterrada em Macapá, em 24 de julho de 1945. A Figura 3 mostra o casamento de Janary Nunes e Alice Déa, um ano após a morte da primeira esposa. Na época, era comum o viúvo casar-se com uma irmã da esposa falecida: a escolha evitava futuros problemas com a prole do primeiro casamento, já que a madrasta possuía vínculos afetivos com as crianças.

⁸ Disponível em: <http://dinizbotelho.blogspot.com/>.

Francisca Luzia da Silva, conhecida como Mãe Luzia, foi a primeira parteira remunerada do Território do Amapá. Foi homenageada dando seu nome à Maternidade de Macapá, inaugurada em 1953, um ano antes de sua morte. Mãe Luzia trouxe à vida centenas de amapaenses. Na foto ela aparece ao lado de Ceminha, filha de Janary Nunes e Iracema Carvão Nunes. Os partos eram na sua maioria conduzidos por parteiras, pela escassez de médicos na região. Essas eram muito bem quistas pela sociedade, devido ao nobre trabalho que exerciam.

Figura 3. Casamento de Janary Gentil Nunes e Alice Déa Carvão Nunes (1946)



Fonte: Porta-Retrato⁹.

Na figura 4, apesar da proximidade entre Mãe Luzia e Ceminha, não percebemos nenhum tipo de afeto ou carinho entre elas. A impressão que se dá é que Mãe Luzia está desconfortável, talvez por estar posando para uma câmera fotográfica e não estar tirando poucas fotografias durante a sua vida. Nota-se a diferença de condições financeira de ambas: Ceminha está bem vestida, com laçarote nos cabelos, de acordo com o que se esperava da filha do governador. Os trajes de Mãe Luzia são mais simples, porém dignos.

⁹ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Figura 4. Mãe Luzia e Ceminha (final dos anos 1940)



Fonte: Porta-Retrato ¹⁰.

A educação da mulher

Como o que se esperava da mulher era os cuidados com a casa e os filhos, a educação voltada para as garotas priorizou esses aspectos. A Escola Doméstica de Macapá foi fundada na década de 1950 pelas irmãs Santana Rioli, Celina Guerini, Batistiria Gritti, Rosa Agostini, Elvira Buyatti e Francisca Viola, para meninas, em regime de internato. No estabelecimento as meninas se preparavam para serem donas de casa preñdadas, aprendiam a cozinhar, costurar, bordar, lavar e passar roupas.

¹⁰ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Na Figura 5, as garotas estão uniformizadas e sentadas, ordeiras, atenciosas ao bordado que executam, como uma boa garota deveria se comportar. A imagem é uma prova de que as meninas da região estavam sendo devidamente preparadas para assumir o papel ao qual eram destinadas. A sala se encontra cheia com a futura geração de donas de casa e mães de família.

Figura 5. Aula de bordado (1950)



Fonte: Porta-Retrato¹¹.

Na Figura 6, temos um grupo de estudantes da Escola Doméstica na capela, de joelhos, rezando. Elas usam roupas brancas e véus nos cabelos, remetendo à pureza e castidade. O Jornal Amapá número 391 de 13 de setembro de 1952 trouxe uma grande reportagem com várias

¹¹ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

fotografias da Escola Doméstica sob o título: O lar é o alicerce da família. Como a maioria dos governos autoritários da época, esse era o papel que se esperava da mulher: serem boas esposas, boas donas de casa e boas mães. As virtudes da mulher eram ter uma casa limpa, organizada, filhos bem cuidados e educados e serem gentis com os seus maridos, provedores do lar.

Figura 6. Na capela da Escola as alunas internas cumprem seu dever religioso



Fonte: Imprensa Oficial. Jornal Amapá, n. 391, 13/09/1952.

Assim como no subcapítulo sobre o corpo e saúde, notamos várias semelhanças em fotografias de escolas voltadas para garotas no governo nacional-socialista alemão. Existindo grupos separados para garotos e garotas, o partido deixava claro as diferentes expectativas e papéis de gênero de cada grupo. Criada em 1932 pelo partido como parte da juventude hitlerista, a BDM (*Bund Deutscher Mädel*) ou Liga das Garotas Alemãs, no princípio a adesão era voluntária. A partir de 1936 ela passou a ser compulsória. Nesse mesmo ano, a primeira *BDM Household School* foi inaugurada. Um curso de um ano ensinava tudo o que elas precisavam

saber para cuidados com a casa e os filhos: cozinhar, assar, jardinagem, costura, crochê, aulas teóricas sobre nutrição, saúde, cuidados com crianças e doentes.

Nesta sala encontramos um grupo de onze garotas sentadas em um semicírculo, aprendendo a costurar (Figura 7). Ao centro temos uma pilha de roupas em cima de um tapete. São garotas jovens, pré-adolescentes, uniformizadas, com cabelos presos em tranças, aprendendo outra habilidade esperada da mulher pela sociedade. Ao fundo, uma instrutora orienta uma menina. Todas estão ordeiras, concentradas em suas atividades.

Figura 7. Garotas BDM aprendendo a costurar, 1943



Fonte: Alamy Stock Photo.

Na Figura 8, acima, quatro garotas, sentadas, servem como voluntárias, enquanto outras quatro, agachadas, enfaixam seus pés. A instrutora está próxima, orientando. Outras assistem à simulação ao fundo. Atrás das garotas vemos bandeiras nazistas. Também era esperado pela sociedade que as mulheres cuidassem das crianças e dos doentes da família. Portanto, era importante que essas tivessem noções básicas de primeiros socorros.

Figura 8. Garotas BDM aprendendo primeiros socorros



Fonte: Alamy Stock Photo.

A mulher no mercado de trabalho

Devido à necessidade de mão de obra para a construção do seu novo governo, Janary Nunes se valeu do trabalho feminino. Como os homens com formação estavam nos postos de gestão e os menos qualificados na construção dos novos edifícios, coube às mulheres os postos assistencialistas, como o de professora, enfermeira ou secretária.

Na Figura 9, vemos os alunos da Escola Normal Regional de Macapá na praça da cidade, em frente à Catedral, posando para a fotografia. A diretora do curso, professora Predicanda de Amorim Lopes, está ao centro. Todos estão uniformizados: as garotas de blusas brancas de

mangas compridas, gravatas e cintos escuros, saias escuras e longas, meias brancas e sapatos fechados escuros; os garotos também com blusas brancas de mangas compridas e calças escuras. Podemos observar a desigualdade de sexo na formação dos novos educadores: temos seis rapazes agachados à frente, enquanto podemos contar mais de cinquenta garotas. A docência tinha em sua maioria mulheres pela associação à obrigação de educar seus filhos.

Figura 9. Alunos da Escola Normal de Macapá



Fonte: Imprensa Nacional. Jornal Amapá, n. 287, 13/9/1950.

Em 1955 o Amapá teve o seu primeiro curso de nutricionistas. Como podemos visualizar na figura 10, todos os seus alunos eram mulheres, inclusive a professora. A fotografia traz as alunas em pé, atrás de uma bancada, todas de uniforme branco e toucas, concentradas, ouvindo a instrutora. O trabalho profissional da mulher encontrava-se, majoritariamente, no setor de prestação de serviços: as mulheres eram empregadas domésticas, professoras, enfermeiras, secretárias, nutricionistas.

Figura 10. Primeiro curso de nutricionistas do Território



Fonte: Imprensa Oficial. Jornal Amapá, n. 616, 13/03/1955.

Figura 11. Turma de enfermagem do Hospital Geral de Macapá (1950)



Fonte: Porta-Retrato¹².

¹² Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Como na fotografia anterior, na turma de enfermeiros do Hospital Geral de Macapá da foto de 1950 (Figura 11), encontramos seis mulheres e três homens, ou seja, o dobro de mulheres em relação a homens, reiterando que o cuidado com as pessoas nas áreas de saúde e de educação concentravam o contingente do trabalho feminino. Eles posam uniformizados, sentados na escadaria na frente do hospital.

A mulher e o matrimônio

Como o lugar da mulher era no lar, assim que elas chegavam à puberdade elas eram apresentadas à sociedade, como futuras candidatas para o matrimônio. O baile de debutantes sempre foi um rito de passagem na nossa sociedade, sinalizando que a menina virou moça, apresentando-as para um futuro compromisso de enlace matrimonial.

Figura 2. Baile de debutantes no Aeroclube



Fonte: Porta-Retrato¹³.

Enquanto estas são mantidas castas, pois o controle da atividade sexual da mulher garante a segurança da paternidade, outras são destinadas ao lazer masculino. Para o homem de meados do século passado, a mulher é complexa e ambígua: ela é ao mesmo tempo uma figura sagrada no papel da mãe, e perdição na figura da tentação sexual.

¹³ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Figura 13. Rita de Matos Costa - Miss Macapá 1947 e 1948



Fonte: Porta-Retrato¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Na figura 13 temos a senhorita Rita de Matos Costa, vencedora do Miss Macapá por dois anos consecutivos. A Miss encontra-se em pé, posando para a foto, sorridente, mãos no quadril, de cabelos presos e roupas femininas, um vestido bem-comportado, com uma flor no seio, sapatos de salto alto. Ao fundo vemos a Bandeira do Brasil. Em todos os primeiros anos do Jornal Amapá encontramos várias reportagens tratando do tema. Ritualística que se mantém até os dias atuais, a eleição de Miss reforça o conceito que a mulher vale pela a sua aparência, o seu invólucro, se atendo a especificidades como medidas dos seios, cintura e quadril.

Figura 14. Carnaval (anos 1950)



Fonte: Porta-Retrato¹⁵.

A Figura 14, acima, mostra o desfile de passistas no carnaval, onde se pode notar as pessoas devidamente vestidas ao fundo, enquanto as garotas se apresentam em trajes mínimos, em exposição, sendo objetificadas. A violência à mulher não acontece somente no sentido físico, com a agressão e o estupro, mas também no uso de seu corpo como um brinquedo sexual, usado para satisfazer aos desejos masculinos, transformando-se em um objeto de consumo. Enquadra-se nessa situação a prostituição, os concursos de miss, as mulheres pouco vestidas nas escolas de samba etc.

Em 1968, um grupo de feministas realizou uma marcha em Atlantic City, durante o Concurso Miss América, com o lema “Todas as mulheres são lindas”, protestando contra os

¹⁵ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

padrões de beleza impostos pela sociedade. O movimento “No More Miss America” contou com cerca de 400 mulheres, dispostas a botar fogo em objetos estereotipados, como sutiãs, cílios postiços e saltos altos. No entanto, tais posturas críticas não repercutiram na sociedade brasileira e tão pouco na amapaense.

Figura 15. Homenagem ao Guaraná Flip (anos 1950)



Fonte: Porta-Retrato¹⁶.

Nesta figura 15, da mesma forma, podemos notar o homem com o seu corpo coberto por roupas, enquanto a mulher se apresenta em sua fantasia, com roupas curtas e apertadas, desenhando todo o seu corpo. Nessa foto, a antítese pouca roupa e muita roupa divide o plano da figura em um eixo vertical, assim como demonstra Burgin (COLOMINA, 1992, p. 219) na foto “Autorretrato com esposa e modelos”, Vogue Studio, Paris 1981, de Helmut Newton.

¹⁶ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Figura 16. Autorretrato com esposa e modelos



Fonte: Fotografia Contemporânea (2006)¹⁷.

As divergentes

Simone Beauvoir afirma: “sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se” (1970, p. 18). Perpetua-se.

¹⁷ Disponível em: http://fotocontemporanea.blogspot.com/2006/08/helmut-newton_18.html.

Somos diferentes. Isso é evidente. Como Simone Beauvoir (1970, p.08-09) afirma: “em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestadamente diferentes”. Para Beauvoir, os aspectos das diferenças entre os dois sexos são culturais.

Não é a natureza que define a mulher, é ela que se define, com suas atitudes, suas escolhas, com sua trajetória, o caminho que resolve traçar ao longo de sua vida. Há que se separar o sexual do genetal. Nasce-se com uma genitália pré-definida. Apesar da maior parte das vezes servir de orientação educacional para a sociedade em geral, não necessariamente define o que o indivíduo será. A genitália não deve ser um fator limitante para as escolhas. Simone Beauvoir afirma (1970, p.57):

Assim como não basta dizer que a mulher é uma fêmea, não se pode defini-la pela consciência que tem de sua feminilidade; toma consciência desta no seio da sociedade de que é membro. (...) Mas uma vida é uma relação com o mundo; é escolhendo-se através do mundo que o indivíduo se define.

Ainda segundo Beauvoir (1970, p.72), “a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo cuja estrutura econômica e social é indispensável conhecer”. É somente através do conhecimento dessa realidade que se entende como as mulheres estão inseridas nesse contexto e como podem exercer suas escolhas.

A primeira onda do movimento feminista no mundo se deu nos Estados Unidos e no Reino Unido com as sufragistas, reivindicando o direito da mulher ao voto. No Brasil, iniciou-se em 1910 com a fundação do Partido Republicano Feminino por Deolinda Daltro, no Rio de Janeiro, também com o objetivo de lutar pelo voto feminino. Esse direito foi obtido pelas brasileiras em 1932. Nas décadas que se seguem há uma diminuição dos protestos feministas, já que a maioria das reivindicações (direito a voto, educação e trabalho) havia sido atendida. Com a Segunda Guerra Mundial e a ida dos homens aos campos de batalha, as mulheres assumem os postos vagos no mercado de trabalho. Terminada a guerra, há uma tentativa de recolocar a mulher no ambiente doméstico – é aí que surge a segunda onda feminista. Apesar de o Amapá estar muito longe desses acontecimentos, conseguimos encontrar algumas imagens que mostram atitudes progressistas para a época.

Figura 17. Equipe da Rádio Difusora de Macapá (1956)



Fonte: Porta-Retrato¹⁸.

As mulheres tiveram seu espaço no radialismo do Estado: a Rádio Difusora Amapaense foi a primeira a se instalar em Macapá em 1946. Ela teve em seu *cast* várias locutoras, como Alcinea Cavalcante, Maria Cristina Homobono Brito, Edna Luz, Oswaldina Figueira, Teresinha Fernandes; radiadoras como Lygia Cruz (Figura 17), Carmem Cruz, Amélia Borges, Marilena Souza e outras. Creusa Souza Bordalo, na fotografia, foi radiadora e chegou a dirigir a empresa.

Em 1954 Macapá já contava com um time de vôlei feminino (Figura 18). A postura e os trajes dessas oito jovens eram algo não muito usuais para as mulheres da época. Nota-se também no rosto delas, principalmente das quatro agachadas, uma autoconfiança não encontrada nas fotos anteriores.

¹⁸ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Figura 18. Time de vôlei feminino (1954)



Fonte: Porta-Retrato¹⁹.

Apesar do péssimo estado da figura 19, podemos ver três garotas confiantes passeando, montadas em seus cavalos, em uma área aberta, ao ar livre. A legenda nos informa que são concorrentes da prova de equitação, que ocorreu durante a II Exposição de Animais em 1949 no Parque de Exposições da Fazendinha.

¹⁹ Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>.

Figura 19. Três jovens concorrentes à prova de equitação para moças na II Exposição de Animais



Fonte: Imprensa Nacional. Jornal Amapá, n. 235, 13/09/1949.

Aqui temos outro exemplo de uma mulher empoderada, também referente a atividades esportivas. A fotografia da atleta de saltos ornamentais Glória Maria, dando uma entrevista, na sua chegada no aeroporto de Macapá, após a sua vitória (Figura 20). Ela está confiante, em frente ao microfone, de postura ereta e mão na cintura. É o centro das atenções, cercada por homens e o fato não a intimida. Infelizmente, percebemos que as garotas que tiveram essas oportunidades foram somente as pertencentes às classes mais abastadas da sociedade local. E ainda assim, as mulheres “empoderadas” da época, a maioria o eram dentro das atividades toleradas, relativas aos esportes e ao lazer.

Figura 20. Campeã de saltos ornamentais dá entrevista



Fonte: Imprensa Nacional. Jornal Amapá, n. 620, 27/03/1955.

Figura 21. Ex-aluna do Colégio Amapaense na Faculdade de Medicina do Ceará



Fonte: Imprensa Oficial. Jornal Amapá, n. 622, 03/04/1955.

A figura 21 trata-se de uma fotografia de formatura tradicional: enquadramento em primeiro plano, jovem vestida de beca, séria, fundo liso. A garota chama-se Ielda Tumonis Alcântara e foi uma ex-aluna do Colégio Amapaense admitida na Faculdade de Medicina do Ceará. Devido às condições em que se encontrava a educação em 1944, na época da criação do Território, esse foi um evento a ser comemorado pelo governo, pois era um exemplo vivo da melhora da educação na região. Outra questão a ser comemorada é o fato de se tratar de uma mulher, pois a medicina ainda era uma profissão dominada por homens.

Considerações finais

Através das imagens analisadas, observamos que o espaço da mulher na sociedade amapaense da época foi bastante limitado, principalmente ao papel de esposa e mãe. A educação também era diferenciada da oportunizada aos meninos, com ensino básico das disciplinas focando majoritariamente na criação de boas donas de casa. As que se aventuravam a ter uma vida profissional, geralmente a encontravam na área de cuidados, como a docência e a enfermagem. Porém existiam aquelas que ousavam, que agia diferente e conseguiam se inserir em áreas em que não era comum encontrar mulheres. Portanto, o que percebemos na maioria das imagens, com raras exceções, é a desigualdade social vivida entre pessoas do sexo masculino e feminino na região. Desproporção ainda mais sentida quando se trata de mulheres das classes sociais menos privilegiadas.

Referências

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

LOBATO, Sidney. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

LOBATO, Sidney. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956).** Belém: Paka-Tatu, 2009.

LOBATO, Sidney. **Família e sobrevivência cotidiana na Foz do Amazonas (1944-1964).** Anos 90, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 353-373, dez. 2015.

MAUAD, Ana Maria. **Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX.** An. mus. paul. [online]. 2005, vol.13, n.1, pp.133-174. ISSN 0101-4714. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100005>.

MORAES FILHO, E. **O trabalho feminino revisitado.** Legislação do Trabalho, 1976.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

PINN, V. (org.). **Our bodies, ourselves.** Estados Unidos: Simon & Schuster, 2006.

REIS, A. R. G. **Do Segundo Sexo à Segunda Onda: discursos feministas sobre a maternidade.** 2008. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ROCHA-MOUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OUTRAS REFERÊNCIAS

IMPrensa OFICIAL. **Jornal Amapá.** Edições no. 1 a 697. Macapá: 1945-1956.

OLIVEIRA, Tatiana Pantoja. **Público/confessional, cultura escolar e formação de habitus: a escola doméstica de macapá/ap (1951-1964).** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, 2016. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/DISSERTA%c3%87%c3%83O-DE-MESTRADO-TATIANA-PANTOJA-OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

NUNES, Janary Gentil. **Relatório de Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Capitão Janary Gentil Nunes, Governador do Território.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

RELAÇÕES ENTRE A MALHA URBANA E O SUBSTRATO NATURAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO: SETORES ANALÍTICOS PARA A FRAGMENTAÇÃO E EXPLOSÃO DA MALHA

*Patrícia Helena Turola Takamatsu
Fabiano Luís Belém*

Resumo

O presente artigo tem como questão central avaliar a relação entre a ocupação urbana, realizada através da sua malha, e o substrato natural no contexto amazônico. Toma para isso, a cidade de Macapá como caso representativo de um processo de urbanização comum a muitas cidades. Traz o argumento de que a urbanização na Amazônia está diretamente associada a uma estratégia de índole colonial que consiste na negação desse substrato. A produção da condição de 'terra firme', uma referência persistente de solo urbanizável presente, como critério, desde a escolha do sítio inicial de implantação até a urbanização fragmentada, é comandada pelas lógicas oportunistas de empreendimentos imobiliários organizados em enclaves autônomos, perpassando os diversos momentos históricos e pelas representações e modelos de cidade instituídos por diferentes planos urbanísticos. Assim, através dessa metodologia de discriminar as referências à condição de terra firme como possibilidade para a cidade, concluiu-se a patente a associação da terra alagada (localmente chamada de ressaca) a uma condição 'não-urbana' e precária, tanto pela exclusão social das populações moradoras dos bairros construídos sobre palafitas, quanto pela adoção dos marcos legais de um preservacionismo profundamente antiurbano que tende a opor cidade e floresta. Como objetivo final alcançou-se a busca da delimitação conceitual de confirmar que a formação de tecidos urbanos abertos produz formas que são essencialmente fechadas e exclusivas, e o substrato natural permanece descolado do processo de urbanização.

Palavras-chave: malha urbana, substrato natural, urbanização amazônica, Macapá.

Introdução

Conforme levantado por Takamatsu & Lassance (2019), a realidade urbana amazônica à primeira vista aparenta ter uma relação direta com o meio ambiente natural, contudo essa premissa, torna-se vaga, ao se contrastar as diversas formas de ocupação que a cidade de Macapá sofreu - estudo de caso representativo abordado neste artigo. As relações entre os ambientes construídos e os ambientes naturais se fragilizam na medida que a dicotomia entre eles se torna de difícil construção epistemológicas.

Ao nos referirmos a malha urbana enquanto conformadora do grid, xadrez, reticulado, Habraken (2000) avança na discussão sobre a estrutura do ambiente enquanto formas ordinárias, destacando que elas remetem diretamente ao controle sobre o espaço. Nessa lógica, as mutações da forma no espaço são constantemente reinventadas, à medida que, com o crescimento e alteração ao longo do tempo, o ambiente construído assemelha-se mais a um

organismo do que a um artefato. O autor rejeita veementemente um positivismo que explique as formas e transformações como inevitáveis ou como obras do acaso.

Extrapolando a abordagem única da forma, que a descrição do grid passa a impetrar, Habraken (2000) complementa, que é somente por intermédio dos agentes que se têm as conformações. As estruturas mais simples se dão como fenômenos orgânicos simbióticos, não havendo nenhuma distinção absoluta entre o agente que cria e o que usa o espaço. Assim, “as pessoas impregnam a vida e o espírito do lugar, desde que estejam ativamente envolvidas e encontrem um determinado ambiente construído que valha a pena renovar, alterar e expandir” (HABRAKEN, 2000, p. 7, *tradução nossa*).

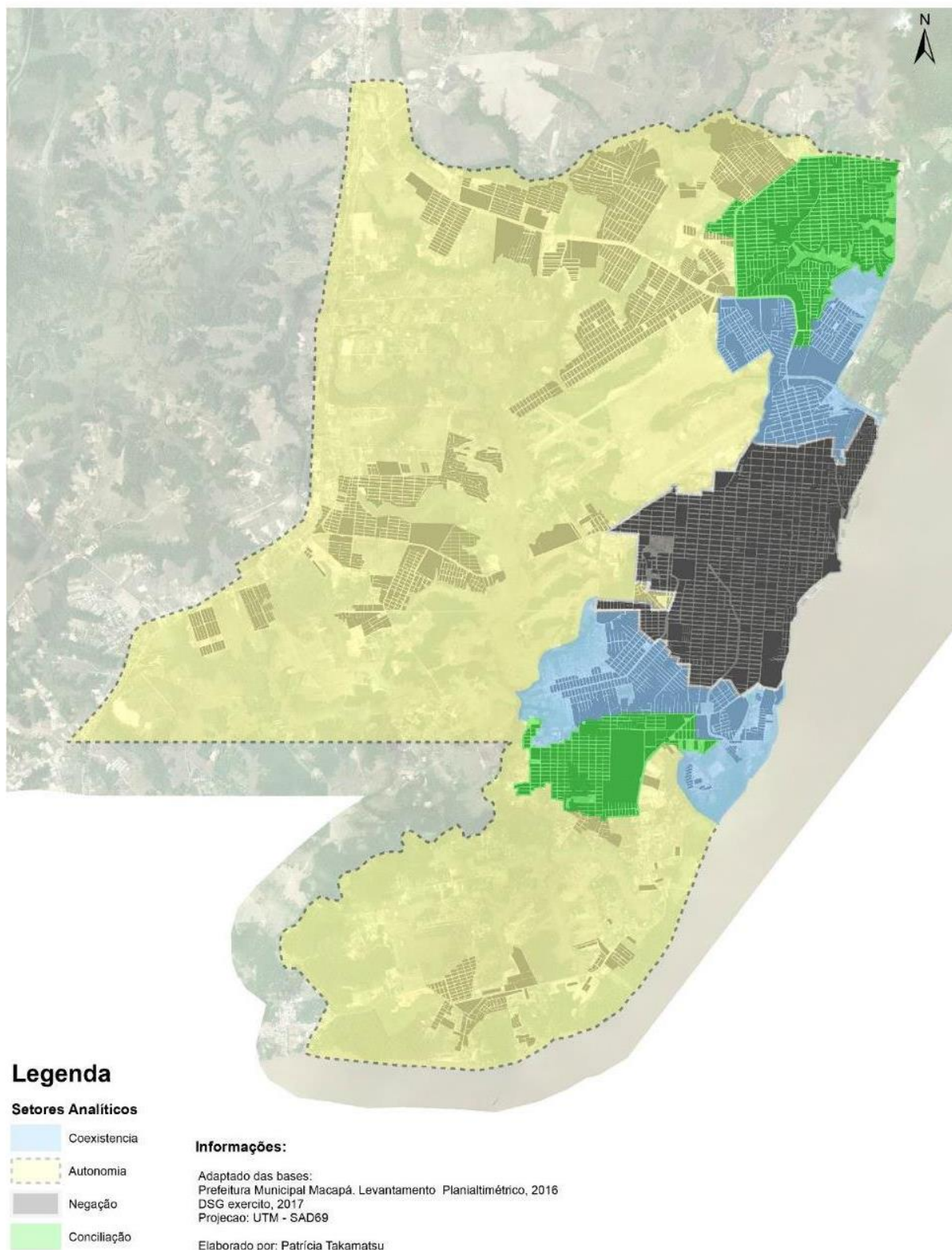
Em relação à ausência de avaliação dos substratos naturais, Viganò (2018) e outros destacam que a emergência de conflito das malhas se encontra no entendimento dos processos de difusão e de uso extensivo do território. A autora destaca a necessidade de se compreender as diferenças entre aspectos tradicionais e recentes, horizontais e verticais, integrados e justapostos. Desse modo, a crítica contemporânea da literatura urbanística realizada por Viganò (2018) soma-se ao posicionamento de Aureli (2011), que alerta quanto às contradições de uso apenas da forma urbana pura quanto às consequências do seu instrumento de ação: a grelha simples. Entretanto, como nos alerta Pope (2015), atualmente a fragmentação e a apropriação dos tecidos urbanos do território nunca foram tão expressivas, com destaque para o papel fundamental dos diferentes agentes produtores da malha.

É difícil entender o quanto uma cidade de inundação espacial sem precedentes – um tecido urbano aberto pelo espaço - produziu formas que são essencialmente fechadas e exclusivas. [...] Não é a simplicidade da grade que explica essa elaborada topografia social; *é sua reverência à complexidade que sustenta a ampla gama de sua heterogeneidade adaptativa* – ser o aparato capacitador de uma série tão improvável de eventos (POPE, 2015, p.17-19).²⁰

Procurou-se metodologicamente, para construção das análises para os estudos, decifrar as relações interdisciplinares para além das abordagens convencionais, evidenciando-se componentes e inter-relacionando-os, no intuito de consolidar uma boa base de dados e mapeamentos, avançando, assim, no estado da arte do estudo de caso. A partir disso foi possível criar um Mapa de categorização em setores analíticos baseados nas mudanças morfológicas que cada parte do tecido urbano no ano de 2018 apresentava, conforme Figura 1.

²⁰ Tradução livre de: “*It is difficult to understand how a city of unprecedented spatial inundation — an urban fabric opened up by space — has produced forms that are essentially closed and exclusive. [...] It is not the simplicity of the grid that accounts for this elaborate social topography; it is its deference to complexity that supports the wide range of its adaptive heterogeneity— to be the enabling apparatus of such an unlikely series of events*” (POPE, A. 2019, p. 17-19)

Figura 1. Mapa de categorização da malha em setores analíticos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Quando a terra avança ela muda de valor

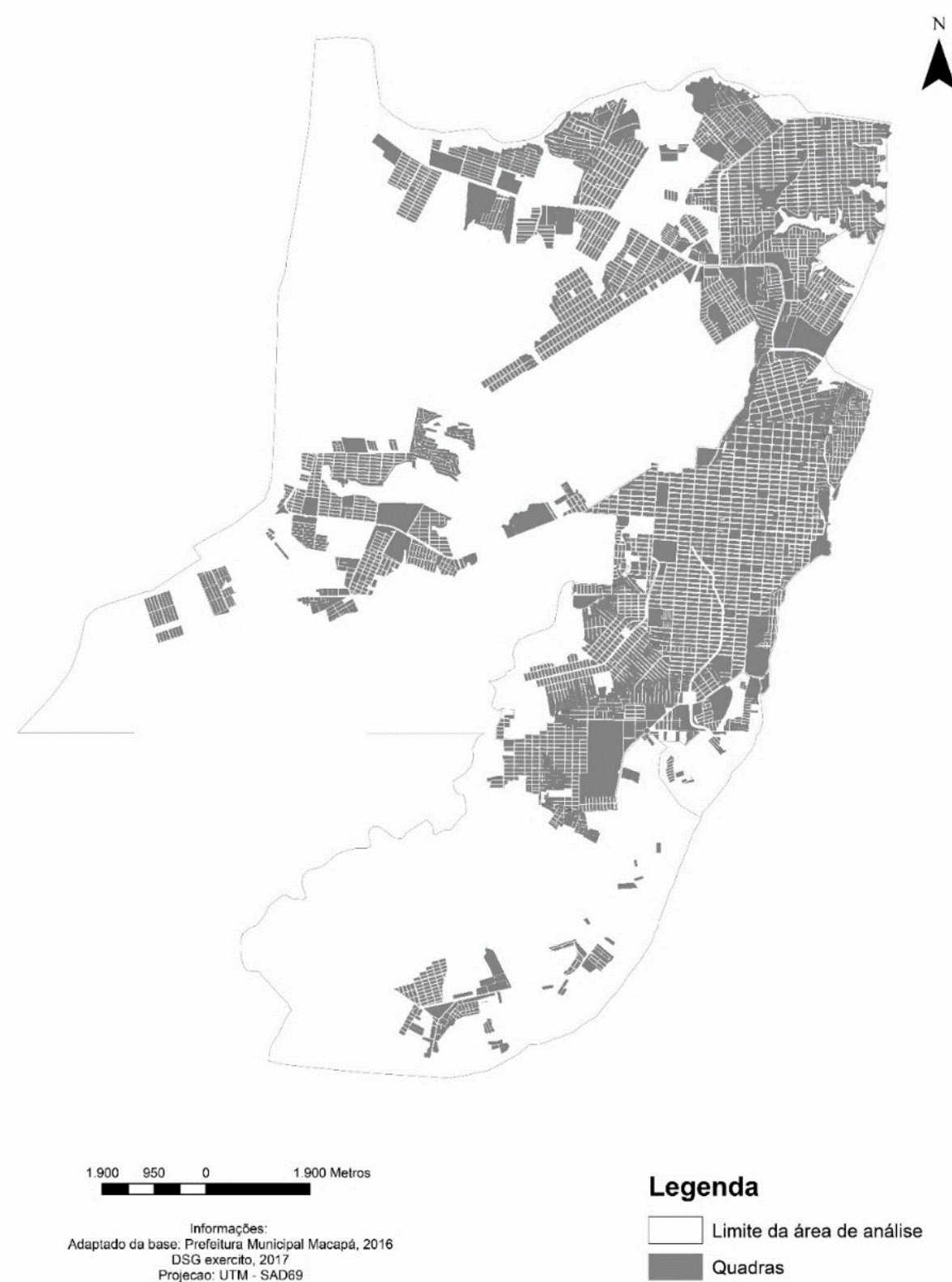
Ao construir algumas categorias conceituais a partir da observação e identificação de diferentes modos de relação entre produção do espaço urbano e substrato natural, buscou-se caracterizar seus respectivos agentes promotores e suas lógicas de operação. O objetivo também foi erguer um quadro que permita aprofundar o conhecimento sobre o processo de urbanização na Amazônia. Procura-se, assim, transcender a visão simplificadora que costuma opor cidade e natureza para alcançar um entendimento mais complexo que seja útil a futuras iniciativas planificadoras para a região.

Foram considerados os diferentes ambientes políticos, quadros legais e referenciais culturais de cidade e planejamento que exerceram influência sobre determinadas práticas e modos de produção do espaço urbano. Devido à complexidade de fatores em jogo, a análise aqui proposta privilegiou os elementos que permitem distinguir os diversos processos em detrimento de um estudo aprofundado e mais detalhado dos procedimentos adotados em cada um dos casos identificados. Pretende-se, assim, construir e fornecer uma base mais ampla e geral para subsidiar futuros estudos que poderão, por sua vez, aprofundar-se no conhecimento mais específico de cada categoria proposta.

Os recortes específicos de análise demonstrados na Figura 1, que subsidiaram as hipóteses de categorias conceituais propostas, foram definidos a partir da identificação da relação física entre malha urbana e substrato natural. A malha ortogonal e regular pode ser observada através da figura-fundo, para seu destaque morfológico, apresentada na Figura 2. Tal confrontação entre as imagens será trabalhado e desdobrado, a seguir, para cada um dos diferentes momentos do processo de produção do espaço urbano da cidade de Macapá.

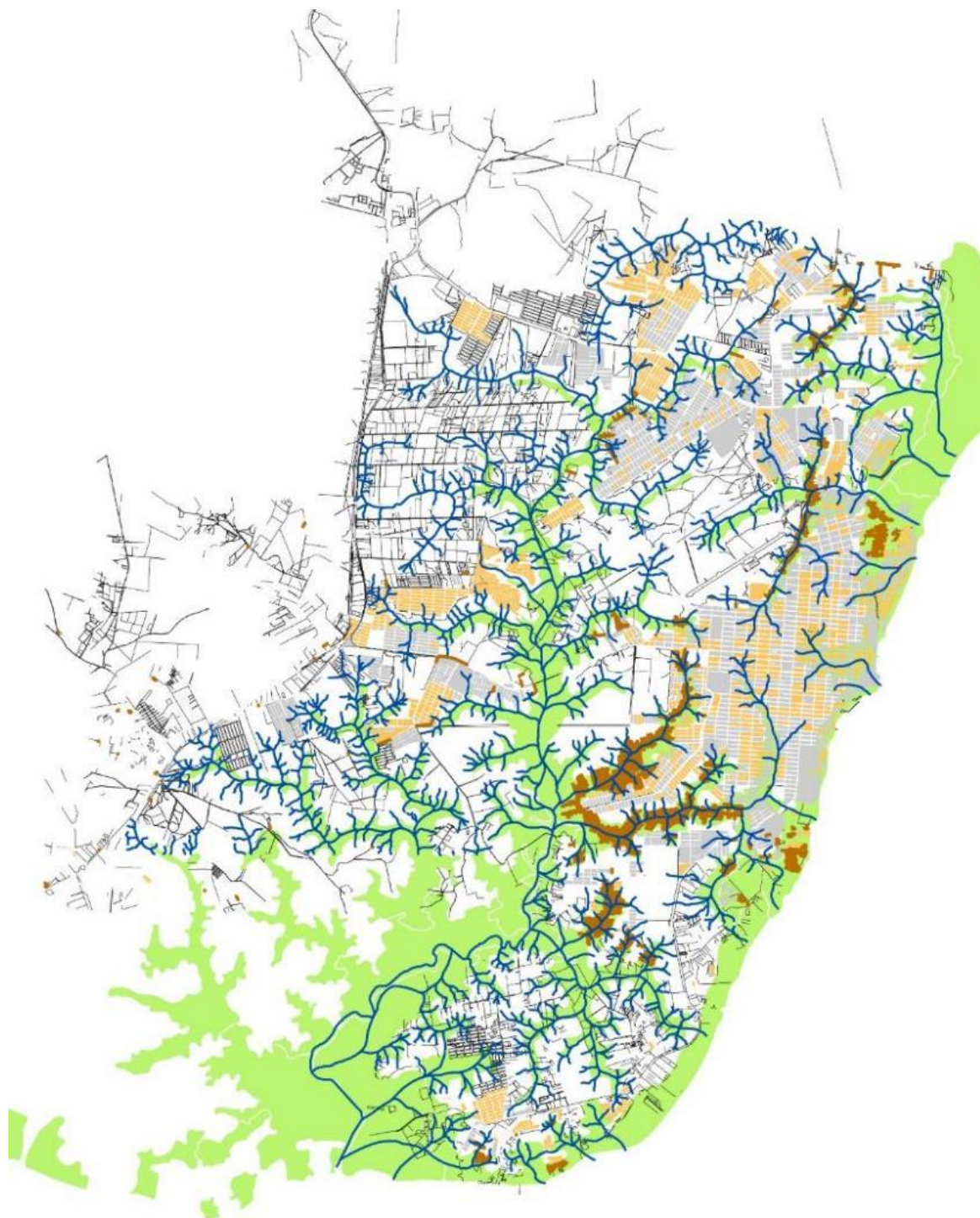
Inicialmente, tem-se quatro categorias onde no mapa da Figura 2 foi possível identificar uma região mais central de malha regular ortogonal contínua correspondente à área urbanizada mais antiga e suas primeiras expansões a sul e a norte (em azul). Uma segunda área, ao norte, chamada de Novo Horizonte, de expansão urbana mais recente, também organizada em malha regular, mas recortada e parcialmente interrompida pelas áreas alagáveis (em verde). Um terceiro setor que se expandiu ao sul, ocupando as áreas alagadas das ressacas (em amarelo) e, por último, uma região ainda mais periférica, conhecida como Eixo Norte e, caracterizada por um tecido mais fragmentado. Essas diferentes áreas encontram-se esquematicamente localizadas no mapa das Figura 1 e Figura 3.

Figura 2. Elaboração de figura fundo da morfologia urbana de Macapá



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Figura 3. Localização de distintos elementos geomorfológicos e urbanos sobrepostos



Legenda

-
- TALVEGUES IDENTIFICADOS
 - PALAFITAS
 - RUAS COM QUADRAS SEM ASFALTAMENTO COMPLETO
 - RUAS COM QUADRAS ASFALTADAS
 - LIMITES E CAMINHOS DE LIMITES E NOVOS TRAÇADOS URBANOS
 - Ressacas_varzeas_e_pluvial (Takiyama, 2012)

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A partir deste ponto a abordagem metodológica de análise dos setores se deu por sua caracterização de configuração urbana realizada com dados obtidos pelo tratamento por Sensoriamento Remoto da OrtoCarta base do Exército (DSG, 2017[2015]) que contou com levantamento aerofotogramétrico, com captação inédita realizada pelo grau de detalhamentos de dados provenientes tanto de fotos aéreas realizadas por voos, como com seu cruzamento com dados de sensores de radar. Outra vantagem do uso desse um levantamento aéreo, foi a resolução da escala adotada (maior nível de detalhes), de alta resolução (0,28cm/pixel), uso que as imagens de satélite até então disponíveis não possibilitariam.

A carta imagem síntese da base do Exército (DSG, 2017[2015]) serviu como base comparativa para o arquivo “Mapa urbano Detalhado de Macapá -(3) _me2.dwg”, em que foram encontradas inúmeras informações em base de CAD provavelmente utilizadas para a realização do Plano Diretor de 2004²¹, ao que consta também de uma atualização da topografia pela constatação de vários pontos cotados, provavelmente levantados em campo. Utilizando-se esta base de dados de alta qualidade pode-se aumentar acurácia dos demais dados trabalhados sobre ela.

Assim, através destas bases foram ampliadas as vetorizações das bases de ocupação do solo, além da classificação dessas áreas a partir da percepção de sua modificação morfológica. A abordagem não apenas trabalhou com o ambiente bidimensional, como alerta Leukert (2003), que infelizmente, a maioria das abordagens trabalha em imagens de 2D simples, negligenciando as informações valiosas inerente ao processamento em 3D. Ressalta-se que o Ehlers (1991) alerta sobre o processamento digital de imagens em SIGs não deve ser utilizado somente para produzir esquemas de GIS-layers com informações pictóricas “desinteligentes”.

Área central: Negação

No primeiro recorte de Macapá, o elemento do tecido urbano que mais se destaca é a Fortaleza de São José de Macapá — FSJM e seu entorno imediato. Localizada à margem do antigo núcleo da Vila de São José de Macapá, a sua magnitude em proporções é destacada na bibliografia, proporcionalmente à medida que se torna “monumento” simbólico cultural (BRITO, 2014).

²¹ A dificuldade da localização dos dados primários de imagens aéreas de Macapá, tanto como dados vetoriais, também pode se dar na explicitação de dados associados. Ao que tudo indica a imagem está correlacionada a arquivo CAD, pois sua conformação de recorte e dados possíveis de serem extraídos são condizentes com bases outras localizadas.

Nesse primeiro recorte, já observamos o rompimento das relações com o substrato. Na fortaleza, não se percebe mais o isolamento esperado de uma fortificação de origem militar, ao contrário, nota-se como fossos foram aterrados e nivelados à altura do asfalto (rua) de tal modo que a separação da região do restante da cidade só pôde ser observada arqueologicamente (MAGALHÃES, 2006).

Figura 4. Destaque a trecho da fotomontagem da área urbana correspondente a hoje como a região do entorno do Igarapé das Mulheres



Fonte: LASACRUZEIRO SUL (1966).

Da antiga “lagoa seca”, presente nos registros cartográficos históricos, só se observa a massa de urbanização. Do mesmo modo, não existe mais o antigo Igarapé das Mulheres, que antes era uma área de ressaca de águas estagnadas que serviam para as lavadeiras trabalharem e se banharem, antes da década de 1950. Nesse novo contexto, a Praça Zagury agora divide a orla com um canal remanescente que, com o Canal do Igarapé das Mulheres e com as reminiscências permanece apenas no nome para receber as embarcações que trazem ainda mercadorias vindas do interior do estado, como pescados, farinha, açaí etc., para o Novo Mercado do Peixe, que busca atrair as atividades locais identificadas como potencial para o contexto econômico regional (COSTA, ROSA; 2017).

Conforme observado na ilustração na Figura 3 e 4, a região, em 1966, já era representada pela simbiose conflitante entre as áreas do domínio da negação das malhas (em ruas asfálticas), e já nas áreas que já eram ocupadas por habitações do tipo palafitas e, localizadas na parte superior ao entorno do núcleo urbano naquele momento, é possível observar a relação com empreendimento agrônômico de abastecimento à cidade ou à subsistência.

O atracamento dos antigos regatões na ilha de Fortaleza não é mais possível diante da infraestrutura instalada como o muro contínuo de arrimo que segrega a cidade do Rio Amazonas, por intermédio da retificação de seu curso e da construção de um canal de concreto (COSTA, 2007). Apenas recentemente foi necessária a construção de instalações de engenharia portuária para que o local que foi perdendo seu espaço urbano pudesse ser requalificado conforme Figura 5.

O muro segrega a relação com o rio Amazonas em dois níveis: o primeiro, próximo ao nível do asfalto, atende às demandas da vida moderna quanto ao uso de tecnologias voltadas ao lazer. Ao nível das águas, o desnível vertical artificializado tem entre de 2 a 3 metros, separando a rua dos efeitos da maré (MONTENEGRO et al., 2017).

Segundo Montenegro et al. (2017), a área no nível flutuante das cheias e vazantes do Rio Amazonas, onde as águas dominam, quando seca, assemelha-se a um lamaçal ou, quando úmidas, uma grande área de mangue, na qual a população, em geral não ousa se banhar, devido à falta de balneabilidade pela poluição das suas águas. Os poucos que se aventuram na utilização dessa área, arriscam-se na criatividade desportiva do futebol de Lama, como veremos mais à frente na área de conciliação.

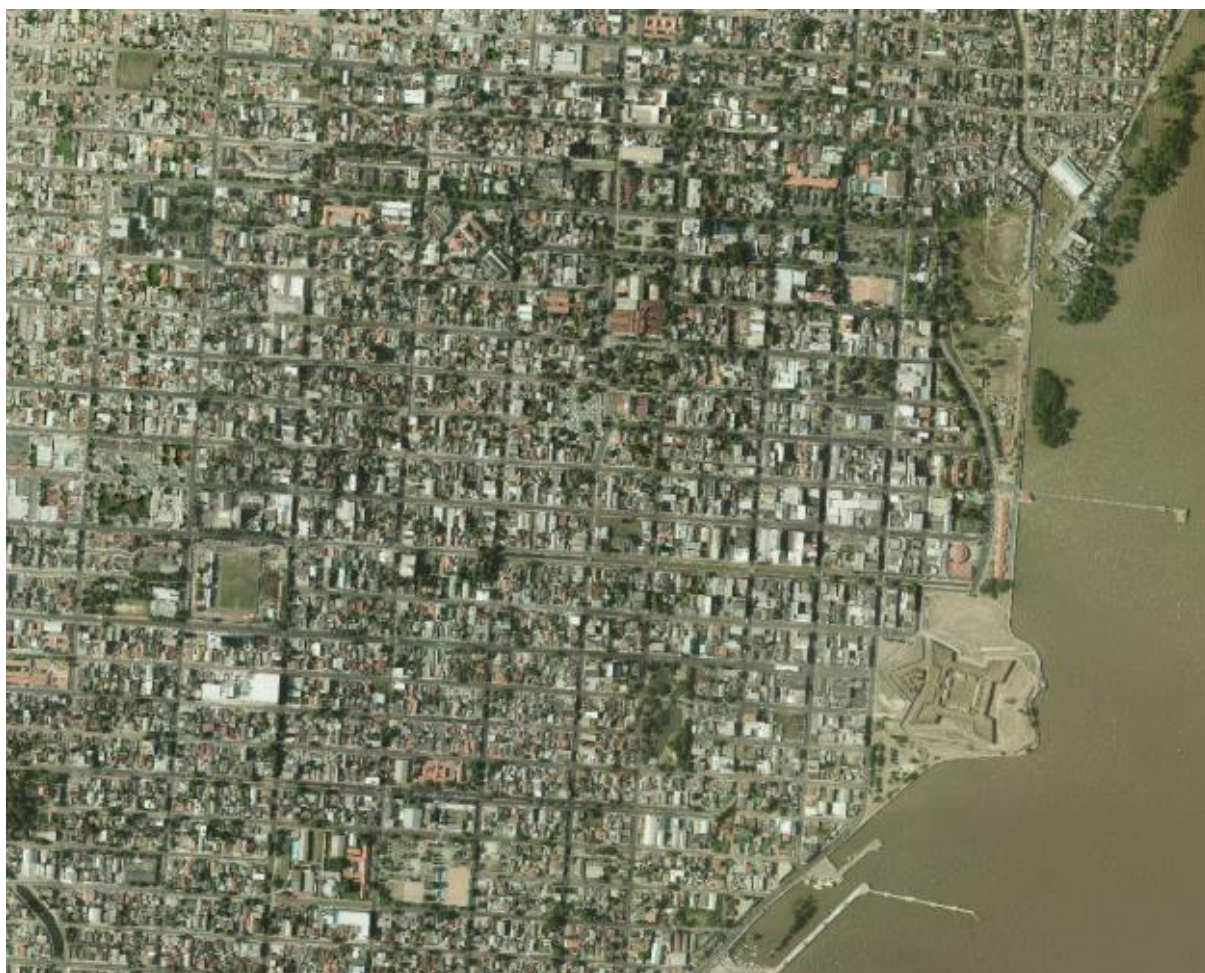
Figura 5. Imagens da Orla de Macapá



Fonte: Orla de Macapá: o lazer no cotidiano da cidade de Macapá, AP. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd190/o-lazer-no-cotidiano-da-cidade-de-macapa.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

A urbanização da orla e a requalificação do entorno da Fortaleza levaram à remoção das edificações presentes e irregulares até 2009, que se assentavam sobre as suas muralhas históricas arqueológicas, substituindo a lagoa seca por uma praça. O novo entorno, protegido pela Fortaleza de São José de Macapá — FSJM, passou a contar com um parque que tem o intuito de preservar essa área. O Parque do Forte popularmente passou a ser conhecido como “Lugar Bonito”, em referência às belas vistas que se observa do entorno da FJSM e do Rio Amazonas. Tais vistas são, logicamente, contemplativas e externas aos objetos conformadores do ambiente. O Parque do Forte, na verdade, é uma praça que tem suas adjacências marcadas pelo limite das ruas asfaltadas, as quais fazem com que sua pretensa organicidade original se adapte a um zig zag retilíneo e com a malha regular e ortogonal conforme Figura 6.

Figura 6. Vista do entorno da Fortaleza de São José: exemplo de negação do substrato natural



Fonte: Aerofotografia da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá realizado DSG/DCT/ Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2014-2016.

Algumas quadras da área central, as quais abrangem esse grande entorno da FSJM, são separadas para se tornarem especiais, para além das duas quadras originais da Vila de São Jose de Macapá que são as mais próximas a igreja de São Jose de Macapá. Uma quadra é separada para dar lugar à Praça Feliciano Coelho, outra quadra para abrigar o Estádio Glicério Marques e outra para o Mercado Central. Atualmente, há mais uma praça sendo planejada e executada (em obras), ao lado da atual OAB (antiga Intendência). As quadras originais, à medida que há a necessidade de asfaltamento e calçamento, são segmentadas em duas, dando ímpeto em reforçar o traçado da malha ortogonal, e mais prático para dinamizar os fluxos e sentidos de veículos.

Desse modo, nota-se que não há quase nada da memória colonial da vinculação da Praça Veiga Cabral como antigo largo da Igreja de São José. Ao poder público resta, na dominância do eixo da malha ortogonal, cortar a frente da Igreja, instalar um redutor de velocidade tentando instalar certa ordem de relevância ao patrimônio cultural.

Da Praça Veiga Cabral até a Praça do Barão do Rio Branco (as praças fundadoras da cidade), estendem-se largos estacionamentos em substituição aos usos coloniais. A Praça do Barão tem o seu destino esquecido pela marca da escravidão, antigamente destinado ao pelourinho, ficando agora dividida em duas quadras, uma com função de lazer e a outra com funções desportivas.

A Praça do Trem ganha, nesse contexto, a função de uma praça de bairro. Em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição, tal praça funciona como o largo de uma igreja, não se contaminando com os serviços urbanos que a Igreja de São José passou a sofrer. Nela, é permitido o uso de atividade contemplativa, encontro e esportiva, mas isso com a condição de que os seus usos não extrapolem os reticulados dos limites da malha urbana.

Da antiga orla estuarina, do entorno da Fortaleza, resta o Canal da Mendonça Júnior, o qual se tornou mais um problema de drenagem para a cidade, devido à forte influência que sofre da maré, estando sujeito às flutuações de nível, além de possuir ligações até hoje desconhecidas de como funciona a base das fundações da Fortaleza de São José de Macapá. Os lançamentos de águas de esgoto no seu canal, retificado para seguir o traçado e lançar linearmente os dejetos para fora do urbano, mas ainda assim, nas águas do Rio Amazonas, flutuam com conteúdo orgânico em decomposição, marcado, às vezes, pelo forte cheiro das águas.

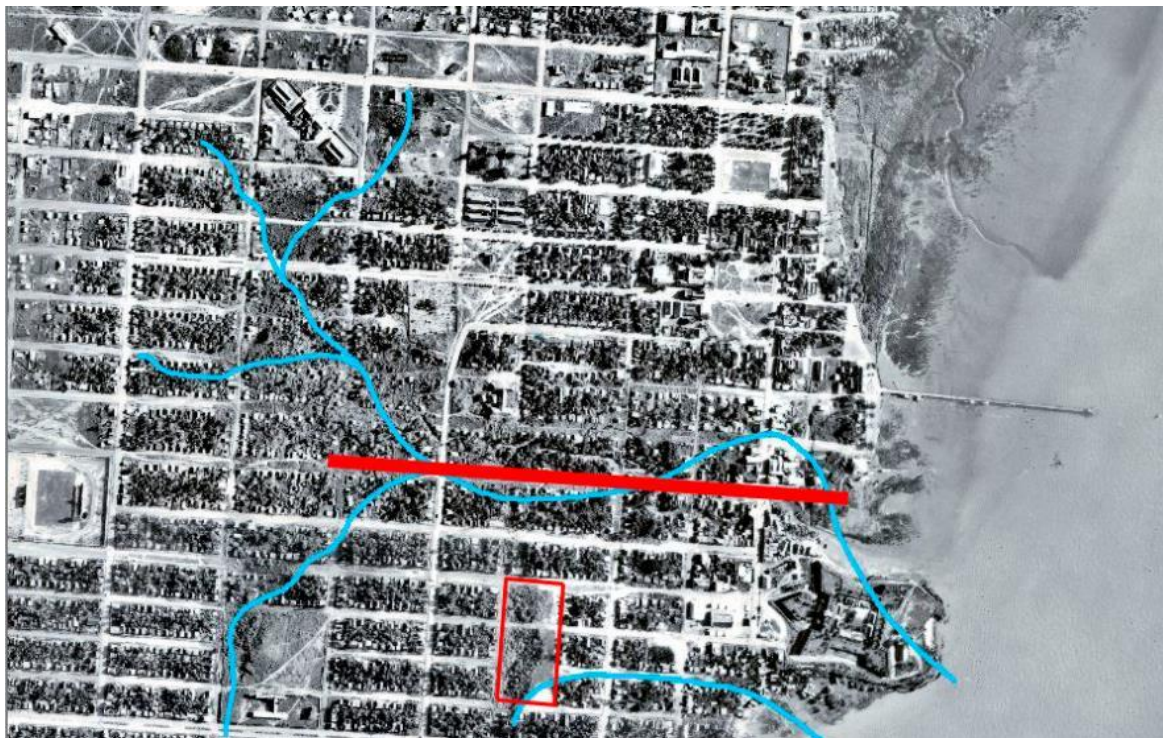
Cabe lembrar que a Fortaleza de São José de Macapá, apesar de planejada e integrada ao traçado do seu novo entorno, foi escolhida por ser topograficamente ponto estratégico em que poderia sofrer os efeitos da elevação do nível das águas e é assentada por grandes fundações, cujas resta observar um grande matacão em sua lateral, ao quais os portugueses não conseguiram remover, ou simplesmente o deixaram lá por não interessar em remover a estrutura rígida da pedra.

A Praça Zagury, mais um elemento restante do encontro adaptado da malha com o meio natural, carece continuamente de motivação para reformas para ter o seu uso resguardado. Uma imensa praça na orla que tem o seu uso noturno extremamente rico de comércio e jovens, mas que dá as costas para o Rio Amazonas. A Rua Beira Rio, nesse ponto, foi nivelada para preservar o plano daquele que vem pela Fortaleza e se dirige ao Palácio do Governador, este último nivelado com a Praça do Barão do Rio Branco, colocando a Praça Zagury, 3 a 5 metros dependendo do ponto de referência, de desnível da Rua Beira Rio.

Dentro do contexto central, também estão dois píeres ligados à orla, implantados perpendicularmente à malha do Santa Inês, o trapiche Eliezer Levy; o Canal do Beiro; os cemitérios; os novos conjuntos habitacionais, a avenida FAB (Antiga linha perpendicular ao rio onde estava instalada a antiga pista de pouso do primeiro aeroporto). Contudo, não se vê uma quantidade significativa de arborização nas ruas, mas sim poucas quadras com árvores plantadas, ou quadras institucionais ou outras à espera das últimas incorporações urbanas de valor da terra acentuados da região central.

Outros tantos recortes de elementos urbanos e seus respectivos momentos históricos confluem na aceitação e alinhamento da malha urbana, tais como a busca pela adequação do traçado e dos elementos urbanos, pela malha ortogonal urbana e regular previamente lançada sobre a Vila. Tal busca segue até hoje, norteando a maior parte da ocupação desse pedaço do território da cidade, e a marca do seu adensamento reflete a negação e sublimação do substrato natural e do domínio da malha urbana isotrópica conforme as figuras 7, 8, 9, 10 e 11.

Figura 7. Vista do entorno da Fortaleza de São José em 1966 – exemplo de negação do substrato natural: Canal da Mendonça Furtado e Praça Veiga Cabral



Fonte: Aerofotografia da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá realizado DSG/DCT/ Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2014-2016.

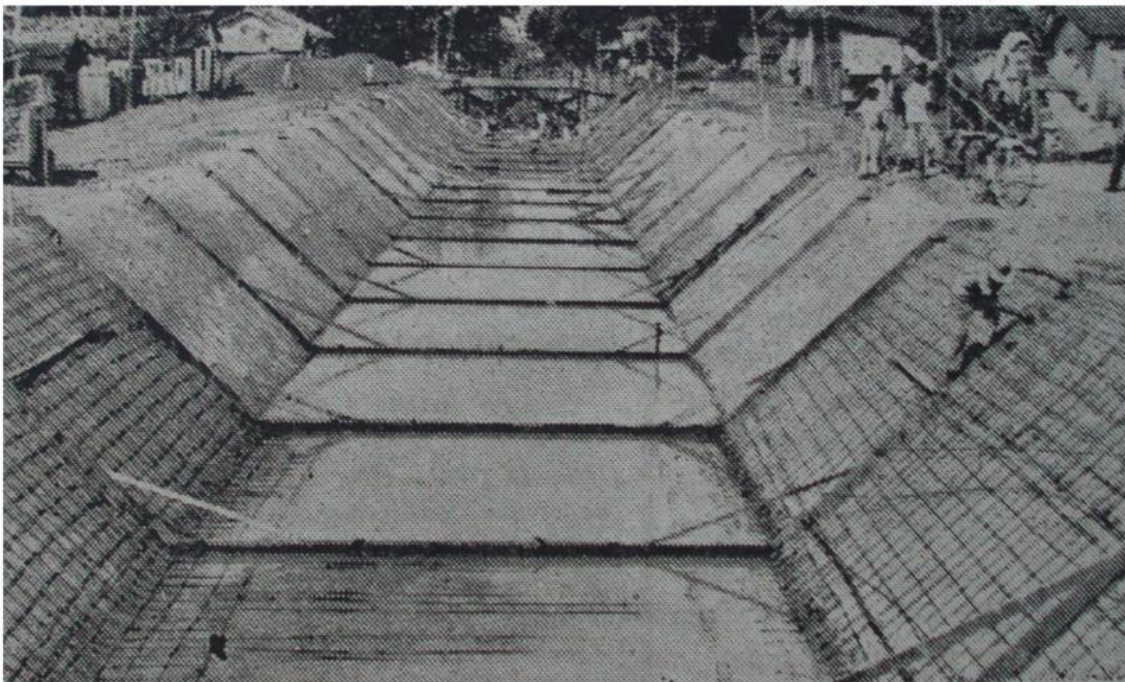
Figura 8. Vista do entorno da Fortaleza de São José em 2016: exemplo de negação do substrato natural: Canal da Mendonça Furtado e Praça Veiga Cabral



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Figura 9. Vista da avaliação final do Canal do Igarapé das Fortaleza, realizado em 1968 e sua comparação com a sua vista artificial em 1970

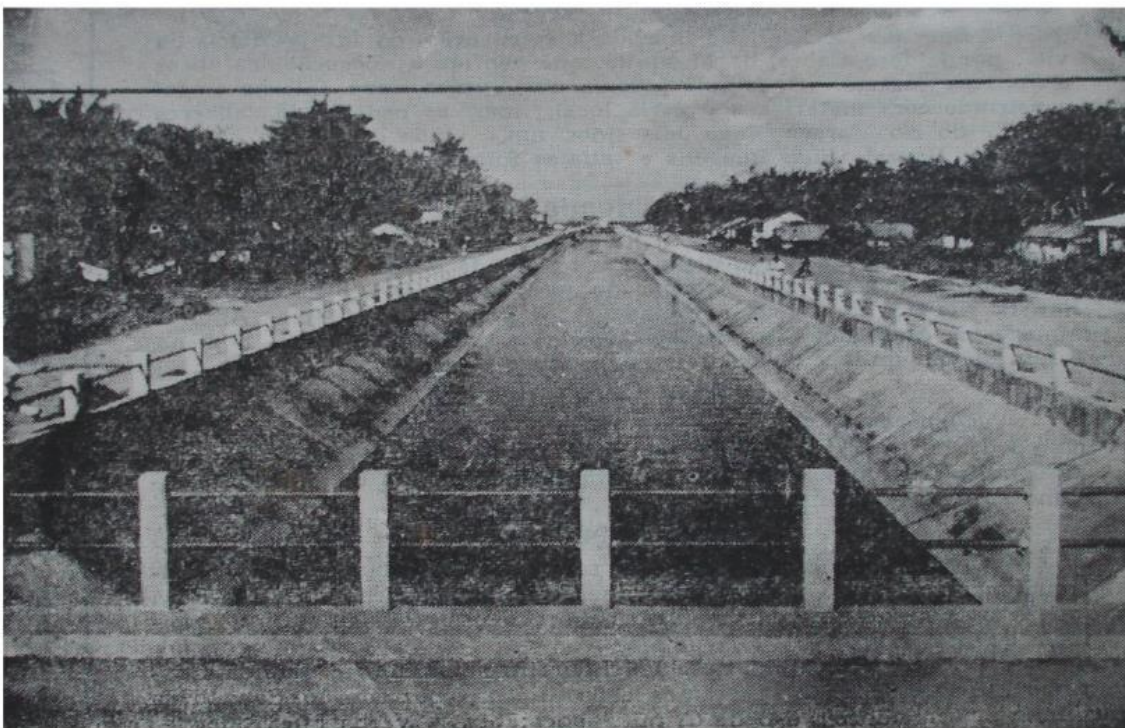
Ilustração 3



Revestimento final do canal do Igarapé da Fortaleza, em 1968.

Fonte: *Jornal Novo Amapá*

Ilustração 4



Canal artificial do Igarapé da Fortaleza, em 1970.

Fonte: *Jornal Novo Amapá*

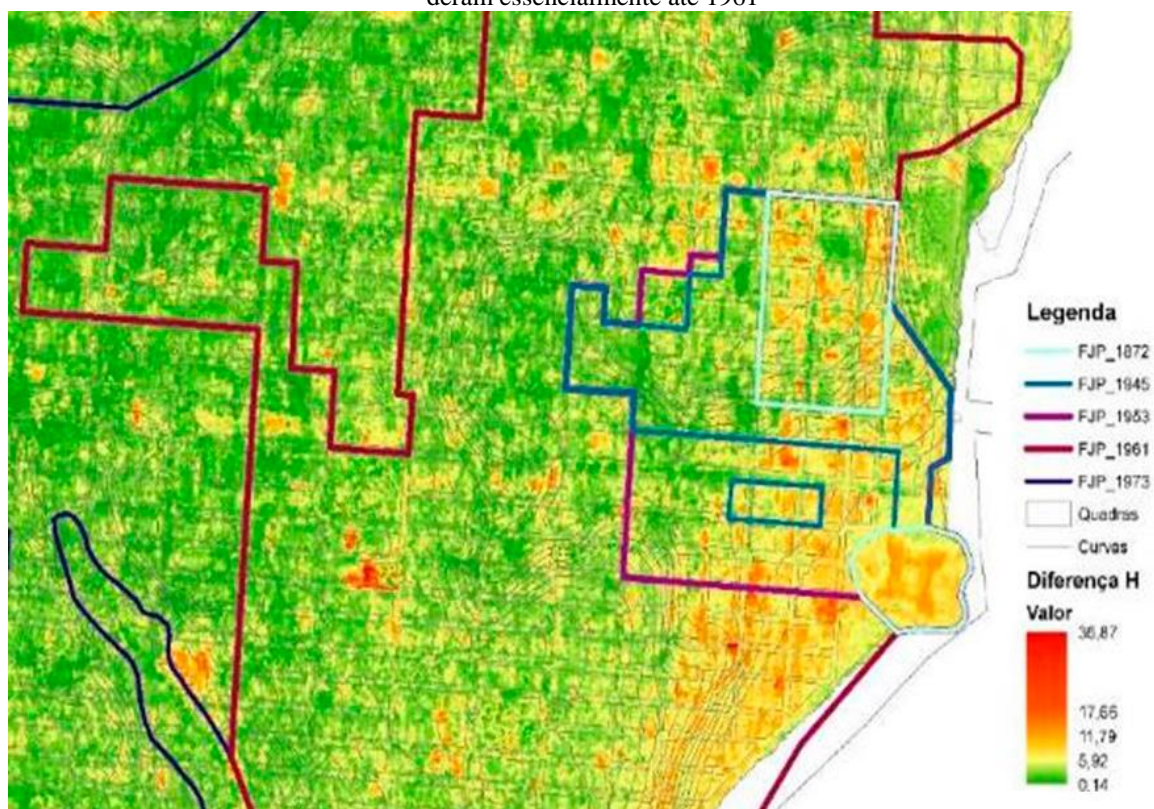
Fonte: Aerofotografia da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá realizado DSG/DCT/ Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2014-2016.

Figura 10. Modelagem tridimensional do terreno, com a sobreposição da imagem aérea de 1966 e o levantamento da hidrografia, comprovando que a transformação do canal da Mendonça Junior foi antropomorfizada



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Figura 11. Análise da imagem de DH localizando as regiões altimétricas com maior alteração antrópica, que se deram essencialmente até 1961

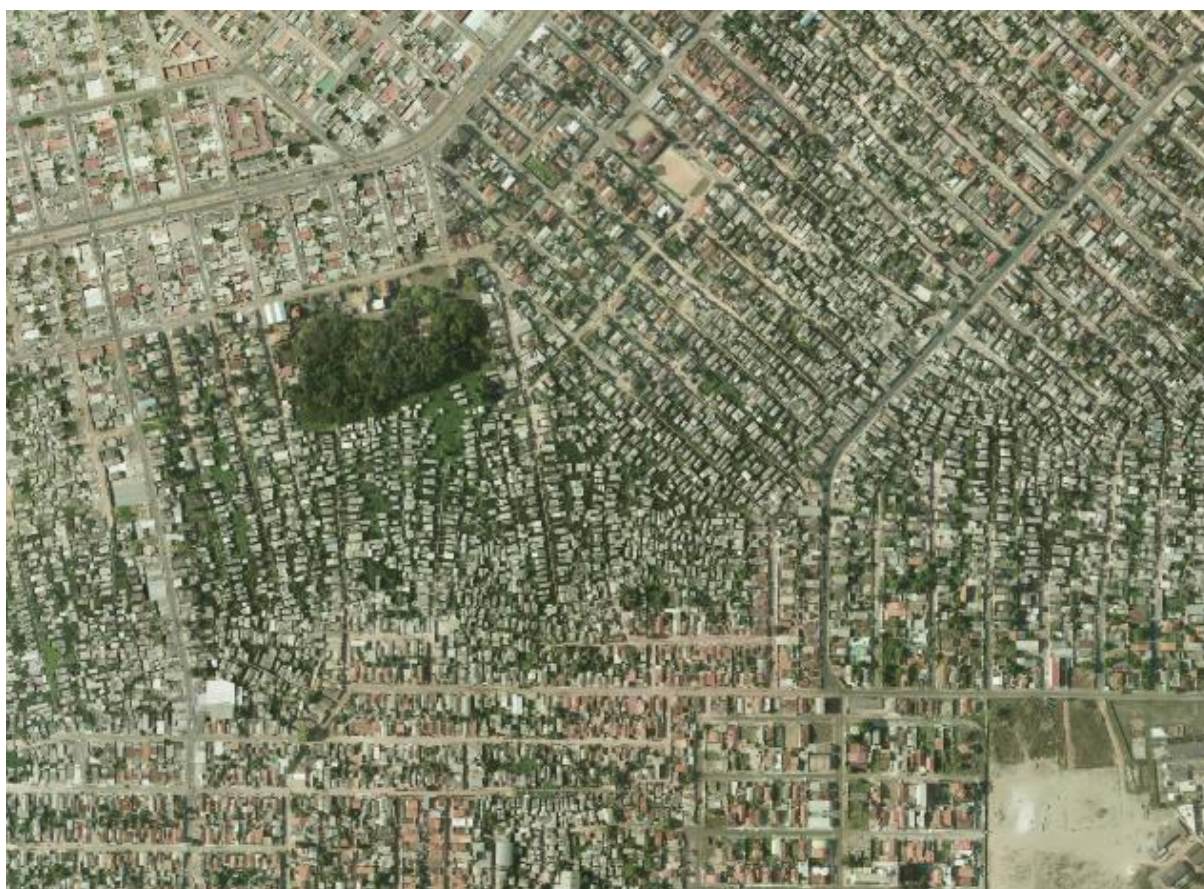


Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Ressaca: coexistência

Como exemplo de uma coexistência do substrato com a malha urbana, tem-se a área de ressaca do entorno do Congós. Ao norte da Figura 12, observa-se que, sobre a linha de cumeada, apesar da pouca declividade da área, foi aproveitada e devidamente urbanizada uma ampla via de circulação de veículos, com ciclovias e com um largo canteiro central, demonstrando trechos já urbanizados e integrados à estrutura funcional da cidade.

Figura 12. Vista de recorte do entorno da Ressaca do Congós



Fonte: Aerofotografia da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá realizado DSG/DCT/ Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2014-2016.

Ao centro da imagem, entretanto, se dá uma mistura de áreas já aterradas, mas não calçadas, ou afastadas do nível do solo (úmido), mas, fundamentalmente, de ocupação palafítica da ressaca. Assim, a habitação vernacular amazônica se liga a uma passarela linear que tenta se integrar ao traçado da rua (que pertence à malha), formando quadras e subquadras, as quais, apesar de não terem a mesma dimensão do grid do traçado da cidade formal, estão sujeitas e respeitam o regime de flutuação das águas, e os seus limites são contornados pelos meandros do substrato natural remanescente conforme Figura 13.

Figura 13. Vista do mesmo recorte do entorno da Ressaca do Congós, separado em 4 categorias da malha urbana (roxo=palafitas; azul, ruas =asfaltadas, amarelo =ruas em terra, vermelho=limites e cercamentos)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Figura 14 - Vista do recorte do bairro Universidade, separado em 4 categorias da malha urbana (roxo=palafitas; azul, ruas =asfaltadas, amarelo =ruas em terra, vermelho=limites e cercamentos)



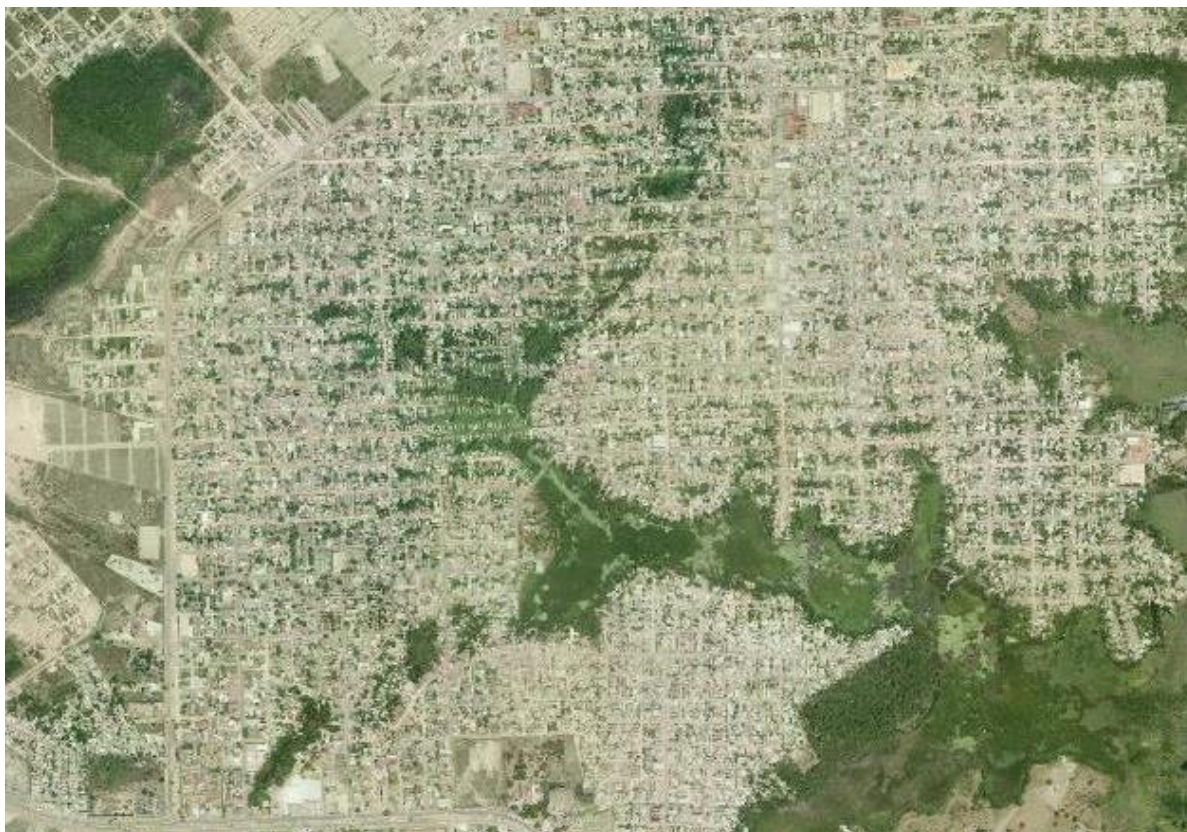
Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Há, portanto, uma coexistência entre a malha urbana e o substrato, regiões que, aparentemente, tendem a se integrar, mas que são relegadas a serem informais, nos quais a pobreza impera nas condições de subsistência conforme outro exemplo, desta vez no Bairro Universidade, também em uma área de ressaca, visto na Figura 14.

Novo Horizonte: conciliação

Na região do Bairro Novo Horizonte, é perceptível o avanço da região marcada por certa irregularidade e informalidade da ocupação. Desta vez, diferentemente da conformação de coexistência, exemplificado anteriormente, tem-se uma nova forma de relação da malha com o substrato, aqui tratada com características de uma maior conciliação entre os dois conceitos abordados. No bairro, como pode ser observado na Figura 15, as ruas são desprovidas de asfaltamento e calçamento. A malha, entretanto, segue praticamente a mesma orientação norte-sul/ Leste-Oeste padrão da área central. No entanto, nesse caso é possível observar o contorno da área de “ressaca”, parcialmente sendo integrada ou até mesmo engolida pela mancha de urbanização conforme Figura 16.

Figura 15. Vista aérea do bairro Novo Horizonte



Fonte: Aerofotografia da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá realizado DSG/DCT/ Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2014-2016.

Nesse local, a malha tenta se conciliar com o substrato, de modo a não o invadir. Desse modo, a cidade das águas funciona separada da área de terra firme conquistada e aterrada. A área da ressaca é não invadida provisoriamente, mas apesar da malha ficar “incompleta”, ela fica aberta a oportunidade de no seu caminho se abrir para novas relações de uso, como exemplificado na Figura 17, onde se tem o uso popular da parte baixa para práticas esportivas integradas ao meio ambiente natural.

Figura 16. Vista em detalhe da aérea do bairro Novo Horizonte entre a área de ressaca separado em 4 categorias da malha urbana (roxo=palafitas; azul, ruas =asfaltadas, amarelo =ruas em terra, vermelho=limites e cercamentos)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

É relevante destacar que tais áreas de conciliação acabam por se localizar ao final do que se determina geomorfologicamente, com as áreas de terra firmes, inicialmente ocupadas. Onde o declive se acentua, a malha se fragiliza perante o substrato e o avanço é interrompido, conforme tratamento possível de ser realizado da sobreposição de mapa histórico de 1966 com o modelo digital de terreno apresentado na Figura 18.

Figura 17. Vista do entorno do bairro Novo Horizonte, próximo a orla estuarina, ao fim do muro de arrimo do entorno da Orla. Utilização para prática de Futlama



Fonte: Imagem tratada em sobreposição de HDR pelos autores, 2019.

Figura 18 - Modelagem tridimensional do terreno, com a sobreposição da imagem completa da área de LASACRUZEIRO SUL de 1966 sobre o levantamento da hidrografia, comprovado que até então a ocupação urbana de Macapá se dava sobre terras firmes



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Eixo Norte: autonomia

As áreas dos novos eixos de crescimento da cidade de Macapá são também marcadas pelo fenômeno de novos parcelamentos que tomaram conta das cidades brasileiras, que são ou se transvestem em condomínios de loteamento fechados. Na sua conformação de parcelamento, a área verde é declarada Área de Proteção Ambiental-APP e passa a ser intocada no seu talvegue, o que dá a oportunidade de se adensar em vegetação, protegendo apenas a margem do veio de drenagem.

Figura 19. Vista de recorte do entorno do Conjunto Macapaba – autonomia da malha frente o substrato



Fonte: Aerofotografia da base cartográfica digital contínua do Estado do Amapá realizado DSG/DCT/ Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2014-2016.

No contexto da Lei 6766/79 e suas alterações, os loteamentos regulares devem incorporar tais áreas ao percentual de terrenos onde não é permitido o parcelamento do solo, revertendo-se em áreas públicas que passarão ao domínio do município. A área restante do desenho do loteamento, marcado também pela malha regular e ortogonal, torna a malha autônoma ao contexto da cidade. Assim, o desenho do parcelamento poderia ser outro qualquer, mas a malha é racionalmente a escolhida, desde que se tenha um acesso à grande via central integradora da cidade para que se configure o *bunker*.

Figura 20. Vista do mesmo recorte do entorno da entorno do Conjunto Macapaba – autonomia da malha frente o substrato, separado em 4 categorias da malha urbana (roxo=palafitas; azul, ruas =asfaltadas, amarelo =ruas em terra, vermelho=limites e cercamentos)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Figura 21. Vista do mesmo recorte do entorno do entorno do Conjunto Macapaba – autonomia da malha frente o substrato, separado em 4 categorias da malha urbana (roxo=palafitas; azul, ruas =asfaltadas, amarelo =ruas em terra, vermelho=limites e cercamentos)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Tal situação não é diferente para conjuntos habitacionais, como os promovidos pelo poder público estadual e federal, através do Programa “Minha Casa Minha Vida” em Macapá:

como exemplo temos o conjunto Macapaba, apelidado de “Cidade Macapaba”, o qual também se apropria do terreno da mesma forma que os loteamentos fechados.

Portanto, a dispersão, separação da malha implodida, agora dá autonomia para a malha ignorar a preexistência do substrato, de modo que os terrenos são revolvidos, planejados e legalmente promovidos conforme as figuras 19, 20, 21 e 22.

Figura 22 - Vista do mesmo recorte do entorno da entorno do Conjunto Macapaba – autonomia da malha frente o substrato, separado em 4 categorias da malha urbana (roxo=palafitas; azul, ruas =asfaltadas, amarelo =ruas em terra, vermelho=limites e cercamentos)



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Considerações Finais

De maneira geral, é nas áreas mais baixas da área urbana de Macapá que estão localizadas as moradias precárias, como a distribuição de renda poderia prever. A malha/ grid da área formal continua se expandindo, das áreas mais altas para as áreas mais baixas. Inicialmente, demonstravam ser as áreas limítrofes entre terra firme e as áreas alagadas, observando-se a transição das ruas em passarelas de palafita, contudo a importância da malha versus o substrato se torna mais relevante. O uso da malha continuou a ser instrumental de outra forma que o padrão inicial de ocupação portuguesa poderia prever. A malha estabeleceu-se em

Macapá, mesmo com adaptações ao relevo, como forma de construir o todo infinito, mesmo também que este todo infinito seja ocupado por populações distintas (culturalmente e economicamente).

A variável ambiental adotada desde a década de 70, para proteção das áreas alagadiças, não conteve tais processos e já são de curso histórico maior. A demonstração da dinâmica das glebas potencialmente passíveis de loteamentos, demonstra que o traçado futuro da cidade, pelo menos da cidade formal, já está conformado, só falta a cidade negociar a venda de tais áreas nas modalidades de loteamento condominial ou condomínios fechados, em sua maioria.

Alertando-se para o que o plano elaborado pela FJP já previa, atual imagem área mostra resquícios de áreas de agricultura para abastecer a cidade, mas atualmente estão sendo suplantadas por esse macroprocesso de urbanização que se apropria da forma (da malha) como instrumento, sem garantir que os usos cumpram o dever social da propriedade da terra

A coexistência avançou na preservação ambiental, mas manteve a malha como instrumento de dominação do meio, isolando áreas urbanizadas de algumas áreas ambientais, selecionadas para serem preservadas, mas renegando as relações potenciais com as águas, inclusive frente ao rio Amazonas. A falta de documentação histórica aprofundada sobre o levantamento de dados de um período tão longo não necessariamente implicou que os agentes não continuaram a atuar sobre o tecido urbano ou que as marcas de suas intenções não possam ser lidas.

Conforme Brenner (2014), a cidade implode e explode e segundo Pope (2015), a malha agora apropriada pelo mercado, assume todo seu potencial autônomo. A classificação metodológica proposta apreendeu a relação entre malha e substrato, comprovando a segregação dos quatro grupos. Na classificação “Negação”, houve sublimação do substrato e da malha urbana. Consideraram-se as regiões onde houve a “Coexistência” do substrato e da malha urbana interrompida e se explicitou a “Convivência” entre o substrato e a malha urbana, formam casos isolados e pontuais. Por fim, as regiões de “Autonomia” demonstraram a separação e dispersão da malha implodida. Ao longo do trabalho, foi possível revistar as distorções geradas por abordagens inadequadas e os limites e potencialidades apresentados. A explosão da malha corrente, aguarda a sua implosão.

Referências

AURELI, P. V. **The Possibility of an Absolute Architecture**. Cambridge: The MIT Press, 2011.

- BRENNER, N. *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. [s.l.] Jovis, 2014.
- BRITO, J. F. de L. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação (mestrado) —Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.
- COSTA, P. M. C. da. **Na ilhargá da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá-1945 a 1970**. Dissertação (mestrado) —São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.
- COSTA, S.M.F.D; ROSA, N. C. O processo de urbanização na Amazônia e suas peculiaridades: uma análise do delta do rio Amazonas. **Revista Políticas Públicas & Cidades**-2359-1552, v. 5, n. 2, p. 81-105, 2017.
- EHLERS, Manfred. Técnicas de fusão de imagens multisensor em sensoriamento remoto. **ISPRS Journal of Photogrammetry and Remote Sensing**, v. 46, n. 1, pág. 19-30, 1991.
- HABRAKEN, N. J. **The Structure of the Ordinary: Form and Control in the Built Environment**. Revised edition ed. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000.
- LEUKERT, K. DARWISH, A. &REINHARDT, W. “Urban Land-cover Classification: An Object-based Perspective,” **2nd Joint Workshop on Remote Sensing and Data Fusion Over Urban Areas**, Berlin, May 2003.
- MAGALHÃES, M. P. Arqueologia na Fortaleza de São José de Macapá. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 1, n. 3, p. 33–59, 2006.
- MONTENEGRO, G. M.; DIAS, M. C.; PAIXÃO, H. T. da. Entre Rio, Corpo e Lazer: O Futlame em Questão. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 4, p. 238–260, 18 dez. 2017.
- POPE, A. **Ladders**. 2 edition ed. New York: Princeton Architectural Press, 2015.
- TAKAMATSU, P. H. T.; LASSANCE, G. C. *O tecido urbano de malha ortogonal no contexto Amazônico: o caso da cidade de Macapá – Amapá*. **Anais do Asociación de Escuelas y Facultades Públicas de Arquitectura de América del Sur - XXIII Congreso e XXXVIII Encontro ARQUISUR, ARQUISUR 2019: A produção da Cidade Contemporânea no Cone Sul: desafios e perspectivas da Arquitetura e Urbanismo**. 2019.
- TAKAMATSU, P. H. T. **Relações entre a malha urbana e o substrato natural no contexto amazônico: o caso da cidade de Macapá – Amapá**. Tese (doutorado) —Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

REFLEXÕES SOBRE O DESENHO DA PAISAGEM EM CONTEXTO AMAZÔNICO: DE UM GARIMPO ÀS AVESSAS A UM DESENHO ENGAJADO?

*Louise Barbalho Pontes
Lucia Maria Sá Antunes Costa*

Resumo

Na paisagem urbana amazônica se materializa o encontro de diferentes modos de viver e de conviver com a singularidade de seus biomas e ecossistemas. Contudo, frequentemente, os processos de urbanização ao longo da história têm se pautado na negação da alteridade e na incapacidade de lidar com a pluralidade desta paisagem. Em que pese a constante supressão da heterogeneidade das condições biofísicas e das possibilidades de convergência entre estas e a sociabilidade urbana, residem ainda nesta paisagem as memórias, vestígios e potencialidades para traçar outras trajetórias. Este trabalho tem como objetivo construir uma reflexão sobre o desenho da paisagem em consonância com a pluralidade da vida em contexto amazônico. A pesquisa se insere nos campos do urbanismo e do paisagismo, tem como pano de fundo a história da cidade à qual se soma uma constelação de experiências e conceitos de outros campos de conhecimento (literatura, artes visuais, pedagogia, pensamento decolonial) que podem suscitar reflexões e provocações para o tema estudado. O estudo traz um panorama geral de aproximação na escala da região que revela não apenas a lacuna de conhecimento sobre o desenho da paisagem em contexto amazônico, como traz uma reflexão sobre a importância de repensar modelos e estereótipos, da importância de reconhecer este território e de pensar quais seriam os valores endógenos que poderiam balizar a busca da qualidade da paisagem urbana para garantir sua pluralidade e idiosincrasia.

Palavras-Chave: Desenho da paisagem; Paisagismo; Amazônia.

Introdução

A paisagem²² é pluridimensional e impermanente: inseparável do tempo, do espaço, da cultura e de sua materialidade, todas dimensões em constante movimento. Na paisagem urbana, o sustentáculo material da vida (a terra que pisamos, o ar que respiramos, as águas e o alimentos, os animais, seus ciclos, ecossistemas), as formas que criamos (as ruas, os parques, as praças, a cidade), mas também a experiência da vida humana (os encontros, os processos sociais, as identidades, as desigualdades), nos diferentes contextos e escalas, seguem ritmos assíncronos,

²² O conceito de paisagem é entendido a partir de (1) Meinig (1979), (2) Corboz (2001) e (3) Corner (2006). Nesse sentido entendemos que (1) a paisagem não é natureza, apesar de ser indissociável dela; não é cenário ou necessariamente bela, não é o meio ambiente, pois é um recorte fixado pelo olhar humano e por ele interpretado; e que a paisagem não é o lugar, embora abarque as experiências humanas, a paisagem não é um ponto, a paisagem é um continuum. (2) A paisagem é palimpsesto, documento rico carregado de pistas dos apagamentos para a compreensão da sociedade, (3) porém é mais que um artefato, onde as pistas já estão postas, é verbo, é movimento, é ação e projeto no sentido de uma construção imaginativa de um todo constituído de partes e de um devir.

muitas vezes em descompasso. Entre estas diferentes dimensões há relações de complementaridade, negligência, troca, disputa, conflitos e transformações cada vez mais aceleradas. O desafio colocado aos profissionais que lidam com o desenho da paisagem ²³é também o desafio de contínua revisão e reflexão para repensar conceitos, métodos e visões de mundo, de projeto, de vida, que sejam capazes de lidar com os processos em curso.

As cidades do Sul Global, onde historicamente foram importados e implantados modelos urbanísticos socialmente engendrados em outros contextos, configuram territórios²⁴ onde é ainda maior o desafio de articular as diferentes dimensões da paisagem, em desenhos que se pretendam de fato mais plurais, gregários e capazes de atender às condições contemporâneas. Nestes cenários, está colocada não apenas a evidente barreira de uma constante crise econômica, técnica ou política/ideológica, mas muitas vezes, também uma crise velada de método e de exercício inventividade para elaboração de processos de desenho da paisagem (dos planos aos projetos) de forma mais adequada às demandas e condições reais de seus territórios.

Para superar a importação de modelos urbanísticos excludentes ou inadequados (ainda importados com frequência sob a justificativa da busca de um progresso e de uma modernidade que nunca são plenamente alcançados), é necessário se debruçar sobre a leitura de cada território em suas especificidades, conhecer melhor, apreender, revelar, construir novas representações, tornar informações mais visíveis, dar voz, dar imagem, tecer novas linguagens, hipóteses e narrativas.

É necessário exercício de inventividade, pois para além de criticar as caixinhas que aprisionam os modos de pensar, e engrossar as páginas da “narrativa da perda”²⁵, é importante fazer o exercício de pensar fora delas, de construir outras narrativas. As ferramentas de desenho

²³ A palavra “desenho” é entendida neste trabalho a partir do termo em inglês “*design*” como ação criativa e não apenas ferramenta operativa, assim como a partir do conceito de “projeto” no sentido de Viganò (2016) como território do urbanismo, como dispositivo cognitivo capaz de produzir conhecimentos novos sobre cidades e territórios em diferentes operações e escalas. Se refere, então, às variadas escalas de dimensões projetivas desde o planejamento da paisagem, sistemas de espaços até o projeto de fragmentos do tecido urbano do parque ao mobiliário, ao projeto botânico.

²⁴ O conceito de território é definido nesta pesquisa a partir de Folch (2017; p.50) como produto de uma rede de fenômenos, identidades, relações de poder e dimensões biofísicas, culturais e simbólicas e interconectadas mais do que os limites precisos administrativos de estados ou municípios, ou como define o autor, o território é: “*el fragmento de superficie planetária que ha sido configurado de una manera determinada y que es administrado por una colectividad humana concreta*”.

²⁵ “Narrativa de la pérdida” é uma expressão utilizada por Batlle (2011) para refletir sobre a abundância de de visões catastróficas para o futuro e a escassez de ações para a busca de um repertório mais amplo para o enfrentamento destas.

da paisagem podem vir a ser exercício criativo e criador que articule estas realidades aos futuros desejados, podem ser um modo de construção de conhecimento e formulação de novos cenários de valores mais diversos, democráticos e justos.

Uma das formas de ampliar repertórios de processos criativos é expandir o olhar para aquilo que chamamos de “outros campos de conhecimento” ou até para aquilo que chamam de “desimportâncias”²⁶. Esta pesquisa se insere nos campos do urbanismo e do paisagismo, contudo, é no sentido de renovar o olhar sobre os métodos, que a reflexão que se apresenta neste capítulo tem como ponto de partida não apenas a história da cidade (e seus paradigmas), mas também conceitos e experiências que vêm da literatura, das artes visuais, da pedagogia ou da filosofia que buscaram trazer à tona anomalias, rupturas e emergências que fogem às lógicas dominantes. O conjunto destes dá forma à uma constelação de pensamentos que se em um primeiro momento parecem desconexos, serão costurados pelas linhas que estabelecem paralelos com o contexto amazônico.

Nesse sentido, a paisagem urbana (sobretudo os espaços abertos²⁷) em contexto amazônico é recorte, mas também o elo que conecta as experiências aos conceitos, pois é partir desta que se estabelece uma reflexão sobre como pensar o desenho da paisagem em territórios tão plurais e singulares quanto a trama que articula forma e sociabilidade no urbano na Amazônia. A partir disto, é possível levantar a pergunta: na conjuntura das cidades na Amazônia, seria possível pensar caminhos para um desenho da paisagem engajado²⁸?

A narrativa única encontra a pluralidade da vida

Antes de mais nada, para elucidar possíveis ambivalências entre os termos “paisagismo” e “urbanismo” ou entre “paisagem” e “cidade”, é importante explicar que se no passado o urbano foi um fenômeno com formas e limites claros e precisos, há tempos que se encontra amplamente disseminado pelos territórios, alcançando mesmo os recantos mais distantes das

²⁶ A coleção de “desimportâncias” é pensada a partir de Benjamin (1987), assim como o conceito de constelação como método descrito em Jacques (2015).

²⁷ O conceito de espaço (em) aberto foi construído a partir de Lynch (1965) que entende o espaço aberto como aquele com abertura espacial, social e cognitiva. Definido em Pontes (2021; p.54) “*como o espaço que situado em um sistema ecológico responde também aos movimentos contínuos e à ecologia da criatividade humana, e que, portanto, manifesta graus de abertura (enquanto conexão, abertura à vida, à criatividade, à impermanência e a diversidade) de forma justa e eficiente*”.

²⁸ Entendemos uma prática engajada a partir da “pedagogia engajada” de Freire (2014) e hooks (2013) para quem é importante resgatar histórias subjugadas, “*agir e refletir sobre o mundo a fim de modificá-lo*”.

paisagens nos mais diferentes contextos²⁹. Nesse sentido, passamos a entender para além dualidade campo-cidade, a paisagem da urbanização como um continuum (que pode ser pensado não em separações, mas gradientes) e o desenho da paisagem como conceito operativo que pode articular as diferentes escalas do global ao local (FOLCH, 2017).

No pano de fundo da construção da paisagem há aspectos de desenho, aspectos técnicos e aspectos políticos e ideológicos (nem sempre articulados ou apresentados claramente ou em benefício comum). Embora existam muitas dimensões materiais e imateriais possíveis, diversos autores agrupam estes aspectos em duas grandes dimensões: o suporte (a materialidade e a forma – os sistemas³⁰) e a vivência (a experiência humana – as constelações).

O descompasso entre a sociabilidade e a forma, “carne e pedra”, “*ville e cité*”, “construir e habitar”, “valores humanos e a cidade espacial” (SENNETT, 2018) está no cerne das grandes discussões sobre o espaço urbano no século XX (FORTY, 2000), articular estas duas grandes dimensões da vida urbana continua a ser um grande desafio colocado à concepção do desenho da paisagem nas suas diferentes escalas.

Os estudos da forma, a técnica e a aplicação de novas soluções e tecnologias ou a definição de valores para a busca da qualidade dos ambientes urbanos nem sempre acompanharam a pluralidade, heterogeneidade e singularidade dos desejos, anseios, cosmovisões e movimentos dos indivíduos ou da coexistência e encontros dos diferentes nas cidades. Entre a forma e a sociabilidade, há ainda em jogo, a heterogeneidade de biomas, ecossistemas, sítios e as condições biofísicas dos territórios sobre os quais se assentam as cidades, aos quais estão atrelados também os modos de viver e conviver. As paisagens urbanas e a sua materialidade são moldadas pela ação humana, mas estas também são moldadas pela coexistência indivisível da cultura e da natureza.

Para compreender as concepções (socialmente construídas no Norte Global) de forma urbana, difundidas e praticadas no Brasil, é necessário buscar suas origens na história da cidade na Europa e nos Estados Unidos, regiões que detinham o “poder epistêmico” da difusão de modelos e visões de mundo que serviram como pano de fundo para a produção do espaço urbano no país.

²⁹ Este fenômeno também é identificado e caracterizado em contexto amazônico como “urbanização extensiva” por Monte-Mór (2004).

³⁰ O diálogo entre os arcabouços teórico-metodológicos disponíveis para pensar a cidade através de sistemas ou constelações ou entre um e outro são discutidos em Pontes (2021).

O desenho da cidade a imposição de uma narrativa única

A racionalidade moderna está na origem da imposição dos desenhos das cidades coloniais no continente americano e na difusão de desenhos de cidades em grelhas ortogonais, ilimitadas e de fácil extensão pelos territórios (BUSQUETS, 2019). O iluminismo estava como pano de fundo das concepções urbanas e se materializa na figura da continuidade, da circulação infinita, da hierarquia (em oposição à figura do fragmento, da heterogeneidade, da irregularidade) e servia como base para a imposição de determinadas formas sobre sítios e culturas (SECCHI, 2006; SENNETT, 2008).

As concepções geométricas dos sistemas de caminhos que compõem as novas grelhas das cidades também tiveram como primeiro campo de experimentações a construção de jardins na Europa, cujos desenhos pretendiam domesticar, ordenar, controlar e sistematizar a natureza (CAPEL, 2002).

A regularidade e a quadrícula também são uma herança das civilizações romanas que antecede em muito as grandes navegações e as cidades colonizadas na América e na África, porém, enquanto o *Centuriato Romano* tinha como foco o desenho e distribuição de infraestrutura pelo território em busca de uma isotropia (VIGANÒ, 2016; BUSQUETS, 2019), a grelha dos colonizadores europeus do século XV estava muito mais direcionada a um ordenamento das terras para sua mercantilização (BUSQUETS, 2019).

O paradigma da modernidade, historicamente apresentado como modelo único a ser seguido nas cidades, desde a colonização, disseminou sistemas de valores associados à formas urbanas declaradamente cartesianas, objetivas, claras e unívocas, que eram também em grande medida, homogeneizantes. Através destas concepções pretendia-se dar ordem (e dominar) às estruturas (bio) físicas e socioculturais que obedeciam a outras ordens (entendidas naquele momento como desordem). Sob os preceitos da “modernização”, planos e projetos, frequentemente, mascaravam, valores secretos como o domínio social, o preconceito etnocêntrico e a imposição de uma cultura única e superior. A linguagem construída na modernidade impregnou as concepções da forma urbana em todas as escalas e em todo o mundo ocidental, difundindo uma ordem social, econômica, identitária que subordinava a si tudo aquilo que dela divergia (SECCHI, 2006).

A história do urbanismo ocidental (e das colônias por consequência) é uma história que passa por crescente construção de uma dualidade cidade-natureza e pela tentativa de controle e instrumentalização da matriz que suporta a vida – ar, clima, solos, relevo, águas, vegetação, fauna e vida humana. A compreensão de uma complexa teia da vida e de uma visão sistêmica

de natureza atrelada às cidades é bastante recente, assim como as ferramentas desenvolvidas sob essa concepção (McHARG, 1969; SPIRN, 1995; HOUGH, 1995).

A divisão de campos de conhecimento própria da ciência moderna que separava os estudos da natureza dos estudos urbanos contribuiu também para que por um longo período as estratégias de desenho da cidade partissem de uma certa amnésia da espessura da paisagem, transformando as complexas relações dos tecidos biofísicos e sociais no vazio de uma folha em branco (SPIRN, 1995). Além disso, há conflitos e interesses que têm separado, em todo o mundo, as agendas “urbanas” e “ambientais” (HARDOY et al., 2001).

O controle excessivo pode encobrir a negação da alteridade, a imposição de um modelo único e supressão de outras formas de convivência. Contudo, se a história da cidade passa, muitas vezes, pela imposição de determinadas ordens, pelo rigor e pela fixidez, ela também perpassa pelas rupturas e reinvenções que se manifestam nestas. Estas rupturas podem ser um ponto de partida possível para repensar a forma e a sociabilidade (SENNETT, 2018; CERTEAU, 2008). Pois, embora exista um projeto de modernidade “vencedor”, não se pode esquecer das lições deixadas pelos modernos “vencidos” (JACQUES, 2015).

A paisagem é o palimpsesto que documenta e registra a história, é onde estão os vestígios e pistas para compreensão dos processos socioculturais ou ambientais, onde estão marcadas as sobreposições de valores, vivências e identidades (dominantes ou subjugados) do passado e do presente (CORBOZ, 2001). Contudo, a paisagem não é apenas um documento, um artefato ou receptáculo de informações fixas e postas a paisagem é verbo, é movimento, é ação e projeto no sentido de uma construção imaginativa de um todo constituído de partes e de um devir. A paisagem é onde residem os potenciais de caráter emancipatório e transformativo e é papel do projetista estar consciente de sua inserção em um campo complexo de disputas (CORNER, 1999) e da sua expressão política (BALFOUR, 1999).

Para repensar os valores que têm sido adotados na produção do espaço urbano e pensar o desenho como ferramenta emancipatória é preciso estar atento não apenas aos processos de homogeneização e estandardização da paisagem, mas também às anomalias, emergências, singularidade e manifestações da heterogeneidade, da pluralidade e de alteridade (FOLCH, 2017) nos conceitos, nas experiências e no território.

*Outras narrativas: uma constelação de experiências nas brechas*³¹

³¹ Na língua portuguesa a palavra “brecha” é usada tanto para referir-se a uma abertura (“acidental ou propositada”), corte (“ferida larga e profunda; subtração na totalidade ou integridade de alguma coisa”), “espaço

Uma experiência muito importante para os estudos urbanos, ainda no furor das experiências modernizantes de Haussmann em Paris (que serviu de inspiração para o desenho de cidades em todo o mundo), foi a de Walter Benjamin. Benjamin deixava evidente que à lógica unitária da racionalidade moderna escapava a capacidade de reunir diferentes usos e temporalidades, mas também outros modos de convivência pré-existentes que persistiam e sobreviviam apesar das tentativas de apagamento. Em oposição às tentativas modernizantes, Benjamin acreditava no poder revolucionário do “antiquado”, na importância dos “farrapos”, das sobreposições de tempos e do potencial dos modos de vida desprezados. O autor defendia uma porosidade de duas mãos: da construção e da ação. Para além da ordem cartesiana dos sistemas, seu modo de apreender a cidade passava pela coleção de fragmentos em constelação, construindo representações que agrupavam conjuntos de diferentes ordens e tempos (BENJAMIN, 1987). Estes métodos e conceitos tem dado base a muitos estudos que buscam entender cidades e experiências “desprezadas” no Sul Global (JACQUES, 2015).

Não é sem razão que, as vanguardas nas artes e no urbanismo, à exemplo dos Situacionistas, nos anos 1970, tenham buscado inspiração nas brechas dos tecidos modernos, nos povos ciganos (em contexto europeu), para construir contrapropostas que fizessem frente ao modernismo, nem que estes povos ainda sejam acionados para entender o tecido urbano na contemporaneidade (CARERI, 2013). Em posição à cidade funcional e à vida compartimentada os Situacionistas buscaram entender os desejos “não domesticados”, um urbanismo feito para dar prazer, em oposição à racionalidade moderna que entendiam como enfadonha e infeliz, acreditavam no poder da “criatividade coletiva” e a necessidade da maleabilidade e da espontaneidade, mas também da indução dessa “aventura” através da criação de situações (CARERI, 2013). Contemporaneamente, em que pesem os avanços na busca de cidades mais abertas e plurais, ao longo do tempo, as cartografias dos povos ciganos na cidade de Roma, mapeado pelo grupo Stalkers, inspirados nos Situacionistas, revela que os abismos que separam as possibilidades de coexistência dos diferentes persistiram (CARERI, 2013). As ferramentas de apreensão e representação dos territórios são fundamentais para desvelar estas dinâmicas.

O desafio colocado para repensar os territórios, os conceitos e métodos é também exercício também de reinvenção, e portanto, de inventividade (CERTEAU, 2008). Para pensar o exercício criativo é possível construir uma reflexão a partir de dois casos, de outros campos de conhecimento, em que a linguagem e a inventividade suplantam, ou ao menos provocam, a

vazio; lacuna”; quanto para indicar um “momento oportuno; chance, possibilidade” (Dicio, 2019). A brecha é um conceito chave da pesquisa desenvolvida em Pontes (2021).

imposição de uma narrativa única no intuito de refletir sobre a heterogeneidade dos universos com os quais lidam os projetos para os espaços abertos nas cidades em contextos culturalmente tão heterogêneos e híbridos.

Um, é o caso da conferência da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie que aconteceu em um evento que tinha como nome “*The substance of things not seen*” e prometia trazer debates em torno dos pontos cegos da ciência, pontos ainda “não descobertos”. Adichie (2009) alerta sobre os perigos de uma narrativa única e propõe uma polifonia para a desconstrução dessas grandes barreiras impostas pela narrativa única.

A escritora tece a narrativa da perda, da exclusão desde uma perspectiva da ação e baseia seu discurso no poder da inventividade, através do qual redesenha estereótipos, questiona, cria representações e descreve a multiplicidade com tática e com o objetivo de enfraquecer a perspectiva unilateral predominante. A autora defende que “*quando recusamos a narrativa única, quando compreendemos que nunca existe uma única história sobre nenhum lugar, recuperamos uma espécie de paraíso.*” (ADICHIE, 2009).

Adichie (2009) usa voz, palavra, texto, literatura para irradiar narrativas sobre a África. A brasileira, Maria Thereza Alvez, através das artes visuais e da criação de imagens, aponta questionamentos semelhantes, em “*This is not an apricot*” a artista catalogou uma série de frutas amazônicas que embora tivessem formatos, texturas e sabores diferentes, eram apresentadas a ela em um mercado local, na Amazônia brasileira, como “*apricot*”, é a partir dessa experiência que a artista desenha à semelhança dos estudos botânicos do período colonial cada uma das diferentes frutas denominadas com o mesmo nome.

O método iconográfico comparativo, o atlas de frutas sem nome, faz pensar também em quantos tipos de experiências de espaço diferente atribuímos aos mesmos grandes nomes “guarda-chuva”, o quanto deixamos de enxergar comportamentos sem nome, espaços sem nome, modos de se relacionar com o meio sobreviventes em um país de tantas hibridizações culturais que tentamos encaixar em uma lista estereotipada e pré-estabelecida de grupos, atividades e comportamentos humanos. A literatura e as artes visuais também passam, muitas vezes, por processos de apreensão e representação do mundo e são plataformas que provocam reflexão sobre as narrativas que se pretendem únicas.

De que maneiras estas experiências podem nos auxiliar a pensar um desenho da paisagem que articule tramas de sociabilidade e biodiversidade à forma urbana sem que contribua para a imposição de uma narrativa única?

Entre novos conceitos: desenhar a paisagem é saber-se incompleto?

Na segunda metade do século XX, a ciência se debruçou sobre os problemas das lógicas binárias e impositivas e abriu as portas para uma certa reinvenção da ciência, dos indivíduos e do imaginário social através da fenomenologia, da filosofia pós-estruturalista, do feminismo, do pensamento decolonial e tantas outras contribuições que contestaram as normativas impostas pela modernidade (MONTANER, 2015). Com os campos do urbanismo e do paisagismo não foi diferente, metodologias, processos e conceitos continuam a ser reinventados para abarcar a complexidade da heterogeneidade (WALDHEIM, 2006).

A renovação dos estudos também trouxe uma nova reflexão sobre a concepção de paisagem que passou também a ser um conceito operativo capaz de articular dimensões separadas pela ciência ao longo dos séculos, compreender natureza e cultura de forma articulada e inseparável (MEINIG, 1979).

É no contexto de revisão epistemológica do urbanismo, que autores Ian McHarg (1969) abriram caminhos para concepções de desenho da paisagem que fossem capazes de esmiuçar a espessura da paisagem, suas complexas condições biofísicas que muitas vezes foram negligenciadas na história das cidades acarretando problemas graves de difícil enfrentamento. A espessura da paisagem (WALL, 1999), em oposição aos planos que faziam tabula rasa dos territórios, pode ser pensada tanto em termos biofísicos, como também em termos temporais, a metáfora da paisagem como palimpsesto (CORBOZ, 2001).

Os métodos do planejamento da paisagem revolucionaram os modos de pensar a cidade, mas está ainda é uma ciência pautada no conhecimento e nos interesses colocados pelo Norte Global, ainda são necessárias reflexões para pensar caminhos para um desenho da paisagem que seja engajado com a sua própria realidade.

No processo de reinvenção dos modos de pensar os espaços urbanos, ficou evidente que no conjunto de apagamentos causados por uma sociedade exploratória, entram a biodiversidade, as questões de gênero, classe social e raça (MONTANER, 2015). Algumas destas questões ainda aparecem de forma incipiente no corpo teórico-metodológico do planejamento ao projeto nas cidades.

As discussões sobre as opressões acumuladas nos espaços e na história ganham cada vez mais robustez, e termos como a “interseccionalidade” (CRENSHAW, 1991) que avaliam a sobreposição dos diferentes modos de opressão têm sido fundamentais para entender a heterogeneidade e a complexidade da convivência com o outro. Trazer estas discussões para as ferramentas de desenho da paisagem ainda é um desafio.

Embora não fale especificamente sobre espacialidade ou urbanismo, os conceitos de Boaventura de Sousa Santos (2010) têm contribuído também para uma compreensão mais ampla da coexistência de diferentes modos de vivência. Desde a perspectiva decolonial, o autor propõe uma “ecologia de saberes”, que tem como premissa a diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da pluralidade de formas de conhecimento e vivência. Assim como a necessidade de uma “co-presença radical”, de uma “simultaneidade como contemporaneidade” em oposição à concepção linear que pressupõe a crença no atraso-progresso.

Sousa Santos (2006; p.164) também entende que naquilo que chama de “sociologia das ausências” existe um “desperdício de experiências”, pois ao excluir o conhecimento acumulado pelos povos colocados à margem perde-se a oportunidade de encontrar alternativas aos problemas enfrentados pelas sociedades.

Como explica Adichie (2009), o problema da narrativa única não é que seja uma mentira, mas ela é sempre incompleta (ADICHIE, 2009). Uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada. É próprio da natureza da ecologia de saberes constituir-se através de perguntas constantes e respostas incompletas, isto constitui, para Boaventura de Sousa Santos (2008), o conhecimento prudente. O saber prudente é o que comporta a incompletude (SANTOS, 2008).

O lugar de enunciação da ecologia de saberes são todos os lugares onde o saber é convocado a converter-se em experiência transformadora. Ou seja, são todos os lugares que estão para além do saber como prática social separada. (...) É esse o terreno da arteficialidade das práticas, o terreno da ecologia de saberes. (SOUSA SANTOS, 2008, p.33)

O trabalho de Adichie (2009) e os desenhos de Alvez (2019) coadunam com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2006) e os desafios colocados na busca de um conhecimento não colonizador, mas também, dialogam com os preceitos do desenho da paisagem urbana.

É na paisagem que se materializam as disputas entre os aspectos técnicos e ideológicos, materiais e imateriais e que o encontro daqueles modelos encontra uma heterogeneidade social e biofísica difícil de apagar. É no desenho da paisagem que podemos reivindicar essa pluralidade?

Desenho da paisagem: uma metodologia engajada?

É nos contornos de um “saber-se incompleto” que o desenho da paisagem se expandiu ao longo do tempo. A impermanência, a dimensão do tempo, da incerteza e da espontaneidade, são conceitos, há muito, compreendidos e apropriados pelos paisagistas (WALDHEIM, 2016), ao menos em termos biofísicos.

O ponto de partida do desenho da paisagem é de que as cidades compõem também ecossistemas específicos e que são necessários conhecimentos transdisciplinares para compreender suas dinâmicas, processos, movimentos, possibilidades e conflitos. Estes conhecimentos embora complexos podem ser transformados em dados espaciais, em linhas, traços, pontos, informações que podem ser desenhadas sob uma perspectiva sistêmica baseada na compreensão de que existe uma teia, complexamente entrelaçada, que dá vida ao planeta e aos seres que o habitam. Estes sistemas podem e devem ser desenhados e moldados para garantir a vida dos seres humanos e das demais espécies dentro dos espaços urbanos (McHARG, 1969; SPIRN, 1985, CORNER, 2006).

A vida não é mensurada apenas pela forma ou pelos processos biofísicos. O movimento, a incompletude e a impermanência também atravessam os encontros entre os seres humanos. A reinvenção contínua faz parte dos processos de sociabilidade e adequação dos espaços às diferentes expectativas e desejos ao longo do tempo (LYNCH, 1981). A paisagem está em contínua reinvenção para a satisfação de necessidades impossíveis de serem previamente catalogadas em virtude da “plasticidade astuta do ser humano” (Lynch 1965, 1981; SOLÀ-MORALES, 1996; SENNETT, 2018). Corner (1999) chamou à impossibilidade de prever e catalogar os indivíduos e suas singularidades e capacidade imaginativa infinita de “ecologia da criatividade humana”, estes conceitos são fundamentais para a busca da coexistência de diferentes na cidade.

O cerne do desenho da paisagem está em seu papel de suporte, estrutura organizativa e estratégica que entende a paisagem como superfície extensiva, ativa, uma matriz operativa que articula superfícies em movimento e estrutura relações e interações biofísicas e sociais dinâmicas no sentido de estabelecer novos arranjos e relações (WALL, 1999). Este desenho não deve se basear em estereótipos ou visões simplistas de um território.

É importante desvelar, lançar luz sobre o que parecia invisível, inventariar, reconhecer (CORNER, 1999). Os métodos de apreensão, representação e de formulação de hipóteses nas diferentes escalas de atuação do desenho da paisagem da microescala do quintal até a macroescala do território, não são apenas um exercício prático, mas reflexivo e inventivo que

pode contribuir para a elaboração de novos conhecimentos, para revelar, desvelar e tornar visíveis informações antes veladas. Mapas, planos e projetos nunca são neutros, pelo contrário foram historicamente instrumentos para a imposição de visões de mundo e paradigmas.

Entendendo que, o exercício de inventividade e imaginação que constitui o desenho da paisagem não é livre, não é da ordem da fantasia, pois é conjecturado pelas condições existentes, pelos desejos coletivos, pelas limitações físicas, sociais, econômicas, tem de ir além da descrição e interpretação da sociedade, tem de se arriscar na dimensão da ação em busca de possíveis melhoramentos, conectando as dimensões do passado, do presente e do futuro (SECCHI, 2006).

O desenho da paisagem tece linguagem, se posiciona em um campo cheio de informações e de disputas, e pode (deve) ter caráter tático como defendem Lynch (1981), Sennett (2018), Corner (1999) e Wall (1999) Waldheim (2016). Há uma longa trajetória a ser percorrida do encontro dos estudos e da busca da alteridade e o urbanismo e o paisagismo, contudo, podemos pensar com o conhecimento disponível possibilidades de ação, de projeto.

A ação como risco tem de ser prudente, a experimentação tem de vir junto ao acompanhamento das respostas, do movimento, dos processos (LYNCH, 1981; SECCHI, 2006). A ação, ainda que enraizada no passado e no presente, é da ordem da incerteza. Se a ciência é da ordem das certezas e da unicidade, o urbanismo é mais um saber que uma ciência, conforme provoca Secchi:

Para Secchi (2006), o saber é o que permite a combinação de diferentes entendimentos, mas também a reinvenção contínua. O urbanismo, nas suas diferentes escalas, para abraçar a alteridade e atravessar o tempo tem que garantir uma certa flexibilidade, tem que se revestir de um saber prudente. O projeto prudente pode ser uma abertura para a alteridade.

A narrativa única aparece sob vários motes, nas cidades do Sul Global, a promessa de um “progresso” pautada em uma modernidade (racionalidade urbano-industrial), que vem de fora (e que nunca chega de forma completa) e em nome do qual se abre mão de tantas coisas (FURTADO, 1974) continua enraizada no modo de intervir nas cidades brasileiras e em especial em contexto amazônico.

Que histórias contam os espaços urbanos em um contexto tão invisibilizado como a Amazônia? Seria o desenho da paisagem e suas ferramentas um caminho para a construção de linguagens não excludentes? Um outro modo de recuperar essa espécie de paraíso? Mapear espaços invisibilizados, vislumbrar potenciais onde o senso comum aponta apenas perdas, identificar fragmentos, criar conexões, construir narrativas, são exercícios próprios de projeto, de desenho.

O que se sabe, antes de mais nada é que é necessária uma atitude curiosa, um saber-se ignorante para talvez entrar em um garimpo das brechas que permaneceram apesar das tentativas de aplainamento destas paisagens.

Reflexões sobre o desenho da paisagem em contexto amazônico

A cidade na Amazônia, uma história entre cultura e natureza

A história da formação da rede de cidades que compõem a região amazônica brasileira é indissociável das condições colocadas pelo bioma, por sua população e pelas diferentes racionalidades e cosmovisões que atravessam e compõem este território. Esta combinação entrelaçada e inseparável acontece não apenas na floresta, mas também nas cidades em suas diferentes escalas, como é possível constatar ao longo de sua história.

A estratégia de colonização dos colonizadores portugueses não se deu de forma homogênea no território brasileiro, enquanto o litoral do país era explorado, a estratégia adotada para a Amazônia foi de controle territorial contra invasões e preservação para exploração futura. Esta região, que teve suas primeiras ocupações um século depois de outras regiões do país, foi tratada desde o Brasil Colônia como uma *fronteira-mundi* (BECKER, 2013).

As condições naturais de difícil adaptação às práticas usuais do conquistador, contribuíram tanto para a consolidação desta grande área como reserva, quanto colocavam os colonizadores em uma relação de dependência do conhecimento indígena sobre aquela realidade para dela que pudessem tirar os benefícios (BECKER, 2013).

A presença do Estado português se materializava na implantação de vilas e cidades que contrastavam com o modo de vida pré-existente. A colonização não se deu em território vazio, havia na região uma população indígena que detinha o conhecimento sobre as rotas de rios e estratégias de convivência com o bioma, conhecimento complexo e endógeno, ora apropriado, ora negado pelos colonizadores que passaram a impor conforme se consolidavam as vilas e cidades, “modos civilizados” de conviver com o meio (CARDOSO, 2006).

Este aspecto e a compreensão de “outros” modos de conviver com o meio, interessam especialmente na compreensão dos modos de coabitar com o sítio nas cidades contemporâneas em contexto amazônico, pois à margem dos desenhos e práticas incentivadas pelo desenho da cidade e a racionalidade urbana coexistiram sempre espaços de outra ordem tais como: igarapés, furos de água ou bancos de areia, que atraíam também uma população não contempladas pelo espaço público urbano.

A primeira formação da rede urbana amazônica se deu originalmente de forma dendrítica e fluvio-linear, seguindo o caminho dos rios, articulada entre si e isolada do restante do país. A dinâmica extrativa e exploratória passou por diversos ciclos, desde as “drogas do sertão”, o ciclo da borracha (que transformou os grandes centros que lideravam os ciclos como Belém e Manaus, mas não as demais cidades da rota de exploração) e se manteve na região mesmo após a proclamação da República, garantindo o poder econômico e político de uma elite mercantil (CORRÊA, 1987).

As águas em suas diferentes formas, rios, igarapés, várzeas, chuvas intensas e ressacas que entrecortam fortemente esta região estão extremamente arraigadas às vivências urbanas em contexto amazônico, desde a sua origem, direcionando formas, espaços, estruturas, quando negligenciadas em seus processos também estão na origem de diversos conflitos e desafios colocados ao desenho da paisagem.

A renovação do Estado português, na figura de Marquês de Pombal, na metade do século XVI (período em que surge a cidade de Macapá), pretendia estruturar uma grande rede de exploração na região baseado na monocultura e na força de trabalho de africanos escravizados, nesse cenário, a Igreja também teve papel propulsor na conversão e mediação para apropriação da mão de obra indígena a custos insignificantes (ARAÚJO, 1998).

A presença da Igreja católica também é fundamental para a compreensão dos espaços coletivos na origem destas cidades, na cidade de Macapá, estado do Amapá, por exemplo, o primeiro equipamento urbano de recreação (além das grandes praças que tinham relações íntimas com os eventos religiosos) foi o cinema levado pela igreja e com objetivo de catequização (ARAÚJO, 1998).

Esta trajetória, embora marcada pelas relações desiguais, pela aculturação, miscigenação e subjugação dos povos não-europeus, deu lugar também a uma população cabocla, híbrida, cujas relações com a paisagem são até hoje singulares (COSTA, 2009, 2010).

Embora o conhecimento endógeno tenha sido fundamental para o manejo da paisagem, os grupos que detinham as condições para prosperar nessa rede urbana crescente eram os migrantes europeus (ou árabes e judeus), o que contribuiu também para que parte da população cabocla abandonasse as cidades e se distribuísse em pequenos assentamentos ribeirinhos ao longo dos rios da região (COSTA, 2010). Ainda assim, de uma forma geral, os assentamentos rurais ribeirinhos continuaram em uma relação de dependência com as cidades, e até hoje existe um movimento de ir e vir em relações intrincadas entre as ilhas e as cidades, a exemplo das cidades Belém ou Macapá.

Foi somente na segunda metade do século XX, que a região ocupada, predominantemente, por essa trama indígena, cabocla e ribeirinha, foi incorporada às dinâmicas logísticas e econômicas do restante do país, e em consequência disso, é apenas nesse período que chegaram à região os modelos de urbanização praticados no restante do país e junto com elas as expectativas de modernidade (CARDOSO, 2006).

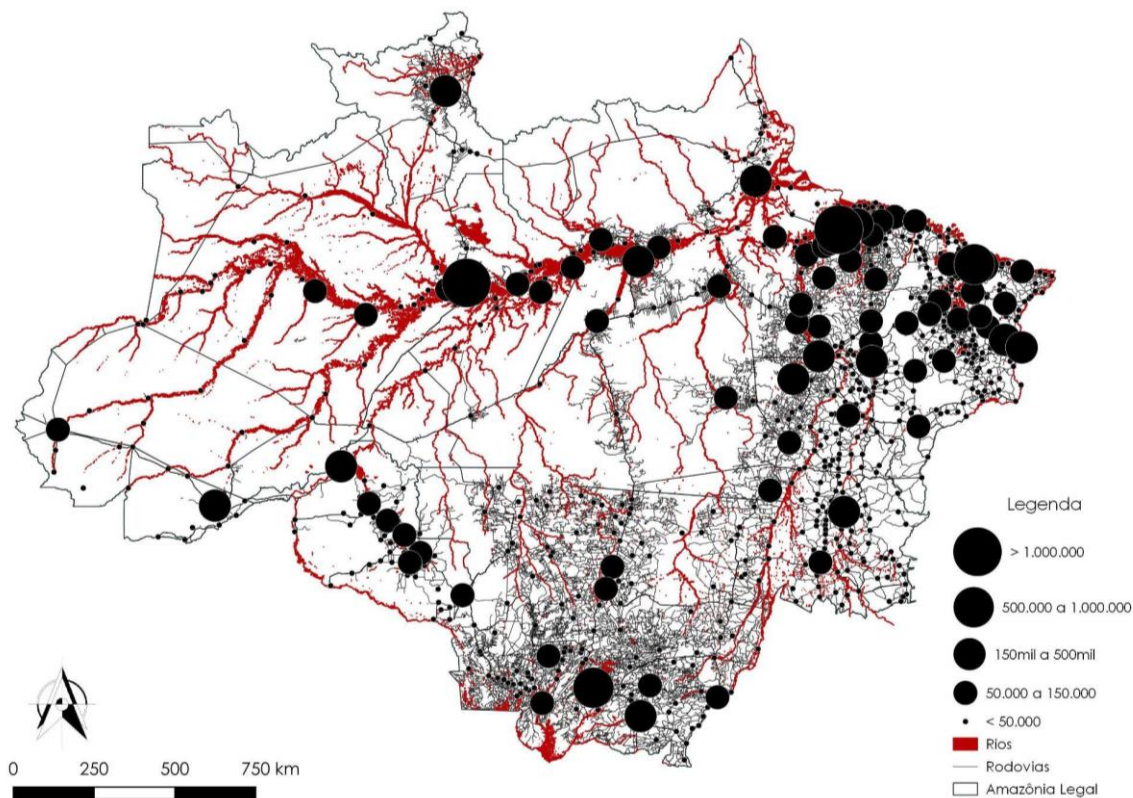
Na segunda metade do século XX, a geopolítica dos governos militares e suas estratégias de povoamento da Amazônia, seja através de incentivo fiscal, pelos Projetos de Integração Nacional e mesmo aquelas pensadas para o universo rural transformaram profundamente a região. Entre 1970 e 2010 houve 99,5% de crescimento de áreas urbanas na Amazônia (CARDOSO & LIMA, 2006, 2009). Foi nesse contexto que se formou a segunda rede de cidades (que se justapõe à primeira), desta vez não conectadas aos rios, mas às grandes obras rodoviárias, as estradas que passam a entrecortar também a região (ver figura 1).

Embora as estratégias adotadas tenham contribuído para uma rápida transformação da região em uma “floresta urbanizada”, não foram capazes de se sobrepor completamente à diversidade socioambiental existente na região (BECKER, 1982, BECKER, 2013, MONTE-MOR, 1994), o urbano em contexto amazônico, é entrecortado também por vivências e materialidades atreladas às singularidades desta paisagem (CARDOSO, 2006).

Assim como no campo do paisagismo se discutem as diferenças entre “projetar a paisagem”, “projetar na paisagem” e “projetar com a paisagem” (FOLCH, 2017), nos estudos urbanos na Amazônia discutem-se as diferenças entre as “cidades na floresta” e as “cidades da floresta” (TRINDADE JR., 2010) em ambas as análises se faz uma distinção a partir da capacidade de produzir uma forma urbana articulada com a paisagem e seus sistemas de valores biofísicos e socioculturais. Estas são categorias que nos auxiliam na reflexão, sobretudo para compreender a origem dos processos urbanos, contudo, de uma forma geral, o urbano na Amazônia tem uma condição híbrida de grande diversidade que mescla tanto expectativas de um urbano-industrial quanto expectativas relacionadas aos seus próprios modos de produção e vivência (CARDOSO, 2006).

A fronteira na Amazônia, caracterizada por Becker (2013), não é apenas econômica, é também o encontro e a sobrevivência de diferentes racionalidades e modos de vida. Para a autora, o potencial da região amazônica está na sua própria riqueza cultural e biológica, ainda que persistam as tentativas de aplicação de modelos importados que prometem “modernidade”, conforme pretendem fazer acreditar os principais atores que transformam a paisagem na região.

Figura 1. Constelação de cidades na Amazônia em tramas ribeirinhas e rodoviárias



Fonte: Elaboração própria.

O mito do progresso (FURTADO, 1974) tem sido essencial para a expansão da sociedade capitalista e encontra grande reverberação nas cidades em contexto amazônico. Tudo é possível em nome da modernização e do progresso, ainda que implique impactos sociais, ambientais ou culturais. Nutre-se uma atitude ingênua de que o progresso tecnológico é a salvação para todos os males, ainda que faça parte de muitos deles (FURTADO, 1974). Na região, o progresso e a modernidade estão, comumente, associados à negação do bioma, da cultura e da reprodução de um urbano que não atende às demandas reais da população, na qual prevalecem os valores de troca em detrimento dos valores de uso.

Desde uma perspectiva do potencial econômico, Becker (2013) acreditava que o potencial da Amazônia estaria ao mesmo tempo em seu bioma e na capacidade das cidades de reunir racionalidades e criar novas formas de produção, o que chamou de “trabalho novo”, para a autora, somente assim seria possível encarar o desafio da precariedade das cidades na Amazônia, onde houve forte ampliação dos valores de troca, mas não dos valores de uso.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Monte-Mór (2004) acredita que as alternativas de “trabalho novo”, que se apresentam como oportunidade de integração entre os espaços social e natural, se encontram na expansão do tecido urbano das cidades na Amazônia, onde vem

sendo tecidas novas formas de cidadania (que poderiam confrontar um falido Estado do Bem-Estar) que inclui garimpeiros, seringueiros, povos indígenas, associações profissionais e apresentam um potencial singular de criação e fortalecimento de uma economia popular urbana como forma de resistência a uma economia destruidora do social e da natureza (BECKER, 2004; MONTE-MÓR, 2004).

O “trabalho novo” está relacionado à ecologia de saberes de Santos (2010), a validação, reconhecimento dos saberes “tradicionais”, mas também ao exercício de inventividade na combinação desses saberes com as dinâmicas de mercado e o conhecimento científico. Talvez um primeiro passo para reconhecer esses saberes e experiências seja, colecionar essas experiências e a partir delas pensar novos caminhos, se não para criar novos sistemas econômicos, ao menos para pensar espaços abertos que de fato contemplem a heterogeneidade desses espaços híbridos e dinâmicos.

Desde uma perspectiva ecológica e de enfrentamento das mudanças climáticas, há um crescente reconhecimento da relevância da floresta de pé e dos fenômenos como dos “rios voadores” do bioma amazônico para manutenção e equilíbrio do clima no país, (NOBRE, 2014). Contudo, embora exista ampla compreensão de que as cidades têm caráter propulsor no relacionamento sociedade-meio, a Amazônia urbana juntamente com seus habitantes, recorrentemente, não é considerada na defesa pela qualidade ambiental e da biodiversidade.

Embora existam avanços na definição de áreas de preservação urbanas, tais como as APPs, na prática, o crescimento acelerado das cidades e os modos de produção do espaço contemporâneo continuam a reproduzir práticas do passado. O mercado imobiliário e as práticas do Estado não se renovaram para garantir modos de conviver com a vegetação de pé, com as águas e regiões alagadiças do bioma amazônico, e a população mais vulnerável continua a avançar sobre os alagadiços fazendo uso do saber construtivo ribeirinho, mas diferentemente das condições das ilhas, em situações de grande precariedade e contaminação, sobretudo nos maiores centros urbanos.

Convivem nos espaços da cidade da Amazônia tanto a negação da floresta e dos saberes tradicionais, como as sobrevivências a essa homogeneização. Esses vestígios podem ser encontrados de forma despreziosa nas hortas de ervas, nos mateiros e em todos os personagens que correndo risco de desaparecerem ainda mantém vínculos estreitos entre sociedade e bioma. Mas ainda há poucos estudos que busquem compreender de forma mais ampla a pluralidade da sociabilidade, dos encontros e da fruição nas cidades em contexto amazônico.

Há ainda uma forte vinculação de um universo rural caboclo que vive em pequenos agrupamentos nas ilhas, mas com estreitas vinculações com as cidades e há também uma série de estratégias de sobrevivência nas cidades vinculadas ainda aos saberes construtivos ribeirinhos e aos modos de sobrevivência praticados naquelas realidades. Contudo, é necessário entender a população urbana na Amazônia, seus desejos e manifestações como contemporâneas, sem tentar remeter a um passado ou a visões bucólicas, mas entendendo sim sua heterogeneidade e sua articulação com a paisagem (CARDOSO, 2006).

Podemos afirmar que, na Amazônia, se a primeira colonização aconteceu sob domínio lusitano, a segunda colonização foi a desenvolvimentista com a inserção logística econômica da região ao restante do país e com ela a imposição de um modo de vida “moderno” civilizado e incompleto.

A modernidade chegou de forma parcial, planos projetos que se iniciam definem caminhos que muitas vezes não se concluem, são apropriados, transformados e ressignificados como podem. Esta é a experiência do projeto modernista de cidade da Nova Marabá cuja forma em galhos de castanheira foi sendo transformados em grelhas de informalidade que se aproximam dos rios; mas também da grelha infinita de Macapá, muitas vezes sem asfalto, sem calçadas, sem infraestrutura, sendo reinventada por experiências informais a cada dia.

A incompletude na conjuntura amazônica é de outra ordem, é marcada pela ausência do Estado na microescala do cotidiano, pela ausência de infraestrutura de forma generalizada, mas ainda assim é uma brecha para vislumbrar as emergências, respostas espontâneas da cidade em contexto amazônico.

É necessário conhecer, reconhecer, este território, rever os métodos, as lentes, olhar com outros olhos que sejam capazes de enxergar, de desvelar, de revelar os apagamentos, de se engajar na busca de desenhos que permitam o acesso em sua concepção mais ampla.

Em imersão na microescala do cotidiano de cidades em contexto amazônico é possível perceber que os conceitos e a literatura muitas vezes não alcançam, são insuficientes para descrever estas realidades, onde as pessoas “tem” ilhas, brincam em praias que desaparecem, cachoeiras sem caminho definido no meio de um rio, matas, hortas, de uma fruição extremamente relacionada ao bioma e que não cabem na lista de usos dos programas de necessidades, que sequer fazem parte do imaginário de tipologias – espaço público-espaço-de-lazer-parquinho-estacionamento. Experiências que não cabem nas caixinhas modernas (ver figura 2). Com tanto espaço “disponível”³² oferecido pela combinação de um bioma impositivo

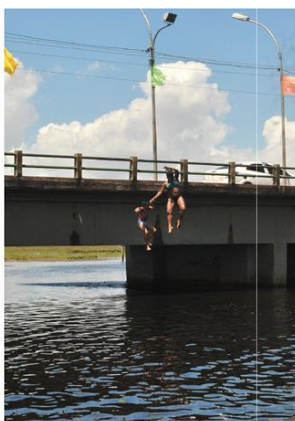
³² Em Pontes (2021) são analisados estes fenômenos intitulados “excedente espacial” e “excedente cognitivo”.

e a falta de recursos, é possível vislumbrar brechas para reivindicar espaços de alteridade, espaços de liberdade, valores de uso e outros caminhos que não aquele conhecido que levaria à exclusão social e à degradação ambiental?

Figura 2. Apropriações de espaços de borda na cidade de Macapá, estado do Amapá: (a) faixa de terra sazonal na maré baixa do Rio Amazonas, próximo ao Canal do Jandiá, Zona Central; (b) ponte na rodovia AP-070 (Curiaú) na Zona Norte; (c) atracadouro no bairro Santa Inês na Zona Central; (d) faixa de terra sazonal no encontro do Igarapé da Fortaleza com o Rio Amazonas, Zona Sul.



Futelama às margens do Rio Amazonas



Ponte sobre o balneário do Curiaú



Rampa do Açai



Futebol no encontro do Rio Amazonas com o Igarapé da Fortaleza

Fonte: autora, julho de 2019.

A história da Amazônia é marcada por grandes projetos de exploração vegetal, mineral, o garimpo de riquezas atravessa sua condição de fronteira, de “El Dorado”, da megalomania, das grandes obras de grandes escalas que deixam de lado a microescala da vida cotidiana. É no sentido de encontrar a multiplicidade, colecionar, inventariar pequenos fragmentos de experiências de diversidade, de qualidade, de vínculo, é na busca desse tipo de riqueza que pensamos em um garimpo às avessas.

Considerações finais: reflexões metodológicas, um garimpo às avessas?

Em contexto amazônico, é possível identificar uma série de espaços vinculados ao bioma, seus ciclos e sazonalidades que servem como espaços de satisfação e fruição (PONTES, 2015; PONTES et al., 2015; PONTES & CARDOSO, 2016; PONTES, 2021). As pesquisas revelam que é empobrecedor pensar o desenho da paisagem e os espaços abertos sem incluir além da capacidade de reprodução da vida de uma forma geral, as necessidades do ecossistema no qual a cidade está inserida, o papel para a preservação do conhecimento e da vivência popular e sua dimensão sociocultural.

Na microescala das cidades, os espaços abertos refletem as dinâmicas caboclas da região, que convivem com a precariedade. Estes cenários revelam ainda mais a importância do desenho da paisagem para a garantia da manutenção da vitalidade biofísica e vivencial nas cidades.

Não há, na escala da região amazônica ou mesmo na escala de estados, regiões metropolitanas ou cidades uma definição de valores comuns que balizem a busca da qualidade da paisagem urbana, da sua gestão, recuperação, promoção ou conservação (dos aspectos ecológicos, estéticos, históricos, produtivos, sociais ou espirituais) de forma articulada para atender à diversidade, reconhecer sua idiosincrasia ou garantir o bem-estar de uma população que é predominantemente urbana e plural.

Os planos e projetos que moldaram as paisagens das cidades, ao longo do tempo, trouxeram novas tipologias de espaços abertos cada vez mais delimitados e sem espaço para usos e experiências mais espontâneas nos espaços de encontro: espaços esportivos, de contemplação e estratégias de saneamento foram substituindo os bancos de areia, os banhos de igarapé e os modos de fruição mais relacionados ao sítio e à cultura local, que passaram a ser entendidas como experiências “rurais” e distantes da vida cotidiana (PONTES, 2016 e 2021).

Esta é uma primeira aproximação generalista e inicial que busca trazer algumas reflexões para colaborar para a produção de conhecimento ante uma grande lacuna dos estudos da paisagem em contexto urbano na Amazônia. A partir da constelação de experiências e conceitos apresentados é possível tecer algumas considerações.

A experiência e os conceitos de Benjamin, permitem uma reflexão sobre a importância da sobreposição de tempos, das possibilidades de aprendizado a partir de pequenos elementos que individualmente podem parecer desimportantes, mas que articulados configuram constelações que revelam movimentos e processos fundamentais da vida urbana. Quais as

“desimportâncias” temos deixado de colecionar para compreender a paisagem urbana na Amazônia?

Seria possível estabelecer um paralelo entre o “*homo ludens*” situacionista ou os povos ciganos em Roma que não aderem à racionalidade moderna às suas dinâmicas e os espaços e racionalidades híbridas ribeirinhas da Amazônia? É uma pergunta difícil de responder, o que sabemos é que há uma certa espontaneidade, algo que foge ao controle, que sobra, que é excedente, no cigano, no ribeirinho, na natureza e na criatividade humana, algo que extrapola aquilo que estava previsto pela lógica da homogeneidade.

A narrativa única conceituada por Adichie se faz presente em contexto amazônico, assim como a narrativa da perda, do atraso e da escassez. Segundo o raciocínio da escritora, podemos entender que quando se aceita a narrativa do lugar do atraso, se apresenta além de uma crise econômica explícita, uma crise de inventividade, pois junto ao modelo “atraso-progresso” vem o aceite dos equívocos revisitados daqueles ditos “desenvolvidos”. Adichie fala de um exercício de inventividade capaz de desestruturar linguagens excludentes. Alvez coloca em imagem de frutas os estereótipos e a rigidez frente a pluralidade da vida, nos ajudando a pensar quantas vezes queremos fazer caber experiências singulares em tipologias criadas em realidades distantes.

O desenho da forma urbana que impõe usos e espaços de modo arbitrário e apaga aqueles que dela divergem, não reconhece o conhecimento acumulado pela experiência, e não abre possibilidades para a reinvenção, há espaços outros, como há saberes outros entrelaçados a estes espaços, às suas particularidades territoriais (aos sítios, às culturas e à paisagem) em taxonomias impossíveis de se completar. No exercício de ampliar as lentes urbanas é necessário (re)conhecer os modos de conviver, de saber e de encontrar satisfação nos espaços abertos na cidade contemporânea.

O pensamento abissal teorizado por Sousa Santos coloca em palavras as relações de poder, os apagamentos e a incapacidade de incluir coexistências e cosmovisões nos processos de produção da forma da cidade. Na complexidade dos espaços urbanos, há além da diversidade de indivíduos e suas subjetividades, a sobreposição, a hibridização e o encontro de diferentes culturas e modos de compreensão e vivência. É necessário pensar um desenho da paisagem que seja aberto, que permita e valorize esta heterogeneidade. Nesse sentido, permitir a abertura é, de certo modo, abrir mão de um controle excessivo do produto ao que se chega através de projeto, é reconhecer a impossibilidade de abarcar todas as necessidades e modos de convivência com o espaço, reconhecer que a vida é dinâmica e que existe o outro, o desconhecido e um devir.

A possibilidade de ação, ainda que uma ação prudente, é o que Adichie chamou de “resgate do paraíso”, um movimento para reconhecer-se como criador do seu próprio tempo, o desenho da paisagem pode permitir um agenciamento do mundo, fabricar aberturas e possibilidades para tecer espaços de múltiplas autorias, propor porosidades em oposição às caixas fechadas onde todos os indivíduos deveriam tentar caber.

O desenho da paisagem tem de ser aberto, tem que permitir a abertura. Mas não é qualquer abertura, aberturas conscientes, direcionadas, pensadas com astúcia. A abertura pode ser reparação histórica, reinvenção de formas pensadas para gerar apagamentos e construção de outras narrativas, de abertura à ecologia de saberes e à ecologia da criatividade humana ou ao menos de experimentação de cenários melhores e mais justos. O desenho da paisagem pode ser um desenho engajado, mas antes é necessário mergulhar nesse território, nessa busca dos apagamentos, das desimportâncias, das narrativas e modos de vida negados, nesse garimpo às avessas.

Referência

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The Danger of a Single Story**. TED. TEDGlobal 2009.

ALVEZ, Maria Thereza. **This is not an apricot. 2009 in: Undefined Territories**. Perspectives on Colonial Legacies. Curated by Hiuwai Chu. MACBA, Barcelona, 2019

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP, 1998.

BALFOUR, Alan. **Octagon: the persistence of the ideal, in: Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton, 1999.

BATLLE, Enric. **El jardín de la metrópoli: Del paisaje romántico al espacio libre para una ciudad sostenible**. Barcelona: Gustavo Gili, 2011.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BENJAMIN, Walter. **Rua de Mão Única**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

BUSQUETS, Joan. **Urban Grids: Handbook for Regular City Design**. ORO Editions, 2019.

- CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades**, Barcelona: Ed. del Serbal, 2002
- CARDOSO, A. (Org.) (2006) **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA.
- CARDOSO, A. C; LIMA, J. J. **A influência do Governo Federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 12, p.161-192, 2009.
- CARDOSO, A. C; LIMA, J.J. **Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental**. In: CARDOSO, A. (org.) **O Urbano e o Rural na Amazônia**. Belém: EdUfpa, 2006.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo. Ed. G. Gilli, 2013.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CORBOZ, André. **Le Territoire comme palimpseste e autres essais**. Paris: Les Éditions de l'Imprimeur, 2001.
- CORNER, James. **Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture**. New York: Princeton, 1999.
- CORNER, James. **Terra Fluxus**. In: WALDHEIM, Charles, **The Landscape Urbanism Reader**. Ed. New York: Princeton Architectural Press, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, RJ, v.49, n.3, p.39-68, jul. 1987.
- COSTA, F. de A. **Lugar e significado da gestão pombalina na economia do Grão-Pará**. Nova Economia, v. 20, n. 1, p. 167-206, 2010.
- COSTA, F. de A. **Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento**. Revista Brasileira de Inovação, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 35-86, 2009.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Stanford: Law Review 43(6), 1991.
- FOLCH, Ramon; BRU, Josepa. **Ambiente, Territorio y paisaje: valores y valoraciones**. Barcelona: Editorial Barcino, 2017.
- FORTY, Adrian. **Words and Building: A Vocabulary of Modern Architecture**. London: Thames and Hudson, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HARDOY, J.; MITLIN, D. e SATTERTHWAITTE, D. **Environmental problems in an urbanizing world**. Londres: Erthscan, 2001.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process**. Londres: Routledge, 1995.

JACQUES, Paola Berenstein. **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Edufba: Salvador, 2015.

LYNCH, Kevin. **Good City Form**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1981.

LYNCH, Kevin. **The openness of open space**, in: T. Banerjee & M. Southworth (Eds) (1991) *City Sense and City Design: Writings and Projects of Kevin Lynch*, pp. 396–412. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

Mc HARG, Ian. **Design with nature**. New York: American Museum of Natural History, 1969.

MEINIG, Donald William (org.). *The interpretation of ordinary landscapes*. Geographical Essays D. W. Meinig, Editor, 1979.

MONTANER, Josep Maria. **Del diagrama a las experiencias hacia una arquitectura de la acción**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2015.

MONTE-MÓR, Roberto. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

NOBRE, A. **O pó de fadas da Amazônia**. [23 de agosto, 2014]. Revista eletrônica do jornal El País. Entrevista concedida a Ramiro Escobar

PONTES, L. B. **Espaço (em) aberto: brechas à reinvenção do projeto e da paisagem, um estudo sobre a cidade de Macapá**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2021.

PONTES, Louise et al. **Into the emergence in Amazonian cities**. N-AERUS XVI. Dortmund, 2015

PONTES, Louise. **Cidade, Desenho e Natureza: uma reflexão sobre os espaços livres de Marabá**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015

PONTES, Louise.; CARDOSO, Ana Cláudia. **Open Spaces: windows for ecological urbanism in the Eastern Amazon**. Revista Urbe. Curitiba. PUCPR, 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SECCHI, Bernardo. **As Primeiras Lições de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SENNET Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1ª ed. São Paulo: Record, 2018.

SOLA MORALES, Ignasi. **Presente y futuros**. La arquitectura en las ciudades. Barcelona, 1996.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SPIRN, Anne. **Landscape Planning and the City**. Landscape and Urban Planning 13, 1986.

TRINDADE JR., S-C. C. **Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

VIGANÒ, Paola. **Territories of Urbanism**. Oxford: EPFL Press –Routledge, 2016.

WALDHEIM, Charles. (Org.). **The Landscape Urbanism Reader**. New York: Princeton Architectural Press, 2006.

WALL, Alex. **Programming the urban surface**. In Recovering Landscape, Essays in Contemporary Landscape Architecture. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

URBANIZAÇÃO E CIDADES DE FRONTEIRA

Fátima Maria Andrade Pelaes (UNIFAP)
Margareth da Silva Pereira (UFRJ)

Resumo

O Brasil possui uma extensa área de fronteira e sua maior parte compõe a Amazônia, onde se localizam cidades com especificidades diferenciadas e distantes entre si. Entre elas temos as denominadas cidades-gêmeas, pertencentes a países diferentes, mas que apresentam grande interação mútua, visto que estão próximas uma da outra. Este estudo possui o objetivo, que é contribuir para a história da urbanização de duas dessas cidades, que são Oiapoque e Saint-Georges, localizadas na fronteira franco-brasileira.

Palavras-chave: Amapá, Guiana Francesa, Fronteira

Introdução

O presente texto faz parte de uma tese apresentada por esta autora do curso de doutorado em urbanismo do programa de pós-graduação em urbanismo – PROURB/FAU/UFRJ. A pesquisa do doutorado teve como objeto de estudo duas cidades na região de fronteira, as cidades de Oiapoque e Saint-Georges, consideradas “cidades-gêmeas”, mas com características próprias. Nosso trabalho foi composto por uma pesquisa exploratória, envolvendo o levantamento e o estudo bibliográfico e documental de ambos os casos, juntamente com uma pesquisa de campo. O objetivo geral desta pesquisa foi discutir a própria ideia de fronteira, estudando as experiências de urbanização no território Amazônico ligadas a estas áreas, mas guardando sempre em mente o caso do Amapá-Brasil e da Guiana Francesa. A sua relevância está pautada no estudo do "desenvolvimento urbano" em áreas de fronteira, localizadas na Região Amazônica.

Neste capítulo temos um breve histórico da formação das fronteiras, em especial as localizadas na Região Amazônica, criadas por intermédio de tratados de limites para esta região, iniciando no período do Império com três tratados e finalizando na República, quando foram feitos outros seis.

Para uma melhor compreensão das cidades que compõem esta região, são abordados alguns aspectos de sua urbanização, destacando a formação de algumas destas cidades em diversos períodos. Neste capítulo versamos também sobre as cidades-gêmeas localizadas na

Amazônia, em especial as da região Norte do Brasil, trazendo algumas legislações que tratam sobre as temáticas em questão.

Ao tratarmos da região fronteira pertencente à Amazônia, onde estão localizadas as cidades-gêmeas pesquisadas neste estudo, verifica-se que na formação desta região fronteira ocorreram várias disputas territoriais, passando esta região por períodos de indiferenças resultantes de acordos de neutralização. Contudo, a descoberta de riquezas minerais trouxe novas realidades e, motivado pela exploração de minas de ouro, ocorreu um grande confronto envolvendo os habitantes que viviam naquela localidade, levando à morte de vários brasileiros.

Este episódio gerou uma comoção internacional que conduziu um arbitramento para decidir qual país teria direito à posse do território em disputa, conhecido naquele período como o contestado franco-brasileiro. O Brasil foi o vencedor nesta disputa. Todavia, esta região ainda permaneceu no esquecimento por um período, e como forma de ocupação dos territórios foram criados programas de ocupação voltados à segurança nacional para ambos os lados da fronteira, por parte da França e do Brasil.

Amazônia e suas fronteiras

A ideia de fronteira vem proporcionando a demarcação de territórios a partir de limites originados, na maioria das vezes, por conflitos entre povos. Podemos dizer que, historicamente, o conceito de fronteira passou por diversas modificações em seu significado, vinculadas ao período histórico, e às mentalidades em determinado momento, e às lutas, e aos costumes sociais das populações que os habitavam. Estas modificações geravam novos costumes, ao mesmo tempo que surgiam novas dinâmicas sociais, culturais e político-administrativas.

Ao abordarmos as mudanças do conceito de fronteira, considera-se que este venha se transformando em sucessivos períodos, adequando-se às novas visões sobre os próprios territórios e suas formas de posse, uso, governança, diante de uma interação gradativa dos povos, quando das formas de arbitragem sobre as áreas de conflito. Coelho (1992), estudando a questão há quase 30 anos, chamava a atenção para em termos contemporâneos:

A evolução do conceito de fronteira gera, assim, um modelo realista e funcional de um sistema único de regiões fronteiriças, tido como capaz de explicar melhor, ou mais adequadamente, as realidades da integração transfronteira (COELHO, 1992, p. 16).

Além de permitir a conexão entre diferentes regiões, o conceito de fronteira também permitiria representar uma base territorial com características políticas (COELHO, 1992). De

todo modo, apesar das fronteiras serem consideradas estáticas, como símbolo de controle e poder, elas são móveis e estão em constante processo de transformação, moldando-se com o passar do tempo. Entretanto, o desenvolvimento do conceito de fronteira foi lento, perpassando por distintos períodos.

A demarcação de um território, por intermédio de limites fronteiriços, origina controle e domínio de uma determinada comarca, circunstância esta que deverá ser mantida pelos seus governantes, representando o poder do Estado e seu controle contínuo. Desta maneira, temos a demarcação de uma fronteira como símbolo de poder.

Neste prisma, Foucault (1997) entende que a governabilidade política está cada vez mais marcada no exercício do poder. O estado para se tornar soberano necessita de conhecimentos em diferentes áreas, especificamente, em dois conjuntos: o da tecnologia e o da política. Não obstante,

A razão de Estado, fora das teorias que formulam e justificam, toma a forma de dois grandes conjuntos de saber e tecnologia políticos: uma tecnologia diplomático-militar que consiste em assegurar as forças de desenvolvimento do Estado por um sistema de alianças e pela organização de aparelho armado; a busca de um equilíbrio europeu, que foi um dos princípios diretores do tratado de Westfália, é uma consequência dessa tecnologia política. A outra é construída pela polícia, no sentido que então se dava a esse termo: o conjunto dos meios necessários para fazer crescer do interior as forças do Estado (FOUCAULT, 1997, p. 83).

Podemos dizer que o conceito de fronteira é marcado pouco a pouco pela sua aceitação universal, aplicando-se a qualquer expressão que represente solução de continuidade. Porém, adentrando e ultrapassando os limites impostos como fator de separação entre unidades territoriais determinadas por uma nação, estas barreiras passaram também a ser representadas por barreiras construídas, tais como muralhas e muros. Desta forma, vê-se que a palavra fronteira está diretamente ligada ao sentido de uma base territorial.

Para Foucault (2013), a noção de limite pode ser representada pelo território, elemento geográfico e ao mesmo tempo jurídico e político, controlado por um certo tipo de poder. Deste modo, a fronteira representa um símbolo de poder, cujo controle e proteção são exercidos por governantes.

Assim, compreendemos que as fronteiras carregam aspectos de norma e controle, tanto por meio de legislações e demarcações territoriais — cujos limites podem ser determinados por muros, ou linhas imaginárias, delimitando os devidos territórios — quanto pelo controle desempenhado por seus governantes. Estes determinam quem pode e quem não pode ultrapassar o limite preestabelecido, fixando a maneira de adentrar à localidade e controlando o modo de ir e vir dos indivíduos que transitam na região.

Apesar de um controle rígido, a população que habita as cidades fronteiriças forma uma rede de interações na qual se verifica a formação de novos costumes e culturas, tornando-se importante o saber cultural dos diversos povos que compõem este território. Desta maneira, os costumes do lugar são modificados por um processo de influência mútua, pois:

[...] As relações podem existir entre poder e saber. Desde o momento que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder de reproduzir seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquela forma de dominação a que se referem nações, como campo, posição, região, território (FOUCAULT, 2013, p. 251).

Na esteira de Foucault, Coelho (1992) entendeu que não obstante as fronteiras representem, na maioria das vezes, a noção de poder, ainda assim são maleáveis. Desta forma, as delimitações das áreas de fronteira sofreram várias modificações ao longo do tempo, ajustando-se a contextos e políticas públicas de nível nacional, bem como internacional. Estes ajustes acabam sendo determinados por intermédio de acordos internacionais, proporcionando novas delimitações para os territórios.

Contudo, a dimensão temporal, que justapõe não apenas os territórios em períodos distintos, permite a comparação entre eles e permite constatar as suas transformações no ambiente físico e no social, dando conhecimento para ambas as partes de suas especificidades, trazendo novas configurações estruturais para as fronteiras.

No que se refere ao Brasil, também é possível verificar questões de limites como um jogo de imposição de poderes, uma vez que o país teve suas fronteiras demarcadas ao longo de períodos distintos, iniciando com uma série de tratados entre Portugal e Espanha, como o Tratado de Tordesilhas, e que primeiramente se estende ao longo do século XVIII, impondo limites ao território brasileiro. Além disto, outros tratados seguiriam delimitando toda sua faixa fronteiriça com os outros países. Para este estudo, abordamos os tratados que fixaram limites para a fronteira amazônica, conforme o Quadro 1.

Nos limites desta abordagem, destacamos alguns tratados que influenciaram na definição de cada segmento do atual mapa do Brasil, desde o Tratado de Utrecht (1713) e do Tratado de Madri (1750), passando pelo de Pardo (1761) e o de Santo Idelfonso (1777), até o Tratado de Badajós (1801). Logo, foram inúmeras as negociações para se garantir a base territorial do Brasil contemporâneo, começando por uma parte dos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Quadro 1. Tratados de limites na Amazônia

PERÍODO	ANO	TRATADOS/PAÍSES ENVOLVIDOS	ACORDOS FIRMADOS
Império	1851	Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites/Brasil e Peru	. Estabeleceu o padrão para outros tratados de limites na Amazônia . Incorporou ao Brasil uma área de aproximadamente 76.500 km ²
Império	1859	Tratado de Limites e Navegação Fluvial/Brasil e Venezuela (negociações com Colômbia)	. Definiu a mesma divisória do tratado de 1851: posses portuguesas no alto rio Negro. O acordo foi ratificado por ambos os Governos (Brasil e Venezuela), porém, com os protestos da Venezuela este tratado foi recomposto em 1907
Império	1867	Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação/Brasil e Bolívia	Definição da linha de fronteira entre Brasil-Bolívia.
República	1900	Tratado de Berna/França e Brasil	. Definição de limites divisórios entre o Brasil e a Guiana Francesa, divisão fixada pelo Rio Oiapoque na costa atlântica
República	1903	Tratado de Petrópolis	. O Brasil ficou com o território do Acre e se comprometeu a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que criava uma saída boliviana para o Atlântico . A Bolívia ficou com uma pequena área já habitada por bolivianos; receberia 2 milhões de libras esterlinas e se beneficiaria de três ajustes de fronteiras na região do rio Paraguai
República	1904	Tratado de Limites /Brasil das fronteiras com a Colômbia e com o Peru. Este foi um acordo firmado entre os dois países, contudo não foi totalmente concluído	. Acordo que reconhecia como limite de ambos os países, a mesma linha do tratado de 1851, com o Peru (Tabatinga-Apapóris). Contudo, não colocou fim ao conflito fronteiriço; os dois países chegaram a um acordo, em Brasília em 1998
República	1907	Tratado de Bogotá/Brasil e Colômbia	. Definição das fronteiras entre os dois países
República	1909	Tratado de Limites e Navegação bilateral/Brasil e Peru	. É negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre. Desta forma, estabelecem-se as fronteiras do atual Estado do Acre
República	1998	Acordo de Paz Peru-Ecuador /Brasil e Equador	. Põe fim ao conflito sobre a fronteira não demarcada na Cordilheira do Condor. O acordo cria uma zona desmilitarizada e dois parques ecológicos na região. Desta forma, este finaliza os conflitos territoriais na América do Sul

Fonte: Adaptado pela autora (2020) de Góes Filho (2013).

Com o processo de Independência, não só do Brasil, mas também dos estados latino-americanos modernos, a demarcação de suas fronteiras prosseguiu durante o século XIX, com o reconhecimento de barreiras naturais, como rios, montanhas, e também com a ocupação de grandes faixas de terras, sobretudo a oeste da bacia do Paraná-Paraguai, até a Região

Amazônica. Contudo, perduraram conflitos sobre áreas contestadas que se resolveriam apenas no século XX, como aqueles no Acre e no Amapá, justamente na região de Oiapoque, que nos ocupa neste trabalho.

No Quadro 1 apresentamos os diversos tratados e acordos bilaterais fechados por meio de arbitramentos, negociados e aprovados por ambas as partes envolvidas, ocorridos no Brasil com os países limítrofes, tendo como objetivo definir os limites demarcatórios para seus territórios.

Neste quadro estão apenas os acordos que foram responsáveis pela formação do traçado da Amazônia brasileira, a partir do período do Império. Ao longo do tempo estes traçados demarcatórios foram se consolidando em momentos diversos, sendo 3 no período imperial e 6 no republicano.

A faixa de fronteira brasileira com os países limítrofes atualmente é determinada pela Lei N.º 6.634/79 e representa uma faixa interna, com largura de 150 km, paralela à linha divisória. O Brasil possui uma das maiores fronteiras terrestres do mundo, nesta faixa estão alocados 588 municípios brasileiros, distribuídos em uma extensão de 15.719 km, agrupados em três grandes arcos que são compostos pelos Estados e seus municípios.

Além disto, os municípios localizados na faixa de fronteira ainda são classificados em dois grupos distintos: os lindeiros e os não lindeiros. Os municípios lindeiros particularmente nos interessam porque o caso de Oiapoque e de Saint-Georges se enquadra nesta categoria.

Na Figura 1 vemos a fronteira da Amazônia Legal, na qual o Brasil faz fronteira com sete países. A fronteira possui uma extensão de aproximadamente 13.190 km, com a presença de vários cursos hídricos de alargamentos consideráveis.

Os limites territoriais na Amazônia foram formados no decorrer de longos períodos, desta forma, a região possui uma extensa faixa de fronteira³³, proporcionando estratégias de ação direcionadas às relações internacionais, vinculadas aos programas de governo e de planejamento para a Amazônia, formuladas como formas de garantir a soberania territorial.

Neste contexto, as relações internacionais adquirem um papel importante já que promovem políticas públicas de caráter internacional, garantindo a soberania e a exploração do território. Atualmente ainda se observa uma série de dificuldades na Amazônia em razão do isolamento, em função de grandes distâncias.

³³ A faixa de fronteira brasileira possui uma largura de 150 km, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, sua extensão é de 16.885,7 Km, envolvendo onze unidades da federação, abrangendo 27% do território nacional. A Amazônia possui uma extensão de fronteira de 13.190 km (PÊGO *et al.*, 2017; 2018).

Figura 1. Fronteiras da Amazônia Legal



Fonte: Adaptado pela autora (2020) de Pêgo (2018).

A fronteira entre Brasil e França

A fronteira entre o Brasil e a França possui uma extensão de 730 quilômetros a região e a linha demarcatória dos respectivos domínios foram motivo de disputa entre os governos do Brasil e da França por mais de 200 anos. A referida questão teve seu início no século XV, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas³⁴, que beneficiou significativamente Portugal e Espanha, desagradando países como a França, a Inglaterra e a Holanda.

³⁴ O Tratado de Tordesilhas, firmado no ano de 1494, teve como objetivo evitar o conflito entre Espanha e Portugal. As terras da região da Guiana no atual Estado do Amapá, Brasil, ficaram com a Espanha.

Conforme Góes Filho (2013) e Zaghetto (2019), com a vinda da família real para o Brasil (em 1808) foram observadas novas dinâmicas no país. Não satisfeito com os avanços dos franceses na fronteira franco-brasileira durante o período napoleônico, D. João VI, aliado aos ingleses, tomou posse da Guiana Francesa, ocupando Caiena em 12 de janeiro de 1809. Com o fim da era napoleônica, mais um acordo foi firmado entre Portugal e França, no qual a Guiana Francesa foi devolvida aos franceses. No Congresso de Viena em 1815, D. João VI comprometeu-se, como príncipe regente, a restituir a Guiana Francesa a Luís XVIII até o limite do Rio Oiapoque. Em 1817 (dois anos após), D. João, agora rei, reafirmou o compromisso de devolver a Guiana Francesa (ZAGHETTO, 2019, p. 50-53). Góes Filho resumiu um primeiro momento destes episódios:

Em 1797, quando começa a ficar mais nítida a fraqueza de Portugal ante o expansionismo da França napoleônica, os dois países assinam um tratado pelo qual se estabelecia como limite da Guiana Francesa, o rio Calçoene, entre o Oiapoque e o Araguari. Em 1861, pelo Tratado de Badajoz, Portugal concordou com a fronteira do rio Araguari e, em seguida, pelo Tratado de Madri (não confundir com o de 1750), cedeu mais ainda [...].

Todos esses atos posteriores a Utrecht fora declarada nulos pelo então Príncipe Regente, em manifesto de 1808 [...]. No ano seguinte, tropas do futuro D. João VI invadem Caiena, onde os portugueses ficariam durante oito anos. No Congresso de Viena, em 1815, Portugal concordou em restituir a Guiana à França, mas apenas depois que viu consignado no texto do tratado seu desejo de que a restituição do território fosse até o rio Oiapoque (GOES FILHO, 2013, p. 94-95).

Segundo Granger (2011) e Zaghetto (2019), após 1822, com o movimento em prol da independência do Brasil e de vários países na região, esta área passou por uma série de conflitos. Neste período, os franceses fizeram novas reivindicações em relação ao território em litígio. Sem chegar a uma solução, Brasil e França concordaram com a neutralização de uma grande área que permanecesse vinculada à província do Pará (hoje parte do atual Estado do Amapá). A referida área, chamada Contestado franco-brasileiro, estava situada entre os rios Oiapoque e Araguari, sem pertencer oficialmente a nenhum deles.

Com a neutralização da área em litígio, o território que foi alvo de disputa ficou abandonado. Com efeito, vários povoados foram fundados na região sem que houvesse algum tipo de controle, uma vez que no século XIX, o Contestado franco-brasileiro não era mais objeto de interesses, nem da França e nem do Brasil. Todavia, a descoberta de minas de ouro na região do Contestado provocou um novo ciclo de tensão na região. Muitas pessoas foram atraídas para este território, oriundas de diversos lugares e de nacionalidades variadas, gerando conflitos na localidade.

Em seu artigo intitulado “O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre França e Brasil na Amazônia”, Granger (2011) relata que após um confronto decorrente de uma grande intervenção militar francesa (que ocasionou várias mortes no lado brasileiro em 1895), uma grave crise diplomática se manifestou entre os dois países. Este conflito ao qual o autor se refere foi ocasionado pela invasão da região do Contestado pela França, e sendo responsável pelo que foi considerado um massacre na época, que trouxe uma comoção nacional para a região em disputa. Conseqüentemente, as relações diplomáticas entre Brasil e França ficaram abaladas, porque não teria mais como manter a neutralidade. Para tanto, os dois países decidiram solucionar a questão do litígio da região de uma vez por todas, escolhendo a Suíça para analisar os argumentos de ambas as partes e pronunciar (então) a sentença que deveria ser aceita pelas duas nações.

A questão de fixação das demarcações da fronteira foi tratada em períodos distintos, iniciando em 1700 e finalizando em 1900 com o laudo suíço que marcou o triunfo da reivindicação brasileira no que se refere ao Contestado, cujo território continuou fazendo parte do agora chamado estado do Amapá, que neste período era anexado ao Pará. Mas, na região havia um receio de que acontecessem novas disputas territoriais, em razão da vasta dimensão do território localizado na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, onde aquele tinha que se fazer presente e intensificar a ocupação.

Romani (2003) afirma que a região fronteira (Contestado) foi sendo povoada por sucessivas migrações, algumas espontâneas e outras induzidas, tanto por parte da França quanto do Brasil. A população que habitava a localidade era formada por negros crioulos da Guiana e de outras localidades do Caribe, bem como indígenas que, em sua maioria, eram assistidos pelo Estado francês. Os habitantes de origem de outras etnias providas da Europa e miscigenados no Brasil eram minoria, e pode-se dizer que eram migrantes em busca de terras procedentes de outras localizações do Pará e do Nordeste brasileiro. Também existia a presença de descendentes de escravos libertos brasileiros, que habitavam um antigo quilombo no norte do Amapá, muitos deles fugitivos da revolta da cabanagem³⁵.

De acordo com Granger (2011), a despeito disto, na Guiana Francesa o Brasil foi acusado de ser uma nação expansionista, uma vez que os guianenses consideravam a região do

³⁵ A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida durante o Império do Brasil, entre os anos de 1837 e 1845. A revolta dos Cabanos, como eram chamados os habitantes ribeirinhos do Pará, pessoas que viviam em cabanas à beira dos rios, é considerada a primeira revolta popular no Brasil, originada das aspirações dos setores mais pobres da população paraense durante o I reinado. Dela participaram as classes menos favorecidas tais como: caboclos, mestiços de brancos com índios, indígenas, negros (escravos libertos ou fugitivos da escravidão), todos mantiveram-se reunidos lutando por cerca de oito anos (ROMANI, 2003).

Contestado como parte integrante de sua colônia. De toda forma, a parte ocidental desta região, situada entre os rios Oiapoque e Calçoene, era povoada (em sua maioria) por “crioulos”, termo atribuído aos franceses, já miscigenados e pertencentes aos circuitos comerciais de Caiena.

Por outro lado, é possível notar que naquele período o que interessava à França não era a expansão territorial, mas sim o acesso ao Rio Amazonas. Após a decisão do tratado de Berna em 1900, a situação fronteiriça trouxe insegurança mútua: guianenses temendo uma invasão por parte do Brasil, e brasileiros que habitavam na localidade do antigo Contestado temendo uma invasão francesa (GRANGER, 2011).

Na Figura 2 vemos de modo mais detalhado a localização geográfica do estado do Amapá e da Guiana Francesa, com a delimitação de suas áreas de fronteira.

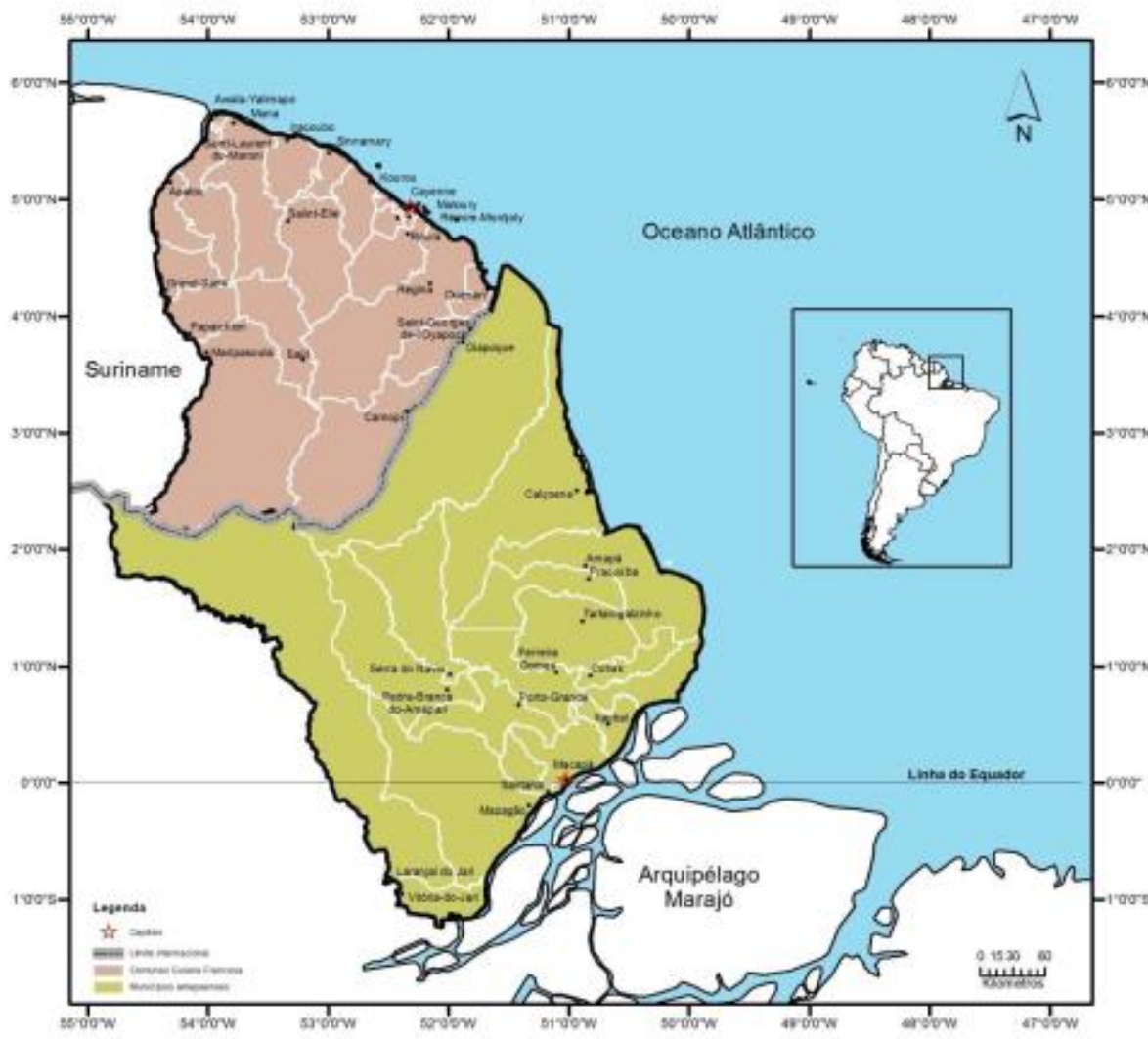
Vale destacar que a Amazônia sempre teve uma dinâmica de povoamento para a região voltada à defesa do território. Neste contexto, as áreas de fronteira sempre foram tratadas como espaços de segurança nacional, as quais deveriam ser povoadas por intermédio de projetos que induziram à proteção e à defesa destes espaços. O Brasil deveria criar táticas para ocupar a área do Contestado, fazendo parte das suas estratégias de defesa, bem como de preservação da soberania nacional.

Assim, em 1907 o Governo Federal do Brasil criou a colônia militar de Oiapoque, que inicialmente ficou situada na área denominada Ponta dos Índios e depois Santo Antônio, em frente ao vilarejo francês de Saint-Georges-de-l'Oyapock (SANTOS, 2006). A região merecia maior atenção com a expansão dos interesses e investimentos econômicos de outros países, em grande parte na Região Amazônica, sobretudo a partir do ciclo da borracha.

Podemos apontar um novo momento de clara política de defesa no Governo de Getúlio Vargas. Foi neste quadro mais amplo, e fazendo parte desta política defensiva em 1943, que foram criados em algumas zonas de fronteira os chamados “territórios federais”, todos em áreas estratégicas para a segurança nacional e diretamente subordinados ao governo federal. Diante desta realidade, a região referente à área do Contestado franco-brasileiros foi separada do estado do Pará, onde estava localizada, tornando-se o Território Federal do Amapá. No futuro, com a Constituição Federal do Brasil de 1988, tivemos a criação do Estado do Amapá.

De acordo com Granger (2012), o lado francês da fronteira também passou por transformações durante a década de 1940. Em 1946, a Guiana Francesa exibia mudanças institucionais, tornando-se um departamento ultramarino da República Francesa. O prolongamento territorial da metrópole permitiu aos novos departamentos franceses desfrutar de leis trabalhistas, da previdência social e dos altos salários comuns à França.

Figura 2. O Amapá e a Guiana Francesa



Fonte: Base espacial ESRI. Elaborado por Silva (2013).

Contudo, na administração francesa, a elaboração de projetos locais, os programas escolares, ou recrutamento dos funcionários públicos de mais alto escalão, passaram a ser oriundos (em grande parte) da capital francesa, dando aos guianenses um sentimento de dominação. Desta forma, apesar do desenvolvimento social e econômico, a Guiana tornou-se periférica, tanto em relação à França como ao Continente sul-americano (GRANGER, 2012).

O Brasil também criou políticas públicas voltadas para as áreas de fronteira, objetivando a proteção e a defesa do território, o que envolve diretamente a região do nosso estudo. Todavia, de certa forma, esta região fronteiriça ficou esquecida pelo poder público, apesar de ser considerada de segurança nacional, sendo utilizada como porta de entrada para a Guiana Francesa, principalmente após os anos de 1960, ocasionando um grande fluxo migratório para aquele país, que tinha como passagem o município de Oiapoque.

Segundo Arouck (2002), o fluxo migratório de brasileiros para a Guiana Francesa foi impulsionado pela busca de uma melhor situação econômica. Neste contexto, os primeiros imigrantes foram atraídos por ofertas de trabalho na construção civil, bem como na construção da base espacial europeia de Kourou, que induziu a uma nova dinâmica, com impactos em toda área transfronteiriça do Oiapoque.

Desta maneira, a partir de 1960, a mão de obra brasileira foi oriunda dos estados do Pará e Amapá, participou da construção da base espacial militar, e a população foi adentrando, muitas vezes clandestinamente, no território francês. Face à conjuntura presente,

A construção e posterior ampliação, nos anos de 1960, da base de lançamento na Guiana Francesa, certamente necessitou de mão de obra barata e não especializada. Essa força de trabalho foi em grande parte captada no Brasil, pela sua proximidade territorial e pela abundância dessa categoria de trabalhador nas zonas urbanas de Macapá e Belém. Desta forma, o governo francês fez “vista grossa” à entrada desses imigrantes, e milhares de brasileiros, por intermédio de relações de amizade ou de parentesco, produziram um verdadeiro fluxo migratório em direção à Caiena (AROUCK, 2002, p. 66).

Apesar do intenso fluxo migratório, este território transfronteiriço permaneceu no esquecimento das grandes decisões nacionais e internacionais até o fim do ano de 1970. De fato, a partir daí as relações entre Brasil e França, no que diz respeito às áreas de fronteira, receberam outras diretrizes, ocasionando uma aproximação entre os dois países e atraindo novos usos para o território.

Contudo, foi somente na década de 1990 que a fronteira franco-brasileira teve um novo contexto, proveniente de acordos internacionais, dos quais destaca-se o Acordo-Quadro³⁶ de cooperação entre o Brasil e a França, que representou um novo marco nas relações internacionais.

Vale ressaltar que o projeto de Acordo-Quadro visava disciplinar relações contratuais futuras, porque se trata de uma política pública para a cooperação transfronteiriça. O acordo foi aprovado pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa em 1979, sendo aberto à assinatura em maio de 1980, no governo de François Mitterrand. Nele, os países signatários se comprometeram a facilitar a cooperação transfronteiriça, nos níveis local e regional, respeitando o princípio da soberania nacional³⁷.

³⁶ Acordo-Quadro foi um acordo de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, celebrado em Paris (França) no ano de 1996. Neste mesmo ano ocorreu o primeiro encontro transfronteiriço na cidade de Saint-Georges-de-l'Oyapock.

³⁷ O projeto proposto pelo Conselho da Europa está em vigor desde 1983 (COELHO, 1992, p. 37).

O acordo é composto de nove artigos que estabelecem os princípios gerais de uma nova relação bilateral entre Brasil e França, oportunizando o desenvolvimento em diferentes campos, como: econômico, cultural, científico e técnico. Em fevereiro de 2008, o então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como o presidente da França, Nicolas Sarkozy, ratificaram o interesse de cooperação entre os dois países, com a elaboração de um plano de ação franco-brasileiro (VIEIRA, 2013).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o plano de ação da parceria estratégica franco-brasileira, adotado em 2008, foi pautado nos eixos de diálogo político e governança internacional, apresentando uma série de medidas para a cooperação nos diversos setores – econômico, comercial, defesa, espacial, energia nuclear, desenvolvimento sustentável, educativo, linguístico, ciência e tecnologia, também abordando temas migratórios, transfronteiriços e de cooperação com outros países.

É dentro desta mesma percepção que podemos analisar os sucessivos acordos externos envolvendo o Estado do Amapá que foram sendo assinados e estão ligados ao planejamento estratégico do país. Entre eles, destacam-se: o programa Calha Norte (1985); a assinatura do acordo Brasil/França, envolvendo o Amapá e a Guiana Francesa (1996); a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (2002); a elaboração da proposta Faixa de Fronteira; o programa da União Europeia INTERREG³⁸ IV (2007-2013); a construção de usinas hidrelétricas (2012-2016), bem como da ponte binacional (2008-2017).

Todas estas ações ocasionaram transformações urbanas significativas na região. Além do mais, as ações e os projetos para as cidades localizadas na faixa de fronteira passaram a ser diretamente vinculados ao poder público, sobretudo em virtude destas áreas serem consideradas como de segurança nacional, mas gerando práticas diversas, próprias de cada território, que interferem na urbanização das cidades localizadas nesta região.

Apesar do diálogo de cooperação, os planos urbanos destinados para as cidades passaram a ser elaborados separadamente por cada governo, e pode-se dizer que desde sua

³⁸ INTERREG: trata-se de um programa da União Europeia, com objetivo de desenvolver os programas operativos destinados à redução de problemas comuns em regiões de fronteira, por meio de projetos de infraestrutura e de cooperação entre organismos políticos. É a maior das “iniciativas comunitárias” dos Fundos Estruturantes da União Europeia. O INTERREG IV, por sua vez, permite que a União Europeia (UE) disponibilize recursos financeiros que visam consolidar a coesão social e econômica a partir do apoio a projetos e atividades em três eixos: 1) projetos transfronteiriços; 2) projetos transnacionais e 3) projetos inter-regionais. O primeiro e o último contemplam diretamente as interações entre o Amapá e a Guiana Francesa, visando a promoção da eficiência da política regional através da cooperação, da criação de redes e da troca de experiências entre entidades regionais e locais (SILVA, 2013).

elaboração e implantação foram desenvolvidos em temporalidades, escalas e conceitos distintos.

A ideia de tempo é a própria matéria que dá forma à arquitetura. “[...] A cidade em sua materialidade pode ser lida, como uma cartografia destes gestos sucessivos e superpostos. Gestos de abrigo, proteção e conforto. Gestos de prazer, combate, memória...” (PEREIRA, 2017, p. 151). Por outro lado,

Nem sempre pensamos que as cidades são essas acumulações de gestos e, assim, esquecemos essa invenção da duração e do tempo que eles instauram e que se compartilha, se rechaça ou sequer se dá conta. Esquecemos que a experiência urbana se realiza nesse convite intemporal de gestos e, portanto, em um território marcado pela sincronia de tempos cujos sentidos estão fechados, estabilizados e definidos pela acronia, dada pela indeterminação e pela abertura dos sentidos [...] (PEREIRA, 2017, p. 152).

Constata-se ainda que os planos elaborados para as localidades, e que decorrem de acordos internacionais, apresentam temporalidades diversas que denotam às vezes um fluxo acelerado de um lado; enquanto do outro, as decisões e os investimentos ocorrem em grande lentidão, expondo a disparidade de estruturação dos núcleos urbanos.

Os recortes temporais da esfera política não são, necessariamente, os mesmos da economia, da estética ou da esfera ideológica, induzindo (desta forma) à noção de defasagem. No caso da região de fronteira, as temporalidades são diversas, ligadas ao poder político e econômico, ou seja, o tempo de decisão para um projeto de um chefe de Estado não é o mesmo para aquele de um gestor municipal; as escalas de decisão também são diferenciadas, ou seja, o poder de decisão de um gestor municipal não é o mesmo de um chefe de estado. A referida situação dificulta as tomadas de decisão nas diferentes escalas de cada um dos gestores, comprometendo as decisões no que se refere às obras de urbanização para as cidades.

Podemos citar como exemplo a Ponte Franco-brasileira, uma obra de infraestrutura construída entre as cidades-gêmeas de Oiapoque (Amapá) e Saint-Georges-de-l’Oyapock (na Guiana Francesa). A Ponte Binacional, fruto de um acordo de cooperação internacional (como vimos), foi construída entre 2008 e 2011, quando foram concluídas as obras pelo lado francês, mas foi inaugurada somente em 2017, em virtude do atraso no lado brasileiro. Ela mostra um dos casos das diferentes temporalidades existentes entre o Amapá e a Guiana Francesa, cuja estrutura interfere nas duas cidades fronteiriças.

Para Chartier (1988), as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse de grupos que as forjam.

As percepções sociais não devem ser tomadas como discursos neutros, uma vez que produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros por ela menosprezados, além de legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1988).

As modalidades do agir e do pensar, como escreve Paul Ricoeur, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldadas, de diferentes maneiras, em diferentes situações pela estrutura do poder (CHARTIER, 1988, p. 25).

Os acordos internacionais firmados para a área fronteira representavam uma estrutura de poder imposta pelo Estado e provocaram mudanças sociais a partir da ampliação de obras de infraestrutura. Entre os acordos para a região, podemos citar: a intensificação nas áreas científicas, tecnológicas e culturais entre o Amapá e a Guiana Francesa; o fortalecimento da cooperação transfronteira; a construção da ponte binacional (já citada); a intensificação da ligação na área de fronteira; a criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, entre outros.

A ponte binacional que se articula à BR-156 (cuja obra iniciou em 1932 com Rondon e se estende até os dias atuais, sem previsão de conclusão) cria um corredor de circulação e comunicação de Macapá até Caiena. Ponte e rodovia são obras importantes não só para o Amapá, mas representam elementos relevantes para consolidar uma estrutura de redes técnicas e de conexões com o Platô das Guianas, induzindo transformações em ambos os territórios. Especificamente, a Ponte Binacional possibilita a cooperação com o Platô das Guianas³⁹, proporcionando transformações sociais, culturais e econômicas (TOSTES; FERREIRA, 2016).

Contudo, com relação aos acordos internacionais que acarretam as obras de infraestrutura, interferindo na urbanização da cidade e no modo de vida de seus habitantes, as percepções da população local não são as mesmas que as de seus gestores. Os projetos destinados à área de fronteira, em conjunto com os acordos internacionais, nem sempre se destinam às verdadeiras necessidades da população. Somado a isso, as diferentes lógicas e temporalidades que permeiam suas realizações de cada lado da fronteira geram ainda mais dificuldades no cotidiano da população.

³⁹ O Platô das Guianas é uma área territorial localizada na Amazônia, constituída pelos países fronteiriços Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana e parte da Venezuela. A parte brasileira desse escudo é composta por estados pertencentes à região norte na seguinte formação: parte do estado do Amazonas, parte do estado do Pará e os estados de Roraima e Amapá.

Ao abordarmos questões de planejamento para esta região do Brasil, constatamos um tratamento feito por meio de planos de governos, nacionais e internacionais que — embora tendo como principais objetivos a defesa e a ocupação do território, bem como seu desenvolvimento gerando um processo de urbanização para as cidades — são concebidos ainda hoje de modo *top down*, à distância, sem levar em consideração as características regionais e a cultura do lugar.

Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008) referem-se ao processo de urbanização na Amazônia como um contexto em que se cruzam múltiplas lógicas que fazem parte de uma complexidade na formação da região, na qual verifica-se a existência de padrões definidos, de acordo com a organização espacial do lugar. Estas padronizações determinam, além da forma das cidades, os seus conteúdos, dentro de processos singulares do espaço regional.

Com o objetivo de criar possibilidades de entendimento e comparação entre estes diferentes processos e buscar situar Oiapoque, no Quadro 2 reproduzimos um resumo proposto por Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008) para a formação das cidades na Amazônia, dentro do seu processo histórico de urbanização e de acordo com suas particularidades, complexidades, tipologias e vinculações.

No quadro 2 está demonstrado que tivemos um processo de urbanização complexo na Amazônia, em momentos diversificados, com modelos de urbanização concernentes a núcleos urbanos distintos. Desta forma, as metrópoles contemporâneas e as cidades tradicionais possuem suas origens ainda no período colonial, ao passo que as cidades consideradas novas e modernas originaram-se de grandes projetos voltados para a exploração das riquezas naturais da região, na maioria das vezes ligadas à mineração, também responsável pela formação das cidades espontâneas.

As cidades de colonização surgiram vinculadas a uma política direcionada ao processo de colonização agrícola, bem como a partir da implantação de rodovias. É evidente, enfim, que até mesmo as chamadas “cidades espontâneas” (por aqueles autores) não surgiram espontaneamente, mas em decorrência de lógicas de ocupações e fixação diversas e que, no contexto regional, designam aquelas que formam e se desenvolvem de forma não planejada por empresas ou pelo próprio poder público.

Quadro 2 – Cidade e história na Amazônia: uma tipologia

CIDADES	VÍNCULOS/VINCULAÇÃO
<i>Metrópoles Contemporâneas</i>	Estruturas urbanas complexas associadas à percussão de novos processos de ocupação (Belém, Manaus, São Luiz)

<i>Cidades novas e modernas</i>	Bases de operação e reprodução social dos grandes projetos minerometalúrgicos implantados na região (<i>Company Towns</i> de Barcarena, Tucuruí e Carajás) ou associado à necessidade de consolidação de novas estruturas territoriais que demandam uma relativa estrutura urbana concentrada de apoio às atividades econômicas e políticas (Palmas)
<i>Cidades da Colonização</i>	Núcleos de apoio ao processo de colonização do final da década de 1960 e ponto de apoio aos eixos de penetração rodoviários (Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis)
<i>Cidades espontâneas</i>	Estruturas urbanas novas e precárias associadas a atividades e serviços complementares, formais ou não, relativas aos grandes projetos ou apoio às novas frentes econômicas
<i>Cidades Tradicionais</i>	Estrutura urbana mais antiga e sujeita a transformações recentes, decorrentes dos impactos sociais, culturais e ambientais promovidos pela introdução de novos modelos de produção e de inovações tecnológicas na região.

Fonte: Trindade Júnior, Silva e Amaral (2008).

As áreas de fronteira existentes na Amazônia integram-se a um quadro de cooperação em nível internacional, no qual várias transformações vêm ocorrendo progressivamente. Contudo, é aqui que as referidas ações mostram seus limites, pois, os diversos programas e cooperações fronteiriças interferem diretamente na vida da população da região, embora não se possa negar a sua importância nas tentativas para promover um melhor desenvolvimento para o ambiente, trazendo retorno político e social. As referidas ações deveriam ser mais condizentes à realidade local, respeitando os costumes dos habitantes e sem a imposição de padrões externos que desconhecem as realidades do lugar.

Cidades fronteiriças na Amazônia

No que tange às cidades localizadas na Região Amazônica, é possível observar a presença de características próprias, mas marcadas pela formação induzida de seus núcleos urbanos. Percebemos melhor o que cada núcleo urbano representa para a região, considerando as especificidades populacionais que habitam neste território, ocupado por diferentes grupos sociais: índios, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, pessoas que se mantêm com as riquezas oriundas da floresta (seringueiros, castanheiros, coletores de açaí). Temos também os que, de certa forma, são responsáveis pela agressão à natureza, como os garimpeiros, os carvoeiros e os madeireiros.

Desta forma, é imprescindível compreender o que são as cidades na Amazônia e seus processos de urbanização, principalmente aquelas cidades localizadas na fronteira, e o impacto que sentem de procedimentos voltados para os acordos internacionais, direcionados à política externa, uma vez que passam a interferir fortemente nas dinâmicas locais, regionais e, em suma, no processo de urbanização das cidades.

De acordo com Castro (2008), a urbanização na Amazônia possui dois momentos principais que levaram a dois padrões diferenciados de ocupação e povoamento do território, definidos a partir da ação do estado e do mercado. O primeiro, ligado ao período de exploração da borracha dentro da floresta, ocasionou a expansão urbana que ocorria com a exploração dos rios e ocupação dos vales, chegando a cruzar as fronteiras de países vizinhos como Bolívia e Colômbia. O segundo padrão teve seu início vinculado aos modelos de ocupação e povoamento ocorridos a partir de 1966, que se intensificaram entre 1970 e 1980, impulsionados por programas governamentais responsáveis pelos grandes fluxos migratórios na região. Para a autora supracitada, estes padrões estão relacionados às escalas de poder, principalmente concentrados na classe política e no mercado representados nas cidades.

As duas cidades-gêmeas, Saint-Georges (GF) e Oiapoque (BR), objetos deste estudo, possuem características semelhantes ambas foram formadas por grupos étnicos, povos quilombolas e comunidades indígenas, sendo estas bem marcantes nesta região de fronteira, exercendo influência em termos de planejamento urbano.

No Quadro 3 temos os grupos indígenas que habitam no estado do Amapá e Pará, suas faixas de terra e municípios onde estão situadas as diferentes etnias destes povos. No estado do Amapá, no que se refere às terras indígenas, a maior parte está localizada no município de Oiapoque. Conforme o Quadro 3, nesta região verifica-se a presença de certas etnias que cruzaram a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa e acabaram localizando-se nos dois lados. Esta realidade não é verificada apenas no Amapá, ocorre em outras áreas na fronteira.

Esta presença indígena é ainda maior e mais diversa nas cidades fronteiriças, conforme indicamos no Quadro 4. Nele destacam-se os povos indígenas que habitam as áreas fronteiriças do Brasil com os países limítrofes, e também os povos indígenas que vivem nos estados do Amapá e Pará e que estão distribuídos nos dois lados da fronteira.

Neste contexto, as cidades-gêmeas possuem características semelhantes e ao mesmo tempo diversas em muitos aspectos. Contudo, ambas tiveram sua formação impulsionada por imigrantes de várias regiões do Brasil e outros países, por descendentes de escravos, povos indígenas e por uma população hoje também miscigenada dos nascidos na localidade.

Quadro 3. Terras indígenas no estado do Amapá e Pará

TERRA INDÍGENA	ESTADO	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE/HÁ	POVOS
<i>Uaçá</i>	Amapá	Oiapoque	470.164,06	Galibi Marworno Karipuna Palikur
<i>Juminã</i>	Amapá	Oiapoque	41.601,27	Galibi Marworno Karipuna

<i>Galibi do Oiapoque</i>	Amapá	Oiapoque	6.689,19	Galibi do Oiapoque Karipuna
<i>Waiãpi</i>	Amapá	Pedra Branca do Amaparí, Mazagão e Laranjal do Jari	607.017	Wajãpi
<i>Parque do Tumucumaque</i>	Pará e Amapá	Oriximiná, Óbidos, Almeirim, Alenquer, Monte Alegre e laranjal do Jari	3.071.067,87	Aparai, Katxuyana, Tiriyo, Wajãpi, Wayana

Fonte: Gallois e Grupioni (2003) e FUNAI (2021).

No município de Oiapoque temos a presença de uma área quilombola denominada de Kulumbu do Patuazinho, localizada próximo do bairro do Infraero, reconhecido como quilombo urbano, certificado pela Fundação Cultural Palmares, com a publicação no Diário Oficial da União em 19 de novembro de 2009. Pela sua localização, esta área é considerada pertencente ao bairro, assim dentro do perímetro urbano da cidade; e um pouco mais afastada deste perímetro ocorre a presença de terras indígenas das etnias Galibi Marworno, Palikur, Karipuna e Galibi do Oiapoque. Em Saint-Georges estão os Galibis e os Palikur, etnias que vivem em ambos os lados da fronteira, mas que se encontram dentro do perímetro urbano, não estando alocados em terras indígenas, como no Brasil, compondo bairros indígenas em áreas periféricas que conservam um distanciamento do centro da cidade.

Apesar do grande fluxo nas fronteiras, uma boa parte destas áreas está isolada dos centros urbanos de seus respectivos estados, bem como encontram-se afastadas dos países vizinhos por questões de limites políticos. Contudo, existe uma interação entre a população que habita estes núcleos, conduzindo as formas de cooperação também cotidianas entre os países vizinhos de regiões fronteiriças. Estas cooperações são estabelecidas informalmente, por intermédio de acordos tácitos entre autoridades locais de cada um dos países (MACHADO, 2005).

Estes acordos representam uma ajuda mútua entre as cidades, fazendo com que elas consigam autonomia. A importância atribuída ultimamente às cidades e regiões de fronteira, devido à integração de países em blocos regionais, é manifestada pela possibilidade de transformar estas localidades em zonas de cooperação mais ampla entre países vizinhos. Por outro lado, a morosidade do Estado diante das novas situações apresentadas nas regiões de fronteira representa uma forte barreira à consolidação deste tipo de cooperação "híbrida" em suas escalas, extremamente cotidiana, mas também internacional.

Quadro 4. Povos indígenas nas fronteiras do Amapá e norte do Pará

GRUPOS INDÍGENAS	PAÍSES	LOCALIZAÇÃO
Trio (Tiriyo)	Suriname	Rios Paloemeu e Sipaliweni

Wayana	Guiana Francesa Suriname	Margem direita do alto do rio Maroni (ou Aretani) Margem esquerda do alto rio Maroni
Wayapi	Guiana Francesa	Margem esquerda do rio Oiapoque, entre Camopi e Trois Sauts
Palikur	Guiana Francesa	Saint-Georges-de-l'Oyapock e rio Cabaret
Kali'nã (Galibi)	Guiana Francesa, Suriname e Venezuela	Awala-Yalimapo, Iracoubo, Mana, St. Lourent du Maroni, Kourou

Fonte: Gallois e Grupioni (2003).

Esta realidade presente ao mesmo tempo nas cidades fronteiriças na Região Norte envolve dificuldades proporcionadas pelo distanciamento dos grandes centros, que gera o isolamento destas localidades, facilitando as trocas com países vizinhos. Logo, o contexto geográfico torna a cooperação mútua de cidades pertencentes a países diferentes muito mais viável quando estas se localizam na fronteira, do que com as capitais de seu próprio estado. Esse fato faz com que os acordos de cooperação entre os países sejam considerados uma possibilidade de desenvolvimento econômico e social regional, sobretudo para as suas cidades que estão na linha de fronteira.

Deste modo, compreende-se que as próprias regiões transfronteiriças se tornam importantes indicadores das redes de relações entre as cidades, rompendo com as delimitações fronteiriças oficiais, gerando novos comportamentos econômicos e sociais, vivenciados nos núcleos urbanos. Assim, em determinados momentos do cotidiano da população, a fronteira deixa de representar apenas um limite, mas sim um elemento de interação social.

Cidades-gêmeas na fronteira amazônica

Segundo Ascher (2010), desde a origem as cidades surgem com determinada divisão técnica, social e espacial da produção, conduzindo trocas de diversas naturezas entre os produtores de bens, como: os de subsistência, os manufaturados, os simbólicos, o poder e a proteção. Lefebvre (2006) auxilia a tornar este olhar mais complexo ao insistir que a cidade representa um grande laboratório que influencia e transforma a sociedade urbana. Ao abordar as reflexões e questões urbanísticas, enfatiza que as relações humanas dentro do processo de urbanização nem sempre são levadas em consideração, uma vez que os projetos executados seguem uma diretriz que nem sempre proporciona a igualdade de condições para a população. Abordando, também, o direito de liberdade de escolha dos habitantes da cidade, o autor defende que:

Os políticos têm seus sistemas de significações – as ideologias – que lhes permitem subordinar suas estratégias aos atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados. O humilde habitante tem seu sistema de significações (ou antes, seu subsistema) ao nível ecológico. O fato de habitar aqui ou ali comporta a recepção, a adoção, a transmissão de um determinado sistema [...]. Das questões da propriedade da terra aos problemas da segregação, cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas: as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e quotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via cultura e institucional, àquilo que resta da realidade urbana (LEFEBVRE, 2006, p. 109-112, grifo do autor).

O direito à cidade é fundamental, porém, nem sempre é resguardado. Quando são elaborados novos planos urbanísticos para determinada localidade, geralmente as suas especificidades locais não são tomadas como base, o que faz com que os projetos urbanos sejam implantados a partir de uma lógica estatal, que nem de longe atende às aspirações populacionais.

Como vimos com Lefebvre (2006), as diferenças sociais também criam formas variadas de ocupação nos espaços urbanos, uma vez que as estratificações sociais estão presentes no processo de urbanização das cidades. Estas considerações trazem à reflexão o fato de que, ao abordarmos as cidades localizadas em áreas de fronteiras, estas diferenças sociais, e como vimos com Castro também culturais, marcam ainda mais cada um dos territórios aos quais estão vinculadas e, caso a caso, os diferentes países.

De certa forma, as cidades fronteiriças transcendem suas territorialidades. Assim, apesar das diferenças territoriais e culturais de origem e em presença, em determinados momentos, as configurações sociais misturam-se, criando identidades próprias, pela influência dos territórios onde se localizam as cidades, uns sobre os outros. Nestas áreas, os grupos sociais, mesmo de origens diferentes, apresentam características e necessidades comuns, requerendo ações que atendam seus anseios. Considerando-se que, como disse Lefebvre (2006), as peculiaridades e demandas destes grupos são deixadas em segundo plano pelas políticas públicas.

Ao considerarmos a localização de cada cidade, em faixa e zona de fronteira⁴⁰, em um determinado território, verifica-se vários processos de importantes formas de interação entre elas, apesar de estarem localizadas em países diferentes. Esta influência mútua é muito comum, principalmente nas cidades-gêmeas, uma vez que são cidades muito próximas, gerando uma interação ainda maior dos habitantes dos núcleos urbanos. Mais que isso, é como se a população

⁴⁰A faixa de fronteira está diretamente ligada aos limites territoriais do poder do Estado. A Zona de fronteira é composta por faixas territoriais de cada limite internacional; representa um espaço de interação, “uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades-gêmeas” (BRASIL, 2005, p. 21).

que habita nesta porção desconsiderasse o sentido das limitações fronteiriças, já que constantemente as ultrapassam, em um movimento ditado por seus interesses e necessidades.

Na Figura 3 apresentamos um diagrama das faixas e zonas de fronteira, conforme a Lei N.º 6.634/1979, bem como o processo de interação das cidades localizadas nas zonas de fronteira, tendo como exemplo as cidades-gêmeas.

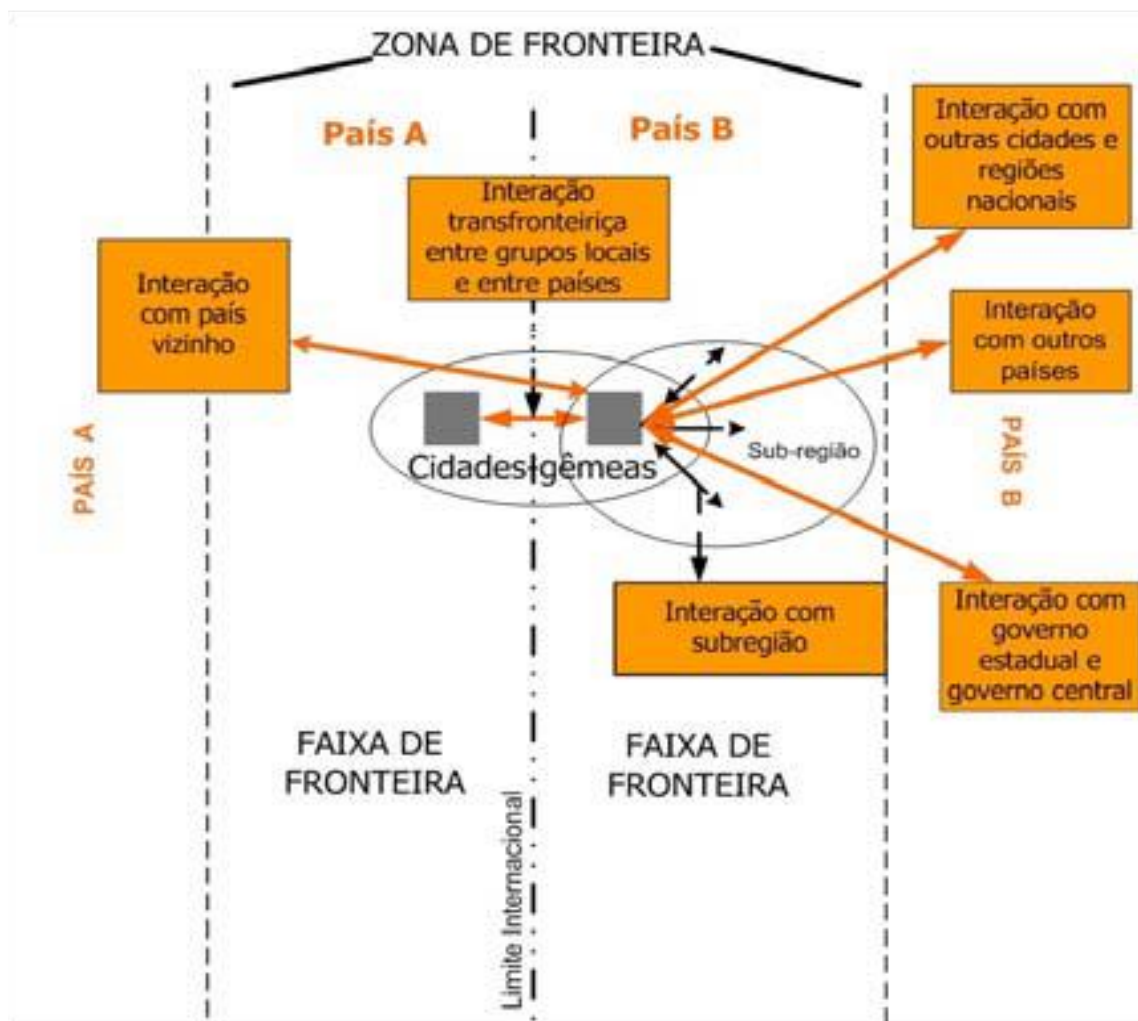
Com a figura acima é possível entender ainda mais de perto não só a zona de fronteira, que é composta pelas faixas de fronteira de cada lado dos devidos limites internacionais, mas também as influências mútuas entre as cidades fronteiriças. Estas proporcionam novos atributos para ambas as localidades, com valores culturais e sociais comuns, proporcionando transformações urbanas advindas dos acordos formais de cooperação entre os países vizinhos, onde estão localizadas, por intermédio de autoridades representantes de cada nação.

A população que habita em cidades localizadas na faixa de fronteira realmente convive com pressões externas e internas. Entretanto, existe entre elas um processo de interação intenso que constrói uma rede de relações, compartilhando aspectos econômicos, sociais, assim como a infraestrutura de ambos os núcleos. Esta realidade é bem marcante no que se refere às cidades-gêmeas, visto que estes núcleos urbanos são influenciados mutuamente a cada dia, a cada hora, ocasionando novas realidades distintas que interferem nos seus processos de urbanização e em suas dinâmicas, inclusive tipológicas e funcionais.

Além dos perfis nacionais específicos da população, cada cidade chamada “gêmea” apresenta particularidades próprias, seja pelo tipo de arquitetura predominante, ou pelo traçado das vias, bem como por praças e templos existentes que as diferenciam. Além disto, temos que levar em consideração uma regionalização cultural mais ampla, inerente aos territórios.

No Brasil, o conceito de cidade-gêmea começa a ser discutido com a Lei N.º 6.634/79 sobre as áreas fronteiriças (já citada), na qual ficaria estipulada uma faixa de segurança nacional. Além do que, a lei determina quais ações não podem ser executadas na faixa de fronteira sem o consentimento prévio do Estado, no caso a União. E quando houver interesse para a segurança nacional, esta poderá intervir ou concorrer com o custo ou parte dele para a construção de obras públicas. Todavia, não foi estabelecido o que seria este tipo de cidade.

Figura 3. Faixa e Zona de fronteira



Fonte: Brasil (2005).

A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, em 2005, definiria com maior rigor o que seria este tipo de cidade. Elas seriam, então, adensamentos populacionais cortados por linhas de fronteira, seca ou fluvial, articuladas ou não por obras de infraestrutura (BRASIL, 2005).

Buscando oferecer uma maior atenção sobre as relações transfronteiriças, em 2014, o Ministério da Integração Nacional propôs a definição de cidades-gêmeas no Brasil a partir de uma ótica jurídica, trazendo anexa uma lista com 29 municípios. Assim, a Portaria n.º 125 de 21 de março de 2014 estabelecia:

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações

"condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (BRASIL, 2014).

Nos anos de 2016 e 2019 outras duas portarias complementares foram publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, efetuando ajustes à definição jurídica de cidades-gêmeas, alterando a lista das consideradas nesta categoria e traçando diretrizes para municípios fronteiriços que não foram considerados como cidades-gêmeas.

A Portaria n.º 213 de 2016 manteve os conceitos anteriores, mas acrescentou três municípios à lista de cidades-gêmeas, fazendo um total de 32; trouxe ainda uma normatização para os municípios localizados na fronteira, vinculados a acordos internacionais, que não constam na lista de cidades-gêmeas, segundo a portaria, eles devem ser considerados equiparados àquelas.

A terceira Portaria de n.º 1.080 de 2019 teve como objetivo efetuar uma complementação à Portaria n.º 213, incluindo o Município de Cáceres-MT na lista de cidades-gêmeas brasileiras (BRASIL, 2019). Desta maneira, dos 588 municípios localizados na faixa de fronteira, hoje 33 são classificados como cidades-gêmeas. A presença destas cidades vizinhas, localizadas em lados opostos na fronteira, é um indicador das redes de relações transfronteiriças.

Ao colocarmos a lista destas cidades divididas nas regiões brasileiras, teremos o seguinte: Norte: 9 cidades; Centro-Oeste: 7 cidades; Sul: 16 cidades. Como as cidades-gêmeas favorecem o processo de integração entre os países onde estão localizadas, o Ministério da Integração Nacional identificou cinco tipos de integração transfronteiriça⁴¹ em 2009, que são: Margem; Zona-tampão; Frentes; Capilar e Sinapse.

De modo geral, as cidades-gêmeas rompem com as delimitações formais da fronteira no que se refere à soberania nacional, ou seja, à segurança nacional. Quando estas cidades estão

⁴¹ 1) Margem: caracteriza-se por um tipo de interação em que a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contato entre si; 2) Zona-tampão: aplica-se às zonas estratégicas em que o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas; 3) Frente: é caracterizado pelas frentes de povoamento, também designa outros tipos de dinâmicas espaciais, como a frente cultural (afinidades seletivas), a frente indígena ou a frente militar; 4) Capilar: podem ocorrer somente a nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea, ou por meio de trocas difusas entre vizinhos com limitadas redes de comunicação, ou ainda resultam de zonas de integração espontânea, nas quais o Estado intervém pouco; 5) Sinapse: refere-se à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças, apoiada pelos Estados contíguos. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo (BRASIL, 2009, p. 22).

localizadas em uma região composta por um tríplice fronteiro, a realidade tende a tornar-se mais dinâmica, com a intensificação da mobilidade entre a população que habita os núcleos urbanos, bem como com interferências econômicas.

No Quadro 5 temos a composição das cidades-gêmeas localizadas na região Norte do Brasil, compondo a Amazônia brasileira. Estas cidades são marcadas em sua maioria pelo distanciamento entre as diversas localidades que compõem o mesmo território e de outras localidades do país, proporcionando um isolamento dos demais municípios para estas cidades. Fazendo parte deste quadro destacamos as cidades de Oiapoque e Saint-Georges (arco Norte), objetos deste estudo.

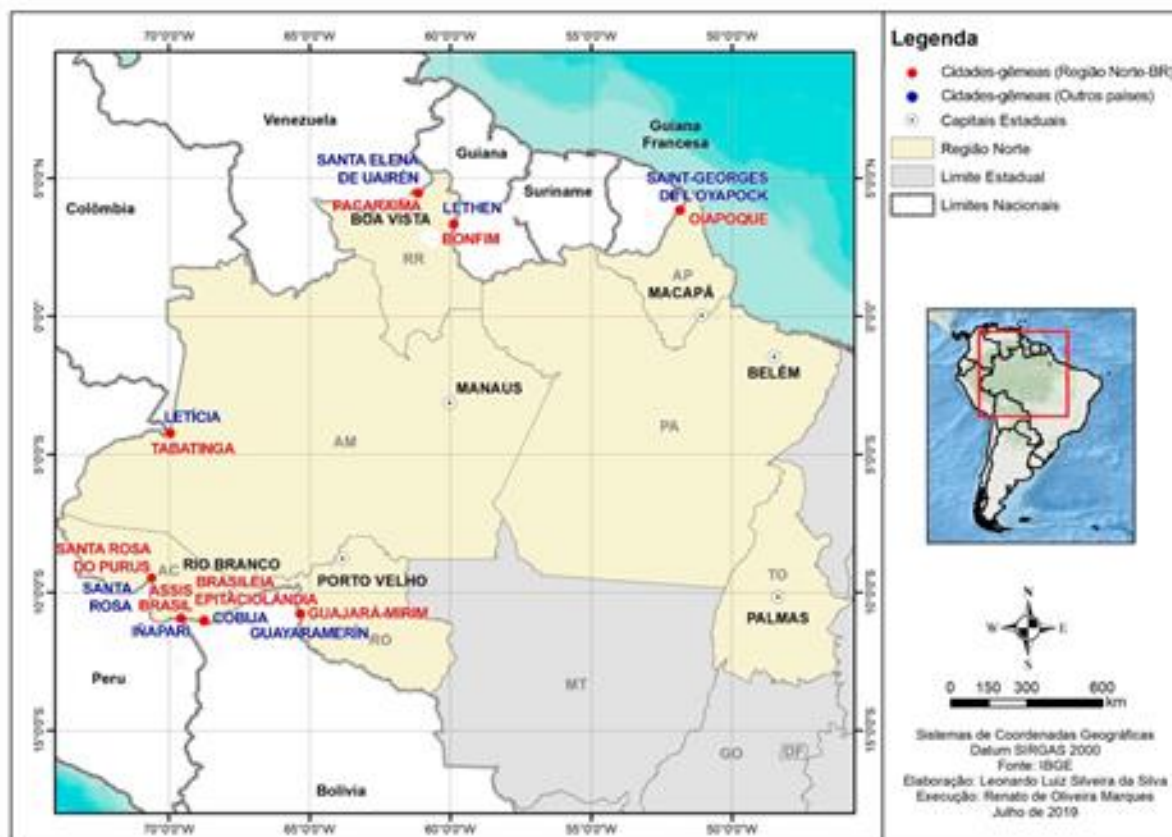
Quadro 5. Cidades-gêmeas da região Norte

BRASIL		PAÍSES VIZINHOS		ARTICULAÇÃO	TIPO DE INTERAÇÃO
ESTADO-UF	CIDADE	PAÍS	CIDADE		
Amapá-AP	Oiapoque	Guiana Francesa	Saint-Georges -de-l'Oyapock	Fluvial com ponte	Capilar
Acre-AC	Assis Brasil	Peru	Iñapari	Fluvial com ponte	Capilar
Acre-AC	Brasiléia	Bolívia	Cobija	Fluvial com ponte	Sinapse
Acre-AC	Epitaciolândia	Bolívia	Cobija	Fluvial com ponte	Sinapse
Acre-AC	Santa Rosa do Purus	Peru	Santa Rosa	Fronteira seca	Frete Indígena
Amazonas-AM	Tabatinga	Colômbia	Letícia	Fronteira seca	Sinapse
Roraima-RR	Pacaraima	Venezuela	Santa Elena de Uairén	Fronteira seca	Sinapse
Roraima-RR	Bonfim	Guiana	Lethem	Fluvial com ponte	Capilar
Rondônia-RO	Guajará-Mirim	Bolívia	Guayaramerín	Fluvial com ponte	Capilar

Fonte: Adaptado pela autora (2020) de Brasil (2014; 2016), Coelho (1992) e Machado (2005).

No Amapá, Oiapoque e Saint-Georges-de-l'Oyapock apresentam baixa densidade e pouca acessibilidade e há uma forte presença de garimpos de ouro. Importa destacar ainda que os índios transitam livremente pela fronteira, usufruindo dos benefícios sociais de ambos os países: no Brasil, oferecidos pela Funai, e na Guiana Francesa, os benefícios assistencialistas concedidos pelo governo francês aos filhos dos indígenas nascidos naquele território. Na figura 4 são apresentadas as cidades-gêmeas localizadas na região Norte do Brasil, que faz fronteira com sete países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Na figura verificamos os limites fronteiriços de cada cidade em relação ao Brasil, incluindo a unidade federativa onde está localizada, tal como o país com o qual faz fronteira.

Figura 4. Cidades-gêmeas na região Norte do Brasil



Fonte: Silva e Marques (2020), com adaptação da autora.

Estas cidades possuem arranjos espaciais diferenciados e com características próprias. Desta forma, não devem ser analisadas somente dentro de uma perspectiva nacional ou interna porque demandam um planejamento integrado, rompendo com as delimitações oficiais de fronteira, com base na soberania nacional. As semelhanças e diferenças entre as cidades-gêmeas nem sempre vêm da diferença do nível de desenvolvimento dos países a que estas cidades pertencem. Outra característica marcante está no processo de cooperação entre cidades fronteiriças, que é frequente e ocorre de maneira voluntária, fazendo parte do cotidiano da população. Porém, fazendo parte de uma política internacional, os acordos internacionais visam um desenvolvimento comum para as duas nações.

Coelho (1992) já destacava a importância dos acordos de cooperação para as fronteiras na Amazônia como forma de trazer o desenvolvimento para a região. Deste modo, os problemas antes considerados nacionais começam a ter formas mais abrangentes, passando a serem considerados como internacionais, pois:

A ocupação humana, desordenada ou não, induzida ou espontânea; os projetos de construção de infraestruturas, tais como hidrelétricas ou rodovias de acesso ou de apoio ao escoamento

da produção; as maiores facilidades nas comunicações; a intensificação da atividade econômica, mineral, agrícola e industrial são todos fenômenos que ultrapassam no momento a escala regional ou nacional (COELHO, 1992, p. 93).

Araújo (2019) entende que esta cooperação juntamente com a integração regional, impulsionada por grupos sociais e governantes interessados na promoção de seus próprios desenvolvimentos, tornam-se uma realidade que vem marcar a interdependência transfronteiriça. Para o autor, estes ajustes tornam-se importantes, em especial para a região Norte do país, que já possui uma disposição para trocas com os países vizinhos, devido às distâncias que geram dificuldades aos grandes centros. Contudo, estes processos de cooperação com as nações vizinhas necessitam (muitas das vezes) de certos ajustes, tendo como objetivo um melhor atendimento aos interesses dos países envolvidos.

De certo modo, a Amazônia é uma região isolada dos grandes centros do país, logo, as grandes distâncias dificultam a interação com os outros estados da federação, e mesmo as cidades localizadas nesta região possuem dificuldades de ligação entre si. A mobilidade entre suas cidades ocorre por rios e é preciso um tempo considerável para se chegar de um lugar a outro. Nos municípios fronteiriços, este isolamento torna-se ainda mais acentuado, aumentando a demanda por interações.

Considerações finais

Apesar de ter uma grande importância em nível mundial, a Amazônia é uma região ainda desconhecida e pouco explorada racionalmente, diante de sua grande biodiversidade. Além disto, embora numerosas nas três últimas décadas, as pesquisas ainda exercem pouco impacto nos programas e planos para sua salvaguarda e para a ocupação sustentável do território, que mesmo aprovados e implementados sofrem constantes ameaças, fazendo com que sejam descontinuados. Pode-se dizer que, na maioria das vezes, esta região é esquecida pelo poder público. E quando se trata de questões ligadas às áreas de fronteira, mesmo sob a ótica da segurança nacional, recebe ações pouco efetivas para a realidade local.

Outro fator que destacamos é que as cidades-gêmeas, situadas na região Norte do Brasil e inseridas nas faixas de fronteiras de seus respectivos países, representam uma preocupação no que se refere à soberania nacional. Motivo que ocasiona a inserção de programas de vigilância e proteção do território. Estas dificuldades, sobretudo as várias de mobilidade, fortalecem as interações econômica, social e cultural entre as próprias cidades-gêmeas.

Fazendo parte deste contexto, temos as cidades-gêmeas de Oiapoque e Saint-Georges-de-l'Oyapock, objetos de estudo desta tese e que são separadas pela presença do rio Oiapoque. Estas cidades possuem interações espaciais intensas, com aspectos culturais e econômicos que acabam se misturando em função de fluxos mútuos. O fato gera realidades distintas e, ao mesmo tempo, muito próximas.

É importante ressaltar que as cidades limítrofes aos países vizinhos são mais afetadas por questões políticas, econômicas e diplomáticas. As cidades em estudo possuem um isolamento bem acentuado, tanto pelo lado brasileiro como pelo francês, e exigiram que o planejamento urbano para estes núcleos levasse em consideração projetos e programas integrados que extrapolam os limites nacionais, pautados em acordos bilaterais e internacionais, mas sobretudo, a influência mútua.

Referências

ARAÚJO, M. R. **A região norte e a integração**: a demanda dos atores subnacionais amazônicos por integração regional. Brasília: FUNAG, 2019.

AROUCK, R. C. **Brasileiros na Guiana Francesa**: fronteiras e construções de alteridade (1956-2001). Belém: NAEA, 2002.

ASCHER, F. **Novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BRASIL. **Lei N.º 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei n.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

BRASIL. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, 2005.

BRASIL. **Portaria n.º 125, de 21 de março de 2014**. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

BRASIL. **Portaria n.º 213, de 19 de julho de 2016**. Estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

BRASIL. **Portaria n.º 1.080, de 24 de abril de 2019a**. Inclui o Município anexo da portaria n.º 213, que estabelece o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularismo das cidades amazônicas. *In*: CASTRO, E. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CHARTIER, R. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Marta Manuela Galhardo. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1988.

COELHO, P. M. P. **Fronteiras na Amazônia**: um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1992.

DOMINIQUE, T. G.; DENISE, F. G. **Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará**: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam? São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, 2003.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder (1926-1984)**. Organização e revisão técnica de Roberto Machado. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013.

GOES FILHO, S. S. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GRANGER, S. O Contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 17, n. 1, p. 21-39, jul-dez. 2012.

GRANGER, S. Guiana Francesa entre França e Brasil: da Colonização à Continentalização. *In*: PORTO, J.; SOTTA, E. (Orgs.). **Reformatações Fronteiriças no Platô das Guianas**: (re) territorialidades de cooperações em construção. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário estatístico do Brasil (1991-2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 13 out. 2019.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

MACHADO, L. O. Estado, território, redes, cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *In*: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas: Globalização e território na América Latina**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

MARTIN, A. R. **Fronteiras e nações**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

MARTINS, C. C. **Para além, através, da fronteira e do acordo: interações sociais no Oiapoque**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PÊGO, B. *et al.* **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte**. Rio de Janeiro: IPEA, MI, 2018.

PEREIRA, M. S. Gestos Urbanos: pensar o tempo. *In*: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. **Corpocidade: gestos urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

PEREIRA M. S. et al. **VVAA, *Suspended spaces # 5* – FORDLÂNDIA**. Paris: *Suspended spaces*; Presses du réel, 2020.

ROMANI, C. M. **Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)**. 2003. Tese (Doutorado) - Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SANTOS, F. R. **História do Amapá**. 7. ed. Belém: Grafinoorte, 2006.

SILVA, G. V. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaio e Expectativas neste século XXI**. 2013. 260f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências da Matemática e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013a.

SILVA, L. L. S.; MARQUES R. O. O papel das cidades-gêmeas da região Norte brasileira na articulação do comércio exterior. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, 2020. doi: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n60p128-151>. Acesso em: 4 dez. 2020.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. C. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor Transfronteiriço. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 9, n. 3, p. 73-97, dez. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. *In*: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.

VIEIRA, L. R. **Políticas de integração entre Amapá e Guiana Francesa:** uma etnografia dos processos de cooperação. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

ZAGHETTO, S. **História do Oiapoque:** arquivos e memórias de Rócque Pennafort. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2019.

**A BUBÔNICA – A CIDADE DE BELÉM-PA SOB A PENA DO TEXTO
NATURALISTA: HISTORIOGRAFIA URBANA E LITERATURA NA VIRADA DO
SÉCULO (1888-1920)**

André de Barros Coelho

Resumo

Este artigo baseia-se na peça teatral *A Bubônica*, do autor paraense João Marques de Carvalho (1904), como fonte de rica sensibilidade ao representar a cidade de Belém-PA durante o período econômico da borracha. Para isso, o trabalho apresenta o Naturalismo como corrente literária e sua viabilidade no diálogo com o urbanismo, permitindo aproximações e discussões entre literatura e a cidade.

Palavras-chave: Literatura, Naturalismo, Cidade

Introdução

Um dos produtos conhecidos, embora não exclusivos, da cidade e da cultura urbana são as diversas formas de expressão das artes e das linguagens, que encontram no cenário urbano terreno propício para se desenvolverem. Como num processo de retroalimentação, essas mesmas formas de expressão ajudam a dar forma às teorias e à história que se constroem sobre a própria cidade.

O que o Urbanismo pode aprender com a Literatura? Essa pergunta tem tomado nosso pensamento nos últimos tempos, abrindo caminho a outras novas questões como Qual a relação possível entre a Literatura e a história da Cidade? Ou que novas sensibilidades o texto literário pode trazer à historiografia urbana?

Este artigo propõe-se a apresentar a literatura enquanto fonte de pesquisa viável no desenvolvimento da história das cidades e do urbanismo. Como primeiro recorte para delimitação do objeto, na intenção de agregar conhecimento às pesquisas desenvolvidas sobre as regiões brasileiras menos bem servidas de grandes instituições de ensino e pesquisa, optou-se pela delimitação desta pesquisa à região Norte do Brasil/região Amazônica, trabalhando-se apenas com obras ali produzidas, ou por autores amazônicos ou cujas tramas estejam situadas

em suas cidades – delimitação mais bem delineada ao longo do desenvolvimento do trabalho de minha tese doutoral, defendida em janeiro de 2021.

Esclareço que faço essa primeira opção de recorte também pelo fato de ser amazônida (nascido em Belém-PA) e por estar vinculado como docente-pesquisador a uma instituição amazônica – Universidade Federal do Amapá, UNIFAP, em Macapá-AP. Um segundo recorte – temporal – depende diretamente da escolha do gênero literário com o qual trabalhar. A disponibilidade dos textos em prosa (contos, romances, etc.) se dá entre as escolas do Realismo-Naturalismo (das duas últimas décadas do século XIX ao princípio do XX), passando pelas tendências que cercaram o Movimento Moderno (aproximadamente das décadas de 1910 até 1950) e os textos que nos são contemporâneos (de 1950 até os dias de hoje).

A escola Naturalista nos chamou particularmente a atenção. De cunho nacional/regionalista, baseada em princípios cientificistas, comprometida com a verossimilhança e atenta aos detalhes da vida cotidiana, mostrou-se desde o princípio opção razoável ao desenvolvimento da pesquisa. Dentre os expoentes do Naturalismo no Brasil, Eustáquio de Azevedo (Belém-PA), romancista e crítico contemporâneo ao período, cita Adolfo Caminha (Aracati-CE), Aluísio de Azevedo (São Luís-MA), Inglês de Sousa (Óbidos-PA), José Veríssimo (Óbidos-PA), Júlio Ribeiro (Sabará-MG), Marques de Carvalho (Belém-PA), Pardal Mallet (Bagé-RS), Raul Pompeia (Angra dos Reis-RJ), Rodolfo Teófilo (Salvador-BA), e a si próprio.

Não tendo sido identificados autores do período nos demais estados da região Norte, tem-se os contistas e romancistas Eustáquio de Azevedo, Inglês de Souza, José Veríssimo e Marques de Carvalho, todos nascidos no Pará e dedicados a situar suas tramas nos atuais estados do Amazonas e Pará.

Um levantamento detalhado revelou que as tramas de Inglês de Souza e José Veríssimo, sem exceção, se passam nos interiores da Amazônia – cidades, aldeias, vilas, lugarejos, fazendas, sítios. Os textos apresentam tom firmemente regionalista; trazem-nos personagens como indígenas, caboclos, fazendeiros, feiticeiros, militares, religiosos; e muito pouco ou quase nada fornecem informações sobre as aldeias, vilas e cidades amazônicas.

Não se obteve acesso às narrativas de Eustáquio de Azevedo, mesmo após a busca em bibliotecas virtuais e de obras raras, sabendo-se apenas que ele publicou *A Viúva* (1896), *A Irmã Celesta* (1916), *De Capa e Espada* (1917), além de diversos trabalhos de história e crítica literária e coleções de poesia de autores paraenses do século XIX – como *Antologia Amazônica* (1904) e *Vindimas* (1913), utilizados neste trabalho como fontes.

Marques de Carvalho, por sua vez, situa diversos de seus enredos na capital paraense. Os textos identificados foram: *Hortênci*a (romance, 1888), *Que Bom Marido!* (conto, 1889), *Noite de Finados* (conto, 1889), *A lição de "Paleographo"* (conto, 1889), *A Bubônica* (peça teatral, 1904), *Um Exgottado* (conto, 1907) e *Um como Tantos* (conto, 1907).

É importante ressaltar que o texto da peça teatral *A Bubônica* era até então desconhecido pelo autor, uma vez que não é citado em outros trabalhos de pesquisa consultados. Por sua indisponibilidade nas lojas e bibliotecas virtuais, o texto foi acessado em sua versão original impressa, na biblioteca de obras raras da FCP – Fundação Cultural do Pará, tendo sido digitalizado (digitado) na íntegra e disponibilizado em apêndice à minha tese doutoral⁴².

Trago neste artigo uma versão abreviada do terceiro capítulo de minha tese, em que apresento tais textos de Marques de Carvalho em diálogo com a cena urbana da Belém da *Belle Époque* – desta vez apresentando-vos, contudo, apenas a peça teatral *A Bubônica*, não somente por considerá-la item mais raro do acervo como por tê-la certamente por um dos mais ricos.

Figura 1. Cidades ao longo da Bacia Amazônica palco das tramas dos autores naturalistas



Legenda das cores: Vermelho - pouca disponibilidade de textos; Amarelo - ocorrência mediana de textos; Verde - vasta disponibilidade de textos.

Fonte: Autor, 2018.

Os textos identificados nos permitiram delimitar o recorte temporal à virada do século XIX para o XX, ápice econômico da borracha na Amazônia, quando se vivia, também nas capitais equatoriais do Brasil, a efervescência cultural da *Belle Époque*. Permitiram-nos

⁴² Coelho, 2021.

também delinear o recorte geográfico à cidade de Belém, antiga capital da colônia amazônica do Grão-Pará, então capital da província do Pará.

Dessa forma, extraímos das obras ficcionais de Marques de Carvalho o nosso objeto – obras eleitas, quer por seus muitos e significativos elementos histórico-simbólicos relativos ao período, quer para elucidação de seus dilemas culturais.

No campo da historiografia das cidades amazônicas (e também de sua arquitetura), a busca por novas hermenêuticas e novos desdobramentos a partir de fontes pouco estudadas como o texto literário é atual e necessária, indo-se além das ricas fontes usuais – cartografia, iconografia, documentos históricos, arquivos públicos, relatos de viajantes.

Além disso, o desvelamento dos diálogos entre literatura e história da cidade brasileira precisam expandir-se para além das capitais das regiões sul-sudeste do país, fazendo-se novas incursões à sensibilidade da experiência de autores do centro-oeste, nordeste e norte, trazendo à tona novos olhares sobre os mesmos e suas obras. Faço questão de trazer à memória, ou a conhecimento do leitor, o desabafo de Eustáquio de Azevedo em 1904:

Nós, os do Norte, conhecemos um por um todos os literatos do sul; citamo-os, fazemo-lhes a merecida justiça; eles, os do sul, fazem que não nos conhecem: somos os espúrios das letras, uns nulos!

José Veríssimo, um paraense, seria hoje desconhecido se não tivesse a lembrança de sair do Pará para sagrar-se escritor no Rio de Janeiro; com Inglez de Souza, outro paraense, o mesmo sucederia, e assim por diante.

A literatura brasileira está no Rio de Janeiro, eis tudo. Pois bem, tratemos nós, mostremos que nesta nesga da pátria onde o Equador escalda e o Amazonas rebrame, há uma plêiade de poetas, distintos e inspirados, digna de acatamento e veneração.

É o que pretendo fazer na medida de minhas forças. Servirá, pelo menos, este meu trabalho, de subsídio para outros de maior fôlego e valor. (AZEVEDO, 1904, pp. 13-14)

Debatem-se aqui as relações entre o cenário dos textos literários e a espacialidade urbana. Se a cidade aparece como cenário, ou seja, pano de fundo para os enredos, ou se o autor se permitiu a liberdade de convertê-la em personagem da narrativa. Quem comanda a cenografia: o pré-existente ou uma cidade imaginária criada tão somente para atender aos caprichos da trama? Neste capítulo tomo a liberdade de inserir, ora curtos, ora mais longos, excertos das narrativas em questão, na forma de ilustração textual, para que o leitor possa identificar os elementos que vão sendo apresentados e desenvolvidos.

Devido às aproximações com a literatura do realismo (Euclides da Cunha e Lima Barreto) e a história da sociedade brasileira em fins do século XIX, o procedimento metodológico que foi adotado para essa pesquisa se baseou na experiência de Nicolau Sevckenko em *Literatura como Missão* e pode ser descrito da seguinte forma: em primeiro lugar, a leitura

dos textos literários, inclusive aqueles disponíveis em bibliotecas de obras raras para se conhecer personagens, tramas, ambiência urbana e meio social em que se passam – a Belém da Borracha. Em segundo lugar, levantamento de outras experiências de diálogo entre literatura e cidade, bem como aprofundamento no conhecimento sobre o Naturalismo como corrente literária. Apanhado historiográfico da cidade de Belém – relatos de viajantes (literatura viática); estudos de geografia e historiografia sobre família, sociedade e relacionamentos na Amazônia (e no Brasil, quando necessário); jornais e revistas dos anos 1870 a 1890; relatórios e outros documentos oficiais da Belém da Borracha. Esse material coletado fornece por fim informações de fundo (background) para interpretação dos textos literários, permitindo sua releitura e reinterpretação. Tal procedimento aparece diluído ao longo dos três capítulos apresentados em *A cidade escrita na Amazônia*⁴³.

Diante da cidade apresentada em cada texto, pergunta-se: esse cenário (representação da cidade) corresponde à cidade pré-existente (cidade real), visitada e vivenciada pelo autor do texto? Ou diria respeito a uma cidade fictícia, fruto de sua fantasia criativa? Corresponderia, talvez, à imagem de uma cidade ou de uma sociedade desejada, almejada?

As narrativas literárias do Naturalismo amazônico têm demonstrado abrir um significativo leque de opções investigativas para a compreensão das especificidades urbanas, políticas e sociais subjacentes às tramas, conduzindo o leitor a uma cidade pré-existente, em todas as suas particularidades e espacialidades. Por extensão, é possível compreender que os textos naturalistas de Marques de Carvalho representariam a cidade coexistente de Belém, em vez de tratá-la como pano de fundo imaginário para suas tramas.

O romance naturalista: antecedentes

O Naturalismo surge como corrente literária na França na segunda metade do século XIX pela pena de Honoré de Balzac (1799-1850) e Stendhal (Henri-Marie Beyle, 1783-1842). Um novo romance fisio-fisiológico, realista e baseado na verdade opõe-se ao romance subjetivo, idealizado e místico da fase anterior. A filosofia Positiva – Positivismo – também serviu de inspiração à geração naturalista, pelo que Auguste Comte (1798-1857) é chamado por Eustáquio de Azevedo de “general em chefe deste movimento”⁴⁴. Segundo o crítico, o movimento apresenta as seguintes características:

⁴³ Coelho, Idem.

⁴⁴ Azevedo, 1913, p. 15.

- o naturalismo **substituiu a imaginação** dos escritores românticos **pela observação e pela análise**.
- o naturalista não inventa e nem fantasia; **descreve com pulso firme e maduro senso o que vê, o que observa, o que analisa**.
- é o pintor francês *d'après nature* (da natureza), **é o estereotipador do verdadeiro na natureza e na humanidade**.
- **seus livros são reais, seus personagens parece que palpitam e que têm vida**; revemo-nos neles com delícia e surpresa.⁴⁵

Fortes adeptos desses ideais são Flaubert, Emile e Edmond Goucourt, Daudet, Maupassant⁴⁶ e Zola. Tidos como maiores propagadores do Naturalismo, esses autores arcaram contra o conservadorismo, tidos muitas vezes por pretensiosos e loucos, acusados de imorais, processados e condenados – como Flaubert –, excomungados e lançados no *Index* – como Zola. A propósito, Émile Zola (Paris, 1840-1902) é considerado referência libertária, bem como um dos escritores franceses de maior expressão de todos os tempos⁴⁷. Levou a estética realista ao extremo da crueza, denunciando os aspectos mais obscuros do comportamento humano. Graças à intensa agitação científico-cultural e à proliferação de doutrinas científicas e materialistas ao longo do século XIX, a postura de Zola – almejando uma “literatura científica” – em pouco tempo iria se proliferar no meio literário.

Zola utiliza o método experimental, desenvolvido pelo médico Claude Bernard, porém apropriando-se de seu uso na medicina e transferindo-o para a escrita do romance naturalista. Uma vez que a literatura naturalista seria determinada pela ciência, ficava claro para Zola que o trabalho de um escritor naturalista seria trabalho de cientista, conduzindo ao conhecimento acerca da vida e do comportamento humano. O primeiro compromisso do Naturalismo enquanto corrente literária, ou uma de suas qualidades pretendidas, era, portanto, o compromisso com a verdade científica – e consequentes plausibilidade e verossimilhança do romance com a vida real.

Em meus estudos literários, tenho falado do método experimental, aplicado ao romance e ao drama. [...] Mas a ideia de uma literatura determinada pela ciência causou surpresa, por não ter sido bem explicitada e compreendida. Parece-me, portanto, útil dizer claramente o que se deve entender, a meu ver, por romance experimental.

⁴⁵ Azevedo, 1913, pp. 16-17. Grifo nosso. Texto de parágrafo convertido em estrutura de tópicos para melhor leitura dos itens.

⁴⁶ O jornal O Commercio do Pará publicou um folhetim de Guy de Maupassant chamado **Monte-Oriol** (versão de Marques de Carvalho). Neste número do jornal é publicada a 2ª parte e o folhetim continua no número seguinte. Fonte: O Commercio do Pará, Ano 1, Nº 155, 10 de dezembro de 1877.

⁴⁷ Carvalho, R. 2011.

Farei aqui tão-somente um trabalho de adaptação, pois o método experimental foi estabelecido com uma força e uma clareza maravilhosas por Claude Bernard, em sua *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental*. [...] No mais das vezes, bastará substituir a palavra “médico” pela palavra “romancista” para tornar claro o meu pensamento e conferir-lhe o rigor de uma verdade científica.

[...] Vou tentar provar por minha vez que, se o método experimental conduz ao conhecimento da vida física, ele deve conduzir também ao conhecimento da vida passional e intelectual. É apenas uma questão de graus no mesmo caminho, da Química à Fisiologia, e em seguida da Fisiologia à Antropologia e à Sociologia. O romance experimental fica na extremidade.

Outra característica pretendida pelo Naturalismo de Zola era a neutralidade científica. O trabalho do escritor-cientista seria o de um experimentador, observando os fenômenos produzidos à sua volta e buscando causas imediatas, relações com outros fenômenos e, portanto, investigando as condições que teriam levado ao seu acontecimento.

O escritor naturalista coloca-se diante do fenômeno pretensamente sem ideias preconcebidas, conservando sua “liberdade de espírito” e aceitando sem reservas a verdade, uma vez provada.

[...] Todo o raciocínio experimental é baseado na dúvida, pois o experimentador não deve ter nenhuma ideia preconcebida diante da natureza e deve conservar sempre sua liberdade de espírito. Ele aceita sem reservas os fenômenos que se produzem, quando estes fenômenos são provados.

[...] Assim sendo, há um determinismo absoluto nas condições de existência dos fenômenos naturais, tanto para os corpos vivos, quanto para os corpos brutos. Ele chama de “determinismo” a causa que determina o aparecimento dos fenômenos. [...] O objetivo do método experimental [...] consiste em encontrar as relações que prendem um fenômeno qualquer à sua causa próxima, ou em outras palavras, em determinar as condições necessárias à manifestação desse fenômeno. A ciência experimental não deve se preocupar com o porquê das coisas; ela explica o como, e nada mais.⁴⁸

Às causas identificadas dos fenômenos observados, Bernard e Zola denominaram “determinismo”. Isso implica em dizer que esses fenômenos – e, em última instância, tudo no universo, inclusive a vontade humana – estão ligados entre si por relações rígidas de causalidade e por leis universais que excluem o acaso e a indeterminação, de tal forma que mesmo o comportamento do ser humano está predeterminado pela natureza (o meio, a raça, o momento histórico, por exemplo) sendo o próprio sentimento de liberdade uma ilusão subjetiva.

No Brasil, o Naturalismo se dará como uma corrente literária dentro da escola Realista da literatura. De acordo com Mauro Vianna Barreto em *O Romance da Vida Amazônica: uma leitura socioantropológica da obra literária de Inglês de Sousa*⁴⁹, a prosa típica do Realismo-Naturalismo se caracterizava por apresentar linguagem mais simples que a do período do

⁴⁸ Idem, pp. 27-28. Grifo do autor.

⁴⁹ Barreto, 2003, p. 24.

Romantismo. É também uma narrativa propositalmente mais lenta e detalhada, de modo que descreve com mais acuidade o cenário e os eventos ficcionais. Uma preocupação comum dos autores era situar os enredos em épocas e lugares precisos.

Além disso, ainda segundo Barreto, o determinismo é uma característica tanto do Realismo quanto do Naturalismo, que lhe segue. “O filósofo positivista francês Hippolite Taine, um teórico do Realismo literário, asseverava que o comportamento humano seria determinado por três fatores inelutáveis: a raça, o meio ambiente e o momento histórico”⁵⁰.

É assim que, na simulação urbana feita pelos autores realistas-naturalistas, seu alto comprometimento com a ciência leva-nos a crer numa proximidade muito grande entre a cidade escrita e a cidade real. Se o escritor for capaz de causar no leitor a impressão de que o fato narrado se passe nas mesmas praças, esquinas e ruas que este experimenta todos os dias, então se garante que a percepção dos personagens também se dê de forma verossímil.

Porém o crítico paraense Eustáquio de Azevedo, de codinome Jacques Rolla, defende em *Vindimas* que terá sido Diderot, ainda no século XIII, o primeiro a organizar os métodos de análise naturalista e que, pelo estudo experimental, terá sido o precursor do Naturalismo, a que ele chama “ciência moderna [...] que repousa na observação da natureza e na contestação científica dos fatos”⁵¹. Enciclopedista, o gênio de Diderot jamais teria se amoldado a uma escola: predisse o Romantismo, o Naturalismo, bem como outras ideias e teorias científicas e filosóficas.

Mesmo assim, o crítico dá seu lugar a Zola quando afirma que o ultra-romantismo (Romantismo: tendência literária de fins do século XVIII) terá sido triunfantemente “desbancado pela escola de Balzac e Stendhal, consolidada brilhantemente por Flaubert e por esse colosso do romance experimental que foi Zola: – o Naturalismo.”⁵² Discípulos distintos do movimento em França foram, entre outros, Huysmans, Rosny *ainé*, Paul Alexis, Hennequin, Ferdinand Fabre.

Em Portugal, a expressão maior do naturalismo se deu por Eça de Queirós – o Zola português⁵³, com romances como *O Crime do Padre Amaro* (Revista Occidental, 1875) *O*

⁵⁰ Idem, p. 24.

⁵¹ Azevedo. 1913, p. 8.

⁵² Idem, p. 12.

⁵³ Idem, p. 18.

Primo Basílio, e *Os Maias*. Outros expoentes do gênero no país foram Abel Botelho, Malheiro Dias, D. Virgínia de Castro e Almeida e poucos mais.

Desdobramentos do Naturalismo no Brasil e na Amazônia

Assim como a Paris de Émile Zola, as cidades brasileiras tornam-se cenário e personagem de diversas narrativas realistas-naturalistas. É assim que Machado de Assis, Lima Barreto e o maranhense Aluísio de Azevedo optam por situar suas tramas no Rio de Janeiro, enquanto autores como Inglês de Sousa e José Veríssimo o fazem nas cidades e vilas da região amazônica.

O entrelaçamento de correntes literárias, porém, era mais sério do que as escaramuças da sofisticada fauna intelectual. [...]

No campo da prosa, enquanto Machado de Assis prosseguia sua obra intimista e perfeita, publicando *Dom Casmurro* em 1900 e *Esau e Jacó* em 1904, naturalistas “à la Zola” e realistas “à la Flaubert” disputavam as preferências do público. No entanto, se a influência francesa – e no caso de Machado, inglesa – continuava a exercer um papel determinante em nossas letras, o decênio assistiu à irrupção de uma temática marcadamente nacional. Em 1902, Graça Aranha publicou *Canaã*, romance voltado para a questão dos imigrantes europeus e da viabilidade do Brasil como país como destino independente. No mesmo ano, Euclides da Cunha entregou ao público *Os Sertões*, colocando no centro da análise não mais a elite refinada das cidades, mas a rude humanidade do interior do Brasil. Enquanto Coelho Netto prosseguia em sua obra, realista de ressonâncias românticas, publicando *A Tormenta* em 1901, a vida dos imigrantes anarquistas e socialistas era enfocada pelo romance social *Regeneração*, que Curvello de Mendonça escreveu em 1904. Culminando esse encontro literário do Brasil consigo mesmo, Lima Barreto publicaria, em 1909, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, no qual denuncia o “carreirismo”, a corrupção dos meios jornalísticos e os preconceitos contra os negros.

Em 1900, a comemoração do quarto centenário do Descobrimento provocou uma onda de patriotismo que varreu o país, inspirando alguns livros como *Pátria!* de Alfredo Varela, e *Por que me Ufano do Meu País*, de Affonso Celso, obra que recebeu duas edições em 1901, o que revela sua popularidade, bem como o clima da época.⁵⁴

Naturalistas, porém, Eustáquio de Azevedo cita⁵⁵ os brasileiros *Aluísio de Azevedo* (São Luís-MA, 1857 – Buenos Aires, 1913): *O Cortiço*, *Casa de Pensão* (obras de destaque); *Júlio Ribeiro* (Sabará-MG, 1845 – Santos-SP, 1890): *A Carne*; *Adolfo Caminha* (Aracati-CE, 1867 – Rio de Janeiro-RJ, 1897): *A Normalista*; *Raul Pompeia* (Angra dos Reis-RJ, 1863 – Rio de Janeiro-RJ, 1895): *O Ateneu*; *Pardal Mallet* (Bagé-RS, 1864 – Caxambu-MG, 1894): *O*

⁵⁴ GALLI, Vera (Ed.). *Nosso Século: memória fotográfica do Brasil no século 20*. Conteúdo: 1900/1910. São Paulo: Abril Cultural, 1980, pp. 208-211.

⁵⁵ Azevedo, 1913, p. 20. Citei aqui os mesmos escritores e obras indicados pelo crítico, na mesma sequência feita pelo autor, apenas dispondo o texto em estrutura de tópicos e acrescentando as informações sobre data e local de nascimento e falecimento de cada um.

Hóspede; Rodolfo Teófilo (Salvador-BA, 1853 – Fortaleza-CE, 1932): *Maria Rita, Paraoara*; Marques de Carvalho (Belém-PA, 1866 – Nice, 1910): *Hortênci*a; *Inglês de Sousa* (Óbidos-PA, 1853 – Rio de Janeiro, 1918): *O Missionário*; José Veríssimo (Óbidos-PA, 1857 – Rio de Janeiro, 1916): *Contos Amazônicos*; Eustáquio de Azevedo (Belém-PA, 1867-1943): *A Viúva*.

Eidorfe Moreira comenta a apropriação que autores como Aluísio de Azevedo e Adolfo Caminha fizeram de capitais do Nordeste (a quais chama “capitais nortistas”) e cita Belém como cenário do primeiro romance citadino na Amazônia, num momento de mudança de quadro e de tema dentro do próprio naturalismo na região. Enquanto que os romances anteriores desenvolviam cenários rurais, adversidades políticas e personagens atormentados por crises psicológicas, tem-se agora a cena urbana, uma família nuclear moderna e dois irmãos que desenvolvem uma relação incestuosa.

Graças ao Naturalismo, algumas capitais *nortistas* ganharam evidência no plano literário, por terem sido objeto de enfoques romanescos, destacando-se neste sentido a capital do Maranhão e a do Ceará, a primeira com *O Mulato* e a segunda com *A Normalista*. Ao influxo dessa tendência, a capital paraense figurou também num romance dessa natureza [...].

Trata-se de *Hortênci*a, de Marques de Carvalho [...]. É o primeiro romance belenense, pois *O Homem das Serenatas*, de Paulino de Brito, que o precedeu, não é romance citadino, no sentido de fixar quadros urbanos [...].

Se com *O Coronel Sangrado* e *O Missionário*, de Inglês de Souza, o Naturalismo ampliou e engrandeceu os quadros da vida interiorana da Amazônia, já fixados antes em *História de um Pescador* e em *O Cacauleta*, do mesmo autor, com *Hortênci*a houve mudança de quadro e de tema. Em vez do interior, a capital; em vez de rivalidades políticas e crises de consciência, um caso de incesto.⁵⁶

A respeito dos desvios de comportamento típicos dos personagens desse gênero literário, Eustáquio de Azevedo chama a atenção sobre os exageros cometidos pelos seguidores de Zola no Brasil, os quais “foram tantos e de tal ordem que chegaram a confundir a cozinha com a sala, o naturalismo com o vício, o realismo com a pornografia literária.”⁵⁷

A literatura começava a ser um laboratório [...] onde mil tendências eram experimentadas. Se a obra de Machado de Assis, como no caso de Dom Casmurro, penetrava sutilmente a alma humana, desvendando suas ambiguidades e contradições no quadro de uma visão amarga e pessimista do mundo temperada pela ironia e pelo humor. Aluísio Azevedo

⁵⁶ Moreira. 1989, pp. 11-12. Grifo nosso.

⁵⁷ Azevedo, 1913, p. 21.

contrapunha a esse realismo psicológico um naturalismo à La Zola, do qual o melhor exemplo é *O Cortiço*, onde a descrição crua das mazelas sociais assume o primeiro plano. [...] ⁵⁸

Inglês de Souza

Herculano Marcos Inglês de Sousa era advogado de formação e carreira, tendo também atuado como jornalista, político, banqueiro, escritor e educador. Paraense de nascimento (Óbidos-PA, 28 de dezembro de 1853), iniciou seus estudos de direito em Recife-PE e os concluiu em São Paulo-SP.

Considerado por muitos o introdutor do Naturalismo no Brasil, tornou-se conhecido com a publicação do romance *O Missionário* (1891), ainda sob o codinome de Luís Dolzani, que utilizara na publicação de seus romances anteriores *O Cacauleta* (1876), *História de um Pescador* (1876) e *O Coronel Sangrado* (1877), que não tiveram repercussão.

A partir de 1877, publicou, com Antônio Carlos Ribeiro de Andrade e Silva, a *Revista Nacional: de ciências, artes e letras*, da qual era editor-proprietário. Em 1893, aos 40 anos de idade, publicou um livro de contos intitulado *Contos Amazônicos* e em 1897, aos 44, tornou-se um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras ⁵⁹.

Foi militante no Partido Liberal, em oposição ao Partido Conservador, em Santos-SP. Em 1878, foi nomeado Secretário da Relação de São Paulo; eleito deputado pela mesma província ⁶⁰ entre os anos de 1880 e 1883; e nomeado presidente das províncias do Sergipe, no ano de 1881, e do Espírito Santo ⁶¹ em 1882.

Como jurista, publicou diversas obras e artigos entre 1873 e 1912. Após sua carreira política em São Paulo, Sergipe e Espírito Santo, fixou-se no Rio de Janeiro-RJ como advogado, banqueiro, jornalista e professor na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro ⁶².

Em 1898, a publicação de *Títulos ao Portador no Direito Brasileiro*, conferiu-lhe notoriedade nacional, motivo pelo qual veio depois a assumir os cargos de presidente do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros) e de diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro – qualidade na qual presidiu o primeiro Congresso Jurídico Nacional.

⁵⁸ GALLI, Vera (Ed.). *Nosso Século: memória fotográfica do Brasil no século 20*. Conteúdo: 1900/1910. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 212.

⁵⁹ Fundador da cadeira nº 28 da ABL – Academia Brasileira de Letras, redator do projeto de estatutos desta Academia e seu tesoureiro no ano de 1897.

⁶⁰ Equivalente ao atual cargo de *deputado estadual*.

⁶¹ Atuais estados de Sergipe e Espírito Santo.

⁶² Atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ.

Notório foi também o seu trabalho para organizar o novo Código Comercial brasileiro, a convite do ministro Rivadávia Correia, e, com ele, a primeira codificação integral de todo o direito privado do país. Faleceu em 6 de setembro de 1918, aos 65 anos, no Rio de Janeiro-RJ.

José Veríssimo

José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) foi historiador, contista, professor, jornalista, crítico literário e membro idealizador/fundador da Academia Brasileira de Letras. Segundo Clóvis Meira, José Ildone e Acyr Castro⁶³, o autor publicou no jornal *O Liberal do Pará*, em 1877, os folhetins *Viagem no Sertão* e *A Literatura Brasileira: sua formação e destino*. Em Belém, fundou as publicações *A Gazeta do Norte* e *Revista Amazônica* e a instituição *Colégio Americano* (Estrada de Nazareth, nº 49), da qual também era diretor⁶⁴.

No Rio de Janeiro, a partir de 1891, dedicou-se ao ensino, restaurou a *Revista Brasileira* e, em 1896, fundou com Machado de Assis e Inglês de Sousa a Academia Brasileira de Letras. Sua obra de ficção *Cenas da Vida Amazônica*⁶⁵ reúne diversos contos que registram impressões do cotidiano dessa região, a saber: *O Boto*, *O Crime do Tapuio*, *O Voluntário da Pátria*, *A Sorte de Vicentina*. O livro conta ainda com um apêndice, chamado *Esboços*, que inclui seis contículos: *O Serão*, *A Lavadeira*, *O Lundum*, *Indo para a Seringa*, *Voltando da Seringa* e *Mameluca*.

Eustáquio de Azevedo e a Mina Literária

José Eustáquio de Azevedo, de codinome Jaques Rolla (Belém, 1867-1943), poeta e crítico literário, foi o primeiro paraense a escrever sobre a literatura no Pará e tornou-se um dos principais historiadores e críticos literários do Brasil na virada do século XIX para o XX.

Com o desaparecimento da *Revista Amazônica*, principal publicação literária e científica paraense dos anos 1870 a 1885, fizeram-se surgir dois grupos distintos e rivais de literatos: de um lado, chefiado por Marques de Carvalho e Paulino de Brito, estava o grupo da revista *Arena* (1887), que contava também com Frederico Rhossard, Amado de Campos, Heliodoro de Brito, Bertino Miranda, Pontes de Carvalho e muitos outros; do outro lado, o grupo que

⁶³ Meira, Ildone e Castro, 1990, p. 335.

⁶⁴ Jornal O Commercio do Pará, Ano 1, Nº 155, 10 de dezembro de 1887.

⁶⁵ Veríssimo, 2011.

publicava nos jornais diários da época (exceto *A Província do Pará*), chefiado por Olympio Lima e seguido por Acrísio Mota, Leopoldo Sousa, Samuel Barreiros, João Nilson, Marcos de Carvalho, Guilherme de Miranda, Antônio Macedo e o próprio Eustáquio de Azevedo.

Foi um período de lutas salutaras no qual, de parte a parte, se aprendia apanhando e ensinava-se dando, no aperfeiçoamento comum do espírito. [...] O movimento abolicionista bastante concorreu entre nós para o cultivo das letras; publicavam-se poemetas, idealizavam-se contos, arquitetavam-se romances, sendo o *pivot* em que giravam a propaganda contra o escravagismo.⁶⁶

Porém o movimento desses dois grupos também cessou, e dessa vez por um período de cinco anos, os quais Eustáquio de Azevedo comenta terem sido cinco longos anos de silêncio na produção literária paraense, como se a província houvesse morrido intelectualmente.

No ano de 1894, entretanto, Eustáquio de Azevedo conseguiu reunir em torno de si o que havia de seletos entre os jornalistas e escritores da capital, fundando o que eles chamaram de Mina Literária, cujo objetivo era “afrontar a burguesia chata, numa terra onde somente se cuida de câmbio e de borracha”⁶⁷, e sobre a qual Clóvis Meira, José Ildone e Acyr Castro, afirmam que:

[...] foi o centro de gravitação de uma coorte de escritores e poetas, seresteiros, violeiros, jornalistas, cancioneiros, notívagos, grandes boêmios, homens que tinham no verbo o pretexto para noitadas homéricas. [...] José Eustáquio de Azevedo [...] reunia, o que conseguia recordar, em livros, aparentemente mais perenes que os jornais e revistas da época.⁶⁸

A Mina Literária contou, como membros fundadores, com Álvares da Costa, Paulino de Brito, Natividade Lima, Leopoldo Sousa, Guilherme de Miranda, Acrísio Motta, Alcides Bahia, Manuel Lobato, João de Deus do Rego, Theodoro Rodrigues, Euclides Dias e Luiz Barreiros. Além dos muitos outros que se agregaram, o grupo reuniu como membros honorários figuras importantes na história e nas letras do Pará: Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Paes de Carvalho, Américo Santa Rosa, Conselheiro Tito Franco de Almeida e Barão de Guajará.

Eram ainda correspondentes da Mina Literária: Mendonça Júnior (Múcio Javrot), em Macapá; José Veríssimo e Inglês de Souza, no Rio de Janeiro; Paulo Maranhão, em Marapanim;

⁶⁶ Azevedo, 1904, pp. 18-19.

⁶⁷ Getúlio Santos. Apud Azevedo, 1904, p. 20.

⁶⁸ Meira; Ildone; Castro. Op.cit.

dentre outros em Olinda, Recife, Porto Alegre, Florianópolis, Santos, Bahia (Salvador?), São Paulo, Cintra e Ceará⁶⁹.

Nota-se que, em fins do século XIX e começo do XX, pairava nos ares da capital paraense um “fermento” literário muito forte, vide a expressividade de revistas, jornais e agremiações que disseminavam a cultura literária, como foram o caso de *A Arena* e da *Mina Literária*.

É em meio a esse quadro que as tendências do Naturalismo ganham ainda mais espaço. A ambientação dos primeiros contos e romances das décadas de 1880 e 1890, entretanto, é majoritariamente rural ou se dá nas vilas e cidades do interior do Pará.

Marques de Carvalho é quem decide eleger a cidade de Belém como cenário de seus mais conhecidos textos, cujas tramas se desenvolvem da penúltima década do século XIX até o início do XX na capital paraense.

Marques de Carvalho

João Marques de Carvalho foi escritor, diplomata, poeta, jornalista, contista e romancista. Concluiu seus estudos de humanidades em Lisboa em fins da década de 1870 e residiu por um tempo na França.

Atuou como diplomata/cônsul brasileiro em Georgetown (1891), Assunção (1892-1894), Montevideu (1894) e Buenos Aires (1895). Marques de Carvalho foi ainda diretor da Escola de Comércio do Estado do Pará, professor do Instituto Cívico-Jurídico Paes de Carvalho, secretário da intendência municipal de Belém e secretário do primeiro governo republicano, diplomata brasileiro na Guiana Francesa, no Paraguai, no Uruguai e na Argentina.

Foi também um dos membros fundadores da Academia Paraense de Letras.⁷⁰ Em 1896 reinicia as atividades jornalísticas em Belém, onde funda a Academia Paraense de Letras e vem a falecer no ano de 1910 em Nice, na Provença.

Autor do primeiro romance produzido no Pará (*Hortência*), foi fundador de vários jornais e participava de todos os jornais que despontaram no final do século XIX⁷¹, a saber: *Província do Pará* (seu início de carreira), jornal de cunho político, cujo redator-chefe foi

⁶⁹ Azevedo, 1904, p. 21.

⁷⁰ Meira, Ildone e Castro, 1990, pp. 113-114.

⁷¹ Idem, p. 113.

Antônio José de Lemos⁷² (o grande intendente de Belém na *belle époque*) fundado por José Joaquim de Assis, e administrado por Antônio de Carvalho; *Diário de Belém*, do qual foi colaborador, publicando principalmente poesias de sua autoria; *Diário do Grão-Pará*, do qual foi também colaborador; *Comércio do Pará*, do qual era fundador e proprietário, juntamente com seu irmão Antônio Marques de Carvalho, tendo se afastado posteriormente por ocasião de sua mudança para Recife-PE, permanecendo a direção e corpo redacional com seu irmão e mais Frederico Rhossard e Guilherme Miranda.

Seguem duas críticas que recebeu o autor à época do lançamento de *Contos do Norte*. As notas foram publicadas no mesmo livro – ou seja, foram selecionadas pelo autor – e referem-se à sua publicação anterior, *Entre as Nymphéas*. Em primeiro lugar, do escritor e dramaturgo maranhense, Artur de Azevedo, na secção “Palestra” de *O País*:

Li de uma assentada *Entre as Nymphéas*, o interessante livro que o nosso distincto compatriota J. Marques de Carvalho publicou em Buenos-Aires, onde exerce o logar de 1.º Secretario da Legação brasileira.

O volume divide-se em duas partes--Subjectivismo e Objectivismo. A primeira consta de paginas intimas, escriptas em estylo agradável, mas um tanto rebuscado; na segunda, mais curiosa, mais simples e mais variada, encontram-se quatro bellos contos que transportam o leitor ás magestosas margens do Amazonas e Uma historia de amor, fantasia psychologica, condimentada à la mode de Paris.

Essa espirituosa composição contém sete cartas, escriptas por uma mulher durante mez e meio, que são o prologo, a acção e o desenlace de uma aventura de amor. O livro de Marques de Carvalho, que sabe manejar a penna perfeitamente; contém paginas verdadeiramente encantadoras. A filha do Pagé o conto com que termina o livro, é uma chave de ouro. Acrescentarei que o volume, um primor de impressão, imitando as mimosas edições Guillaume, de Paris, faz honra ao editor Arnaldo Moen e á typographia La Vasconia, de Buenos-Aires.⁷³

Em seguida, segue carta de Inglês de Souza, em que o autor agradece pelo livreto enviado e tece elogios a Marques de Carvalho pelo romance *Hortência*:

Cumpro um grato dever, agradecendo cordialmente a V. a dupla distincção que se dignou fazer-me, offerecendo-me um exemplar do sou bello livrinho--*Entre as Nymphéas* e dedicando-me as sentidas e delicadas paginas que escreveu a proposito da tragedia do vapor Purús.

Já conhecia de V. alguns trabalhos e, entre elles, a *Hortencia*, romance em que revela grandes qualidades de observação e muito amor á verdade na Arte. O seu novo livro mostra que áquelles predicados sabe V. alliar muito sentimento verdadeiro e um estylo colorido e sóbrio.⁷⁴

⁷² Jornal *A Província do Pará*, Ano XVI, N° 4509. 1º de julho de 1891.

⁷³ De Artur de Azevedo, na secção “Palestra” de *O País*, transcrito por Marques de Carvalho em *Contos do Norte*, 1900.

⁷⁴ Carta de Inglês de Souza, transcrita por Marques de Carvalho em *Contos do Norte*, 1900.

A propósito dos textos selecionados para este trabalho, o romance *Hortência* (1888) conta a história de um casal de irmãos que desenvolve uma relação incestuosa e abusiva, passando a viver juntos em casa, de onde expulsam sua mãe. A narrativa, que se passa anos antes em Belém-PA, termina de forma trágica com o assassinato da moça pelo próprio irmão, a facadas, em plena Santa Casa de Misericórdia. Há diversas cenas com descrições urbanas ricas em detalhes e informações sobre a época final do império brasileiro.

A narrativa de sua peça teatral *A Bubônica* (em 1 ato e 4 quadros) se dá à época da publicação (1904) e retrata a chegada da peste bubônica a Belém *versus* as ideias higienistas da época. Em tom jocoso e bem-humorado, critica a administração pública e as convenções sociais, apresentando como personagens, entre outros: o *Carapanã* (mosquito/pernilongo), a peste *Bubônica*, os *Ratos* e *Murganhos* (camundongos); o *Correio*, o *Telégrafo*, o *Theatro da Paz*, o *Progresso*, o *Boró* (dinheiro), o *Lixo*, a *Tração Elétrica*, o *Jornalista*, a *Praça Batista Campos* e o *Mendigo*.

As iniciativas literárias acima destacadas são exemplos de como os textos do autor lidam com relações de poder na família e na sociedade, ao mesmo tempo em que tratam das lutas travadas pelos costumes sociais arraigados e o modo como se modificam na medida em que antigos conceitos vão dando lugar à sociedade que emerge em Belém ao longo da segunda metade do século XIX, construindo a urbe que será nas primeiras décadas do século XX uma das principais capitais da *Belle Époque* no Brasil.

A cidade de Belém escrita sob a pena do naturalismo em Marques de Carvalho

A partir deste item, apresentamos as transformações urbanas de Belém entre 1888 e 1907 sob a ótica das obras selecionadas de Marques de Carvalho, sendo esse o período de sua publicação. Apresenta-se dois momentos diferentes de publicação, com diferença de 15 a 20 anos entre si, e que mostram cenas urbanas bastante diferenciadas, permitindo traçar uma perspectiva das transformações urbanas ocorridas entre eles: *Momento 1 – 1888 e 1889*: romance *Hortência* e contos *Que Bom Marido!*, *Noite de Finados*, *A Licção de Paleographo*; *Momento 2 – 1904 a 1907*: contos *Um Exgottado*, *Um Como Tantos* e peça teatral *A Bubônica*. A cidade de Belém é o cenário pré- e co-existente à maioria das tramas de Marques de Carvalho, porém há uma completa modificação de quadro na peça *A Bubônica*: as praças, teatros e locais públicos da cidade tornam-se personagens da trama, fazendo da cidade personagem de seu próprio cenário.

Apresenta-se aqui, portanto, a cidade tal qual é descrita pelo autor de *A Bubônica*, considerando enquanto naturalista seu apego à verossimilhança, à cientificidade dos dados apresentados e à simulação da realidade nos cenários e cenas concebidos, ainda que se tratando de obras ficcionais.

A Bubônica

Diferentemente dos outros textos do autor aqui apresentados, os personagens desta peça são arquetípicos, isto é, são baseados em modelos, padrões, passíveis de ser reproduzidos. O carapanã, por exemplo, personagem articulador de todas as cenas, é o arquétipo do morador da cidade que não poupa críticas e chacotas à maioria dos que passem pela sua frente. Guarda elogios apenas aos elementos que vêm abraçados à ideia de progresso ou de engrandecimento do povo paraense – luz elétrica, tração elétrica, investidores locais, trabalhadores locais, entre outros.

A Bubônica, os Ratos e Murganhos são os arquétipos dos bandidos. Pouco utilizados nos quadros, embora deem nome à peça, aparecem nas cenas iniciais e finais e em outros rápidos momentos, chamando a atenção e saindo rapidamente. São, porém, citados com frequência e temidos pela população da cidade.

Os médicos e seus assistentes são arquétipos do cientista estrangeiro que, mal compreendido pela população, não consegue realizar bem o seu trabalho, passa por trapalhão e frequentemente sofre chacotas. Aliás, a peça apresenta constantemente esse tom jocoso.

O Progresso é um exemplo arquetípico do salvador que traz solução aos problemas da cidade, instaurando um novo tempo de bem-estar à população e afastando toda sombra de dúvidas, atraso, falta de cultura e de saúde.

Primeira cena: a Bubônica, personagem da peça teatral, chega a Belém com os ratos e camundongos (chamados “murganhos” no texto). Considerando-se vitoriosa por ter iniciado um surto de peste em São Luís do Maranhão (terra de Gonçalves Dias, dos camarões e do arroz com cuchá), pretende fazer o mesmo em Belém:

Bubônica – Eis-nos, enfim, na terra da borracha! Louvado seja o vosso zelo, Ratos e Murganhos! Fizestes bem o vosso dever! [...] Vamos à obra, não percam tempo. Anime-nos o resultado de nossos esforços na terra de Gonçalves Dias e dos camarões; a terra do arroz de cuchá e do dr. Biné! Avante!⁷⁵

⁷⁵ Carvalho, 1904.

Acerca da peste bubônica em São Luís, o médico higienista Victor Godinho⁷⁶ informa que São Luís cedo recebera os ratos infectados com o mal, oriundos da Europa, e que era uma cidade propícia para o desenvolvimento destes animais, uma vez que apresentava ruas tortuosas, sem serviços de esgoto e águas, cujos porões comunicavam-se facilmente com os quintais e com as ruas, além de uma série de outras características. Os serviços também eram precários: os moradores costumavam lançar ratos mortos em suas lixeiras ou mesmo às calçadas, os quais eram mais tarde (às vezes muito mais tarde) recolhidos em carroças pela municipalidade.

Godinho observa ainda:

Nesta cidade a forma bubônica, a menos grave de todas, tem sido a mais geralmente observada, por isso é de supor que os ratos tenham muito mais transmitido a peste à população aqui do que os próprios doentes. Não é difícil combater-se a peste quando ela surge numa cidade transmitida por indivíduos da espécie humana. O isolamento precoce e a desinfecção garantem sucesso absoluto.⁷⁷

Um dos primeiros casos notificados de peste bubônica em São Luís se deu em 1903, quando os jornais maranhenses começaram a notificar um mal que abatia a capital, com foco no bairro dos Remédios. O médico relata⁷⁸, a propósito, que a peste bubônica, causada pela bactéria *Yersinia Pestis*, comum ao homem e ao rato, pode ser transmitida de forma indireta ou direta: tem como transmissor intermediário a pulga, que se alimenta do sangue contaminado dos ratos e inocula o microorganismo no corpo humano; ou por meio da secreção dos doentes (saliva, muco nasal, urina e fezes) que, estando em estágio avançado, podem conter a bactéria. Assim como na cidade do Rio de Janeiro, Sylmara Braga informa que o surto das doenças em São Luís estava diretamente relacionado com o estado sanitário da cidade⁷⁹.

Os anos de 1903-1904 coincidem não apenas com o período do surto de peste bubônica em São Luís do Maranhão, mas também com o surto de febre amarela no Rio de Janeiro, com a nomeação de Oswaldo Cruz, com a instituição da vacinação obrigatória na capital federal e com a revolta da vacina.

A relação entre a cidade de Belém no ano de 1904 e as endemias aparece, portanto, nesta obra naturalista de Marques de Carvalho – *A Bubônica* –, cujo título evoca a doença causada pela bactéria *yersinia pestis*, e cujo personagem principal, o Carapanã (conhecido em outras

⁷⁶ Godinho, 1904.

⁷⁷ Idem, p. 46.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Braga, 2017. p. 41.

regiões do Brasil por muriçoca, pernilongo ou, simplesmente, mosquito), interlocutor de praticamente todas as cenas, é o vetor de transmissão de uma série de outras endemias tropicais, como a febre amarela, a malária, a dengue, entre outras.

O esforço modernizador sofrido pelas principais cidades do Brasil aconteceu após a proclamação da república no país, certamente inspirados pela experiência de Haussmann em Paris. Este projeto alterou substancialmente o espaço urbano, interferindo inclusive em hábitos, costumes e relações sociais⁸⁰.

Este período coincidiu com o ciclo econômico da borracha amazônica, permitindo clara aplicação deste projeto reformador na capital paraense, o que será sentido mesmo após o declínio da economia gomífera.

O intendente Antônio Lemos, administrou a cidade de Belém por 14 anos, período em que, inspirado na Paris de Haussmann, transformou a cidade em um verdadeiro canteiro de obras, é ele que em 1901 inaugura o mercado do Ver-o-Pêso, também chamado de mercado de Ferro, hoje o principal cartão postal da cidade, reformou o Bosque Municipal e arborizou a cidade com mangueiras².

A busca pelo adequamento da cidade ao modelo “civilizador”, exigiu a transformação, não só do espaço urbano, que sofreu grandes mudanças estruturais para atender as exigências da economia capitalista, mas também, dos hábitos, costumes e comportamentos sociais que envolveu todo um aparato de leis, códigos de postura, etc., que tinham como objetivo normatizar e reger as classes populares.⁸¹

Segundo Érica Santos, a batalha por modernizar Belém foi uma batalha por disciplinar a população, adequando-a a um novo padrão “burguês”, francês, europeu, regado e medicalizado, fazendo da cidade uma vitrine do poder (neste caso, da elite da Borracha) e um símbolo de progresso.

Para tanto, a figura dos médicos exerceu papel importante, pois a normatização e higienização do espaço urbano significava também normatização e higienização do espaço privado doméstico.

[...] através de trabalhos, teses, livros, notas de jornais, ocorreu a divulgação dos princípios da higienização do lar, através de conselhos e sugestões de limpeza, arrumação e organização de cômodos; e também das relações interpessoais, que deveriam ser executadas pela família, tanto no âmbito doméstico, quanto na esfera da rua; para isso tais médicos traçaram discussões em prol da desodorização do lar e da valorização da família nuclear, onde, de acordo com Magali Engel, através do estabelecimento de confiança e um contato mais próximo com a mulher, o médico aos poucos modificariam o perfil das relações familiares viabilizando o projeto de higienização dessas relações.⁸²

⁸⁰ Santos, 2005.

⁸¹ Idem, p. 1.

⁸² Idem, p. 2.

Alguns documentos das primeiras décadas do século XX em Belém demonstram esse alinhamento. Um exemplo é o livro *Noções Gerais de Hygiene*⁸³, do médico Américo de Campos⁸⁴, no qual se divulgam princípios de higiene com o corpo, com a casa, os alimentos e até as vestimentas, numa clara intenção de preservação do corpo, porém de alteração de hábitos pessoais e de relações sociais e urbanas.

Outro exemplo é o jornal *A Palavra*⁸⁵, no texto em que sugere substituir o beijo (como forma de cumprimento social) pelo aperto de mão, em função da higiene e salubridade, visto que poderia ser transmissor de uma série de doenças, por conter microorganismos danosos à saúde humana.

Carapanã – Escapei de boa! O dr. Sapiência, pra não ficar atrás dos médicos do Rio, encetou campanha contra a minha espécie – a heroica espécie dos carapanãs – e toca a irrigar com querosene os lagos do museu. Fugi a tempo, mesmo porque lá começam agora a morrer, não sei por que, ratos e cobaias.⁸⁶

Talvez Marques de Carvalho se referisse ao Dr. Américo de Campos, ou a outro médico higienista, quando criou o Dr. Sapiência, mais um de seus personagens arquetípicos em *Bubônica*. Num âmbito mais genérico, o Dr. Sapiência representa os agentes de públicos que trabalhavam em favor da “limpeza” das cidades capitais do século XIX, que lutaram para erradicar os surtos e epidemias que dizimaram milhares de pessoas nas cidades industriais e outras grandes cidades.

O Carapanã refere-se a um fato não localizado em nossa pesquisa: a irrigação dos lagos do Museu [Emílio Goeldi] com querosene, na certa intenção de interromper o ciclo reprodutivo do *aedes aegypti*, carapanã vetor da febre amarela. O ato, porém, teria levado à morte acidental dos ratos e cobaias pertencentes àquele instituto e desestabilizando o ecossistema local.

Dr. Sapiência – Por ser eu o Dr. Sapiência, um luzeiro, um poço de erudição. Falo e escrevo perfeitamente o português, apesar de estrangeiro e não obstante opinião contrária de José Veríssimo. Vivo entre macacos, jacarés e tuiuiús – mas tive a precaução de fazer por conta do erário ótimos chalés para mim e meus auxiliares. Se não fosse a minha sabedoria, estava perdida para este país a questão do Contestado. Sou pago muitíssimo bem, mas acho pouco. Mereço como ninguém uma pequena manifestação popular...

Carapanã, irônico – A ciência anda mal compreendida nesta terra, doutor...

Dr. Sapiência – De fato; irei até ao Rio, a ver se me galardoam o mérito mais condignamente.⁸⁷

⁸³ Campos, 1912.

⁸⁴ Conhecido médico higienista paraense, membro da Sociedade Médico Cirúrgico do Pará e um dos editores da revista *Pará-Médico*.

⁸⁵ *A Palavra*, Belém. 10/07/1919. p.01.

⁸⁶ Carvalho, 1904.

⁸⁷ *Idem*.

É imprescindível lembrar que, neste mesmo ano de 1904, na capital federal do Rio de Janeiro, mandava-se executar a vacinação contra a febre amarela. A decisão do médico sanitarista Oswaldo Cruz gerou uma das maiores polêmicas noticiadas nos jornais cariocas do princípio do século XX.

Tal polêmica se deu pela falta de conhecimento da população acerca da eficácia da vacina e de seu funcionamento, levando à desconfiança sobre os métodos e intenções de Oswaldo Cruz. Todavia, o médico detinha a credibilidade e apoio do poder público – a mesma credibilidade e apoio que o personagem Dr. Sapiência pretendia alcançar em Belém, juntamente com sua equipe, não apenas por lutar contra a febre amarela, mas também por identificar a chegada da *yersinia pestis* e erradicá-la da capital paraense antes que causasse um surto entre a população.

Dr. Siranda – Graves revelações tenho a fazer. Confirmam-se as minhas suspeitas. Acha-se entre nós a peste bubônica (Designa Bubônica. Sinais de pavor e admiração).

Progresso – É possível, doutor Siranda?

Carapanã, à parte. – Carapanã também poderá ficar pestífero?

Siranda – O meu ilustrado auxiliar dr. Tartina acaba de examiná-lo ao microscópio. Não há equívoco.

Carapanã, a Dr. Defluxo – Mas isso de peste não será nome trocado, doutor?

Dr. Defluxo – É, sim. Eu até conheço-a pelo facies.

Tartina, com a acentuação italiana – É impossibile senza microscópio.

Progresso – Não é a hora oportuna para discussões inúteis. Tomem-se quanto antes todas as medidas científicas. Segundo soube do próprio chefe do Estado, o tesouro público está ao serviço da saúde da população. O governador há de vencer a peste (Ao povo). Havemos de vencê-la! [...]

Progresso – Desinfetem-se as casas, vacinem-se os habitantes. Manietem a Bubônica, sujeitando-a ao regime mortífero. Façamos guerra de morte aos ratos.

Carapanã – Guerra aos ratos e às ratas!

Um gatuno – Que? A todos os ratos? Já não estou bem aqui. Toca a fugir para o Estado vizinho.

Siranda, à Bubônica – Vamos pra seringa!

Carapanã – Isso, doutor! Seringa com ela!

(**Todos, menos progresso e Carapanã**, saem perseguindo Bubônica e Ratos, fazendo menção de seringá-los a preceito).⁸⁸

No trecho da peça, são citados os teatros da Paz, Apollo, El-Dorado e Polytheama. Os teatros são citados em outros textos, como no conto *Que Bom Marido!* e no romance *Hortência*. Cada um deles aparece aqui como personagem, com personalidade própria, sendo o Teatro da Paz o mais ocupado, e que não dá conversa ao público, vangloriando-se por estar cheio de concertos. Os demais teatros competem entre si por qual terá as atrações mais sedutoras.

Teatros - Somos risonhos amigos
Das pessoas joviais.
Declarados inimigos
Somos de prantos e ais.

⁸⁸ Idem.

Entre risos oferecemos,
A quem nos paga, o prazer.
Atrativos mil nós temos;
Quem duvidar... venha ver!⁸⁹

Teatro da Paz - Não venha agora. Estou em concertos pela frente e lá por dentro.

Teatro Apollo - Mostrando El-Dorado – E aquela também não presta agora: está fechada. Venham todos a mim. (Falando muito depressa) Tenho os cavalinhos, tenho o bioscópio, com vistas animadas e coloridas, tenho cerveja gelada, sorvetes, refrescos, sanduíches, pão com manteiga!

Teatro Polytheama - Não façam caso do Apollo! Isso é conversa fiada. Theatro bom, teatro onça, (batendo no peito) só eu! Dou revistas abrejeiradas, dou operetas risonhas, dou mágicas deslumbrantes! Dana-se com isto o Cardoso da Matta – mas que m'importa? O povo aprecia, o povo gosta, o povo aplaude [à plateia]. Pois não é?⁹⁰

O Progresso é um personagem que vai ganhando bastante espaço ao longo da peça, à medida em que se desenvolve o discurso sobre o desenvolvimento da cidade de Belém, incluindo a divulgação dos diversos teatros, praças, os jornais, bondes elétricos e, claro, a economia da borracha amazônica, que gera renda para sustentar a opulência e diversidade cultural em que vive a capital paraense neste período.

Neste contexto, a *Praça Batista Campos* é apresentada como o mimo do *Progresso*, como uma obra-prima, joia preciosa que surge adornada no meio do palco, pronta para ser desfrutada pela população:

Praça Batista Campos, surgindo do alçapão – Vinde todos a mim: eu sou a Praça Batista Campos. Reinaugurada esta manhã, acho-me toucada de novo, ostentando galas primorosas, entre flores rescendentes e regatos serpenteantes, que soluçam como iaras amazônicas. Fazem-me sombra propiciada as copas das mangueiras opulentas. Estou encantadora, sou o mimo, a obra-prima do Progresso!⁹¹

No mesmo contexto, surge o Jornalista, que apresenta a Tração Elétrica. A eletricidade representa uma nova tecnologia para tração dos bondes de Belém, puxados até então por animais. O Carapanã brinca com a cena, dizendo que o jornalista está agindo como cafetão, oferecendo a Tração Elétrica à população, porém eles se defendem, explicando que em outros grandes centros urbanos os bondes elétricos têm sido utilizados em larga escala e que o próprio Progresso falou muito bem sobre este assunto em um de seus relatórios.

Jornalista – Ainda bem que vos encontro, concidadãos. Há muito que vos procuro, para oferecer-vos esta beleza! (Designa a Tração Elétrica).

Carapanã – Você está praticando um comércio proibido pelo Código Penal...

Tração Elétrica – Nada de oculto ou criminoso no seu ato. O jornalista conhece os meus dotes, várias vezes tem-me experimentado em outros centros civilizados, julgando-me sempre de grande utilidade. Faz, pois, o meu preconício. Ando constantemente com o varão no ar e por ele recebo a força, a vencedora força, que me impulsiona.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem

Carapanã – Que história complicada, meu Deus! Varão no ar... força vencedora... Você é de força!

Tração – Levo um maquinista na plataforma e muita gente dentro, duma só vez.

Carapanã – Livra! Salvo seja!

Jornalista – Esta adorável criatura é maravilhosa. Sabendo do atraso em que jazemos, vem oferecer-se à população.

Carapanã – Eu já lhe disse que é proibido o caftismo em nosso país...

Jornalista – Qual o caftismo, nem meio caftismo. Trata-se apenas de utilizar esta moça, que é a Tração Elétrica, em nosso atrasadíssimo serviço de viação urbana. [...]

Tração – Tanto mais que uma cidade, a cuja frente se encontra o Progresso, não pode dispensar a Tração Elétrica. O próprio Progresso disse num dos seus Relatórios que eu sou, hoje em dia, o sistema triunfante.⁹²

A propósito do cafetismo e da prostituição, anos mais tarde, em 1921, a cidade de Belém viria a receber o *Instituto de Prophylaxia das Doenças Venéreas* como mais uma forma de combate a comportamentos considerados insalubres. O instituto incluía aparato de combate e fiscalização contra o meretrício, justificado pela ideia de higienização da cidade e combate às doenças venéreas⁹³.

Ao lado do “embelezamento urbano” pretendido pelos agentes de transformação da urbe, era necessário remover aquilo que pudesse tornar a cidade mais “feia”. Por essa razão, foi criado o Asilo de Mendicidade, que recolhia as pessoas em situação de rua e os internava em um único local.

No diálogo a seguir, o Carapanã conversa com um Mendigo e o apresenta o Asilo [de Mendicidade] como um local onde ele poderia não apenas ter abrigo, mas relativo conforto e também trabalho.

Mendigo, a gemer, a coxear – Uma esmola pelo amor de Deus!

Carapanã – Olhe, homenzinho, deixe-se de ser pedinchão.

Mendigo – Estou com fome!

Carapanã – O Progresso, no Pará, aboliu a mendicância, suprimindo assim a especulação. Vá para o Asilo.

A realidade é que, apesar do grande conforto urbano alcançado por Belém durante o período, vivia-se graves problemas de desigualdade social. Cristóvão Duarte ressalta que pouco se sabe sobre a pobreza urbana produzida pelo liberalismo econômico vigente e pelo acelerado crescimento demográfico, refletindo consequências inevitáveis de um modelo econômico que concentrava parte substancial da riqueza produzida nas mãos das elites locais e estrangeiras⁹⁴.

⁹² Idem.

⁹³ Santos, 2005.

⁹⁴ Duarte, 2007, p. 1.

Sabe-se que vários setores da sociedade local se envolveram na discussão em torno da presença de pedintes em Belém, envolvendo os jornais locais, políticos da oposição, da situação e o próprio governo municipal. Cristóvão Duarte relata:

A solução encontrada consistiu na criação de um asilo público, destinado a abrigar gratuitamente todos os indigentes que esmolavam nas ruas da cidade. Coube, então, ao Conselho Municipal de Belém, através da Lei no. 238, de 3 de julho de 1899, determinar a criação do Asilo da Mendicidade.⁹⁵

O texto da lei⁹⁶ estabelecia que, a partir da inauguração do Asilo, ficava proibido pedir esmolas na cidade de Belém, incluindo espaços privados – ruas, praças, igrejas e edifícios públicos e privados –, devendo ser recolhidas todas as pessoas encontradas nessa situação.

Outra lei⁹⁷, publicada anos depois, instituíra critérios para o ingresso dos mendicantes no Asilo, incluindo atestados de indigência fornecidos por pessoas idôneas e exames médicos que comprovassem a impossibilidade para qualquer trabalho que lhes servisse como meio de sobrevivência, justificando assim sua necessidade.

Mendigo – Que Asilo, meu senhor?

Carapanã – O Asilo de Mendicidade, onde terás casa, comida, luz, conforto material, trabalho...

Mendigo – Que diz? Trabalho? Não vou nesse embruio do intendente. Estou aqui e estou mas é imbarcando pra Manáo...⁹⁸

O Asilo de Mendicidade de fato recompensava o erário municipal com os serviços de seus internos⁹⁹, cujo trabalho era obrigatório, ocupando-se eles também dos serviços do próprio Asilo – tudo conforme aptidões e condições de saúde. Segundo Duarte¹⁰⁰, os serviços incluíam, por exemplo, a produção de alimentos (leite, frutas, hortaliças, etc.), com a finalidade de abastecer outros estabelecimentos da intendência, economizando, assim, os investimentos necessários à manutenção da própria instituição.

⁹⁵ Idem, p. 7.

⁹⁶ Lei Municipal no. 238, de 03 de julho de 1899.

⁹⁷ Lei Municipal no. 322, de 31 de março de 1902.

⁹⁸ Carvalho, 1904.

⁹⁹ Relatório da Intendência Municipal, 1903, p. 210.

¹⁰⁰ Duarte, 2007, p. 16.

Aparece na trama a *Borracha*, símbolo maior e objeto de comércio do capital amazônico no século XIX. Ela dialoga com *Sernambi* e com o *Homem do Sindicato*. A palavra *sernambi*, ou *sarnambi*, por etimologia, designa no tupi um molusco bivalve, mas pode referir-se também às acumulações pré-cabralinas de moluscos realizadas por populações indígenas, em que frequentemente se encontram ossos humanos, objetos de pedra, chifres e cerâmica, mais comumente chamados de *sambaquis*.

Borracha – Deixem-me, tanto desprezo as carícias interesseiras de um, como os desdêns invejosos de outro. (Ao homem do Sindicato) Tu representas o monopólio, que avilta o meu preço. (Ao Sernambi) tu és o fiel traiçoeiro da serpente a rastejar no paul. Vales apenas dez tostões enquanto eu sou cotada a 5 e 6 mil réis. [...]

Sou a Borracha, a goma valiosa,
Feita de leite puro e sem igual.
De longes terras venho donairoza
Suplantando este mísero rival. (designa Sernambi)

Desço das selvas, desço das florestas
Do Amazonas imenso e o coração
Sinto ainda a ecoar o som das festas
Que o Acre fez em sua redenção.

Ao velho mundo vou levar a fama
Dos seringais daquele céu de anil.
Terra de heróis, ah! Dize quem não te ama!
Quem não te ama, esplêndido Brasil!

Carapanã, designando o Homem do Sindicato e Sernambi – E que desejam ou pretendem estes senhores?

Borracha – Aviltar-me pelo monopólio, do que já faz parte o Sernambi, que nada tem a perder.

Sernambi, vaidoso – Mentas tu. Sou feio e sujo, mas tenho minhas serventias.

Homem do Sindicato – A senhora exagera. Os meus intuitos são justificáveis. Quero circunscrever-lhe a circulação, para torna-la mais valiosa.

Borracha – Não me agrada a proposta. Prefiro continuar a ser um gênero livre.

Homem do Sindicato – Se a senhora entrar para o sindicato, será muito bem tratada.

Borracha – Recuso.

Jornalista – Deixe a Borracha em paz com a sua elasticidade.

Homem do Sindicato – E que tem o sr. a ver com isto? Não estou no direito de fazer operações comerciais?

Jornalista – Sou homem de imprensa, cabe-me defender os constrangidos.

Homem do sindicato – E a mim cabe esmurrar os importunos.¹⁰¹

Aqui os personagens **Carapanã** e **Boró** (o dinheiro) conversam sobre um empréstimo que o **Progresso** deseja contrair para o avanço da cidade, contando com a transação de um **banqueiro inglês**:

Boró - Aqui me tendes. Sou o Boró, o pobre, o esfarelado, o imprescindível Boró. Tanto me encontrais nos palácios de opulentas famílias, como na barraca do pobre. Ao rico dou o supérfluo; ao operário afanoso, o pão. Chamam-me reles, – mas todos me namoram. [...]¹⁰²

Carapanã - Ouvi dizer que o Progresso deseja contrair um empréstimo de muitos milhares de irmãos teus. Podes tratar disso?

Boró - Vou falar a um banqueiro de Londres. Para essas transações, não há como os ingleses. [...]

¹⁰¹ Carvalho, 1904.

¹⁰² Carvalho, 1904.

A cena continua, denotando a crença no **Progresso** como possibilidade de salvação para as cidades e sociedades degredadas e “atrasadas”. Neste diálogo fica clara também a defesa dos valores ufanistas – “não sacrificarei à cobiça estrangeira nome nacional!”

[...] **Progresso**, entrando – Espero ser feliz na transação do empréstimo. O inglês apresenta exigências ferozes, mas tenho fé na minha estrela.

Carapanã, que o acompanha – Lá vem ele.

Banqueiro inglês, vestido de branco dos pés à cabeça. – Bom dia, *mister* Progresso! Eu vem diz a vosmecê não cêde um linha.

Progresso – Neste caso, nada faremos. Suas pretensões são desarrazoadas. Atendê-las seria de minha parte uma falta de patriotismo.

Banqueiro inglês – Mim desconhecer tal sentimento quando faz negócio. Inglaterra não ganhar pouco, ganhar sempre seguro...

Carapanã – Pois segure-se na garantia... (À parte) Eu dou uma ferroada neste bife!

Banqueiro – Mim estar casos ser aceito na Garantia?

Carapanã – *Yes*, se não tiver fístulas...

Progresso – Eu é que não lhe aceito as imposições. (Levantando-se) Passe bem!

Banqueiro, com uma grande reverência – Vosmecê ser brasileiro muito teso!

Carapanã – Ah! Nós, brasileiros, somos todos assim!

(Sai banqueiro ao som do solo inglês)

Boró, gritando das cadeiras – Não te aflijas, ó Progresso! Já lá vou, com uma carta do Amorim, do Pereira Dias e de outros banqueiros paraenses! [...]

Boró, entregando uma carta a Progresso – Aqui está a resposta sobre o Empréstimo interno.

Progresso, depois de ler a carta – Bravíssimo! É um cheque-mate no inglês!

Carapanã – Foi furado o rabo do bife!

Progresso – Os banqueiros paraenses conformam-se com a minha proposta. Não sacrificarei à cobiça estrangeira o nome nacional.

Boró – E ainda haverá quem faça pouco de mim? Boró na ponta!

Progresso – Não percamos tempo! Salvemos o povo! [...]

No diálogo abaixo, ainda continuação da cena, é consolidado o **Empréstimo**, que aparece como personagem de baixa estatura, vestido de dourado e muito iluminado. Nota-se forte discurso regionalista na fala do **Progresso**: “Tu és a consolidação do crédito municipal e a prova dos inesgotáveis recursos da praça.” Esse discurso subsistirá até o final da peça.

Boró, chegando com grande pressa, do lado oposto àquele por onde entra Progresso – Uma excelente notícia, senhores. Temos o Empréstimo. Aí vem o Banqueiro Paraense.

Carapanã – Ótimo. Felizes os que têm apólices!

Boró – Você tem algumas?

Carapanã – Tu já viste carapanã possuir apólices?

Banqueiro Paraense – Em consequência das últimas transações, está feito o Empréstimo. (Sinais de contentamento).

Carapanã – Felicito o município na pessoa do Progresso.

Progresso – Assim poderei dar expansão ainda maior ao bem-estar da Comuna.

Banqueiro, com um gesto evocativo – Venha o Empréstimo!

(Surge do alçapão Empréstimo, todo fulgurante d’ouro, tilintante, numa projeção luminosa. – Aplausos gerais). [...]

Carapanã – Que bonito! Pequeno, mas bom! Muito bom! Até eu estou babando pelo jovem!

Boró, vaidoso. – Se não fosse eu...

Carapanã, a Banqueiro Paraense – Você deu uma nota de estrondo nos ingleses...

Progresso, a Empréstimo – Tu és a consolidação do crédito municipal e a prova dos inesgotáveis recursos da praça.

Empréstimo – Vou agora cumprir a minha missão reparadora e benéfica, segundo deseja o intendente.¹⁰³

¹⁰³ Idem.

O *inglês* e o *homem do sudeste* são arquétipos do estrangeiro; seus personagens aparecem carregados, ora de preconceito sobre as questões locais, ora de um tom de esperteza, querendo aproveitar-se das pessoas da região. É citado o intendente [Antônio José de Lemos].

O *homem do sudeste* desiste da Amazônia – o diálogo dá a entender que o investidor, interessado em se aproveitar da gente preguiçosa de que ouvira falar, chega em Belém e se depara com um povo trabalhador. O autor Marques de Carvalho certamente pretende desmistificar, por meio desta obra, toda uma série de preconceitos existentes (a nível nacional? na capital federal – Rio de Janeiro?) sobre o homem nortista, o povo nortista e as cidades nortistas:

Dr. Passarinho, a correr, com a maleta em punho – Diabo de terra, esta! Mal cheguei, vejo-me obrigado a partir... às pressas!

Carapanã – Como, doutor Passarinho? Vossa senhoria não conseguiu o que desejava da Garantia? Liquidou o seguro?

Passarinho – Os homens do norte, os baianos, mau grado a opinião dos sulistas, não vivem a dormir. Vou como vim. (Tira os bolsos das calças, virando-os ao avesso).

Carapanã – É, com efeito, uma garantia para os segurados saberem que todas as liquidações se fazem com absoluto escrúpulo na Amazônia!¹⁰⁴

Foram apresentadas algumas ideias legíveis por sob a camada superficial dos textos de Marques de Carvalho, movimento que fica mais explícito na obra *A Bubônica*. Desses, o discurso ufanista-positivista e de enaltecimento do trabalho como forma de renovação da sociedade aparece também em *Hortênci*a. A filosofia Positiva (1830-1842) de Augusto Comte acreditava em propor que o avanço da ciência servisse, tanto para melhorar a soma do conhecimento humano, quanto a sociedade como um todo. Em suma, o que buscava era uma reorganização social, política e econômica dentro do contexto social da revolução industrial¹⁰⁵, e suas ideias alcançaram muitos pensadores, cientistas, artistas e líderes políticos, permeando também as obras de Marques de Carvalho.

Sílvio Romero, historiador e crítico literário, poeta e professor de filosofia sergipano, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, atuou em jornais sergipanos e cariocas. Destacava em sua obra o valor do popular, do simples, do natural – valores levantados também pelo naturalismo e pelo modernismo, que virá a seguir. É dele a epígrafe de *Hortênci*a:

Continuai, continuai, poetas e romancistas, estudai os costumes provincianos; reproduzi nos vossos cantos e nas vossas novelas o bom sentir do povo [...]

O verme roedor que carcome e estiola um movimento literário é sempre convencional, o teatral, o falso... Atualmente devemos voltar às impressões espontâneas da natureza e da vida; tenhamos o prazer do mundo como ele é e fujamos das afetações que nos matam.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ *Filosofia positiva de Augusto Comte*, 2020.

A citação de Sílvio Romero por Marques de Carvalho é, não apenas a confirmação das intenções e desejos mais simples da alma do escritor naturalista, mas também o anúncio de uma tendência que persistirá durante décadas sobre as artes no Brasil, trazendo-se as pessoas simples, os eventos comuns e as cenas urbanas para todas as formas de expressão artística.

No texto de apresentação de *Hortênci*a, escrito pelo próprio autor, há subentendidas uma desvalorização de mérito, uma “discussão” e uma “vingança” dirigidas aos leitores de seu tempo. É possível que se trate aqui da rivalidade citada por Eustáquio de Azevedo anterior à existência da *Mina Literária* e que envolvia os grupos, opositores entre si, de *A Arena* (onde estava Marques de Carvalho) e o dos demais literatos onde estava Eustáquio de Azevedo.

De fato Marques de Carvalho deveria ter muitos detratores e sofrer muitas críticas, a ponto de escrever tal apresentação, na qual reforça seu compromisso com a “pura e severa naturalidade intransigente” – a natureza (humana, urbana, política, literária) como ela é:

Este livro desprezioso salta hoje para a rua, desafiando os botes agarrotados de todos os meus detratores. Os insultos da hipocrisia literária que não gosta de ver-se descrita e combatida nos livros de pura e severa naturalidade intransigente.

Mais uma vez direi: não me intimidam as banalidades que, a seu respeito, hão de lançar-me os mesquinhos mercenários do baixo jornalismo: tenho para mim que as insídias de semelhante corja devem servir-me de poderoso incentivo para novos trabalhos. Só é discutido o homem de merecimento.

Aí está toda a minha vingança.¹⁰⁶

Ao final de *Hortênci*a, comentando algumas outras críticas recebidas, porém defendendo ideias do Naturalismo, o autor, como bom jornalista, apresenta o caso original de incesto e homicídio ocorrido em Lisboa e noticiado nos jornais portugueses anos antes.

O verdadeiro Lourenço e a verdadeira Hortênci

foram bem mais cínicos e desprezíveis, bem como criminosos do que os meus pobres personagens. Estes, que tantos furores excitaram entre o jornalismo indígena, são pacatões matutos simpáticos ao lado daqueles celebrizados heróis da vida lisbonense escandalosa.

[...] o sr. Eduardo Martins enviou para “A Província do Pará”, em 14 de março de 1886:

– “Aí vai um rol de crimes, alguns bem repugnantes, praticados a maior parte nesta civilizada cidade de Lisboa.

O que maior impressão causou foi o de um – irmão que matou a irmã. Pode chamar-se-lhe de tragédia.

Eis em resumo o triste caso: Libânio Rodrigues da Silva, um devasso que a polícia tem metido quatorze vezes na cadeia por vadio, furtos, ferimentos, etc., e que já cumpriu degredo em África, tinha uma irmã, Antônia Virgínia de Jesus, que exerce o mister de enfermeira no hospital Estefânia.

¹⁰⁶ Carvalho, 1989, p. 09.

Libânio procurava-a repetidas vezes, quase sempre para lhe pedir dinheiro, e quando ela lho recusava, ameaçava de a matar!

Em um dos últimos domingos foi ao hospital – na véspera havia morrido a mãe deles – Libânio, próximo mesmo ao cadáver da pobre velha, teve uma altercação com a irmã, e de repente, puxando de uma faca, feriu-a no peito. Antônia correu pelas enfermarias, gritando por socorro, mas o malvado, cego de ira, seguiu-a sempre, vibrando-lhe novos golpes, até que a desgraçada caiu morta.

O assassino tentou evadir-se, procurando primeiro ferir as pessoas que se lhe deparavam no caminho.

Por fim, como o porteiro, de revólver em punho, lhe embargasse a saída, Libânio foi entregar-se ao médico Serrano, que corajosamente lhe intimara prisão.

Nos interrogatórios na Boa Hora declarou ter assassinado sua irmã, com quem entretivera relações incestuosas durante perto de dez anos, por esta ultimamente mostrar desejos de cortar essas relações, que eram conhecidas e sabidas pela própria mãe e por toda a vizinhança da estrada da Penha de França, e da qual houve 3 filhos, que morreram de pouca idade.

Tudo isso é perfeitamente horrível!” – ¹⁰⁷

Note-se no parágrafo abaixo, que continua os anteriores, a firme crença do escritor no determinismo científico, justificando também pela falta de cultura intelectual e moral os crimes acontecidos em Lisboa. Coloca-se ele, e defende com a mesma firmeza sua posição de mero observador, analista e crítico de um acontecimento, reafirmando características de valores típicos do Naturalismo científico-literário.

[...] como fica provado, neste romance não fiz mais nada além de copiar algumas das negras infâmias da sociedade atual sintetizada em dois personagens aos quais perdeu a falta de cultura intelectual e moral, aliada ainda ao irresistível determinismo do temperamento e da gravitação mesológica da existência deles. Acusem e condenem o mundo, ou a esse improvado poder ao qual se atribui os destinos humanos, porém não me criminem, a mim que apenas fui o observador, o analista e o crítico de um certo acontecimento. ¹⁰⁸

Ao longo dos textos faz-se diversas referências à capital federal, seja ainda no tempo do império ou já da república. Para enriquecer a leitura, tomei a liberdade de reunir aqui duas citações externas, também naturalistas, de *O Missionário* (1891), Inglês de Souza, para compará-las com as citações seguintes, de *A Bubônica* (1904), em Belém.

O Missionário trata de um jovem padre egresso do seminário de Belém-PA, enviado imediatamente para assumir uma paróquia em Silves-AM. Compelido pela ideia de fazer missões aos indígenas, o padre faz uma viagem aos interiores do município, vindo a conhecer por acaso uma jovem, por quem se apaixona.

As citações de Inglês de Souza demonstram que, semelhantemente a *Hortência*, o período da trama de *O Missionário* corresponde ao período imperial, apesar da sua publicação ter ocorrido em 1891. Em segundo lugar, denotam reverência e ambição por chegar à capital

¹⁰⁷ Carvalho, 1989.

¹⁰⁸ Idem.

do império, aos pés de D. Pedro II, o “dispensador dos benefícios”. Note-se a dualidade de sentimentos na luta interior do jovem entre o amor carnal e o amor pelas almas perdidas, vencendo por fim a ganância pelo poder dentro da própria Igreja.

Que era o amor duma mulher comparado com o amor da humanidade? [...] Vinha-lhe uma ambição de subir, de ocupar altos cargos, uma cobiça de honrarias. Podia ser chamado pelo seu bispo a ocupar a primeira dignidade da Sé paraense, e talvez que a fama levasse o seu nome ao **Rio de Janeiro**... aos pés do imperador, o dispensador dos benefícios.¹⁰⁹

Se, por um lado, a cidade o Rio de Janeiro “é que era terra” e inspirava reverência e ambição por parte do pároco, por outro lado o personagem Chico Fidêncio, carioca da gema que se estabeleceu em Silves-AM, caracterizava-se pela irreverência, ousadia, presunção, sarcasmo e por espantar e fascinar os habitantes da aldeia.

Havia um ano que o Chico Fidêncio se estabeleceu em Silves, espantando os pacatos habitantes da vila com as suas teorias irreverentes e ousadas, fascinando-os, tinha presunção disso, com o seu verbo colorido e ardente, espicaçando-lhes a mole diferença com o agulhão das suas críticas acerbas e dos seus sarcasmos ferinos, dominando-os pelo espírito desembaraçado de convenções e dos prejuízos da estreita vida de aldeia. [...] Era natural do **Rio de Janeiro**, carioca da gema. Aquilo, sim é que era terra! [...] ¹¹⁰

Aqui damos um salto, do período imperial para o ano de 1904, em meio ao surto de febre amarela em todo o Brasil. Em Belém, Marques de Carvalho cria um personagem para a peça *A Bubônica* a quem denomina *Dr. Sapiência*, o médico higienista claramente inspirado em Oswaldo Cruz e nos médicos higienistas do Rio de Janeiro.

Se nas citações anteriores a capital federal aparece como algo quase inatingível no imaginário dos personagens, agora torna-se objeto de comparação e competição. Na cena abaixo, o *Carapanã* relata que acabou de escapar de uma tentativa de exterminar todos os carapanãs do Museu Emílio Goeldi, em que o Dr. Sapiência irriga com querosene os lagos do parque de pesquisas, para não ficar atrás dos médicos do *Rio de Janeiro*.

Carapanã, entrando a correr, com um zumbido – Escapei de boa! O dr. Sapiência, pra não ficar atrás dos médicos do **Rio**, encetou campanha contra a minha espécie – a heroica espécie dos carapanãs – e toca a irrigar com querosene os lagos do museu. Fugi a tempo, mesmo porque lá começam agora a morrer, não sei por que, ratos e cobaias.¹¹¹

¹⁰⁹ Souza, 1998.

¹¹⁰ Souza, 1998.

¹¹¹ Carvalho, 1904, Cena 3.

Ao fim de suas tentativas aparentemente frustradas de trabalho e pesquisa, o **Dr. Sapiência**, sentindo-se mal compreendido e desvalorizado, decide ir até o **Rio de Janeiro**, pois acredita que, naquela cidade, um médico como ele será mais bem reconhecido.

Carapanã, irônico – A ciência anda mal compreendida nesta terra, doutor...

Dr. Sapiência – De fato; irei até ao **Rio**, a ver se me galardoam o mérito mais condignamente.¹¹²

Considerações Finais

Este trabalho de pesquisa procurou demonstrar que as narrativas do Naturalismo estudadas apresentam características capazes de munir o leitor-pesquisador de ferramentas para compreender o quadro histográfico por detrás de seus enredos, conduzindo à seguinte compreensão: a narrativa naturalista representa uma cidade pré-existente, em todas as suas particularidades e espacialidades – o que, por extensão, nos permite afirmar que os textos naturalistas de Marques de Carvalho aqui estudados representam a cidade coexistente de Belém, em vez de tratá-la como pano de fundo imaginário para suas tramas.

Ao longo desta pesquisa, os textos de Marques de Carvalho mostraram-se fortes aliados para a escrita da história da cidade de Belém nos períodos apresentados, corroborados pelos muitos documentos históricos e outros trabalhos de pesquisa, cujas informações pouco a pouco nos permitiram confirmar os dados fornecidos pelo autor e situar as tramas e cenografia em locais e momentos exatos ou aproximados. Mais que isso, as descrições também nos forneceram informações e ilustrações adicionais, permitindo confirmar que é possível delinear a história de uma cidade por meio da narrativa naturalista.

Aparentemente era intenção de José Veríssimo e Inglês de Souza representar com minúcias a vida nos interiores da região amazônica, razão pela qual não escolheram Belém ou Manaus como cenário de suas tramas, porém cidades menores e outras localidades, atendo-se muito menos a descrições urbanas e muito mais à caracterização psicológica de seus personagens.

O que terá levado Marques de Carvalho e seus conterrâneos a fazerem opções diferenciadas? Talvez o primeiro pretendesse apenas retratar a realidade em que vivia, já que vivia em Belém, enquanto os outros dois desejassem mostrar ao leitor as peculiaridades da vida nos sertões equatoriais, uma vez que tinham residência no Rio de Janeiro. Talvez isso expresse

¹¹² Idem, Cena 11.

duas correntes dentro do próprio Naturalismo, uma predominantemente urbana e outra eminentemente regionalista.

É certo que as tramas desenvolvidas na capital paraense bem poderiam transcorrer-se em qualquer capital brasileira que viveu a *Belle-Époque*, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus ou Fortaleza. Seus personagens são pessoas comuns que vivem situações, ora comuns, ora doentias (mas ainda comuns) – tanto é que o enredo de Hortência se baseia em fatos reais ocorridos em Lisboa alguns anos antes e transpostos pelo autor para Belém.

Ao lado disso, por meio dos regionalismos em um sem-número de expressões utilizadas nos textos, Marques de Carvalho mostra uma Belém bastante integrada a um mundo em processo de globalização, mas cujos habitantes são capazes de não se dobrar a estrangeirismos quando sentem-se acuados ou tratados com diferença – especialmente na peça *A Bubônica*, característica que se repete na crítica literária de Eustáquio de Azevedo em *Anthologia Amazônica* (1904).

Marques de Carvalho apresenta-nos, portanto, uma Belém tanto amazônica, quanto portuguesa, quanto francesa, quanto inglesa, características que se misturam e não se confundem, porque não entram em choque. O belenense desse tempo mostra prazer em tomar o *bond* no *Boulevard* Castilhos França e descer em alguma rua de paralelepípedos da Cidade Velha, chupando um sorvete de cupuaçu ou de açaí. Essa é a essência de personagens como Lourenço, Hortência ou o Carapanã.

Sem a contribuição dos textos literários, o que se tem é uma descrição vazia? Não, de modo algum. Porém, por mais que a partir deles se conte a mesma história urbana, conta-se sob nova ótica, de sensibilidade original, permitindo-se adicionar à construção da historiografia urbana de Belém uma página totalmente nova.

Referências Bibliográficas

ABREU, Clarismar Gomes de. **História, literatura e cidade**. Comunicação livre. Universidade Federal de Goiás, [s.d.].

ABREU, Jean Luiz Neves. **O ‘flâneur’ e a cidade na literatura brasileira: proposta de uma leitura benjaminiana**. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun.2004.

ABREU, Paula Vanessa L. de; LIMA, José Júlio F.; FISCHER, Luly R. da Cunha. **Aforar, arrumar e alinhar: a atuação da Câmara Municipal de Belém na configuração urbano-fundiária da cidade durante o século XIX**. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018.

AGASSIZ, Luiz. **Viagem ao Brasil-1865-1866**. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1938

ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ. Mandado organizar por o S. Ex. o Sur. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado: Oito annos do Governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie Chaponet (Jean Cussac), 1908.

ALMEIDA, Ângela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ, 1987.

A PROVÍNCIA DO PARÁ, Ano XVI, Nº 4509. 1º de julho de 1891.

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2.Ed. Porto: FAUP, 1998.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **No Rio Amazonas (1859)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980

AZEVEDO, J. Eustáquio de. **Anthologia Amazônica (Poetas Paraenses)**. 1904. Col. "Literatura Paraense", Série "Inglês de Souza". Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

AZEVEDO, J. Eustáquio de (Jacques Rolla). **Vindimas: Artigos, Contos, Crônicas**. Porto: Companhia Portuguesa, 1913.

BARBOSA, Maurel Ferreira. **O Pagé: o naturalismo inacabado de Marques de Carvalho (1884-1887)**. Dissertação de Mestrado. PPHIST/UFPA. Belém, 2011.

BARRETO, Mauro Vianna. **O Romance da Vida Amazônica: uma leitura socioantropológica da obra literária de Inglês de Sousa**. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2003.

BATES, Henry Walter. **Um Naturalista no Rio Amazonas**. Série A Reconquista de Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

BELÉM DA SAUDADE: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2.ed. rev. aum. Belém: Secult, 1998.

BELCHIOR, Pedro. **Tristes Subúrbios: literatura, cidade e memória em Lima Barreto (1881-1922)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História/UFF. Niterói, 2011.

BRAGA, Sylmara. **Entre miasmas, bacilos, unguentos e rosários: a peste bubônica em São Luís na Primeira República**. Trabalho de conclusão de curso. Orientador: Manoel de Jesus Barros Martins. São Luís: UFMA - Universidade Federal do Maranhão, 2017.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. Brasília: Brasiliense, 1982.

CAMPOS, Américo de. **Noções gerais de Higiene**. Belém: Ed. Livraria Escolar do Porto Oliveira, 1912.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9.Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, João Marques de. **A Bubônica: revista de sucessos paraenses**. Peça Teatral. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1904.

_____. **Contos do Norte**. Belém: Alfredo Augusto Silva (editor), 1900.

_____. **Contos Paraenses**. The Project Gutenberg. [EBook #30341] Release Date: October 27, 2009.

_____. **Entre as Ninfeias**. Buenos Aires: Arnaldo Moen (editor), 1896.

_____. **Hortência**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. **Émile Zola e o naturalismo literário**. Revista Urutúgua – acadêmica multidisciplinar DCS/UEM. Nº 24 – maio/junho/julho/agosto de 2011. ISSN 1519-6178.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” na Amazônia (1883-1901)**. Dissertação de Mestrado. PPHIST/UFPA. Belém, 2007.

COELHO, André de Barros. **A cidade escrita na Amazônia: Belém-PA, urbanismo e literatura na virada do século (1880-1920)**. Rio de Janeiro, 2021. Tese (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo) – Prourb/FAU/UF RJ. Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **O Espaço das Ilusões: Planos compreensivos do Planejamento urbano da Região Metropolitana de Belém**. Belém, 1989. Dissertação (Mestrado em Planejamento em Desenvolvimento) – NAEA – UFPA.

D'INCAO, Maria Ângela. O amor romântico e a família burguesa. In: D'INCAO, Maria Ângela et al (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

DERENJI, Jussara. Arquitetura Eclética no Pará. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Eclétismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Belém do Pará, na Virada do Século XIX: modernidade no plano urbanístico de expansão da cidade**. Dissertação. Rio de Janeiro: PROURB/UF RJ, 1997.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. **Asilo da Mendicidade em Belém do Pará: a pobreza urbana como contra-face da Belle-Époque na Amazônia.** XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.

Filosofia Positiva de Augusto Comte. Prometeo libros. Acesso em 02 de dezembro de 2020.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil.** v. 2. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

GODINHO, Dr Victor e LINDEMBERG, Dr Adolpho. **Norte do Brazil: Através do Amazonas, do Pará e do Maranhão.** Rio de Janeiro/São Paulo: Laemmert & C., 1906.

GODINHO, Victor. **A Peste no Maranhão.** São Luís: Typogravura Teixeira, 1904.

GOMES, Renato Cordeiro. **A cidade, a literatura e os estudos culturais: do tema ao problema.** Ipotesi: Revista de Estudos Literários, Juiz de Fora, 1999, v. 3, n. 2 - p. 19 a 30.

_____. **Cartografias urbanas: representações da cidade na literatura.** Ensaio. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 1996; reescrito em nov. 1997.

_____. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana.** Ed. ampl. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

_____. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana.** Tese de doutorado. Departamento de Letras da PUC-Rio. Orientador: Affonso Romano de Sant'Anna. Rio de Janeiro, 1993.

HENDERSON, James. **A history of the Brazil; comprising Its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c.&c &c. illustrated with twenty-seven plates and two maps.** London: printed for the author, and published by Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, Paternoster-Row, 1821.

IMPRESSÕES DO BRAZIL NO SECULO VINTE: sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos. Londres: Lloyd's Greater Britain, 1913.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas.** Brasília: Senado Federal, 2000.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Inglês de Souza: Amazônia, História e ficção.** Revista Água Viva – Revista de Estudos Literários. Vol. 1, Nº 2, Ano 2011. PósLit/UNB. Brasília, 2011.

LEITE, Marcus Vinnicius Cavalcante. **Cenas da Vida Amazônica: ensaio sobre a narrativa de Inglês de Souza.** Belém: UNAMA, 2002.

LEITE, Mírian Moreira e MASSAINI, Marcia Ignez. Representações do amor e da família. In: D'INCAO, Maria Ângela et al (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

LIBBY, Douglas Cole (org.). **Cortes, cidades, memórias: trânsitos e transformações na modernidade**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 2010.

LIMA, Natália Dias de Casado. **A Belle Époque: Transformações urbanas, moda e influências no Rio de Janeiro**. Seminário História e Democracia. Guarulhos: UNIFESP, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**. [?]

MAGRI, Milena Mulatti. **Sujeito, cidade e experiência urbana em Caio Fernando Abreu**. Revista de estudos literários "Terra Roxa e Outras Terras". Vol. 12, junho 2008.

MARRONI, Fabiane Vilela. **Pelotas (re)vista: a Belle Époque da cidade através da mídia impressa**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. São Paulo: PUC-SP, 2008.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. **Introdução à literatura no Pará**. Vol II. Belém: CEJUP, 1990.

MENDES, Leonardo. **O Romance Republicano: Naturalismo e alteridade no Brasil 1880-90**. Revista Letras & Letras, Uberlândia 24 (2) 189-207, jul./dez. 2008.

MÈRCHER, Leonardo. **Belle Epoque francesa: a percepção do novo feminino na joalheria Art Nouveau**. VI Simpósio Nacional de História Cultural, Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2012.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua Expressão Geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

MOREIRA, Eidorfe. Prólogo. In: CARVALHO, João Marques de. **Hortência**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

MURICY, Kátia. O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In: ALMEIDA, Ângela M. et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ, 1987.

O COMMERCIO DO PARÁ, Ano 1, N° 155, 10 de dezembro de 1877.

O COMMERCIO DO PARÁ, Ano 2, 14 de março de 1888.

ORBE, Cilmaria; RIBEIRO, Patrícia. **Fragmentos esparsos: imagens da cidade na literatura brasileira**. REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 7, n. 8, 2011

O THEATRO. Disponível em < <http://theatrodapaz.com.br>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, 2007.

QUEIRÓS, José Maria Eça de. **A cidade e as serras**. Porto: Chardron, 1901. (E-book 2008)

RECLUS, Élisée. **Estados Unidos do Brasil: Geographia, Ethnografia, Estatística**. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, 1900.

REIS, Nestor Goulart. **Imagens de Cidades e Vilas do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002 (Debates).

ROCHA, Isabel. **Tijolo por tijolo: as alvenarias no vale do Paraíba Fluminense**. 1820-1890. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2012.

ROMERO, Sílvio. **O Naturalismo em Literatura**. São Paulo: Typographia da Província de São Paulo, 1882.

SALLES, Vicente. Prólogo. In: In: CARVALHO, João Marques de. **Hortência**. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRRJ, 1987.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **História da cidade de Belém: intervenções urbanísticas e produção do espaço da orla fluvial**. Belém, 2015.

SANTOS, Érica S. Almeida. **As Implementações Médico-Higienistas de Belém no Limiar do Século XX**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História: Londrina, 2005.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra: [s.e.], 1968.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Luís Roberto Nascimento e. **A escrita das cidades**. In: IPHAN – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 23, 1994.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belle-Époque (1870-1910)**. Dissertação de Mestrado. PPHIST/UFPA. Belém, 2008.

SOUSA, Inglês de. **O Missionário**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**. v. 3. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981.

SÜSSEKIND, Maria Flora. **O Brasil não É Longe Daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

_____. **Tal Brasil, qual romance?** Tese de doutorado. Departamento de Letras da PUC-Rio. Orientador: Silviano Santiago. Rio de Janeiro, 1982.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. **Imagens Literárias Urbanas: Machado de Assis e Lima Barreto, o Rio de Janeiro escrito a quatro mãos**. Tese de doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Orientadora: Prof. Dra. Silvia Maria Azevedo. Assis, 2005.

_____. **Do Subterrâneo à Fachada: a cidade escrita de Machado de Assis e Lima Barreto**. Artigo científico. REVLET - Revista Virtual de Letras (UFG). São Paulo, v.51, n.1, p.71-90, jan./jun. 2011.

THE BRAZIL OF TO-DAY. [s/d]. IHGB, Doc Nº 135.4.16.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1987.

VELOSO, Euda Cristina. Estruturas de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). **A Escrita da História Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

VERÍSSIMO, José. *Cenas da Vida Amazônica*. Edição organizada por Antonio Dimas. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979

YURGEL, Caio. **Walter Benjamin: literatura e cidade**. Vertentes & Interfaces I: Estudos Literários e Comparados. Fólio — Revista de Letras Vitória da Conquista v. 4, n. 2 p. 11-28 jul./dez. 2012.

ZOLA, Émile. **O romance experimental e o Naturalismo no Teatro**. Col. Elos. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARQUITETURA AO VENTO: O LEGADO OSWALDO BRATKE NO AMAPÁ

Mario Luiz Barata Junior

Resumo

Este artigo se propõe a mostrar o processo de reverberação de alguns elementos arquitetônicos incorporados por construtores leigos e carpinteiros locais utilizados pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke em sua peculiar arquitetura da alteridade na elaboração do projeto da Vila Amazonas e da Vila Serra do Navio, realizados em 1955, localizadas a 20 km e 200 km, respectivamente, da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. As duas Vilas foram criadas para dar apoio ao primeiro projeto de extração de minério em escala industrial na Amazônia brasileira, realizado a pedido da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI). Também faz parte do objeto desse encontro, a investigação sobre essa disseminação arquitetônica espontânea em algumas construções residenciais e institucionais das cidades de Macapá, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e outras localidades próximas ao projeto de Serra do Navio, especialmente as janelas com venezianas móveis característica marcante e presente em quase todas as edificações das duas Vilas projetadas por Oswaldo Bratke.

Palavras-chave: Amazônia; Amapá; arquitetura; Oswaldo Bratke; venezianas móveis

Dentre as coisas impermanentes criadas pelo homem a arquitetura é dessas coisas que, por sua genética de fixação ao lugar em que se faz presente, se torna ao longo do tempo um engenho um pouco mais permanente. Com sorte e mesmo que seja resignificada, pode ser vista e utilizada por muitas gerações sem perder de todo suas características morfológicas. Essa percepção da permanência dentro da impermanência trouxe uma reflexão sobre como os lugares e objetos geram significado em nós, percebi que esse fenômeno parecia se tratar de um problema mais subjetivo, ligados à linguagem e semiótica. Ao perceber como ocorre à comunicação entre os objetos criados, a criatura que os criou e as criaturas a quem se destinavam entendi que a arquitetura e as cidades se enquadravam na categoria dos objetos criados e a percepção da sua relação com todo se tornou um pouco mais clara. Assim, os vestígios arquitetônicos deixados nas cidades ao longo do tempo por arquitetos e não arquitetos surgem aos olhos de quem os vê como rugas urbanas e marcas do tempo que teimosamente ficam de pé.

Dessa forma, motivado pela relevância do projeto de implantação e construção da Vila Amazonas e Vila Serra do Navio (como parte do projeto ICOMI) na história recente de Macapá é que buscamos neste artigo compreender a relação que existiu entre a arquitetura produzida

nas duas Vilas com as cidades próximas de onde foram implantadas e o processo que gerou certa identidade arquitetônica entre os moradores da região.

A criação do Território Federal do Amapá e o primeiro projeto de extração mineral em escala industrial na Amazônia

Em 1943, em virtude do conflito da Segunda Guerra Mundial, algumas fronteiras se transformaram em fonte de preocupação do Governo Federal, em especial, ao norte do Estado do Pará, por fazer divisa com a Guiana Francesa, que a esta altura do conflito estava tomada pela Alemanha. Tecnicamente, o Brasil era, dentre os países da América do Sul, o que tinha mais fronteiras com a Europa ocupada pelos alemães. Por essa situação e por conta da pressão do governo dos EUA para que o Brasil se posicionasse contra os países do Eixo, é implantada a política de criação de Territórios Federais e dentre eles está o Território Federal do Amapá, que surge a partir do desmembramento da parte mais vulnerável do Estado do Pará. Concomitante a criação do novo Território, a cidade de Macapá torna-se sua capital. Coincidência ou não, na década seguinte se inicia o processo de implantação da extração do minério de manganês.

A exploração do manganês da Serra do Navio, no Amapá, foi a primeira experiência de mineração industrial na Amazônia. O empreendimento foi conduzido pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. – ICOMI (MONTEIRO, 2003). Fazia parte do suporte logístico dessa empreitada, além da implantação dos equipamentos necessários para extração do minério, a criação de duas vilas para moradia dos funcionários do projeto, cada uma delas dotadas de infraestrutura de apoio tais como escolas, supermercado, hospital, cinema, etc. além de serviços de saneamento e abastecimento de água. Uma das vilas estava localizada no município de Água Branca do Amapari, próximo às minas de extração do minério, e foi denominada de Vila Serra do Navio, a outra denominada de Vila Amazonas, ficava próximo ao porto de onde o minério era embarcado nos navios rumo ao exterior (onde é hoje a cidade de Santana) as margens da foz do Rio Amazonas. Para escoar o minério e interligar as duas vilas, foi construída uma linha férrea de 193 km. de extensão.

Os dois núcleos residenciais projetados tinham o mesmo porte (previsão de 2.500 moradores), programas semelhantes e diretrizes projetuais coincidentes em vários aspectos. Ambos tiveram o espaço estruturado em cinco zonas de usos e dois setores sociais: zona habitacional operária, área para residência de solteiros, zona residencial para chefes, junto à qual se situa clube e hotel, área para equipamentos coletivos e comércio, e área para esportes (CORREIA, 2014 p. 134).

A Vila Amazonas está situada próximo à cidade de Macapá e está interligada por uma via de aproximadamente 20 Km. já existente desde a sua construção e, apesar da sua autonomia e autossuficiência proposto pelo projeto de Oswaldo Bratke, arquiteto contratado pela mineradora, houve um intercâmbio natural de entre os habitantes das duas cidades, ora para apoio burocrático e suporte de mão de obra, ora para trocas culturais e sociais. A existência de uma ligação entre as duas por uma via leva a deduzir, trocas:

A existência das cidades pressupõe, portanto, desde sua origem, uma divisão técnica, social e espacial da produção, e implica trocas de natureza diversa entre aqueles que produzem bens manufaturados (artesãos), bens simbólicos (religiosos, artistas, etc.), o poder e a proteção (guerreiros). (ARCHER, 2010, p.19)

Considerando a distância geográfica entre a Vila Amazonas e a cidade de Macapá essa troca aconteceu, mesmo que tímida no seu início. Apesar da cidade de Macapá ter sua criação datada do período Pombalino (1758) com a fundação da Vila de São José de Macapá, a chegada do projeto de extração de Manganês, renova a brisa de certa “modernidade” surgida, em um primeiro momento, com a criação do Território Federal do Amapá uma década antes. Essa modernidade estava materializada, não somente pelo maquinário da extração do minério ou mesmo pela implantação da linha férrea, mas também pelas características estéticas das novas edificações construídas tanto na Serra do Navio, quanto na Vila Amazonas, assim como pela movimentação de seus novos habitantes. Vale lembrar que poucos anos antes do processo de extração do minério, outro projeto também com certa envergadura logística havia sido implantado na região - a Base Aérea do Amapá –a cerca de 300 km. ao norte da cidade de Macapá. É importante também ressaltar, que o projeto da ICOMI apesar de ser pioneiro no campo da exploração mineral industrializada e teve grande impacto econômico e social, justificando por si só o a importância deste e de muitos outros trabalhos acadêmicos sobre o tema, no entanto, não foi objetivo desta pesquisa analisar os impactos sociais causados pelo assentamento humano em si. Sem deixar de observar que a presença da cultura administrativa deixada pela mineradora ICOMI marcou a memória recente de seus moradores, que, de uma maneira ou de outra tiveram suas vidas, de amigos ou de parentes próximos, entrelaçadas com esse projeto.

O processo de construção das duas Vilas em tempo muito curto necessitou de uma logística de construção em áreas remotas que buscava aproveitar e treinar de mão de obra local, especialmente carpinteiros navais para trabalhar na construção das edificações. Par isso, foi implantada uma espécie de “escola de aprendizes” em que profissionais vindos de outros

Estados, repassavam aprendizado do manuseio de maquinário, leitura de projeto e fabricação de mobiliário e esquadrias. Nesse formato, surgiu um número expressivo de carpinteiros locais que deram um impulso em suas habilidades através dos treinamentos realizados pela construtora responsável pela execução da obra.

Assim como a grande Fortaleza de São José construída em 1764, pela Coroa Portuguesa, faz parte da herança cultural da região, a arquitetura que reverberou ao vento após a implantação das duas Vilas do Projeto ICOMI pode ter ocorrido de maneira mais sutil ao deixar seu legado, no entanto, foi mais democrática e mais adaptável ao contexto da região.

Uma variável oculta e, naturalmente, não prevista na implantação do projeto das duas vilas no Amapá e que provavelmente não deve ter passado pelas planilhas da mineradora ou pelas pranchetas do escritório de Bratke e tão pouco pelas mais otimistas previsões que o arquiteto poderia ter tido sobre o impacto causado pelo projeto das vilas na região, diz respeito a adoção por boa parte da população local dos principais elementos arquitetônicos presentes nas edificações das duas vilas, tais como os pilares duplos para estrutura do telhado e as telhas de fibrocimento, devido sua praticidade, leveza e baixo custo. No entanto, o sistema de refrigeração dos telhados das casas da ICOMI, a bolsa de circulação de ar, não foi levado em consideração na versão popular dos telhados com fibrocimento, tornando as edificações quentes e insalubres.

Mas, como uma espécie de polinização arquitetônica as venezianas móveis foram absorvidas por significativa parte da população local e introduzidas nas construções que se seguiram concomitante e posteriores a conclusão das duas vilas, especialmente nas casas de madeira, um fenômeno que se propagou em várias direções e foram utilizadas especialmente em residências, escolas (figura 1), prédios públicos e até hospitais. Com relação, especificamente, sobre essa esquadria, sabemos que ele não a criou nos moldes do que se encontrava no mercado à época.

Figura 1. Colégio Santa Bartoloméa de Capitão, primeira escola particular de Macapá, inaugurada em 1961. Foi uma das primeiras edificações a utilizar veneziana móvel

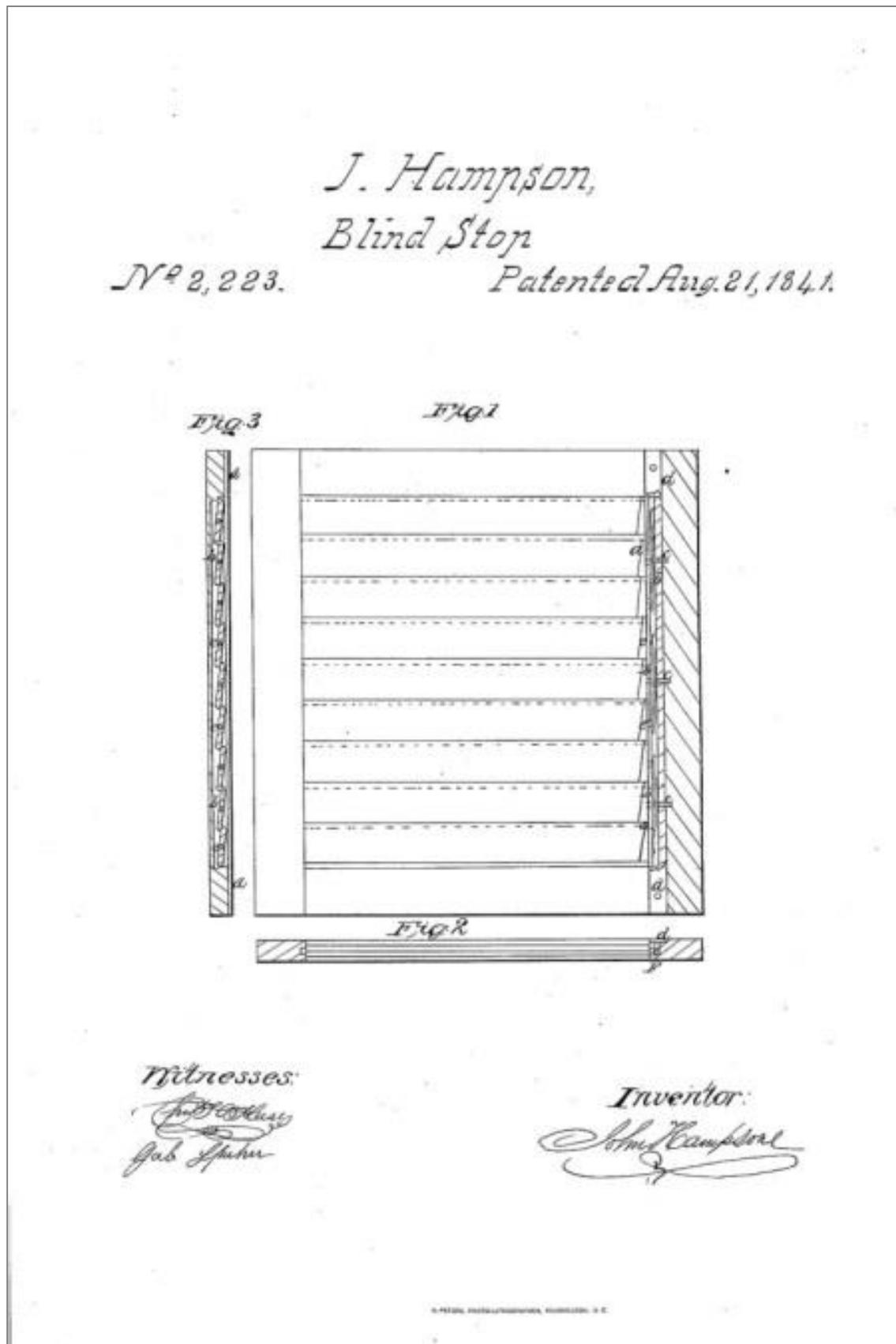


Fonte: <https://www.alcinea.com/sem-categoria/sabe-que-escola-e-esta>

A patente da veneziana móvel (figura 2) data de agosto de 1841 e pertence a J. Hampson¹¹³, de New Orleans, EUA. Hapson desenvolveu um projeto de fácil movimentação das paletas a partir do conceito das venezianas popularizadas na Inglaterra e levadas aos EUA. No entanto, o mérito de Bratke nesse caso, foi de criar um sistema mais simples e de fácil execução, que pudesse ser confeccionada em marcenarias sem grandes equipamentos, essa pode ter sido uma das razões para sua proliferação; fácil execução, segura e econômica.

¹¹³ Fonte: <https://controlissblinds.co.uk/wordpress/the-history-of-venetian-blinds/>

Figura 2. Detalhe do desenho de J. Hampson, anexado ao processo de patente



Segundo consta no depoimento que o arquiteto deu para Benjamin Ribeiro, a utilização desse tipo de esquadria nas vilas do Amapá surgiu quase por acaso, Bratke relatou que nas primeiras viagens que fez ao acampamento provisório no final entre os anos de 1955 e 1956, foi solicitado por um engenheiro americano a fazer um desenho de uma esquadria específica (figura 3) que foi aperfeiçoada com a introdução do mecanismo de fechamento em alumínio (figura 4 e 5).

Cabe comentar, como curiosidade, que as famosas venezianas móveis de madeira, para proteger os vão entelados, hoje amplamente utilizados na região, tiveram sua origem logo no início, nos primeiros acampamentos de obra. Pelo que Bratke me contou, ele montou o primeiro protótipo caseiro de veneziana para atender à solicitação de um engenheiro americano que lá trabalhava. A coisa fez sucesso e acabou sendo utilizada em todos os acampamentos e até em algumas casas de Macapá. Posteriormente, já na fase do projeto, introduziram-se ferragens de alumínio, próprias para esse fim, importadas dos EUA, que caracterizam até hoje as construções das vilas da ICOMI. (RIBEIRO, 1992, p. 70)

Figura 3. Detalhe do desenho da primeira esquadria móvel, desenhada por Bratke

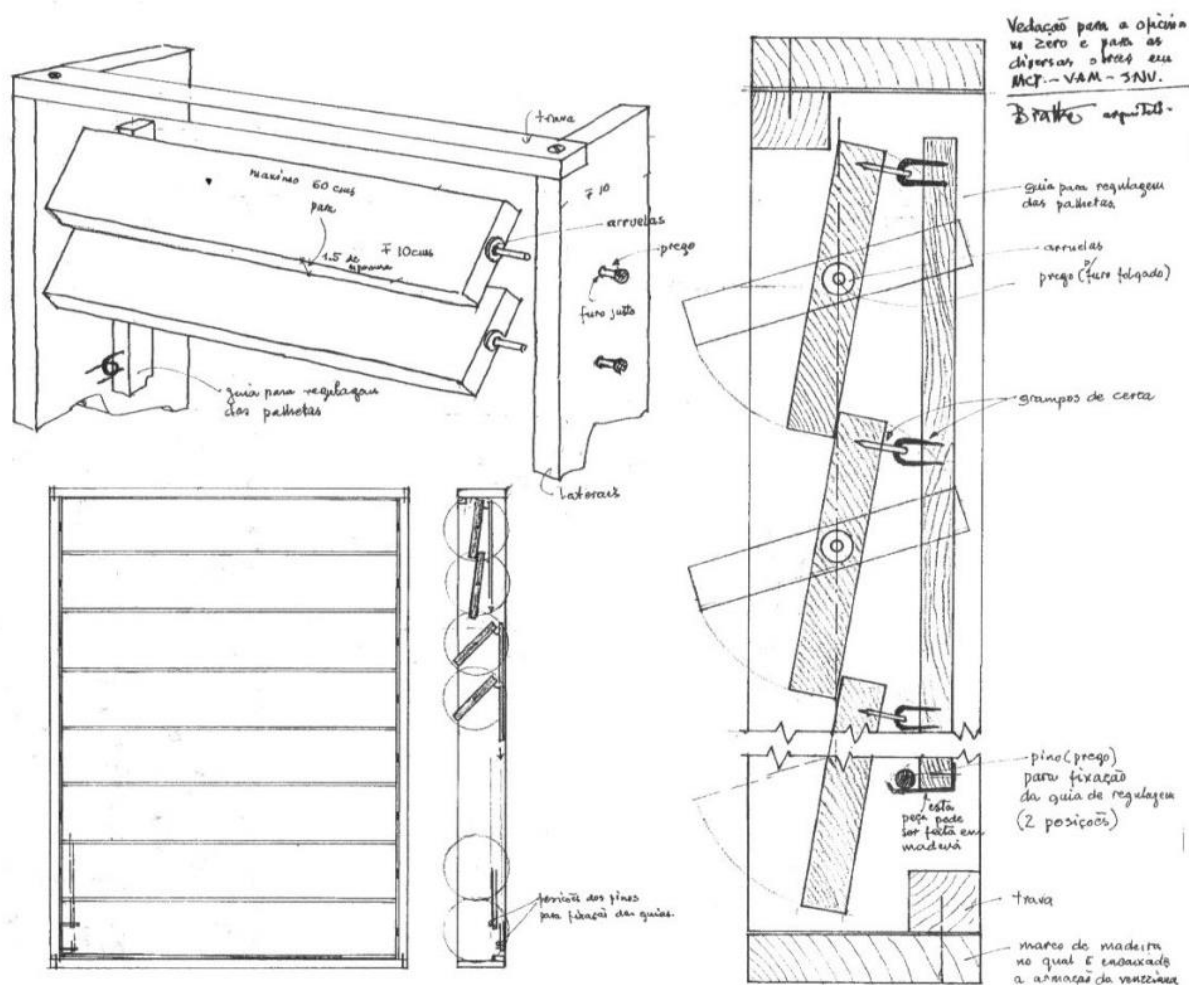
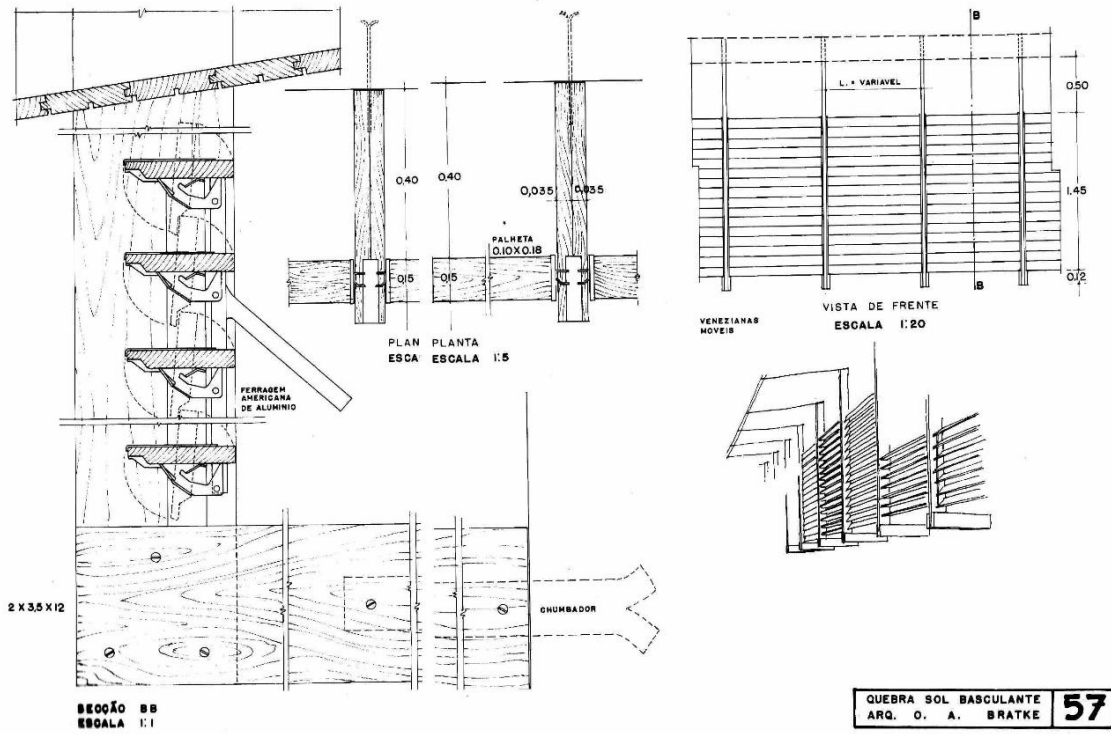


Figura 4. Projeto da veneziana móvel para Hospital Vila Amazonas, com ferragens em alumínio



Fonte: SEGAWA; DOURADO, 1990, p. 249.

Figura 5. Projeto da veneziana móvel para Hospital Vila Amazonas, com ferragens em alumínio



Fonte: SEGAWA; DOURADO, 1990, p. 249.

Vale lembrar que a construção de casas em madeira na região Amazônica permaneceu e permanece nos dias atuais, como uma alternativa rápida e relativamente barata para solução da moradia. Desde a popularização do beneficiamento da madeira pelas serrarias da região, principalmente das ilhas do arquipélago do Marajó, construir casas com esse material foi um prolongamento da tecnologia desenvolvida na carpintaria naval remanescente das culturas nativas e expandida no período colonial¹¹⁴. Em Macapá, na época da criação do Território Federal do Amapá, já existiam casas em taipa resquícios do Brasil colônia, porém, a grande maioria eram casas de madeira e na implantação do TFA o governo construiu várias edificações funcionais dentre elas uma vila de casas em madeira (figura 6) para servir de moradia para os primeiros servidores do novo Território Federal.

Figura 6. Casas para funcionários do Território Federal do Amapá, 1948



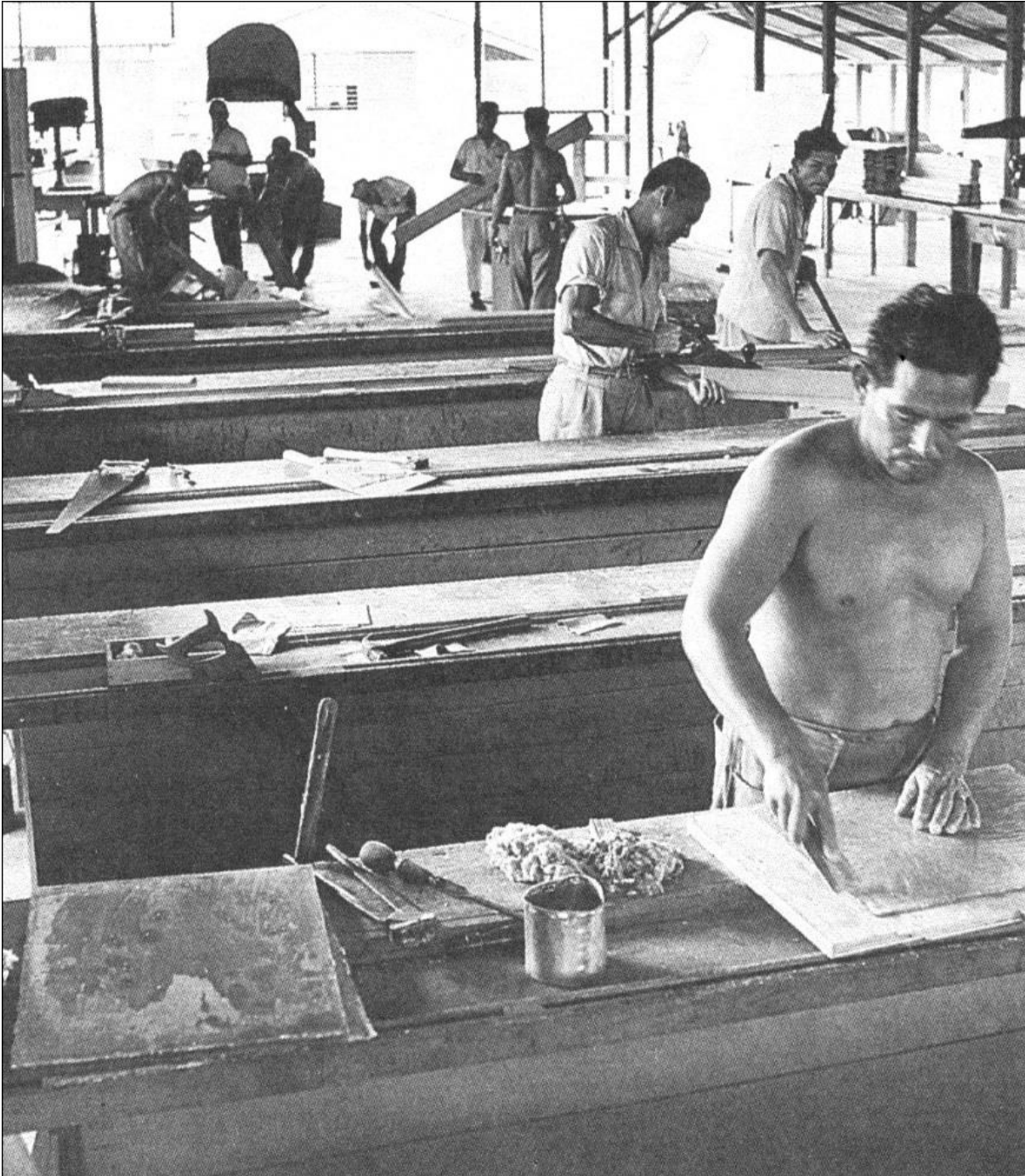
Fonte: Acervo professor Edgar Rodrigues.

No caso da construção das edificações das vilas da ICOMI, a necessidade para conseguir operários habilitados era alta e o tempo era relativamente curto para execução do projeto, isso levou o engenheiro Luiz de Mello Mattos, construtor responsável pela execução das obras, a montar um sistema de treinamento da mão-de-obra (figura 7) e assim se empenhou em contratar e treinar os operários locais para cumprir os prazos.

¹¹⁴ GUALBERTO, Antônio J. P. História e Memória da Carpintaria Naval Ribeirinha da Amazônia. VI Simpósio Nacional de História Cultural: Ver-sentir-narrar. UFPI. ISBN: 978-85-98711-10-2

Ele não podia levar todos os operários que precisava. Então ele montou uma oficina-escola para treinar gente do lugar, que aprendeu rapidamente a fabricar tacos, janelas, carpintaria. Os nossos desenhos foram feitos de maneira que esse pessoal pudesse entender e executar com facilidade. Ele treinou muita gente, formando uma importante mão-de-obra qualificada que depois continuou trabalhando na região, no ramo. (BRATKE apud SEGAWA; DOURADO, 1997, p. 252).

Figura 7. Oficina de carpintaria ICOMI – Amapá. s/d



Fonte: RIBEIRO, 1992, p. 57.

Ainda sobre a o processo de treinamento de pessoal para execução do projeto Bratke:

O território do Amapá não possuía fábrica de móveis, de equipamentos domésticos diversos, nem quem se dedicasse aos mais simples trabalhos de decoração das casas. Montou-se oficina completa, com seções de carpintaria, marcenaria, serralheria, pintura e estofamento. Sua direção foi entregue a profissional habilitado, com experiência na região, contratados elementos locais como aprendizes, os quais se tornaram depois excelentes profissionais (BRATKE apud RIBEIRO, 1992, p. 57).

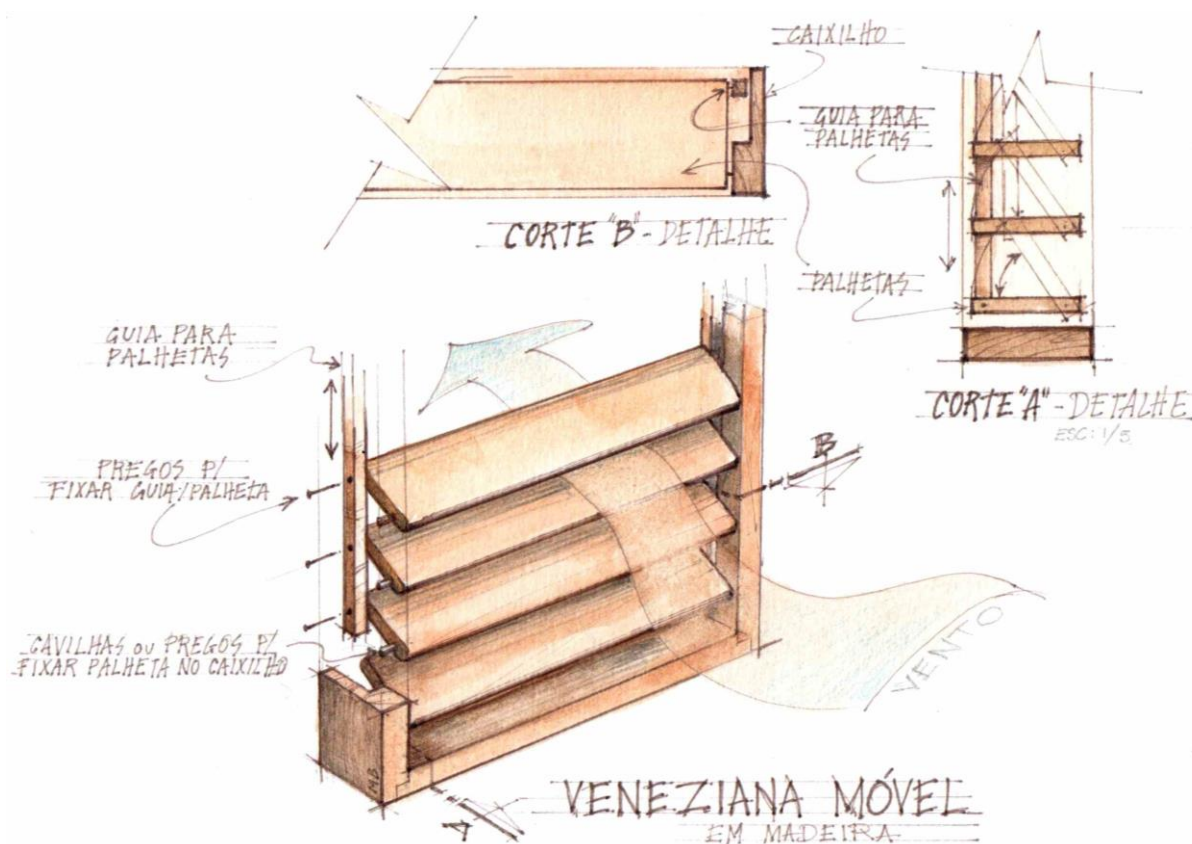
Essa mão-de-obra treinada e também absorvida para trabalhar nos canteiros de obras entre os anos de 1956 e 1960, quando as duas vilas foram entregues, migrou para cidades próximas e principalmente para as cidades de Macapá e Santana, além de Porto Grande, onde estava localizado Porto Planton e a companhia mantinha uma estação de trem assim como o primeiro acampamento de apoio para Serra do Navio.

Desta forma, com o estabelecimento de pequenos negócios de marcenaria e carpintaria ao longo dessas cidades, podemos perceber que a veneziana móvel se proliferou em uma versão mais simples e menos sofisticada, o mecanismo de abertura era todo em madeira e similar a primeira versão que Bratke projetou, ainda no acampamento provisório (ver figura 3). A diferença encontrada na segunda (figura 8) está no sistema mais sofisticado de fixar as palhetas na guia. No entanto, a abertura total do modelo feito totalmente em madeira se dava por gravidade e sua montagem relativamente simples se tornou uma opção mais adequada e “moderna” que independia da classe econômica ou social.

Levantamos aqui a hipótese, como rastro histórico, que três fatores ajudaram na proliferação desse fenômeno. O primeiro deles diz respeito ao sucesso estético e pragmático da construção das duas vilas, em outras palavras, o projeto de Bratke se adequou de forma excelente à região, além das soluções técnicas eficazes e bem resolvidas ele conseguiu dialogar com a cultura tradicional já existente. Bratke era um modernista e aplicou os princípios modernos nas edificações das vilas. O clube dos funcionários graduados de Serra do Navio sintetiza as suas ideias modernistas nesse projeto. No caso da utilização das venezianas móveis nas duas vilas, as mesmas foram vistas como modelo a ser seguido, pois seu uso era democrático e estava presente em todas as casas da mineradora, independentemente da posição funcional que o funcionário tivesse na Companhia, do operário mais simples aos seus diretores e engenheiros. Assim, o princípio de que se eram boas para os exigentes engenheiros provenientes de outros Estados do Brasil e do exterior, deveriam também, ser boas para moradores locais. Além disso, o modelo mais simples era esteticamente agradável, de fácil execução e relativamente barato, e ao adotar essa versão nas construções locais, significava, de alguma forma, ter em casa um elemento arquitetônico moderno presente também nas edificações da ICOMI.

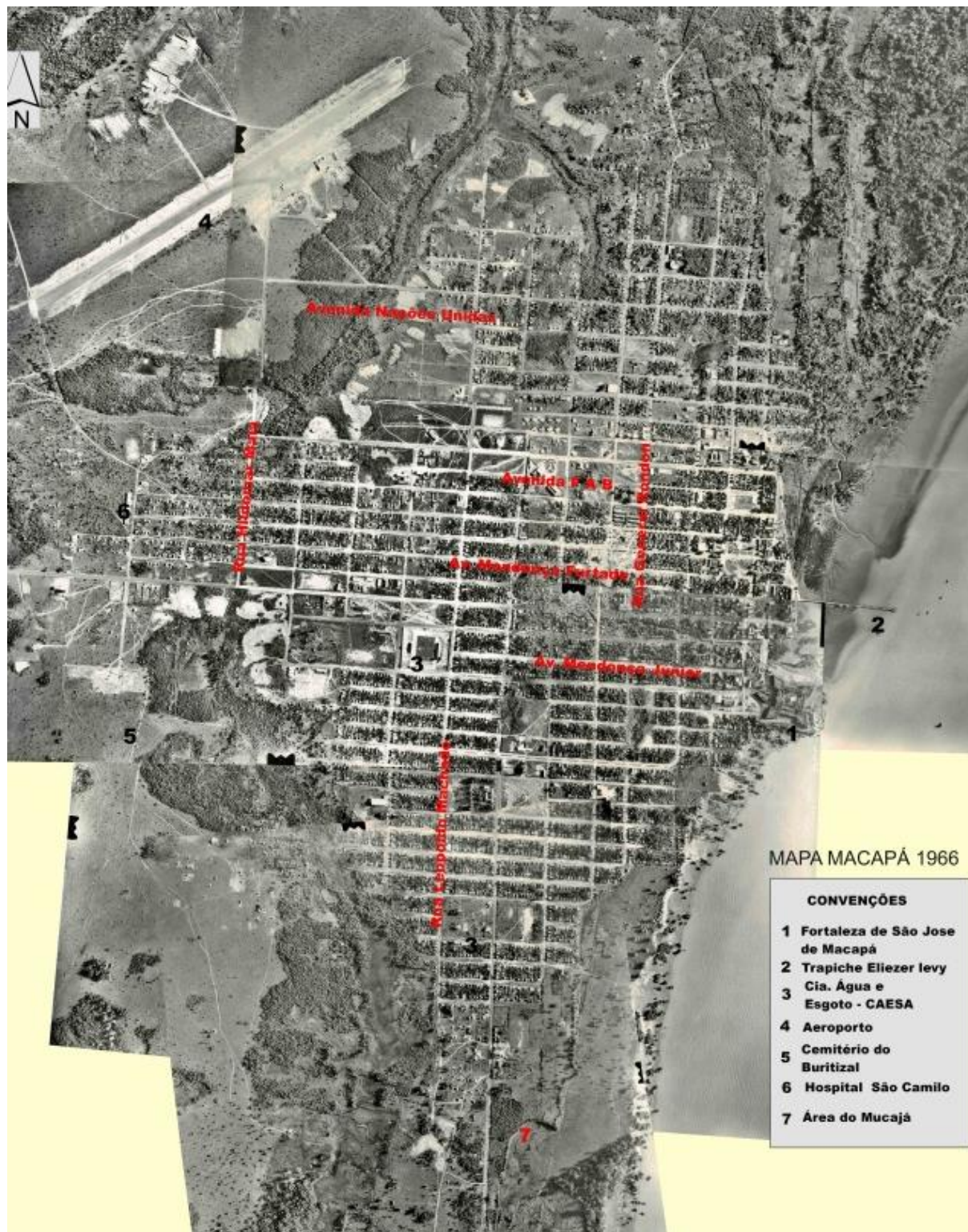
O segundo ponto que levantamos diz respeito ao processo de qualificação de mão-de-obra empregada e treinada para construção das vilas. Como vimos anteriormente pelo relato de Bratke, finalizado o término das obras esses profissionais se estabeleceram nas cidades próximas, principalmente Porto Grande, Santana e Macapá, as duas últimas em maior escala, primeiro por serem mais próximas ao projeto e segundo, no caso específico de Macapá, por ser a capital do novo Território e estava em processo de expansão de sua infraestrutura urbana e edificações. Em 1950, quando começaram as primeiras movimentações da mineradora ICOMI no Amapá, a população de Macapá era de 20.594 habitantes. Em 1960, quando foram entregues as duas vilas aos funcionários da ICOMI, a população da cidade era de 40.905 habitantes. Em 1970, esse número salta para 87.755 pessoas (fonte IBGE), a cada dez anos a população dobrou o seu número de habitantes. Como mostra o mapa, a cidade de Macapá se configurava em quadras retangulares (fig. 09).

Figura 8. Veneziana móvel desenvolvida nas marcenarias locais



Fonte: Perspectiva realizada pelo autor.

Figura 9. Aerofotometria da cidade de Macapá - 1966



Fonte: Mosaico LASA fornecido pelo prof. José Alberto Tostes.

O terceiro e último ponto, mas não menos importante, é mais subjetivo e trata da questão do *status quo*. Vimos que o projeto da Minerado ICOMI foi o primeiro projeto desta natureza

na Amazônia brasileira, ou seja, foi o projeto pioneiro na extração mineral em escala industrial nessa região. Um projeto dessa envergadura tão essencial para indústria como um todo, trouxe para então quase anônimo Território Federal do Amapá uma visibilidade em escala nacional e internacional até então inexistentes. A circulação de profissionais contratados pela ICOMI dentre eles professores, médicos, engenheiros brasileiros e de outras nacionalidades, gerou uma troca social e estética entre os moradores locais e os funcionários da empresa, a arquitetura nesse sentido se mostra presente aos olhos de quem a vê, e nesse caso, o conjunto arquitetônico da Vila Amazonas não passaria despercebido para os moradores das cidades de Santana e Macapá, assim como a Vila Serra do Navio não ficaria incógnita, mesmo estando no meio da floresta por moradores ribeirinhos e nativos das pequenas cidades próximas. Além da troca visual estabelecida entre os moradores das cidades, a mineradora contratou serviços que não necessariamente eram de funcionários da própria empresa gerando uma troca mais próxima. É certo que o sistema de controle social da empresa era rigoroso e evitava o máximo de contato com moradores locais, principalmente, na Vila de Serra do Navio, no entanto, era inevitável que esse contato acontecesse entre empregados domésticos, fornecedores, etc. especialmente no caso da Vila Amazonas, em Santana, que era uma vila aberta.

Relatos de pessoas que viveram nessa época apontam para a qualidade dos serviços de educação, saúde, lazer, abastecimento de alimentos, além do entretenimento e qualidade de vida eram exemplares. Segundo Botton (2014, p. 41) nossa noção de um limite adequado para qualquer coisa – por exemplo, riqueza e estima – nunca é formada de maneira independente. Ela provém da comparação da nossa situação com a de um grupo de referência, composto pelas pessoas que consideramos nossos iguais. Levantamos esse pensamento como uma hipótese e temos consciência que precisaria de uma pesquisa mais aprofundada para tal afirmação, no entanto, as venezianas foram um elemento utilitário e com uma referência estética forte e de adequação incontestável para o clima local. Querendo ou não, eram vistas como símbolo de status tê-las em suas casas.

Assim, com essas três variáveis ocultas, imaginamos que a arquitetura de Bratke foi levada ao vento e se proliferou como pólen nas casas edificadas nas cidades e ao longo dos rios, principalmente nas casas construídas por não arquitetos. Bratke propagou ideias simples, porém muito eficazes, democratizando sua proposta. No caso da cidade de Macapá, seu uso foi tão intenso que a mesma chegou a ser “batizada” pelos habitantes da cidade com o nome de “janela-Macapá”.

O levantamento realizado a seguir mostrando as edificações que utilizaram as esquadrias em venezianas móveis, pilares duplos e até mesmo similaridades estéticas de colunas inclinadas

foi conseguido em parte através do recurso Google Street¹¹⁵ e também em inserções realizados *in loco* pelas ruas das cidades de Macapá, Santana, Porto Grande, além do trecho entre Macapá e Vila Serra do Navio realizado por via terrestre em agosto de 2018, e também pela viagem realizada entre as cidades Porto Grande e Vila Serra do Navio, de barco a motor, através dos rios Araguari e Amapari em fevereiro de 2020. Com relação às imagens realizadas pelo Google Street são datadas 2012 e, portanto, algumas casas vistas nesse período já foram demolidas.

Vamos mostrar a pesquisa realizada primeiramente no município de Santana (Figuras 10 a 17) por ser a cidade onde Vila Amazonas foi construída. Utilizamos o método de amostragem a partir do direcionamento de crescimento das cidades duas cidades. Percebemos um número significativo de casas com esquadrias de veneziana móvel e também o uso de pilares duplos (esses em quantidade menor), principalmente nos bairros mais antigos, no entanto, nossa pesquisa fez um recorte e se deteve em mostrar apenas sete edificações que encontramos em cinco bairros da cidade. Também foram realizadas pesquisas *in loco* tanto na cidade de Santana quanto na própria Vila Amazonas, onde tivemos oportunidade de visitar o hospital (ainda em funcionamento), a escola, administrada pela Fundação Bradesco, o antigo centro de abastecimento (supermercado e cinema) e hoje funciona o Sesi e Sesc Santana, além de casas destinadas aos funcionários graduados, algumas permanecem conservadas e conservaram o projeto original, essas continuam arejadas e servindo para o mesmo fim que foram projetadas, com o sistema de veneziana móvel funcionando e palhetas em cedro não apodreceram, as casas que sofreram reforma na planta original, de um modo geral, são mais quentes a necessitam de refrigeração artificial. Visitamos também casas destinadas aos funcionários de graduações menores. Vila Amazonas mantém seu traçado urbano original, porém suas ruas estão com pavimentação deteriorada, a caixa d'água permanece no mesmo local.

¹¹⁵ Dispositivo do Google Maps utilizado nesta tese como método de pesquisa e documentação histórica que registrou, através de fotografias, em 2012, diversas casas que nesta data (2020) já foram demolidas e outras que, provavelmente, terão o mesmo destino.

Arquitetura ao vento: cidade de Santana

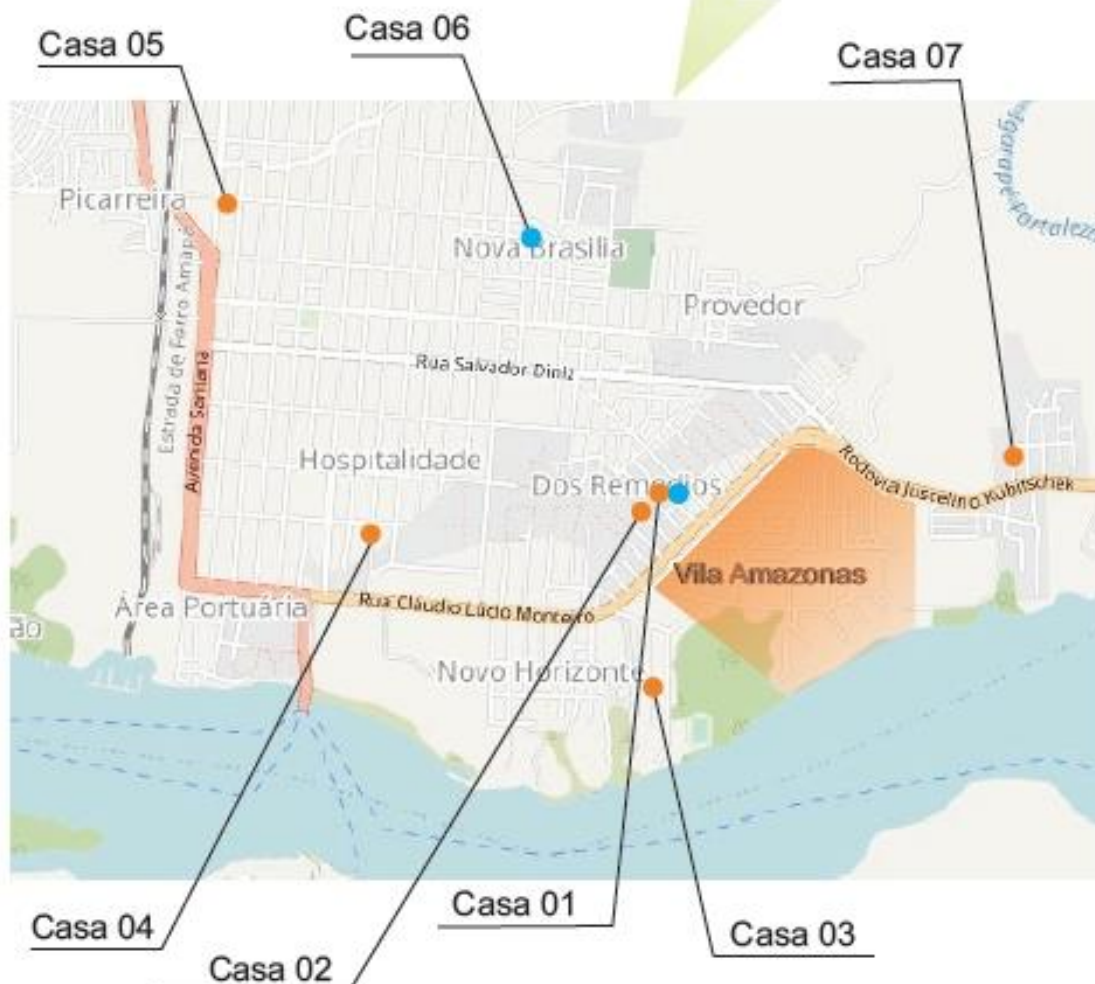
Figura 10. Infográfico cidade de Santana

Cidade Santana

- edificação com veneziana móvel
- edificação com pilar duplo



Cidades Santana e Macapá



Fonte: Google Maps e trabalhadas graficamente pelo autor.

Figura 11. Casa 1: utilização de veneziana móvel na lateral e pilar duplo frontal. Distância da Vila Amazonas 150 mts, aproximadamente



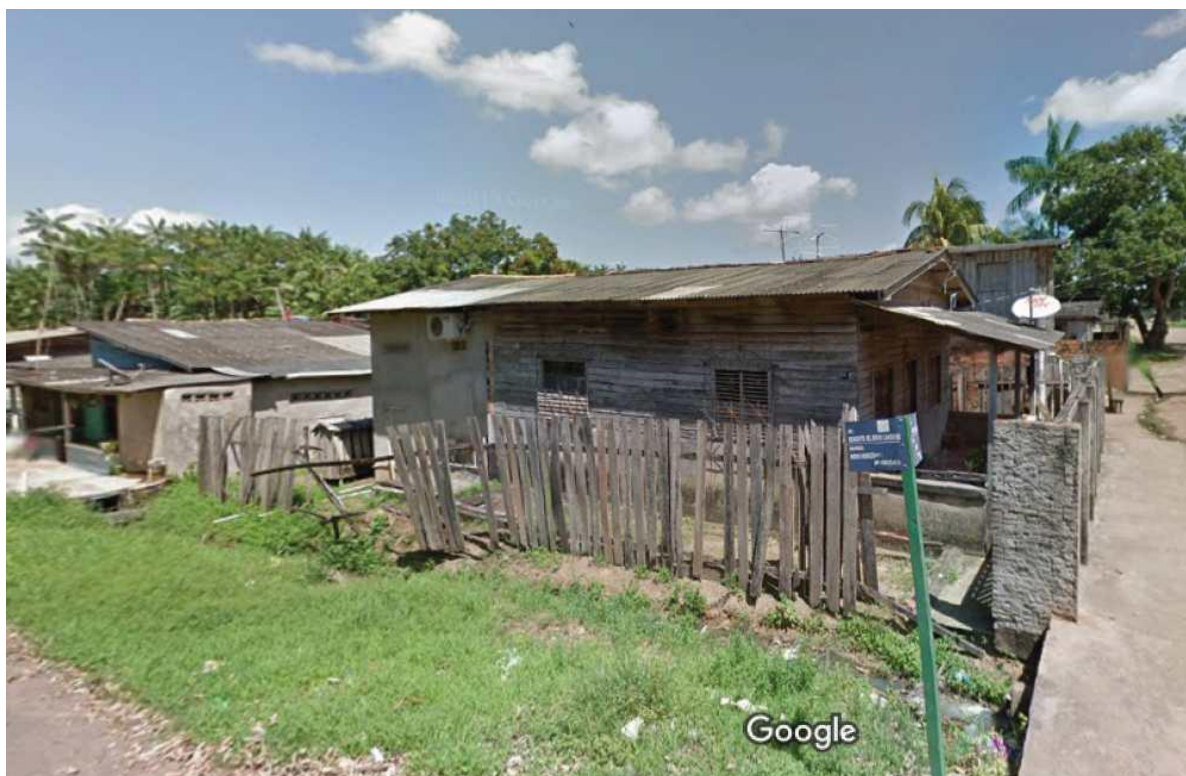
Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 12. Casa 2: utilização de veneziana móvel na lateral. Distância da Vila Amazonas, 150 mts, aproximadamente.



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 13. Casa 3: utilização de veneziana móvel na lateral. Distância da Vila Amazonas, 150 mts, aproximadamente



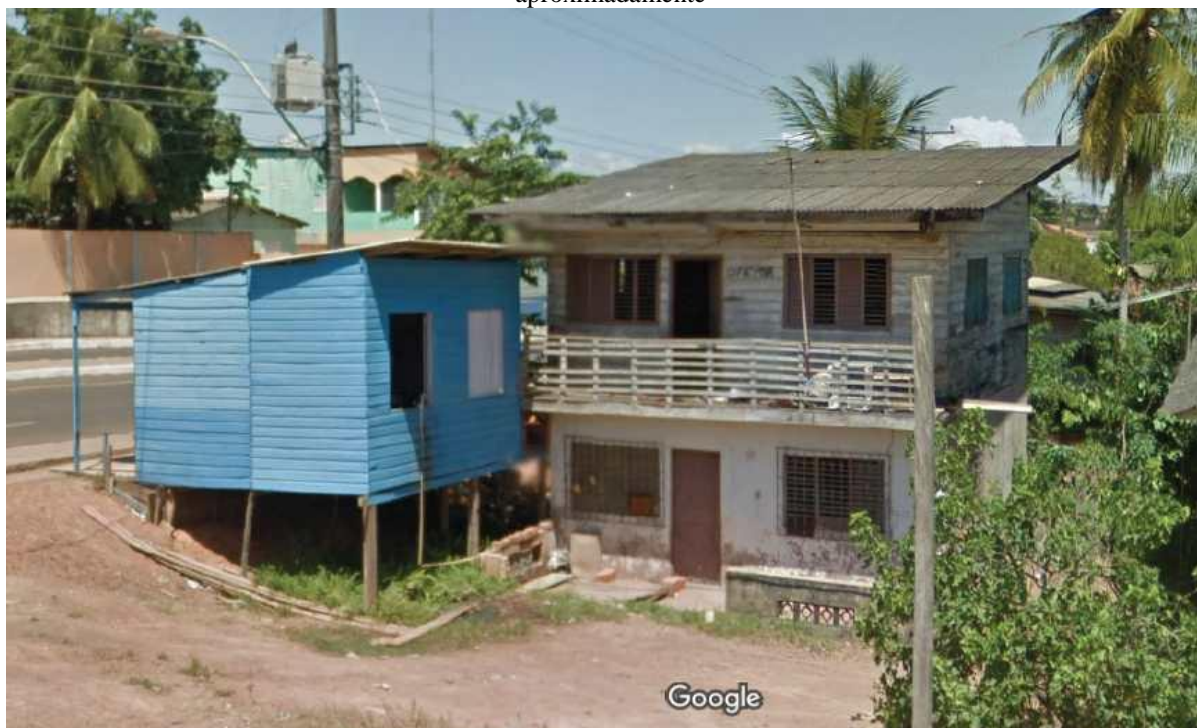
Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 14. Casa 4: utilização de veneziana móvel na lateral. Distância da Vila Amazonas, 400 mts, aproximadamente



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 15. Casa 5: utilização de veneziana móvel frontal e lateral. Distância da Vila Amazonas, 1500 mts, aproximadamente



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 16. Casa 6: Venda de Açaf. Utilização de pilares duplos. Distância da Vila Amazonas, 700 mts, aproximadamente



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 17. Casa 7: utilização de veneziana móvel frontal e lateral. Distância da Vila Amazonas, 200 mts, aproximadamente



Fonte: Google Street – ano 2012.

Nota: 1. Ao parte das edificações com as venezianas.

A cidade de Santana nos dias de hoje se configura como uma cidade adoecida e com poucos investimentos urbanos, sua via principal está deteriorada devido, em parte, a grande movimentação de caminhões com toras de madeira pela empresa Amapá Florestal e Celulose S.A. (AmCel) instalada nas imediações da cidade, próximo a Vila Amazonas. Até o ano de 2013 a empresa Anglo Ferrous Brazil continuou a exportar ferro e outros minérios retirados das minas de Serra do Navio e imediações. Neste ano aconteceu um acidente grave no Porto de Santana construído pela mineradora ICOMI, com desabamento de parte da estrutura do porto, do píer de embarque, e sistema de esteiras. Este acidente paralisou a ferrovia que está abandonada. As responsabilidades do acidente ainda tramitam entre as paredes do judiciário. A cidade de Santana continua uma cidade de baixos recursos. A dignidade estética conseguida nas casas que foram pesquisadas pelo uso de esquadrias com veneziana móvel está chegando

ao fim. Uma hipótese que podemos levantar é que a maioria das edificações que utilizaram e utilizam as esquadrias em veneziana são de madeira, o que leva a crer que enquanto houver carpinteiros com habilidade para fazê-las eles ainda terão uma sobrevivência, quer na terra firme, quer em cima da palafita.

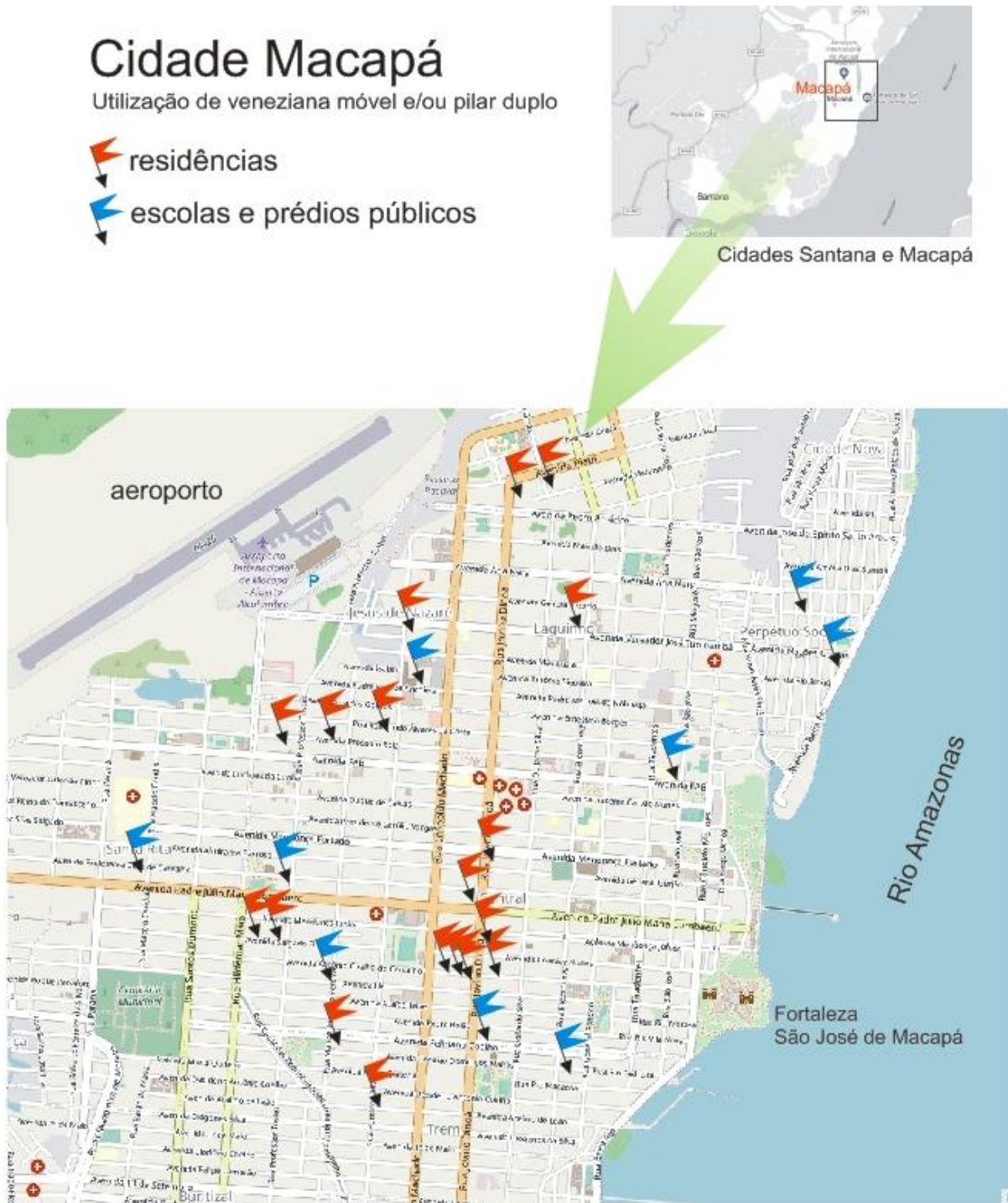
Arquitetura ao vento: cidade de Macapá

O processo de absorção das venezianas e pilares duplos na cidade de Macapá foi mais intenso e amplo, se espalhou por mais bairros e em edificações de madeira e alvenaria. Sabe-se que a partir de um determinado momento, não pesquisamos as datas, no entanto, a partir dos relatos dos carpinteiros entrevistados, provavelmente entre as décadas de 1970 e 1980, as venezianas móveis são adotadas pelo governo do Território e começam a ser especificadas nos prédios públicos, principalmente escolas e unidades de saúde. Como visto anteriormente a partir de um determinado momento a janela passou a ser denominada popularmente de “janela Macapá” e ainda nos dias atuais podemos observar diversas residências com a esquadria em funcionamento

Na pesquisa realizada na cidade de Macapá pode-se observar que as janelas permanecem na maioria das casas de madeira, principalmente na periferia da cidade, ou o que era periferia na cidade antes do século XXI.

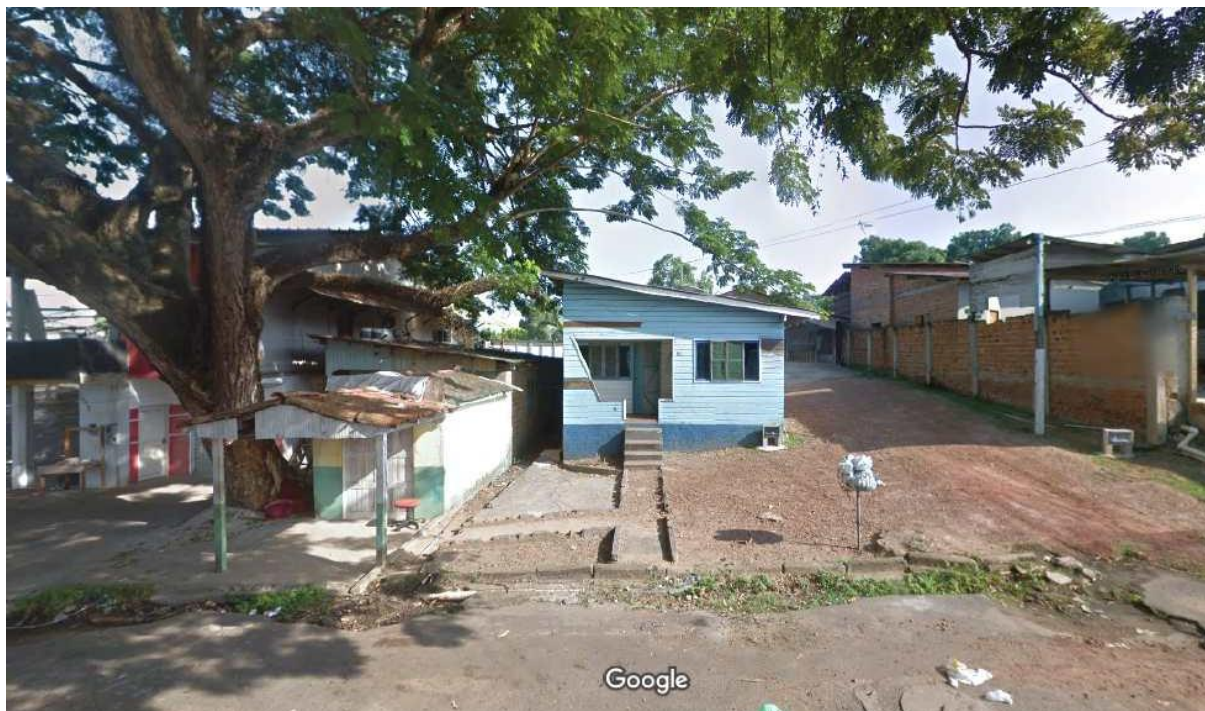
Elaboramos um mapa (figura 18) podemos identificamos algumas edificações com venezianas móveis. Reconhecemos que é uma amostragem pequena diante da quantidade de edificações que utilizam a esquadria. No entanto, assim como a pesquisa realizada em Santana partimos para essa averiguação com base nos estudos de expansão da cidade e nos detivemos praticamente na mesma área mostrada na figura 9 (mapa da cidade de Macapá no ano de 1966) e a partir dessa amostragem, percebermos o quanto foi diversificado o uso desse elemento arquitetônico na cidade.

Figura 18. Infográfico cidade de Macapá



Fonte: Google Street – ano 2012. Desenho gráfico realizado pelo autor.

Figura 19. Residência as proximidades do bairro Santa Rita. Apesar de ser um projeto simples o construtor buscou um diferencial estético que lembra as inclinações utilizadas por Bratke



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 20. Residência em madeira construída em área nobre da cidade



Fonte: Google Street – ano 2012.

Notas: 1. As venezianas estão presentes em quase toda a casa; 2. Na varanda nota-se as cadeiras com desenho do arquiteto que também se tornaram muito populares

Figura 21: A mesma residência fotografada em 2019. Nota-se que apesar da instalação dos aparelhos de ar condicionado, as venezianas não foram substituídas



Fonte: autoral – ano 2019.

Figura 22. Residência situada ao lado da casa da página anterior



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 24. A mesma residência fotografada no ano de 2019



Fonte: autoral – ano 2019.

Figura 23. Residência situada ao lado da casa da página anterior



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 25: a mesma residência fotografada no ano de 2019



Fonte: autoral – ano 2019.

Figura26. Residência situada na esquina de uma das ruas principais da cidade



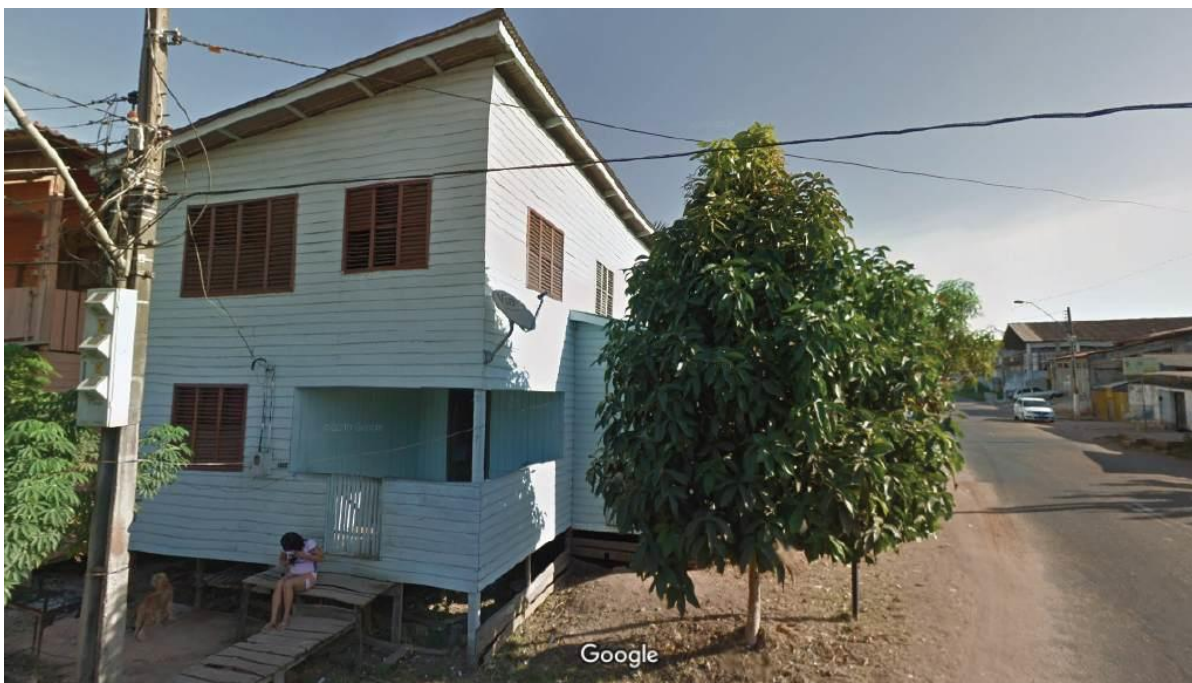
Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 27. Edificação pertencente a uma instituição religiosa



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 28. Residência na zona norte da cidade. Presença das venezianas móveis nas fachadas frontal e lateral



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 29. Esta residência foi vendida e demolida em 2018. Bairro central. As venezianas móveis estavam presentes na lateral da casa



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 30. Residência que utiliza as venezianas móveis os pilares duplos



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 31. Residência localizada bairro Santa Rita. Venezianas móveis na fachada



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 32. Residência localizada em bairro do Trem. Venezianas móveis na fachada e lateral



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 33. Residência localizada no bairro Santa Rita com venezianas móveis no andar térreo



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 34. Residência localizada no bairro Santa Rita. Venezianas móveis no andar superior



Fonte: Google Street – ano 2012.

Figura 35. A mesma residência localizada no bairro Santa Rita



Fonte: registro do autor – ano 2020.

Figura 36. Residência na Zona Norte da cidade. Venezianas móveis no andar superior



Fonte: registro do autor – ano 2020.

Figura 37. Residência na Zona Norte da cidade. Venezianas móveis na fachada lateral no andar superior



Fonte: registro do autor – ano 2020.

Figura 38. Escola Castro Alves na Zona Norte da cidade



Fonte: Google Street – ano 2012.

Notas: 1. Utilização das venezianas móveis; 2. Após a colocação de aparelhos de ar condicionado, as janelas foram vedadas com um filme plástico transparente

Figura 39. Escola Hildemar Maia – Bairro do Trem



Fonte: Google Street – ano 2012.

Considerações finais

A sensibilidade de Bratke foi um ponto fora da curva ao estabelecer nos seus projetos para as Vilas Amazonas e Serra do Navio um diálogo com as características culturais e climáticas da região e levando em conta algumas soluções desenvolvidas pelas culturas nativas e suas moradias. Realizou um diálogo honesto entre culturas diferentes e sem abrir mão das convicções e experiências adquiridas ao longo dos anos em centros urbanos de vanguarda no Brasil e no exterior ou em contato com outros profissionais da mesma linha de pensamento. Bratke levou na bagagem para sua viagem ao Amapá, princípios construtivos pautados em elementos adotados pelo movimento moderno assim como o seu modo pragmático e objetivo de construir. Fez com que a experiência da construção das duas Vilas se tornasse uma referência positiva nos estudos sobre como construir moradias salubres para Amazônia e foi por um tempo, exemplo de êxito urbano e arquitetônico no ensino das escolas de arquitetura, especialmente do Pará e Amapá, assim como em outros centros de referência no Brasil. Tal qual os povos nativos o arquiteto demonstrou para aqueles que habitam a selva das árvores e para os nasceram sob as copas dos pilotis que temos condições de realizar projetos com qualidade, salubres, esteticamente bem resolvidos, de baixo custo e atemporais. E quando sai de cena e deixa de projetar no final na década de 1960, com quase 60 anos, dedica-se a viajar e

desenhar o que vê especialmente a arquitetura vernácula. Desenhos que demonstram uma busca quase existencial sobre a essência do fazer arquitetônico.

O diálogo entre a forma de pensar do Ser (self) arquiteto e os saberes nativos (estar no espaço-floresta) é o que vemos como maior contribuição desta pesquisa. Isso porque resulta da aceitação e tradição (entrega da coisa) pela população local de uma das principais marcas do projeto arquitetônico das duas vilas – a veneziana móvel – visto que a palavra tradição não significa apenas receber de um ancestral com purismo totêmico. Muito diferente disso, as tradições orais, por exemplo, pela genuína diferença no jogo articulação fala-escuta realizam novas formas e modulações para o presente estético sem deixar de honrar a matriz, o que dá sentido ao objeto do seu fazer (opus).

O Arquiteto é esse ser alquimista que realiza o novo ouvindo atentamente o que os mestres, sejam eles (legitimados ou não) tem a nos ensinar.

Referências

ALVIM, ATB., ABASCAL, EHS., et ABRUNHOSA, EC., orgs. **Arquitetura Mackenzie 100 anos FAU-Mackenzie 70 anos: pioneirismo e atualidade** [online]. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017, 384 p. ISBN 978-85-8293-726-6 , disponível em: <http://books.scielo.org/id/xrrzx/epub/alvim-9788582937266.epub>. Acesso: 25/09/2020.

AMARAL, Laura Regina. **As casas de Oswaldo Arthur Bratke: uma análise gráfica da obra**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP, 2019.

ARCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BARATA Jr, Mario L. **A comunicação do Design nos objetos artesanais**. 2002. 107p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____, NOUVEL, Jean. **Los objetos singulares: arquitectura y filosofía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BOBBIO, N., **Estado, Governo e Sociedade. Para uma Teoria Geral da Política**. 4ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por Dentro**. 2ª edição. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

BOTTON, Alain de. **Desejo de Status**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

_____. **A Arquitetura da Felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. **Princípios de Arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke**. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARVALHO, Victória Reis; COELHO, André de Barros; CORDEIRO, Kevin Silva;

KUWAHARA, Letícia Martel. Detalhes construtivos de Oswaldo Bratke em Serra do Navio – AP: estudo e levantamento físico. II S A M A – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, Palmas – TO, março de 2017.

CHAGAS, Marco Antônio. **Amapá – a mineração e o discurso de sustentabilidade de Augusto Trajano e Eike Batista**. Rio de Janeiro, Garamond, 2019.

CORREIA, Telma de Barros. **Bratke e o projeto civilizatório da ICOMI**. In: pós v.19 n.31: São Paulo, 2012.

_____. **A Iniciativa Privada e a Transformação do Espaço Urbano e do Território: Brasil, Década de 1950**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 13, 2009, Florianópolis.

CORRÊA, Maria Letícia. **Regime de propriedades de minas e jazidas da primeira República Brasileira: revisitando o caso das minas de Itabira e os interesses em disputa**. Revista Tempos Históricos, V.22, 1º Semestre de 2018, p. 202-224, e-ISSN: 1983-1463.

CAVLAK, Iuri; GRANGER, Stéphane. **Entre criação do Amapá e intercâmbios econômicos, as consequências da Segunda Guerra mundial nas relações entre o Brasil e a Guiana Francesa**. Macapá, Fronteiras & Debates, v. 1, n. 1, 2014.

DA COSTA, Graciete Guerra; CINTRA, Jorge Pimentel. **Os engenheiros militares italianos na Amazônia do século XVIII: Antônio Galluzzi e Domingos Sambucetti**. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte, 2016.

DALL'ALBA, Anderson. **Formas modernas em jardins pitorescos: correlações entre as casas de Bratke e a (sub)urbanização do bairro paineiras do Morumbi**. Pós, Rev. Programa Pós-Grad. Arquit. Urban. FAUUSP. São Paulo, v. 24, n. 44, p. 44-67, set-dez 2017.

DRUMMOND, José Augusto e PEREIRA, Mariângela de Araújo P. **O Amapá nos Tempos do Manganês; Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

DUARTE JR., Antônio Marcos. **Fordlândia e Belterra: as cidades de Henry Ford na Amazônia**. FGVcasos. Volume 5, número 1, jan/jun 2015. Doc 1. ISSN 2179.135X.

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galuzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

GALLOIS, Catherine. **Wajãpi rena: roças, patios e casas**. Museu Nacional do Índio. Conselho das Aldeias Wajãpi / Alpina, Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Rio de Janeiro – RJ, 2009.

GUALBERTO, Antônio Jorge Pantoja. **História e memória da carpintaria naval ribeirinha da Amazônia**. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina-PI, ISBN: 978-85-98711-10-2

GUZMÁN, Décio de Alencar; RAIOL JURNIOR, Leonardo. **A reorganização e a fluidez do uso da mão de obra indígena no Grão-Pará: segunda metade do século XVIII (1750-1765)**. Tellus, Campo Grande, MS, ano 19, n. 39, p. 177-205, maio/ago. 2019.

GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro, Rocco, 2010.

HEGEL, G.W.F. **A Arquitetura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio, volume I, ICOMI, 1983, relatório.

JULIANELLI, Anna Rachel Baracho Eduardo. **Limites e desafios da preservação de conjuntos urbanos modernos no Brasil: Vila Serra do Navio - AP (1955-2018)**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ, 2019.

LIMA, Fabio. **Cidade Operária de Monlevade: Novos conceitos de morar**, 5º seminário Docomomo, 2003.

LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vida homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2017.

MALMESBURY, THO. **Hobbes de. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Coleção Os Pensadores, vol. XIV. São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1974.

MALLARD, Maria Lucia. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, 2009.

MARTINS, Rachel Monteiro. **A ‘ideia de lugar’: Um olhar atento às obras de Siza**. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra – PT, 2009.

SILVA, Maura Leal da. **“O Território Imaginado”: Amapá, de Território à autonomia política (1943-1988)**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2017.

MELO, Márcia Nobre Herrera de. **Transportando Sonhos: A História da Estrada de Ferro do Amapá (1957-2016)**. Dissertação de mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa – PT, 2017

MONTEIRO, Maurílio Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral**. Belém. UFPA. v. 6, n. 2, p. 113 -168, 2003 (Novos Cadernos NAEA)

MUKAROVISKY, Jan. **Escritos Sobre Estética e Semiótica da Arte**. Lisboa: editorial Estampa, 1981.

[NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro - A base aeronaval norte-americana do Amapá-Brasil pós-Segunda Guerra Mundial](#). Coimbra, Revista Portuguesa de História. Nº 45, 2014.

PASSOS, Delafé Silva. **Capital internacional e exploração de manganês no Amapá (1930-1953)**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas – SP, 2016.

PASSOS, Delaíde Silva. A Icomi e a exploração mineral no Território Federal do Amapá. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica, Niterói, 2017.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)**, Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas - SP, 2011.

PELAES, Fátima Maria Andrade. **Uma análise dos conjuntos urbanísticos arquitetônicos das Vilas Serra do Navio e Amazonas 1998-2008**. Dissertação (mestrado). Macapá: Fundação Universidade Federal do Amapá; Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, 2010.

PEREIRA, Edithe... [et al.]. **Monte Alegre: uma história de longa duração**. Belém – PA, MPEG, 2017.
Plano de Gestão Socioambiental Terra Indígena Wajãpi, Conselho das Aldeias Wajãpi, Associação Wajãpi Terra, Ambiente e Cultura, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. Macapá – AP, 2017.

PY-DANIEL, Anne... [et al.]. **Arqueologia e suas aplicações na Amazônia**. Belém – PA, MPEG, 2017.

_____. **Uma Santarém mais antiga sob o olhar da Arqueologia**. Belém – PA, MPEG, 2017.

REZENDE, Tadeu V. F. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. IPHAN, N° 38, 2018.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Comunidade Urbana na Serra Amazônica. Um projeto do Arq. Oswaldo Arthur Bratke**. São Paulo: PINI, 1992.

RODRIGUES, Roberta Menezes. **Company Towns e empresas de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental: especificidades, processos e transformações de um modelo urbanístico**. 2001. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Regional – UFPA-NAEA, Belém, 2001.

ROMANI, Carlo. **Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 501-524, set.-dez. 2011.

SASAKI, Daniel Leb. **Pouso forçado: a história por trás da destruição da Panair do Brasil pelo regime militar**. Ed. Record, 2015.

SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997.

SEGAWA, Hugo; ATIQUE, Fernando. **A Turma de 1930 do Mackenzie: Bratke, Capua e Fonseca Rodrigues. Ensino e arquitetura em São Paulo nos anos 1920-1930**. Anais ICOMOS, 2014. p. 520 – 546.

SILVA, Deyse Elisa França da. **Sobre as "pedras famosas de Calçoene": reflexões a partir da arqueologia etnográfica na Amazônia**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, 2016.

SOUSA, Rômulo Moraes de. **Experiências femininas nos mundos do trabalho de Serra do Navio e Vila Amazonas / Amapá (1960-1985)**. Dissertação Mestrado. Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Macapá – AP, 2018.

SUDJIC, Deyab. **A linguagem das coisas**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

TAKAMATSU, Patrícia Helena Turola. **Arquitetura Vernacular: Estudo de Caso Vila do Elesbão/ Santana-AP. Análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte – MG, 2014.

TRIGUEIROS, Conceição; SALEIRO FILHO, Mário. **Flexibilidades espaciais nas habitações unifamiliares da Serra do Navio: uma antevisão de Oswaldo Bratke na Amazônia dos anos 1950**. Revista Amazônia Moderna, Palmas, v.2, n.1, p.122-137, abr.-set. 2018. ISSN n°2594-7494

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

_____ **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel. 1980.

VIRGOLINO, José L. Ortiz. Artigo Jornal Diário do Amapá, 29/06/2017.

WOKLER, Robert. **Rosseau**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

